

**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
São Paulo



Com você, planejando o futuro.

1ª REVISÃO

OUTUBRO / 2025

REITORIA DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

Reitor

Silmário Batista dos Santos

Chefia de Gabinete

Letícia Camila de Almeida

Pró-Reitora de Ensino e Políticas Estudantis

Juliana de Carvalho Pimenta

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Adalton Masalu Ozaki

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Rafael Alves Scarazzati

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Bruno Nogueira Luz

Pró-Reitor de Administração

Edmur Frigeri Tonon

Agência de Inovação

Eder Jose da Costa Sacconi

Diretoria de Comunicação

Fabio Luís Cabral

Diretoria de Relações Institucionais

Ricardo Agostinho de Rezende Junior

Polo de Inovação de Matão

Sergio Vicente de Azevedo

DIRETORES-GERAIS DOS CAMPI

Campus Araraquara

Guilherme Pontieri de Lima

Campus Avaré

Julio Cesar Pissuti Damalio

Campus Barretos

Túlio Gustavo do Prado Freitas

Campus Bauru

Sebastião Francelino da Cruz

Campus Birigui

Adriano de Souza Marques

Campus Boituva

Felipe Augusto Ferreira de Almeida

Campus Bragança Paulista

Alessandra Casimiro de Souza Matricaldi

Campus Campinas

Marcelo Garcia Bonfim

Campus Campos do Jordão

Bruna de Castro Mendes

Campus Capivari

Carlos Roberto Paviotti

Campus Caraguatatuba

Kalebe Monteiro Xavier

Campus Catanduva

Murilo Secchieri de Carvalho

Campus Cubatão

Artarxerxes Tiago Tácito Modesto

Campus Guarulhos

Diego Azevedo Siviero

Campus Hortolândia

Caroline Felipe Jango da Silva

Campus Ilha Solteira

Paulo Anderson Martins

Campus Itapetininga

Carolina Mandarinini Dias

Campus Itaquaquecetuba

Aumir Antunes Graciano

Campus Jacareí

Giorgia Yoshiko Rossignolo Suzumura
Becker

Campus Jundiaí

Karina Maretti Strangueto

Campus Matão

Claudemir Mariotti Junior

Campus Miracatu

Luiz Felipe Borges Martins

Campus Piracicaba

Alexandre Silva

Campus Pirituba

Patricia Horta

Campus Presidente Epitácio

Alexandre Ataíde Carniato

Campus Presidente Prudente

Rosana Abbud Olivete

Campus Registro

Rodrigo Andrade da Cruz

Campus Rio Claro

Edmar César Gomes da Silva

Campus Salto

Edilson Aparecido Bueno

Campus São Carlos

Rodrigo Cristian Lemes

Campus São João da Boa Vista

Diego Cesar Valente e Silva

Campus São José do Rio Preto

Marcos Amorielle Furini

Campus São José dos Campos

Fernando Henrique Gomes de Souza

Campus São Miguel Paulista

Altair Aparecido de Oliveira Filho

Campus São Paulo

Wellington Pereira das Virgens

Campus São Roque

Frank Viana Carvalho

Campus Sertãozinho

Plínio Alexandre dos Santos Caetano

Campus Sorocaba

Denilson de Camargo Mirim

Campus Suzano

Eugenio de Felice Zampini

Campus Tupã

Marcos Roberto Leite da Silva

Campus Votuporanga

Ricardo Teixeira Domingues

COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO PDI 2024-2029¹

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRD)

Bruno Nogueira Luz

Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI-PRD)

Flavio Kyoshi Saito

Secretária

Luciana Sartori Murari

Pró-Reitoria de Administração (PRA)

Davis Wilian Graciano de Toledo

Pró-Reitoria de Ensino e Políticas Estudantis (PRE)

Tarcisio Fernandes Leão

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRP)

Orlando Leonardo Berenguel

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PRX)

Luciana Harumi dos Santos Sakano

Agência de Inovação (INOVA)

Daniel Bristot

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Luciene Cavalcanti Rodrigues

¹ Conforme a Portaria nº 2.612, de 28 de abril de 2025. Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/1sbfntXcu3IRUtUI7F8OtHku2PnkWN63/view>. Acesso em: 25 ago. 2025.

COMISSÃO DE REVISÃO DO PDI 2024-2029²

Elisangela Aparecida Bulla Ikeshoji
Campus Birigui

Marcelo Velloso Heeren
Campus Catanduva

Rivelli da Silva Pinto
Campus São Carlos

Wagner Ferraz Castro
Campus Jacaré

Walter Luiz Andrade de Oliveira
Campus Campos do Jordão

APOIO À COMISSÃO DE REVISÃO DO PDI 2024-2029³

Gabinete Reitoria
Claudia Alexandre dos Santos

Pró-Reitoria de Ensino e Políticas Estudantis (PRE)
Diego de Moraes Salim

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRP)
Orlando Leonardo Bereguel

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PRX)
Thiago Rodrigues Schulze
Elaine Aparecida Campideli Hoyos

Pró-Reitoria de Administração (PRA)
Sergio Hissashi Umeda
Davis Wilian Graciano de Toledo

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRD)
Bruno Nogueira Luz

² Conforme a Portaria nº 2.613, de 28 de abril de 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1W3fxjzNpsNdYmZaVWZic9O4zcoonzl-/view>. Acesso em: 25 ago. 2025.

³ Conforme a Portaria nº 1.591, de 14 de abril de 2025. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1H-m-1kINyhIrxu8tOAJaybBhh_2K12fQ/view. Acesso em: 25 ago. 2025.

Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI)

Flavio Kyoshi Saito
Kimberly Lourenço

Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)

Leonardo Menzani Silva
Geraldo Antonio de Oliveira Júnior

Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)

Ligia Porto Alexandre

Agência de Inovação (INOVA)

Eder Jose da Costa Sacconi

Diretoria de Políticas Estudantis (DPES-PRE)

Suellen Oliveira da Silva

Diretoria de Comunicação (DICOM)

Cristina Aparecida da Silveira Franca

Ouvidoria

Rafael Inácio Sousa Martins

Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS)

Tais Matheus

Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)

Lorena Faria
Rafaela Cássia Procknov

Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)

Tathiane Cecília Enéas de Arruda

COMISSÕES LOCAIS DE REVISÃO PDI 2024-2029⁴

Campus Araraquara

Adriana Scalize
Carla Cristina Biazzi Lorenzi
Cristiane Delegá da Silva
Eduardo Leal
Isabelle Melo Garcia Ferreira

Campus Avaré

Carlos Ricardo de Oliveira
Gustavo Guerra Damiano
Gustavo Matarazzo Rezende
Gustavo Pio Marchesi Krall Ciniciato
Rodolfo Cacita

Campus Barretos

Ana Beatriz Monteiro Silva
Ana Paula Faustino Tieti Mendes
Audrey Andrade Bertolini
Natalia Conceição
Sandra Possebon Gatti

Campus Bauru

Angela Teresa Roche
Felipe Lucas Ruediger Lima
Gustavo Yoshio Watanabe
Luciana Sartori Murari
Anderson Duarte Betiol

Campus Birigui

Ana Carolina Silva Ura
Carmen Izaura Molina Correa
Régis Leandro Braguim Stábile
Vicente Gerlin Neto
Victor Azevedo

Campus Boituva

Diego Saturnino Araújo da Silva
Douglas Renato Pinheiro
Eline Gomes de Oliveira Zioli
Felipe Gobo Bruno
Leonardo Silva Bomfim

Campus Bragança Paulista

Anteni de Sousa Belchior
Leticia Pedroso Ramos
Maria Clara Ferreira de Mello Gobbo
Rosalvo Soares Cavalcante Filho

Campus Campinas

Charles Wandrey de Jesus Lopes
Danilo Douradinho Fernandes
Luciana Franco Gayego
Nilton Costa Júnior
Pedro Gabriel de Carvalho Arriel

Campus Campos do Jordão

Ananda Carolina Saccoman
Alexandre Cardoso
Alisson Ribeiro
Emily Rafaela Lúcio de Lima
Luciana de Carvalho Machado Pires
Poliana Ferreira dos Santos

Campus Capivari

Flávio Henrique Ferraresi
Luciana Martins Gatti
Mateus Nordi Esperança
Pamella Silva Souza Pompeu
Renan Giollo Francisco

Campus Caraguatatuba

Beatriz de Barros Vianna Cardoso
Bruno Giovanni Mazzola
Glauber Henrique Jacomini
Jonas Leite Costa
Michele Feitosa de Araújo
Ricardo Soares Mota Silva
Tania Cristina Lemes Soares Focesi

Campus Catanduva

Carla Maria Koman de Figueiredo Freitas
Ione Arsenio da Silva
Patricia Lopes Maioli
Pedro Henrique Adegas

⁴ Portarias emitidas pelos *campi*.

Thiago Bernardo Cavassani

Campus Cubatão

Cláudia Cristina Soares de Carvalho
Elifas Levi da Silva
Leandro Fabrício Campelo
Pedro Enzo Oliveira de Carvalho
Thalita Di Bella Costa Monteiro

Campus Guarulhos

Alexandre dos Santos Ribeiro
Diego Azevedo Siviero
Leonardo Silvestre Neman
Marli da Conceição Castro
Valdir Marques de Souza

Campus Hortolândia

Augusto Emmel Selke
Israel Souza Moraes
José Valdemir do Nascimento
Kênia Cristina Pereira Silva
Rayssa Ferreira Pires

Campus Ilha Solteira

Aslan Vicente Romani Ferreira
Frank Seiji Tame
Jaqueline dos Santos Calixto Campos
João Victor Fazzan
Madson de Sousa Matos
Marcos Antonio Leati Pelaes
Simone Silva Hiraki

Campus Itapetininga

Ana Carolina Medeiros Gatto Vieira
Carvalho
Carlos Henrique da Silva Santos
Diego Henrique Santos Campos
Gabriel Renato do Nascimento
Marco Antonino Callegari
Thiago Thomaz Rolim

Campus Itaquaquecetuba

Eduardo Oliveira Souza
Francisco de Oliveira
Michel Silva de Souza
Rebeca Cristina Melo de Souza
Samuel Francisco

Campus Jacareí

Alessandra Sena Maia
Luciano Nunes Sanchez Cores
Rubens Fernando de Souza Lopes
Vanessa Martins Pereira Carvalho
Wagner Ferraz Castro

Campus Jundiaí

Ayla de Freitas Trindade
Felipe Costa Abreu Lopes
Itamar Chini
Maria Angélica Almeida da Luz
Ana Helena Rufo Fiamengui

Campus Matão

Guilherme Andolfatto Libanori
Higor Henrique de Souza Oliveira
Jonatan dos Santos Donato Alves
Lucila Gomes Dallafini
Maria Carolina Garcia Alves

Campus Miracatu

Carlos Henrique Tonhatti
Isis Bugia Santana
Karine Marcondes Da Cunha
Luiz Felipe Borges Martins
Mario Augusto Camargo

Campus Piracicaba

Dagmar Benedito Baltiere de Oliveira
Fabiana Silva Tesine
Felipe Ferreira de Oliveira
Luis Fernando Altenfelder de Arruda
Moacir Degasperi Junior

Campus Pirituba

Cláudio Roberto da Silva Alexandre
Filipe Mantovani Ferreira
Kamili Oliveira Santana
Raquel de Aguiar Guerrini
Thiago Bufeli Bianchini

Campus Presidente Epitácio

Andre Luis Olivete
Davi Leonardo Bezerra
Lucas Henrique Pereira Silva

Randal Franklin Siqueira Campos
Thalita Alves dos Santos

Campus Presidente Prudente

Douglas Francisquini Toledo
Patrícia da Silva Nunes
Willian Cesar Lopes
Thiago de Souza Celestrino
Leandro Aparecido de Souza

Campus Registro

Amanda Martins
Armando Batista
Ernani José Fortunato Lisboa Enke
Heleni Sousa dos Santos Ferreira
Roberson Paulo Valencise

Campus Rio Claro

Edmar César Gomes da Silva
Marcelo Camacho de Souza
Francisco Cesar de Oliveira

Campus Salto

Ana Paula Rosa da Silva
Ary Franco Junior
Cathia Alves
David Wesley Reis de Oliveira
Douglas Daniel
João Pedro Blagitz Ravache
Lucas Bogoni
Lucas Santos Bett
Renato Francisco Lopes Mello

Campus São Carlos

Artur Benatti Penetra
Bianca Cristina Peres
Bruno de Carvalho Opini
Carlos Eduardo Guimarães
Leandro Marcos Tessari
Márcio Rogério Tomazzi Estevo

Campus São João da Boa Vista

Alefe de Sousa Pinheiro
Alexandre Henrique de Martini
Emerson dos Reis
Gustavo Schneider de Camargo
Lucas Labigalini Fuini

Marcio Roberto Martins
Muriell de Rodrigues e Freire
Paulo Renato de Oliveira Gavião
Sandra Monica Chaves Souza

Campus São José dos Campos

Cristina Sayuri Fukugauchi
Gustavo Ferreira Canevare
Joseane Mercia da Rocha Pimentel
Gonçalves
Maria Luiza Viana de Paulo
Mirella Caetano de Souza

Campus São José do Rio Preto

Alexandre Aldo Neves
Antonio Felicio Filho
Daniel Corrêa Lobato
Eduardo Rodrigues da Silva Gestão
Pedro Henrique Ferrari

Campus São Miguel Paulista

Enio Akira Oishi
Erico de Souza Veriscimo
Leonardo Alves da Cunha Carvalho
Mariana Mendes
Michel Pereira Campos Silva
Rodrigo Holdschip
Silas Luiz Alves Silva
Thaila Rimi Kushimijo Matheus

Campus São Paulo

Alda Roberta Torres
Beatriz Liberato Batista
Celmar de Freitas da Silva
Fernanda Luciana Peruzi
Gabriela Ramos Gallicchio
Giuliano Gozzi
Inácio Araújo dos Santos
Jessica Natacha Macedo Pamplona
Jose Otavio Baldinato
Luciana Rosa Alves de Oliveira
Mauro Machado de Oliveira
Nilvaci Barbosa dos Santos de Oliveira
Ricardo Rechi Aguiar
Rodrigo Silva Trindade
Solange Aparecida Adão
Wagner de Aguiar

Campus São Roque

Daniela Alves Soares
Fabio Stefani da Silva
Nathalia Abe Santos
Priscila Brandão Dias
Rogério Tramontano

Campus Sertãozinho

Ferdinando Monsignore
Fe Rodrigues da Silva
Geraldo Magela de Souza
Natália Gomes Pereira Resina

Campus Sorocaba

Alice Cardoso Souza
Flávio da Cruz
João Lucio de Barros
Luciano Toledo de Barros
Salatir Rodrigues Junior

Campus Suzano

Alcir das Neves Gomes
Felipe Ferreira Falcão
Joana Dark Gomes

Campus Tupã

Eduardo de Souza Palma Junior
Fabio Bossoi Vicente
João Carlos Gardini Santos
Marisa Aparecida da Silva
Pedro Martins Lopes

Campus Votuporanga

Fernando Ribeiro Alves
Gustavo Cabrelli Nirschl
Rejane Galdino
Renan Freire Pereira
Yuri Ribeiro Moleiro

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa Estratégico IFSP	47
Figura 2 - Cadeia de Valor Integrada do IFSP	68
Figura 3 - Estrutura de Governança do IFSP	80
Figura 4 - Fluxo de produção de recursos educacionais para EaD	113
Figura 5 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Araraquara</i>	159
Figura 6 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Avaré</i>	160
Figura 7 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Barretos</i>	161
Figura 8 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Bauru</i>	162
Figura 9 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Birigui</i>	163
Figura 10 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Boituva</i>	164
Figura 11 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Bragança Paulista</i>	165
Figura 12 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Campinas</i>	167
Figura 13 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Campos do Jordão</i>	168
Figura 14 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Capivari</i>	169
Figura 15 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Caraguatatuba</i>	170
Figura 16 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Catanduva</i>	171
Figura 17 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Cubatão</i>	172
Figura 18 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Guarulhos</i>	173
Figura 19 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Hortolândia</i>	174
Figura 20 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Avançado Ilha Solteira</i>	174
Figura 21 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Itapetininga</i>	175
Figura 22 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Itaquaquetuba</i>	176
Figura 23 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Jacareí</i>	177
Figura 24 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Avançado Jundiaí</i>	178
Figura 25 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Matão</i>	179
Figura 26 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Piracicaba</i>	180
Figura 27 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Pirituba</i>	181
Figura 28 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Presidente Epitácio</i>	182
Figura 29 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Presidente Prudente</i>	183
Figura 30 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Registro</i>	184
Figura 31 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Salto</i>	185
Figura 32 - Evolução dos balizadores do <i>Campus São Carlos</i>	186
Figura 33 - Evolução dos balizadores do <i>Campus São João da Boa Vista</i>	187
Figura 34 - Evolução dos balizadores do <i>Campus São José do Rio Preto</i>	188
Figura 35 - Evolução dos balizadores do <i>Campus São José dos Campos</i>	189
Figura 36 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Avançado São Miguel Paulista</i>	190
Figura 37 - Evolução dos balizadores do <i>Campus São Paulo</i>	192
Figura 38 - Evolução dos balizadores do <i>Campus São Roque</i>	193
Figura 39 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Sertãozinho</i>	195

Figura 40 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Sorocaba</i>	196
Figura 41 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Suzano</i>	197
Figura 42 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Avançado Tupã</i>	197
Figura 43 - Evolução dos balizadores do <i>Campus Votuporanga</i>	198
Figura 44 - Organograma da Diretoria de Gestão de Pessoas	223
Figura 45 - ESG no IFSP	246

Lista de Quadros

Quadro 1 - Análise SWOT IFSP.....	46
Quadro 2 - Indicadores Estratégico IFSP	49
Quadro 3 - Alinhamento dos Objetivos Estratégicos 2024/2028 de TI com a Estratégia EFGD 2024/2027	84
Quadro 4 - Alinhamento dos Objetivos Estratégicos 2024/2028 de TI com a Estratégia Institucional	84
Quadro 5 - Papéis do Monitoramento do PDI 2024-2029	93
Quadro 6 - Procedimentos do Monitoramento do PDI 2024-2029	94
Quadro 7 - Plano de Metas para a Política de Assistência Estudantil do IFSP – PDI-2024-2029	124
Quadro 8 - Temas estratégicos.....	128
Quadro 9 - Plano de Metas para a Organização estudantil do IFSP - PDI-2024-2028	135
Quadro 10 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Araraquara	158
Quadro 11 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Avaré	159
Quadro 12 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Barretos.....	160
Quadro 13 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Bauru.....	161
Quadro 14 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Birigui	162
Quadro 15 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Boituva	164
Quadro 16 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Bragança Paulista	165
Quadro 17 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Campinas.....	166
Quadro 18 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Campos do Jordão.....	167
Quadro 19 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Capivari	168
Quadro 20 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Caraguatatuba.....	169
Quadro 21 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Catanduva	170
Quadro 22 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Cubatão	171
Quadro 23 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Guarulhos.....	172
Quadro 24 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Hortolândia	173
Quadro 25 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Avançado Ilha Solteira	174
Quadro 26 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Itapetininga	175
Quadro 27 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Itaquaquetuba.....	176
Quadro 28 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Jacareí	177
Quadro 29 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Avançado Jundiaí	178
Quadro 30 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Matão.....	179
Quadro 31 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Piracicaba	180
Quadro 32 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Pirituba.....	181
Quadro 33 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Presidente Epitácio	182
Quadro 34 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Presidente Prudente	183
Quadro 35 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Registro	184
Quadro 36 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Salto	185

Quadro 37 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> São Carlos.....	186
Quadro 38 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> São João da Boa Vista	187
Quadro 39 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> São José do Rio Preto.....	188
Quadro 40 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> São José dos Campos	189
Quadro 41 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Avançado São Miguel Paulista	190
Quadro 42 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> São Paulo.....	191
Quadro 43 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> São Roque	193
Quadro 44 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Sertãozinho	194
Quadro 45 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Sorocaba	195
Quadro 46 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Suzano.....	196
Quadro 47 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Avançado Tupã.....	197
Quadro 48 - Plano de oferta de vagas de ingresso do <i>Campus</i> Votuporanga	198
Quadro 49 - Plano de ofertas do IFSP por cursos.....	199
Quadro 50 - Mapa estratégico da DiCom.....	220
Quadro 51 - Carreira PEBTT após publicação da Lei nº 15.141/2025	227
Quadro 52 - Mapa Estratégico da Área	236
Quadro 53 - Objetivos Estratégicos e ODS	246
Quadro 54 - Dimensionamento mínimo dos ambientes para salas de aula	270
Quadro 55 - Dimensionamento mínimo dos ambientes para biblioteca e salas de leitura. .	270
Quadro 56 - Identificação dos Grupos de Natureza de Despesa (GND)	278
Quadro 57 - Pilares do processo decisório de distribuição orçamentária do IFSP	283

Lista de tabelas

Tabela 1 - Índice de Transparência, Gestão Democrática e Participativa	34
Tabela 2 - Índice de Envolvimento Discente em Órgãos Colegiados	35
Tabela 3 - Evolução da Quantidade de Parcerias com os Arranjos Produtivos e Sociais.....	35
Tabela 4 - Índice de Permanência	36
Tabela 5 - Índice de Êxito.....	36
Tabela 6 - Índice de Participação dos Alunos no Mundo do Trabalho.....	36
Tabela 7 - Índice de Participação dos Egressos no Mundo do Trabalho.....	37
Tabela 8 - Índice de Satisfação dos Públicos de Interesse com a Comunicação Institucional ..	38
Tabela 9 - Índice de Internacionalização	38
Tabela 10 - Percentual de PPCs com Curricularização da Pesquisa	39
Tabela 11 - Percentual de PPCs com Curricularização da Extensão.....	39
Tabela 12 - Índice Geral de Governança	39
Tabela 13 - Evolução na Utilização dos Processos Eletrônicos	40
Tabela 14 - Incremento da Disseminação da Cultura Digital	40
Tabela 15 - Índice de qualidade de vida dos servidores.....	41
Tabela 16 - Índice de Satisfação dos Servidores no Trabalho	41
Tabela 17 - Índice de Desenvolvimento de Pessoal	41
Tabela 18 - Índice de Integração de Servidores	42
Tabela 19 - Percentual de implantação do Plano Diretor de Infraestrutura	42
Tabela 20 - Percentual da Execução Orçamentária Destinada às Ofertas Educacionais	43
Tabela 21 - Índice de Satisfação com o Acesso aos <i>campi</i>	43
Tabela 22 - Índice de Adequação da Infraestrutura às Normas de Acessibilidade	43
Tabela 23 - Relação Aluno/Docente	43
Tabela 24 - Relação Aluno/Professor	44
Tabela 25 - Relação Aluno/Técnico-Administrativo	44
Tabela 26 - Estudantes da instituição envolvidos em projetos de pesquisa.....	52
Tabela 27 - Percentual de Estudantes Envolvidos em Ações de Extensão	52
Tabela 28 - Percentual de Matrículas nos Cursos na Modalidade Educação de Jovens e Adultos.....	52
Tabela 29 - Percentual de Evasão dos Cursos do IFSP em relação à Rede.....	53
Tabela 30 - Porcentagem de <i>campi</i> com disponibilização de espaços físicos minimamente adequados para produção, armazenamento e/ou consumo de alimentação.....	53
Tabela 31 - Quantidade de ativos de produção industrial	54
Tabela 32 - Percentual de servidores e servidoras envolvidos(as) em ações extensionistas ..	54
Tabela 33 - Atualizações e/ou reformulações de cursos técnicos e de graduação	54
Tabela 34 - Quantidade de acordos de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação	55
Tabela 35 - Número de pessoas atendidas pelas ações de extensão	55
Tabela 36 - Indicador de Efetividade dos Polos de Apoio Presenciais do IFSP	55

Tabela 37 - Indicador de Articulação Intercampi	56
Tabela 38 - Índice de inserção positiva do IFSP na mídia.....	56
Tabela 39 - Percentual de Transparência	57
Tabela 40 - Taxa de crescimento de seguidores e/ou inscritos	57
Tabela 41 - Taxa de engajamento de publicações	57
Tabela 42 - Índice de Satisfação com a Comunicação Institucional.....	58
Tabela 43 - Percentual de Execução Orçamentária Anual	58
Tabela 44 - Custo Médio por Aluno Equivalente.....	59
Tabela 45 - Eficiência nos Processos de Compras	59
Tabela 46 - Quantidade de acordos de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação	60
Tabela 47 - Número de acordos de cooperação que geraram produtos e recursos	60
Tabela 48 - Nota média das avaliações dos serviços digitais	60
Tabela 49 - Percentual de unidades executoras com plano de entregas revisado.....	61
Tabela 50 - Índice de Eficiência e Sustentabilidade da Governança	61
Tabela 51 - Indicador da Seção de Controle do iESGO	61
Tabela 52 - Indicador da Seção de Sustentabilidade Ambiental e Social do iESGO.....	61
Tabela 53 - Maturidade em Integridade Pública	62
Tabela 54 - Índice de Privacidade.....	62
Tabela 55 - Índice de Segurança da Informação	62
Tabela 56 - Índice de Governança de TI	63
Tabela 57 - Percentual de Ações Estratégicas do PDTI Cumpridas	63
Tabela 58 - Índice de Adequação da Infraestrutura Física e Tecnológica	63
Tabela 59 - Grau de Acessibilidade Arquitetônica e Digital	64
Tabela 60 - Tempo Médio para Manutenção Corretiva	64
Tabela 61 - Nível de Conectividade nos <i>campi</i>	64
Tabela 62 - Índice de Absenteísmo dos Servidores.....	65
Tabela 63 - Índice de Titulação TAE Especialização.....	66
Tabela 64 - Índice de Titulação TAE Mestrado	66
Tabela 65 - Índice de Titulação TAE Doutorado	66
Tabela 66 - Índice de Titulação PEBTT Doutorado	67
Tabela 67 - Quantidade de ativos de propriedade Industrial	67
Tabela 68 - Número de projetos institucionais com tecnologias emergentes	67
Tabela 69 - Histórico orçamentário do IFSP	71
Tabela 76 - Quadro de pessoal por idade.....	225
Tabela 77 - Evolução no quadro permanente de docentes por classe/ano*	226
Tabela 78 - Evolução no quadro permanente de docentes por titulação*	226
Tabela 79 - Evolução no quadro permanente de docentes por regime de trabalho.....	226
Tabela 80 - Composição do Quadro de Pessoal Docente frente ao BPEq.....	229
Tabela 81 - Necessidade de atualização de BPEq para atendimento das demandas institucionais.....	229

Tabela 82 - Evolução no quadro permanente de técnicos-administrativos por titulação* ...	230
Tabela 83 - Evolução no quadro permanente de técnicos-administrativos por regime de trabalho*	230
Tabela 84 - Correlação de cargos nível A, B, C, D e de médicos depois da MP nº 1.286/2024	231
Tabela 85 - Total de códigos de vagas de técnico-administrativos por nível, conforme o quantitativo previsto para o IFSP no modelo da Portaria MEC nº 713/2021	232
Tabela 86 - Salas de Aula e Bibliotecas dos <i>campi</i> do IFSP	255
Tabela 87 - Áreas de Convivência, Cantinas, Cozinhas, Refeitórios e Restaurantes Estudantis dos <i>campi</i> do IFSP	258
Tabela 88 - Acervo Geral das bibliotecas do IFSP	261
Tabela 89 - Situação da Regularidade Edilícia dos <i>campi</i> do IFSP	264
Tabela 90 - Cronograma de ação para a regularização edilícia dos <i>campi</i> do IFSP	267
Tabela 91 - Capacidade instalada de produção de energia fotovoltaica dos <i>campi</i> do IFSP	275
Tabela 92 - Capacidade de reaproveitamento de águas de chuva dos <i>campi</i> do IFSP	276

Lista de abreviaturas e siglas

%AEC-PDTI	Percentual de Ações Estratégicas do PDTI Cumpridas
%CMAeq	Custo Médio por Aluno Equivalente
%DEF	Percentual de <i>Campi</i> com Disponibilização de Espaços Físicos Minimamente Adequados para Produção, Armazenamento e/ou Consumo de Alimentação
%EJA	Percentual de Matrículas nos Cursos na Modalidade Educação de Jovens e Adultos
%EPC	Percentual de Eficiência nos Processos de Compras
%EvIFSPCursos	Percentual de Evasão dos Cursos do IFSP em relação à Rede
%EXEC	Percentual de Execução Orçamentária Anual
%GAAD	Percentual de Grau de Acessibilidade Arquitetônica e Digital
%IAI	Indicador de Articulação Intercampi
%IAIFT	Índice de Adequação da Infraestrutura Física e Tecnológica
%IAS	Índice Absenteísmo dos Servidores
%IFP	Indicador de Efetividade dos Polos de Apoio Presenciais do IFSP
%IIP	Índice de Inserção Positiva do IFSP na Mídia
%ISCI	Índice de Satisfação com a Comunicação Institucional
%NCC	Nível de Conectividade nos <i>Campi</i>
%NCR	Atualizações e/ou Reformulações de Cursos Técnicos e de Graduação
%NEE	Percentual de Estudantes Envolvidos em Ações de Extensão
%NSE	Percentual de Servidores e Servidoras Envolvidos em Ações Extensionistas
%T	Percentual de Transparência
%TCS/I	Taxa de Crescimento de Seguidores e/ou Inscritos
%TDD	Índice de Titulação PEBTT Doutorado
%TEP	Taxa de Engajamento de Publicações
%TTD	Índice de Titulação TAE Doutorado
%TTE	Índice de Titulação TAE Especialização
%TTM	Índice de Titulação TAE Mestrado
%UR	Percentual de Unidades Executoras com Plano de Entregas Revisado
AAA	Associação Atlética Acadêmica
AE	Quantidade de Ações Estratégicas definidas no PDTI
AEC	Quantidade de Ações Estratégicas do PDTI cumpridas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AINA	Índice de Adequação da Infraestrutura às Normas de Acessibilidade
APL	Arranjo Produtivo Local
APPDI	Acordos de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
ARINTER	Assessoria de Relações Internacionais
AS	<i>Autonomous System</i> (Sistema Autônomo)
ASG	Ambiental, Social e Governança
AVA	Ambientes Virtuais de Aprendizagem
BANI	<i>Brittle, Anxious, Non-linear, Incomprehensible</i>
BPEq	Banco de Professor Equivalente
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>

CA	Centro Acadêmico
CAE	Coordenadoria de Apoio ao Ensino
CAIRE	Cadastro de Interesse em Remoção
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de nível Superior
CapEx	<i>Capital Expensures</i> (Gastos de Capital)
CASP	Catálogo de Serviços para Agentes Públicos
CBI	Coordenadoria de Biblioteca
CC	Conceito de Curso
Cead	Comissão de Estudos de Atividades Docentes
CEAD	Centro de Referência em Educação a Distância
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEIC	Comissão para Elaboração e Implementação de Projeto Pedagógico de Curso de Educação Básica
CEIM	Comissão de Estudos para Viabilizar o Ingresso de Refugiados e Imigrantes nos Cursos do IFSP
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CES	Câmara de Educação Superior
Ceua	Comissão de Ética no Uso de Animais
CEX	Coordenadoria de Extensão
CExt	Percentual de PPCs com Curricularização da Extensão
CGD	Comitê de Governança Digital
CGIRC	Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos
CGNI	Comitê Gestor do Núcleo Incubador
CGPD	Comissão de Gestão e Proteção de Dados
CI	Conceito Institucional
CID	Código Internacional de Doenças
CIPEE	Comissão Interna de Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes
CIRE	Cadastro de Interesse de Redistribuição
CIS	Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos de Técnicos-Administrativos em Educação
CISAP	Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COANE	Comitê de Alimentação e Nutrição Estudantil
COET	Comissão de Ética
COLDIR	Colégio de Dirigentes
CONCAM	Conselho de <i>Campus</i>
CONICT	Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONPOG	Congresso de Pós-graduação do IFSP
CONSUP	Conselho Superior
COPAD	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
COPAE	Comissão Central Permanente de Assistência Estudantil
COPAEG	Comitê Permanente de Acompanhamento de Egressos

COPEA	Comissão Permanente de Acolhimento
COPEVE	Comitê Permanente de Prevenção e Enfrentamento da Violência Envolvendo Estudantes
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPAG	Coordenadoria de Planejamento e Apoio à Governança
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CPDA	Comissão Permanente de Dados Abertos
CPesq	Percentual de PPCs com Curricularização da Pesquisa
CPMA	Comissão Permanente de Monitoramento e Acompanhamento do PDI
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRA	Coordenadoria de Registros Acadêmicos
CSP	Coordenadoria Sociopedagógica
CSQVT	Comissão de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho
CSA	Catálogo de Serviços Acadêmicos
CST	Curso Superior de Tecnologia
CSU	Carta de Serviços ao Usuário
CTIC	Comitê de Tecnologia da Informação
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CTV	Cultivar
CVI	Cadeia de Valor Integrada
DA	Diretório Acadêmico
DACM-DGP	Diretoria Adjunta de Gestão de Carreira e Movimentação de Pessoal
DACP-DGP	Diretoria Adjunta de Cadastro e Pagamento de Pessoal
DAE	Diretor Ajunto Educacional
Daest	Diretoria de Assuntos Estudantis
DAGP-DGP	Diretoria Adjunta de Apoio Estratégico em Gestão de Pessoal
DAP	Total de PEBTT em situação funcional "Ativo Permanente" da folha dezembro
DAPD	Total de PEBTT em situação funcional "Ativo Permanente" com Doutorado na folha de dezembro
DASQ-DGP	Diretoria Adjunta de Saúde e Qualidade de Vida de Pessoal
DCE	Diretório Central Estudantil
DDI	Diretoria de Desenvolvimento Institucional
DGP-PRD	Diretoria de Gestão de Pessoas
DI	Desenho Industrial
DiCom	Diretoria de Comunicação
DNS	<i>Domain Name System</i> (Sistema de nomes de domínio)
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EAA	Escola de Aprendizes Artífices
EaD	Ensino a Distância
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EFGD	Estratégia Federal de Governo Digital
EGD	Estratégia de Governo Digital
EJA	Educação de Jovens e Adultos

ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EODOE	Percentual da Execução Orçamentária Destinada às Ofertas Educacionais
EPAPS	Evolução da Quantidade de Parcerias com os Arranjos Produtivos e Sociais
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i>
ESR	Escola Superior de Redes
ETEF	Escola Técnica Federal
ETIR	Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Rede
EUPE	Evolução na Utilização dos Processos Eletrônicos
Faq	<i>Frequent Asked Questions</i> (Perguntas Frequentes)
FIC	Formação Inicial e Continuada
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras
FORPROEXT	Fórum de Pró-reitores da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica
FPD-TI	<i>Framework</i> de Priorização Dinâmica de TI
GE	Grêmio Estudantil
GRU	Guia de Recolhimento de Receitas da União
IA	Inteligência Artificial
IaaS	<i>Infrastructure as a Service</i> (Infraestrutura como Serviço)
ICTS	Instituições de Ciência e Tecnologia
IDCD	Incremento da Disseminação da Cultura Digital
IDP	Índice de Desenvolvimento de Pessoal
IE	Índice de Êxito
IED	Índice de Envolvimento Discente em Órgãos Colegiados
IES	Instituição de Educação Superior
iESGo	Índice de Eficiência e Sustentabilidade da Governança
iESGo-Cont	Indicador da Seção de Controle do iESGo
iESGo-IES	Indicador da Seção de Sustentabilidade Ambiental e Social do iESGo
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
IGC	Índice Geral de Cursos
iGestContrat	Índice de Gestão de Contratos
iGestOrçament	Índice de Gestão de Orçamento
iGestPessoas	Índice de Gestão de Pessoas
iGestTI	Índice de Gestão de Tecnologia da Informação
iGG	Índice Geral de Governança
iGovPub	Índice de Governança Pública
iGovTI	Índice de Governança de TI
IIS	Índice de Integração de Servidores
IndI	Índice de Internacionalização
INOVA	Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia
IoT	<i>Internet of Things</i> (Internet das Coisas)

IP	Índice de Permanência
IPDI	Percentual de Implantação do Plano Diretor de Infraestrutura
iPriv	Índice de Privacidade
IQVS	Índice de Qualidade de Vida dos Servidores
ISAC	Índice de Satisfação com o Acesso aos <i>Campi</i>
iSeg	Índice de Segurança da Informação
ISPICI	Índice de Satisfação dos Públicos de Interesse com a Comunicação Institucional
ISST	Índice de Satisfação dos Servidores no Trabalho
ITGP	Índice de Transparência, Gestão Democrática e Participativa
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBT/LGBTQIAPN+	Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e outros
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
LLM	<i>Large Language Models</i> (Grandes Modelos de Linguagem)
LORI	<i>Learning Object Review Instrument</i> (Instrumento de Revisão de Objetos de Aprendizagem)
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação
MGI	Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos
MinC	Ministério da Cultura
MIS	Matrícula de Interesse Social
MMIP	Modelo de Maturidade em Integridade Pública
MPV	Medida Provisória
NACE	Número de pessoas atendidas por Cursos e Eventos no ano de referência
NAF	Número de Acordos de Cooperação que Geraram Produtos e Recursos
NAPNE	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NAPP	Número de pessoas atendidas por Programas e Projetos no ano de referência
NAPS	Número de pessoas atendidas por Prestações de Serviços no ano de referência
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NEP	Estudantes da Instituição Envolvidos em Projetos de Pesquisa
NI	Necessidades Institucionais
NMA	Nota Média das Avaliações dos Serviços Digitais
NPIC	Número de Projetos Institucionais com Tecnologias Emergentes
NUGS	Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OE	Objetivo Estratégico
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
ONU	Organização das Nações Unidas
OpEx	<i>Operations Expenditure</i> (Gastos de Operação)

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PaaS	<i>Platform as a Service</i> (Plataforma como Serviço)
PAE	Política de Assistência Estudantil
PAEE	Público-alvo da Educação Especial
PAEEE	Número de Pessoas Atendidas pelas Ações de Extensão
PAEg	Política de Acompanhamento de Egressos
PAMT	Índice de Participação dos Alunos no Mundo do Trabalho
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDA	Programa de Dados Abertos
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDP	Planos de Desenvolvimento de Pessoal
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEBTT	Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PEMT	Índice de Participação dos Egressos no Mundo do Trabalho
PESTAL	Político, Econômico, Social, Tecnológico, Ambiental e Legal
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PIANE	Política Institucional de Alimentação e Nutrição Estudantil
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC-AF	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas ações afirmativas
PIBIC-EM	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio
PIBIFSP	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIPDE	Programa Institucional de Auxílio à Participação de Discentes em Eventos
PIPECT	Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFSP
PIVICT	Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP
PLA	Português como Língua Adicional
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PLTI	Plano Local de Tecnologia da Informação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEPT	Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PoSIC	Política de Segurança da Informação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPPI	Projeto Político Pedagógico Institucional
PPSI	Programa de Privacidade e Segurança da Informação

PPTP	Produtos e Processos Tecnológicos que geraram depósitos de Patentes de inovação ou modelo de utilidade
PRA	Pró-Reitoria de Administração
PRE	Pró-Reitoria de Ensino e Políticas Estudantis
PRO-PRD	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
PRP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PRX	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PSQVIDA-IFSP	Política de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho
PSS	Processo Seletivo Simplificado
QAPI	Quantidade de Ativos de Produção Industrial
QAPPDI	Quantidade de Acordos de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
RAD	Relação Aluno/Docente
RAP	Relação Aluno/Professor
RATA	Relação Aluno/Técnico-Administrativo
RDE	Regime de Dedicação Exclusiva
RESPc	Quantidade Total de Respostas
RET	Reitoria
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RM	Registros de Marca
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
RPOSc	Quantidade de Respostas Positivas
RS	Registros de Software
SaaS	<i>Software as a Service</i> (Software como Serviço)
SDSN	<i>Sustainable Development Solutions Network</i>
SERES	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
Sesc	Serviço Social do Comércio
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SGD	Secretaria de Governo Digital
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
Sigepe	Sistema de Gestão de Pessoas
SIAPÉ	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SINAEP	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica
SINAE	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SIPPAG	Sistema Integrado de Protocolo, Pagamento e Gestão
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SNCTI	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
Swot	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TC	Topografia de Circuitos
TAE	Técnicos-Administrativos em Educação
TAP	Total de TAE em situação funcional "Ativo Permanente" da folha dezembro
TAPD	Total de TAE em situação funcional "Ativo Permanente" com Doutorado na folha de dezembro

TAPE	Total de TAE em situação funcional "Ativo Permanente" com Especialização na folha de dezembro
TAPM	Total de TAE em situação funcional "Ativo Permanente" com Mestrado na folha de dezembro
TDAM	Número de dias de afastamento de saúde homologados nos respectivos anos
TDIAS	Número de dias trabalhados
TED	Termo de Execução Descentralizada
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TMMC	Tempo Médio para Manutenção Corretiva
TSER	Número médio de servidores
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UADIN	Unidade de Auditoria Interna
UCI	Unidade de Controle Interno da Gestão
UGI	Unidade de Gestão da Integridade
UGR	Unidade de Gestão dos Riscos
UI	<i>Universitas Indonesia</i>
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
XaaS	<i>Everything as a Service</i> (Tudo como Serviço)

SUMÁRIO

PALAVRA DO REITOR	30
1 PERFIL INSTITUCIONAL	31
1.1 Introdução	31
1.2 Histórico institucional	32
1.3 Missão, visão e valores.....	33
1.4 Processo de elaboração do PDI	33
1.5 Resultados do PDI anterior	34
1.5.1 Desafio: Apoiar a defesa da educação profissional e tecnológica e do ensino superior públicos, gratuitos e de qualidade.....	34
1.5.2 Desafio: Garantir Permanência e Êxito com foco na formação integral do estudante	36
1.5.3 Desafio: Fortalecer a imagem do IFSP	38
1.5.4 Desafio: Construir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	39
1.5.5 Desafio: Aperfeiçoar os sistemas informatizados e a governança do IFSP	39
1.5.6 Desafio: Promover melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os servidores	41
1.5.7 Desafio: Adequar a utilização dos recursos às ofertas dos cursos atuais e futuros.....	42
1.6 Planejamento estratégico institucional	46
1.6.1 Diagnóstico institucional	46
1.6.2 Definição das diretrizes estratégicas.....	47
1.6.3 A Cadeia de Valor Integrada (CVI)	68
1.7 Planejamento estratégico de tecnologia da informação	68
1.7.1 Referencial estratégico institucional.....	69
1.7.2 Referencial estratégico de TI.....	70
1.7.3 Diagnóstico situacional.....	70
1.7.4 Objetivos estratégicos de TI.....	82
1.7.5 Alinhamento estratégico	83
1.7.6 Monitoramento e avaliação.....	85
1.7.7 Framework de priorização dinâmica – tecnologia da informação	85
1.8 Monitoramento e revisão.....	92
1.8.1 Monitoramento dos Indicadores do PDI.....	92
1.8.2 Monitoramento do PDI (Controle).....	93
1.8.3 Revisão do PDI	93
1.8.4 Procedimentos de Monitoramento	93
2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	95
2.1 Princípios filosóficos e pedagógicos	95
2.2 Políticas de ensino e ações estudantis	97
2.2.1 Currículos de referência.....	99
2.2.2 Educação básica.....	100
2.2.3 Ensino superior - graduação	104
2.2.4 Educação a distância (EaD)	110
2.2.5 Avaliação institucional	118
2.3 Política de atendimento ao discente	120
2.3.1 política de acesso	120
2.3.2 Apoio à permanência e êxito.....	123
2.3.3 Organização estudantil	133
2.3.4 Estágio	135
2.4 Política de pesquisa e pós-graduação	136
2.4.1 Política de pós-graduação.....	136

2.4.1 Política de pesquisa	139
2.5 Política de extensão	141
2.5.1 Programa desenvolvimento extensionista	143
2.5.2 Programa institucional cultura extensionista	143
2.5.3 Programa de formação profissional e cidadã	144
2.5.4 Programa cultura, tecnologia e sociedade	144
2.5.5 Programa sustentabilidade	144
2.5.6 Programa mundo do trabalho	145
2.5.7 Política de internacionalização do IFSP	145
2.6 Política de inovação	145
2.7 Política de ações afirmativas	148
2.7.1 Trajetória das ações afirmativas no IFSP	148
2.7.2 Princípios fundamentais de uma política de ações afirmativas	149
2.7.3 Objetivos	150
2.7.4 Atuação dos núcleos do IFSP	153
2.7.5 Política de prevenção e enfrentamento da violência envolvendo estudantes	157
3 PLANO DE OFERTAS DE CURSOS E VAGAS	158
3.1 Plano de oferta por <i>campus</i>	158
3.1.1 <i>Campus</i> Araraquara	158
3.1.2 <i>Campus</i> Avaré	159
3.1.3 <i>Campus</i> Barretos	160
3.1.4 <i>Campus</i> Bauru	161
3.1.5 <i>Campus</i> Birigui	162
3.1.6 <i>Campus</i> Boituva	163
3.1.7 <i>Campus</i> Bragança Paulista	165
3.1.8 <i>Campus</i> Campinas	166
3.1.9 <i>Campus</i> Campos do Jordão	167
3.1.10 <i>Campus</i> Capivari	168
3.1.11 <i>Campus</i> Caraguatatuba	169
3.1.12 <i>Campus</i> Catanduva	170
3.1.13 <i>Campus</i> Cubatão	171
3.1.14 <i>Campus</i> Guarulhos	172
3.1.15 <i>Campus</i> Hortolândia	173
3.1.16 <i>Campus</i> Ilha Solteira	174
3.1.17 <i>Campus</i> Itapetininga	175
3.1.18 <i>Campus</i> Itaquaquecetuba	176
3.1.19 <i>Campus</i> Jacareí	177
3.1.20 <i>Campus</i> Jundiaí	178
3.1.21 <i>Campus</i> Matão	179
3.1.22 <i>Campus</i> Miracatu	179
3.1.23 <i>Campus</i> Piracicaba	180
3.1.24 <i>Campus</i> Pirituba	181
3.1.25 <i>Campus</i> Presidente Epitácio	182
3.1.26 <i>Campus</i> Presidente Prudente	183
3.1.27 <i>Campus</i> Registro	184
3.1.28 <i>Campus</i> Rio Claro	184
3.1.29 <i>Campus</i> Salto	185
3.1.30 <i>Campus</i> São Carlos	186
3.1.31 <i>Campus</i> São João da Boa Vista	187
3.1.32 <i>Campus</i> São José do Rio Preto	188
3.1.33 <i>Campus</i> São José dos Campos	189

3.1.34	<i>Campus São Miguel Paulista</i>	190
3.1.35	<i>Campus São Paulo</i>	191
3.1.36	<i>Campus São Roque</i>	193
3.1.37	<i>Campus Sertãozinho</i>	194
3.1.38	<i>Campus Sorocaba</i>	195
3.1.39	<i>Campus Suzano</i>	196
3.1.40	<i>Campus Tupã</i>	197
3.1.41	<i>Campus Votuporanga</i>	198
3.2	Plano de oferta por cursos	199
4	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	219
4.1	Diretoria de comunicação (DiCom)	219
5	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS	223
5.1	Gestão de pessoas no IFSP	223
5.1.1	Processos-chave da política de gestão de pessoas	223
5.2	Perfil do corpo docente	226
5.2.1	Composição	226
5.2.2	Plano de carreira	227
5.2.3	Contratação de professores	228
5.2.4	Cronograma e plano de expansão do corpo docente	228
5.3	Perfil do corpo técnico-administrativo	230
5.3.1	Composição	230
5.3.2	Plano de carreira	230
5.3.3	Contratação de técnicos-administrativos	232
5.3.4	Cronograma e plano de expansão do corpo técnico-administrativo	232
5.4	Políticas de pessoal	233
5.4.1	Política de desenvolvimento de pessoas do IFSP	233
5.4.2	Política de promoção à saúde e qualidade de vida no trabalho	233
5.4.3	Política interna de gestão e solução de conflitos administrativos no IFSP	235
5.4.4	Políticas de mobilidade de pessoal	235
5.5	Objetivos estratégicos da área e ações institucionais	236
6	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO	238
6.1	Organização	238
6.1.1	Instâncias de decisão	238
6.1.2	Instrumentos normativos	239
6.2	Gestão	240
6.2.1	Política de gestão	240
6.2.2	Ambiental, Social e Governança (ESG)	243
6.2.3	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	246
6.3	Ações de participação, transparência e divulgação das informações	248
6.3.1	Relacionamento com a sociedade	248
6.3.2	Transparência ativa institucional	248
6.3.3	Serviços institucionais e o papel dos usuários de serviços públicos	249
6.4	Auditoria interna	250
7	INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	251
7.1	Objetivo	251
7.1.1	Avaliação da efetividade das ações institucionais	251
7.1.2	Proposição de ações para o PDI 2024/2029	251
7.1.3	Definição das áreas responsáveis e articulação	251
7.1.4	Indicação de metas alinhadas com o PDI e Planos de Desenvolvimento de Unidades (PDU)	251
7.2	Unidades do IFSP implantadas e em implantação	252

7.3 Gerenciamento da infraestrutura física das unidades	252
7.4 Avaliação da infraestrutura existente	254
7.4.1 Leis federais	254
7.4.2 Decretos	254
7.4.3 Normas técnicas	254
7.4.4 Resoluções e Portarias	254
7.4.5 Programas e Iniciativas	255
7.4.6 Especificações para Segurança e Acessibilidade	255
7.5 Bibliotecas institucionais	260
7.6 Quadras poliesportivas	263
7.7 Regularização edilícia	263
7.7.1 Plano de ação para regularização edilícia dos <i>campi</i> do IFSP	266
7.7.2 Cronograma de Ações	266
7.7.3 Monitoramento e revisão	268
7.8 Priorização de investimentos	269
7.8.1 Diretrizes para ampliação e adequação da infraestrutura física	269
7.8.2 Diretrizes para organização de ambientes dos <i>campi</i>	270
7.8.3 Sustentabilidade	271
7.8.4 Plano de ações e metas por eixo temático (PLS) IFSP	273
7.8.5 Eficiência energética e reaproveitamento de águas pluviais	275
8 DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE FINANCEIRA	277
8.1 Critérios e diretrizes para distribuição orçamentária	279
8.2 Técnicas orçamentárias	279
8.3 A divisão do orçamento no âmbito do IFSP	281
8.4 Processo de monitoramento, controle e revisão orçamentária do PDI	283
REFERÊNCIAS	285

PALAVRA DO REITOR

Construindo o Futuro que almejamos

Prezadas(os) servidoras(es), estudantes, comunidade e parceiras(os),

É com grande satisfação que apresento o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), um documento estratégico que guiará os próximos anos da nossa instituição.

O IFSP, com seus atuais 41 *campi* e a perspectiva de expansão, configura-se como uma instituição pública de grande relevância para o desenvolvimento social e econômico do estado de São Paulo e do país. Nossas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação impactam diretamente a vida de inúmeras pessoas, fomentando a inclusão social, a qualificação profissional, a produção de conhecimento e a formação de cidadãos e cidadãs engajados.

Em uma instituição de tamanha magnitude e com um papel tão relevante, o planejamento do desenvolvimento se revela importante e complexo. O PDI é o fruto de um trabalho árduo e dedicado das comissões locais e central, integradas por servidoras e servidores comprometidos em analisar dados institucionais, identificar nossas potencialidades e desafios, e delinear um plano estratégico para os próximos anos. Agradeço imensamente a cada um de vocês por essa contribuição essencial.

É fundamental destacar, também, o processo dialógico que permeou a construção deste plano. Realizamos discussões nos *campi*, consultas públicas e lives de lançamento de cada etapa, culminando com a aprovação no Conselho Superior, com a preocupação de submeter o documento para apreciação por partes, o que possibilitou uma análise mais aprofundada.

A presente gestão tem direcionado esforços para fortalecer a segurança jurídica no IFSP, promover práticas de ESG (*Environmental, Social and Governance*) em todas as instâncias da instituição e impulsionar ações voltadas à Sustentabilidade. A preocupação com o meio ambiente, a responsabilidade social e a governança transparente são pilares que sustentam o nosso desenvolvimento.

Em consonância com os princípios da Educação Integral, o PDI prioriza a qualidade do ensino e o bem-estar dos estudantes, com foco em ações que assegurem o acesso, a permanência e no êxito em sua trajetória acadêmica.

Nas mais de 300 páginas do PDI, vocês encontrarão um panorama detalhado de nossas metas, ações e indicadores para os próximos anos. Estruturado em capítulos, o planejamento abrange Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, abordando a organização e estrutura dos *campi*, seus referenciais estratégicos, a Estratégia de Governança Digital, a Gestão de Pessoas, a Infraestrutura Física, a Gestão Financeira e programas focados na formação profissional e cidadã, na sustentabilidade, no mundo do trabalho e na qualidade de vida para nossos servidores, servidoras e demais colaboradores do IFSP.

O PDI 2024-2028 é um documento dinâmico, que será constantemente revisitado para assegurar que estejamos avançando na direção do futuro que almejamos para o IFSP.

Conto com a colaboração de todos para que, juntos, construamos um IFSP cada vez melhor, que transforme vidas, um IFSP relevante e comprometido com o desenvolvimento do nosso país.

Silmário Batista dos Santos
Reitor do IFSP

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Introdução

Este documento torna público o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), o qual contempla objetivos e princípios que pautarão a trajetória desta Instituição de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ao longo do período de cinco anos, compreendidos de 2024 a 2029.

O PDI se caracteriza como documento obrigatório para as Instituições de Educação Superior (IES), sejam elas públicas ou privadas, em consonância ao Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o qual dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Neste sentido, consiste em um plano estratégico que identifica a instituição à luz de suas políticas institucionais, definindo os rumos de seu desenvolvimento e de suas metas, explicitando a missão e os objetivos institucionais. Outrossim, o processo de construção deste documento se apresenta como um momento importantíssimo para reflexão quanto ao posicionamento da instituição no momento final da vigência do referido plano.

Entre os itens mínimos previstos no Decreto nº 9.235/2017, observando a organização acadêmica da Instituição, o PDI 2024-2029 contempla a Missão, Visão e Valores, e o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), perpassando por seus princípios filosóficos, pedagógicos e políticas institucionais, preceitos estes que alicerçarão seu efetivo desenvolvimento. É, pois, um instrumento norteador para o alinhamento dos princípios e objetivos institucionais às demandas contemporâneas da sociedade, respeitando as demandas locais nas diversas regiões do Estado de São Paulo onde o IFSP se faz presente, promovendo o crescimento sustentável e a inovação contínua.

Não obstante, o PDI tem como um dos pilares o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), seus Objetivos Estratégicos (OE) e a Cadeia de Valor Integrada (CVI), além de pactuar os conceitos relacionados ao Ambiental, Social e Governança (ASG), assegurando o compromisso da alta gestão com padrões de excelência em gestão.

Não menos relevante, o PDI 2024-2029 estabelece os indicadores estratégicos para cada Objetivo Estratégico, definindo a metodologia de cálculo e fontes de coleta de dados. Isso permitirá o monitoramento, o acompanhamento e as readequações, quando necessário.

O PDI não é, pois, apenas um documento formal, mas um desenho estratégico que consolida o planejamento da instituição em seus diversos eixos de atuação e a trajetória institucional, promovendo a melhoria contínua e a busca incessante pela qualidade em todas as suas dimensões. Isso posto, o PDI 2024-2029 do IFSP se constitui como compromisso institucional com a excelência e a responsabilidade social, buscando promover a formação integral dos estudantes orientada pelas demandas sociais e pelas transformações do mundo do trabalho e contribuir para a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da cidadania com ações de ensino, extensão, pesquisa, inovação, produção cultural e práticas desportivas conforme os objetivos e eixos da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT), nos termos do Decreto nº 12.603, de 28 de agosto de 2025. Por meio de implementação do PDI, a instituição reafirma sua ação como agente transformador da sociedade, capaz de adaptar-se continuamente, influenciando positivamente o cenário no qual está inserido.

A efetiva implementação das políticas institucionais e iniciativas estratégicas previstas ao longo do documento ocorrerá mediante atuação integrada e articulada das instâncias

administrativas e acadêmicas que constituem a estrutura da Instituição, dado que igualmente importante ao processo de construção do documento é sua implementação, monitoramento e alcance dos resultados institucionais propostos.

O processo de revisão das políticas institucionais, referente à primeira revisão do PDI 2024-2029, está disponível no seguinte link: <https://l1nk.dev/OowXy>.

1.2 Histórico institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), especializada na oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), criada por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que também instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual o IFSP é integrante. Ainda que vinculado ao MEC, o IFSP detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, nos termos do Art. 1º, Parágrafo único, da Lei nº 11.892/2008. Fatos históricos importantes:

1909: São criadas as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA) nas capitais dos estados, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.

1937: As EAA são transformadas em Liceus Industriais, por meio do Art. 37 da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.

1942: É Instituída a Escola Técnica Federal de São Paulo (ETEF-SP), por meio do Art. 8º, inciso VII, do Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.

1959: As ETEF ganham personalidade jurídica própria, com autonomia didática, administrativa, técnica e financeira, conforme disposto no Art. 16 da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

1978: As ETEF de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro se tornam Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), conforme disposto na Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.

1999: É criado o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP), mediante transformação da ETEF-SP, conforme disposto no Decreto de 18 de janeiro de 1999;

2008: O Instituto Federal de São Paulo é criado a partir da transformação do CEFET-SP, conforme disposto no Art. 5º, inciso XXXVI, da Lei nº 11.892/2008.

2025: É instituída a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica - PNEPT e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica - SINAEP, nos termos do Decreto nº 12.603/2025.

Com a mudança, o Instituto Federal de São Paulo passou a destinar 50% das vagas para os cursos técnicos e, no mínimo, 20% das vagas para os cursos de licenciatura e para os programas especiais de formação pedagógica, sobretudo nas áreas de Ciências e da Matemática. Continuou a oferecer cursos de formação inicial e continuada (extensão), cursos superiores de graduação em bacharelado e de tecnologias, além dos cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) e stricto sensu (mestrado).

Além dos cursos presenciais, o Instituto Federal de São Paulo oferece os cursos técnicos e de graduação na modalidade de Ensino a Distância (EaD).

O IFSP representa o maior órgão da Rede Federal. As informações sobre os números da instituição tais como total de matrículas, vagas, inscritos em processos seletivos dentre outros indicadores de gestão, visite a [Plataforma Nilo Peçanha \(PNP\)](#).

Visite a página [Institucional](#) do portal institucional do IFSP para acessar a Galeria dos Reitores e conhecer mais sobre o histórico da instituição.

1.3 Missão, visão e valores

Missão

Ofertar educação profissional, científica e tecnológica orientada por uma práxis educativa plural e emancipadora, que efetive a formação integral e contribua para a inclusão social, o desenvolvimento regional, a produção e a socialização do conhecimento.

Visão

Ser referência em educação profissional, científica e tecnológica, na formação de professores, na pesquisa aplicada e na produção e socialização do conhecimento, promovendo a inclusão e ascensão social dos egressos.

Valores

1. Democracia, pautada na ampla participação coletiva, respeito à liberdade de expressão, igualdade, representatividade e corresponsabilidade.
2. Valorização da Vida, pautada na atenção ao bem-estar social dos alunos/as, servidores/as, colaboradores/as e comunidade.
3. Transparência, conduzido em critérios cristalinos para a tomada de decisão, compartilhamento das informações disponíveis e comunicação ágil internamente e com a sociedade.
4. Inovação, pautada no desenvolvimento do arranjo produtivo e para a qualidade de vida das pessoas, aproximando a instituição da comunidade.
5. Sustentabilidade, pautada pela responsabilidade ambiental, social e econômica.
6. Direitos Humanos, que se expressam na dignidade de todas as pessoas, na liberdade de opinião e de expressão e no respeito mútuo.
7. Excelência, pautada na governança pública, tendo sempre em vista as relações sociais e o desenvolvimento humano.

1.4 Processo de elaboração do PDI

Elaborado de forma colaborativa e participativa, todo processo de construção do PDI 2024-2029 envolveu a contribuição de diversos atores da comunidade acadêmica, incluindo docentes, discentes, técnicos-administrativos, gestores e sociedade civil, perpassando toda a estrutura administrativa, pró-reitorias, diretorias sistêmicas, *campi* e núcleos. Essa abordagem democrática assegurou que as perspectivas e necessidades dos diversos segmentos tenham sido consideradas, resultando em um plano que reflete a diversidade, a pluralidade e a riqueza de ideias presentes na instituição e no seu entorno.

Os trabalhos referentes ao processo de construção do PDI 2024-2029 tiveram início por meio do [Comunicado nº 2/2022 - DDI-PRD/PRO-PRD/RET/IFSP, de 12 de abril de 2022](#), o qual trata da Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional para o quinquênio 2024/2029. Em atendimento a tal comunicado os *campi* do IFSP, por meio de portaria, designaram a composição de suas comissões locais.

A [Portaria nº 5.571/IFSP, de 26 de setembro de 2022](#), designou a composição da Comissão Central, sendo parcialmente alterada pela [Portaria nº 6.065/IFSP, de 07 de outubro de 2022](#).

O [Comunicado nº 1/2022 - PRO-PRD/RET/IFSP, de 15 de julho de 2022](#), convocou representantes das Comissões Locais para a [1ª Formação das Comissões Locais para Construção do PDI 2024-2028](#), realizada entre os dias 8 e 10 de agosto no *campus* Araraquara do IFSP. Na oportunidade, foram abordados as premissas, o amparo legal, os princípios e os

documentos mandatórios a serem utilizados durante o processo de elaboração do PDI 2024-2029. Como ferramenta essencial de mapeamento do plano de oferta de cursos, a planilha de impacto da força de trabalho docente mereceu atenção específica, sendo oferecido aos membros das comissões presentes treinamento para eficiente preenchimento. A documentação dessas atividades está acessível na [aba Comissões Locais da página do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP](#).

Partindo de premissas de processos de melhoria contínua, o desenvolvimento do PDI 2024-2029 incluiu análise aprofundada do PDI 2019-2023 e dos resultados obtidos, do ambiente interno e externo da instituição, identificando pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças. Tal análise foi fundamental para a formulação de estratégias eficazes que potencializem os recursos disponíveis e minimizem os riscos identificados. Indicadores de Eficiência Educacional foram avaliados em cada curso em cada *campi*, com a consequente elaboração de planos de ação para melhoria dos resultados obtidos. Tais diagnósticos possibilitaram o estabelecimento de metas específicas e indicadores de desempenho, que servirão como referência para o acompanhamento do progresso e consequente tomadas de decisões.

As comissões Central e de Sistematização promoveram suporte às comissões locais, por meio de ciclos de reuniões e [visitas a todos os campi](#), realizadas ao longo do processo. Corroborando o caráter coletivo e participativo do documento, a comunidade externa se fez presente no processo de construção deste PDI por meio das audiências e consultas públicas promovidas pelos *campi* do IFSP. A participação também foi assegurada por meio de sugestões encaminhadas as oito consultas públicas promovidas pela Comissão Central em conjuntos com as pró-reitorias, diretorias sistêmicas e núcleos do IFSP, a saber: (i) [Consulta pública da política de Extensão](#); (ii) [Consulta pública da política de Inovação](#); (iii) [Consulta pública da política de Pesquisa](#); (iv) [Consulta pública das políticas de Ensino e Assuntos Estudantis](#); (v) [Consulta pública da política de Gestão de Pessoas](#); (vi) [Consulta pública da Política de Ações Afirmativas](#); (vii) [Consulta Pública de Sustentabilidade Financeira e Infraestrutura](#) e (viii) [Consulta Pública das Estratégias de Comunicação](#).

Todo o processo de elaboração do PDI 2024-2029 está registrado no [Relatório de Elaboração do PDI 2024-2028](#) publicado na página do PDI do portal institucional. A metodologia adotada para a elaboração do PDI pode ser consultada no referido relatório.

1.5 Resultados do PDI anterior

A análise do PDI anterior é uma etapa importante para a elaboração de um novo PDI. É com base nos resultados anteriores que se planeja o futuro. Os resultados do PDI anterior, no caso o PDI 2019-2023, tomam como base apenas os resultados dos indicadores previstos no documento. Os indicadores estão acompanhados de breve análises sobre os valores obtidos pelos indicadores. A seguir, seguem os resultados obtidos por cada Desafio Institucional proposto no PDI 2019-2023.

1.5.1 Desafio: Apoiar a defesa da educação profissional e tecnológica e do ensino superior públicos, gratuitos e de qualidade

Tabela 1 - Índice de Transparência, Gestão Democrática e Participativa

1.1. Índice de Transparência, Gestão Democrática e Participativa (ITGP) % — Polaridade: Maior melhor

Fórmula do indicador

$$ITGP = \left(\frac{\text{Unidades com portal adequado às orientações da RFEPCT}}{\text{Total de unidades com portal}} \right) \times 100$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹
-	-	-	40,5	45,2	47,6

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Não há dados anteriores a 2022, pois o indicador foi atualizado em 26 de maio de 2023 pela [Portaria IFSP nº 2.218, de 26 de maio de 2023](#).

¹ O levantamento considera apenas o primeiro semestre de 2024.

Tabela 2 - Índice de Envolvimento Discente em Órgãos Colegiados

1.2. Índice de Envolvimento Discente em Órgãos Colegiados (IED) % — Polaridade: Maior melhor
Fórmula do indicador

$$IED = \left(\frac{\text{Presenças discentes nas reuniões dos Órgãos Colegiados}}{\text{Presenças discentes previstas nas reuniões dos Órgãos Colegiados}} \right) \times 100$$

2019 ¹	2020 ¹	2021 ¹	2022 ¹	2023 ²	2024 ^{2, 3}
57,66	70,05	68,79	61,99	48,45	41,11

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Para o cálculo deste indicador foi considerado apenas o percentual de presença discente nas reuniões dos órgãos colegiados que responderam a pesquisa.

¹ Não responderam à pesquisa referente ao período, as unidades de Avaré, Boituva, Guarulhos, Ilha Solteira, Itapetininga, São João da Boa Vista, São Paulo e Votuporanga.

² Não responderam à pesquisa referente ao período as unidades de Araraquara, Barretos, Birigui, Boituva, Campos do Jordão, Capivari, Hortolândia, Itapetininga, São Roque, Sertãozinho, Suzano e Tupã, além dos setores da Pró-Reitoria de Extensão e da Agência de Inovação.

³ O levantamento considera apenas o primeiro semestre de 2024.

Tabela 3 - Evolução da Quantidade de Parcerias com os Arranjos Produtivos e Sociais

1.3 / 3.2. Evolução da Quantidade de Parcerias com os Arranjos Produtivos e Sociais (EPAPS) % — Polaridade: Maior melhor
Fórmula do indicador

$$EPAPS = \left(\frac{\text{Quantidade de Parcerias com APS}(a)}{\text{Quantidade de parcerias com APS}(a - 1)} \right) \times 100$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹
20,4	-28,8	-45,2	60,9	-16,2	4,17

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Foi considerada somente a quantidade de acordos de cooperação técnica oficialmente firmados e com envolvimento efetivo dos arranjos produtivos e sociais (Fonte: PRX e INOVA).

¹ O levantamento considera apenas o primeiro semestre de 2024.

Análise

Apesar do crescimento contínuo observado do **Índice de Transparência, Gestão Democrática e Participativa (ITGP)**, o valor percentual da última medição não logrou alcançar 50% das unidades com portal adequado às orientações, indicando que, embora haja esforços para promoção da transparência institucional, pilar da boa governança, ainda existe uma necessidade de alinhamento e convergência de interesses por parte das unidades.

O **Índice de Envolvimento Discente em Órgãos Colegiados (IED)** teve seu pico em 2020, possivelmente devido ao engajamento digital durante a pandemia. Entretanto, sua redução contínua desde então pode ser um indicativo de perda de interesse ou dificuldades

na participação estudantil nos colegiados. Esse cenário reforça a necessidade de estratégias voltadas ao reengajamento dos discentes na vida institucional.

Por sua vez, a **Evolução da Quantidade de Parcerias com os Arranjos Produtivos e Sociais (EPAPS)** apresentou grande oscilação ao longo do período, a qual pode ser considerada natural em consequência da forte dependência de fatores do ambiente externo. Esse comportamento pode sugerir que, apesar dos esforços, a expansão contínua das parcerias enfrenta obstáculos diversos, que podem incluir desde restrições internas até mudanças nas demandas do mercado. Todavia, se faz importante destacar que, no ano de 2024 a instituição passou a adotar um novo módulo para gestão dos acordos vigentes, o que permitiu um aumento no número de acordos aditados e um acompanhamento mais eficiente dos acordos vigentes.

Em síntese, os indicadores analisados foram estruturados para fortalecer a defesa da educação por meio da transparência, da participação democrática dos estudantes e da articulação com a sociedade. Durante o período, o IFSP avançou na transparência e na governança institucional, mas a proximidade e o alinhamento com a comunidade interna e externa permanecem desafios a serem superados.

1.5.2 Desafio: Garantir Permanência e Êxito com foco na formação integral do estudante

Tabela 4 - Índice de Permanência

2.1. Índice de Permanência (IP) % — Polaridade: Maior melhor					
Fórmula do indicador					
$IP = \left(1 - \frac{\text{Matrículas finalizadas evadidas}}{\text{Matrículas atendidas}}\right) \times 100$					
2019	2020	2021	2022	2023	2024
78,2	86,9	79,5	69,4	66,33	*

Fonte: CPAG-DDI (2025).

*Aguardando extração consolidada da Plataforma Nilo Peçanha.

Tabela 5 - Índice de Êxito

2.2. Índice de Êxito (IE) % — Polaridade: Maior melhor					
Fórmula do indicador					
$IE = \left(\frac{\text{Concluintes}}{\text{Matrículas finalizadas}}\right) \times 100$					
2019	2020	2021	2022	2023	2024
53,7	43,8	51,4	37,2	40,75	*

Fonte: CPAG-DDI (2025).

*Aguardando extração consolidada da Plataforma Nilo Peçanha.

Tabela 6 - Índice de Participação dos Alunos no Mundo do Trabalho

2.3. Índice de Participação dos Alunos no Mundo do Trabalho (PAMT) % — Polaridade: Maior melhor

Fórmula do indicador

$$PAMT = \left(\frac{\text{Alunos que estão realizando estágio obrigatório ou não obrigatório}}{\text{Alunos matriculados em cursos regulares}} \right) \times 100$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024
2,6	0,7 ¹	1,3	10,8	4,7	*

Fonte: CPAG-DDI (2025).

*Aguardando extração consolidada da Plataforma Nilo Peçanha.

Tabela 7 - Índice de Participação dos Egressos no Mundo do Trabalho

2.4. Índice de Participação dos Egressos no Mundo do Trabalho (PEMT) % — Polaridade: Maior melhor
Fórmula do indicador

$$PEMT = \left(\frac{\text{Egressos do ano ant. com ocup. na área de formação que resp. à pesquisa}}{\text{Egressos do ano anterior que responderam à pesquisa}} \right) \times 100$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹
39,2 ¹	36,8	29,4	41,5	33,3	74,07

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Foram consideradas apenas as respostas advindas do formulário eletrônico disponibilizado a partir de 2015.

¹ O levantamento considera apenas o primeiro semestre de 2024.

Análise

O **Índice de Permanência (IP)** apresentou seu ponto mais alto em 2020, seguido por uma trajetória decrescente nos anos subsequentes. Esse resultado inicial positivo pode ser explicado pela implementação de políticas emergenciais durante a pandemia, incluindo flexibilizações acadêmicas, expansão de auxílios e adoção do ensino remoto emergencial, porém o declínio subsequente sugere que os impactos negativos da pandemia não foram plenamente superados, de forma que além da persistência e possível fortalecimento de barreiras socioeconômicas e desafios estruturais, podem ter ocorrido dificuldades na readequação dos estudantes no período pós-pandêmico.

Em linha com o indicador anterior, o **Índice de Êxito (IE)**, apresentou seu ponto de maior atenção no ano de 2022, quando da normalização das atividades pós-pandemia, e, apesar do possível indicativo de recuperação em 2023, seu valor reduzido indica desafios no acompanhamento acadêmico dos estudantes, uma vez que problemas relacionados a taxa de conclusão podem estar associados a questões com evidências ao longo da trajetória do aluno na instituição.

Além disso, a **Participação dos Alunos no Mundo do Trabalho (PAMT)**, demonstra instabilidade e alta oportunidade de crescimento, de modo que os resultados sugerem que a conexão do IFSP com o setor produtivo ainda pode ser aprimorada.

Por outro lado, recebe destaque o crescimento expressivo do **Índice de Participação dos Egressos no Mundo do Trabalho (PEMT)**, o qual pode ser um indicativo que apesar das dificuldades na permanência, os alunos que concluem os cursos na instituição tendem a conseguir uma boa inserção profissional.

Conclui-se que os indicadores relacionados ao desafio em questão, demonstram que a evasão escolar é um problema crítico, que merece atenção e direcionamento de esforços significativos para garantir que os alunos ingressantes cheguem à conclusão do curso. Esse esforço é ainda mais oportuno considerando o potencial de inserção profissional demonstrado

por aqueles que chegam a obter o diploma, manifestando a capacidade da instituição de promover a transformação social através da educação.

1.5.3 Desafio: Fortalecer a imagem do IFSP

Tabela 8 - Índice de Satisfação dos Públicos de Interesse com a Comunicação Institucional

3.1. Índice de Satisfação dos Públicos de Interesse com a Comunicação Institucional (ISPICI) % — Polaridade: Maior melhor

Fórmula do indicador

$$ISPICI = \left(\frac{\text{Resp. positivas sobre comunicação instit. na autoavaliação do IFSP}}{\text{Total de resp. ao item sobre comunicação instit. na autoavaliação}} \right) \times 100$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024
84,8	86,2	61,7	65,5	82,6	*

Fonte: CPAG-DDI (2025).

* Não foi possível mapear o ano de 2024, pois o eixo de análise não fez parte do escopo da avaliação do referido ano.

Tabela 9 - Índice de Internacionalização

3.3. Índice de Internacionalização (IndI) % — Polaridade: Maior melhor

Fórmula do indicador

$$IndI = \left(\frac{\text{Intercâmbios internacionais enviados e recebidos (a)}}{\text{Intercâmbios internacionais enviados e recebidos (a - 1)}} - 1 \right) \times 100$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹
447,4	-96,6	150,0	400,0	-12,0	29,55

Fonte: CPAG-DDI (2025).

¹ O levantamento considera apenas o primeiro semestre de 2024.

Análise

O **Índice de Satisfação dos Públicos de Interesse com a Comunicação Institucional (ISPICI)** apresentou uma queda até 2021, mas registrou uma forte recuperação em 2022, mantendo-se em crescimento em 2023. Esse avanço demonstra uma significativa melhora na comunicação do IFSP, refletindo estratégias de relacionamento cada vez mais eficazes aos olhos da comunidade interna. O desafio agora é consolidar essa tendência positiva nos próximos anos, fortalecendo ainda mais o engajamento e a percepção de qualidade da comunicação institucional promovida pela Diretoria de Comunicação (DiCom).

Em contrapartida, o **Índice de Internacionalização (IndI)** apresentou um comportamento instável, evidenciando desafios na manutenção da mobilidade acadêmica. Embora tenha registrado uma melhora significativa no primeiro semestre de 2024, ainda requer atenção para que esse crescimento se mantenha estável. Essa instabilidade está associada ao fato de os editais de internacionalização serem de auto custeio, o que dificulta a permanência de muitos estudantes no exterior e impacta diretamente a adesão e a continuidade nos programas de intercâmbio.

Por outro lado, no que se refere a **parcerias internacionais**, houve um avanço expressivo no último ano, com um aumento significativo no número de acordos firmados, que passaram de 12 no início de 2023 para 46 ao final de 2024.

Os indicadores apontam para avanços no relacionamento do IFSP com a comunidade interna. No entanto, o fortalecimento da imagem institucional no cenário externo, por meio da mobilidade internacional, depende da ampliação de iniciativas que tornem a internacionalização mais acessível e sustentável para os estudantes, além da continuidade no fortalecimento das parcerias internacionais.

1.5.4 Desafio: Construir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

Tabela 10 - Percentual de PPCs com Curricularização da Pesquisa

4.2. Percentual de PPCs com Curricularização da Pesquisa (CPesq)¹ % — Polaridade: Maior melhor

Fórmula do indicador

$$CPesq = \left(\frac{PPCs \text{ com curricularização com a pesquisa}}{Total \text{ de PPCs vigentes}} \right) \times 100$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024 ²
-	-	-	75,3	75,3	100

Fonte: CPAG-DDI (2025).

¹ Não há dados anteriores a 2022, pois o indicador foi atualizado em 26 de maio de 2023 pela [Portaria IFSP nº 2.218/2023](#).

² O levantamento considera apenas o primeiro semestre de 2024.

Tabela 11 - Percentual de PPCs com Curricularização da Extensão

4.3. Percentual de PPCs com Curricularização da Extensão (CExt)¹ % — Polaridade: Maior melhor

Fórmula do indicador

$$CExt = \left(\frac{PPCs \text{ com curricularização com a extensão}}{Total \text{ de PPCs vigentes}} \right) \times 100$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024 ²
-	-	-	5,5	100	100

Fonte: CPAG-DDI (2025).

¹ Não há dados anteriores a 2022, pois o indicador foi atualizado em 26 de maio de 2023 pela [Portaria IFSP nº 2.218/2023](#).

² O levantamento considera apenas o primeiro semestre de 2024.

Análise

O alcance da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por meio da integração curricular da pesquisa e extensão foi o objetivo que obteve resultados de maior destaque dentro dos indicadores analisados, uma vez que a instituição alcançou 100% da meta estabelecida. Essa conquista representa um marco significativo para o fortalecimento da formação acadêmica, intelectual e profissional do estudante, fundamentais para o cumprimento da missão do IFSP.

1.5.5 Desafio: Aperfeiçoar os sistemas informatizados e a governança do IFSP

Tabela 12 - Índice Geral de Governança

5.2. Índice Geral de Governança (iGG) % — Polaridade: Maior melhor

Fórmula do indicador

$$iGG = \left(\frac{iGovPub + iGestPessoas + iGestTI + iGestContrat + iGestOrcament}{5} \right) \times 100$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024
*	*	48,3	*	41,2 ¹	45

Fonte: CPAG-DDI (2025).

* Não foram publicados pelo TCU dados dos anos de 2019, 2020 e 2022.

¹iGG calculado com base na [planilha disponibilizada pelo TCU](#).

Tabela 13 - Evolução na Utilização dos Processos Eletrônicos

5.3. Evolução na Utilização dos Processos Eletrônicos (EUPE) % — Polaridade: Maior melhor
Fórmula do indicador

$$EUPE = \left(\frac{\text{Quantidade de processos eletrônicos criados}}{\text{Quantidade de processos eletrônicos criados desde a sua implantação}} \right) \times 100$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹
*	*	*	41,9	27,4	10,62

Fonte: CPAG-DDI (2025).

* Não há dados anteriores a 2022, pois o indicador foi atualizado em 26 de maio de 2023 pela [Portaria IFSP nº 2.218/2023](#).

¹ O levantamento considera apenas o primeiro semestre de 2024.

Tabela 14 - Incremento da Disseminação da Cultura Digital

5.4. Incremento da Disseminação da Cultura Digital (IDCD) % — Polaridade: Maior melhor
Fórmula do indicador

$$IDCD = \left(\frac{\text{Quant. de serv. diferentes que criaram processos eletrônicos (a)}}{\text{Quant. de serv. diferentes que criaram processos eletrônicos (a - 1)}} \right) \times 100$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹
*	*	*	10,9	-3,0	-3,35

Fonte: CPAG-DDI (2025).

* Não há dados anteriores a 2022, pois o indicador foi atualizado em 26 de maio de 2023 pela [Portaria IFSP nº 2.218/2023](#).

¹ O levantamento considera apenas o primeiro semestre de 2024.

Análise

O **Índice Geral de Governança (iGG)** é um indicador calculado com base em critérios definidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), levantado por meio de questionários aplicados às instituições públicas. Até 2022, o IFSP utilizava os resultados publicados pelo TCU, porém a partir de 2023 começou a utilizar também a planilha disponibilizada para realização do cálculo com base nas respostas e critérios atendidos. Os resultados obtidos demonstram que, considerando possíveis variações nas questões ao longo dos anos, a instituição manteve certa estabilidade em relação a sua governança geral, sendo necessário consolidar a leve melhora do indicador verificada de 2023 para 2024 ao longo do próximo ciclo do PDI.

Em relação à análise da **Evolução na Utilização dos Processos Eletrônicos (EUPE)**, é possível verificar uma queda significativa desde o estabelecimento do indicador. Todavia, com

o passar do tempo a variável que considera o total de processos eletrônicos criados desde a implantação do módulo, tende a aumentar cada vez mais, enquanto os novos processos criados tendem a ter certa estabilidade, o que torna natural que o indicador, na forma como foi pensado, apresente declínio ao longo do ciclo.

Já o declínio observado no **Incremento da Disseminação da Cultura Digital (IDCD)**, pode ser um ponto de atenção para a instituição, indicando a necessidade de análises para verificar possíveis resistências em relação à transformação digital que vem ocorrendo nos últimos anos.

Em síntese, os indicadores referentes ao desafio “Aperfeiçoar os sistemas informatizados e a governança do IFSP”, sugerem que a instituição tem avançado em relação aos seus sistemas informatizados e sua governança, porém demandam atenção para que o IFSP consolide tais avanços e assuma uma posição sólida quanto aos mecanismos para a eficiência operacional e a boa governança pública.

1.5.6 Desafio: Promover melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os servidores

Tabela 15 - Índice de qualidade de vida dos servidores

6.1. Índice de qualidade de vida dos servidores (IQVS) % — Polaridade: Menor melhor					
Fórmula do indicador $IQVS = \left(\frac{\text{Número de afastamentos por CID}}{\text{Número de servidores efetivos da Instituição}} \right) \times 100$					
2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹
60,0	17,3	12,9	70,3	41,5	15,28

Fonte: CPAG-DDI (2025).

¹ O levantamento considera apenas o primeiro semestre de 2024.

Tabela 16 - Índice de Satisfação dos Servidores no Trabalho

6.2. Índice de Satisfação dos Servidores no Trabalho (ISST) % — Polaridade: Maior melhor					
Fórmula do indicador $ISST = \left(\frac{\text{Respostas pos. dos serv. na autoavaliação sobre satisfação no trabalho}}{\text{Total de resp. ao item da autoavaliação sobre satisfação no trabalho}} \right) \times 100$					
2019	2020	2021	2022	2023	2024
*	95,0	79,2	74,7	92,8	*

Fonte: CPAG-DDI (2025).

* Não foi possível realizar o cálculo, pois a variável considera um índice de respostas do questionário da CPA, e, nestes anos essa questão não fez parte do escopo de avaliação.

Tabela 17 - Índice de Desenvolvimento de Pessoal

6.3. Índice de Desenvolvimento de Pessoal (IDP) % — Polaridade: Maior melhor					
Fórmula do indicador $IDP = \left(\frac{\text{Respostas pos. sobre formação e capacitação na autoav. institucional}}{\text{Total de resp. aos itens sobre formação e capacitação na autoavaliação}} \right) \times 100$					
2019	2020	2021	2022	2023	2024

77,5	81,3	58,0	62,3	80,7	*
------	------	------	------	------	---

Fonte: CPAG-DDI (2025).

* Não foi possível realizar o cálculo, pois o eixo de análise não fez parte do escopo da avaliação do referido ano.

Tabela 18 - Índice de Integração de Servidores

6.4. Índice de Integração de Servidores (IIS) % — Polaridade: Maior melhor

Fórmula do indicador

$$IIS = \left(\frac{\text{Servidores que participaram ao menos uma vez de eventos de integração}}{\text{Total de servidores em efetivo exercício do IFSP}} \right) \times 100$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹
3,1	0,0	2,6	2,3	9,7	5,0

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Foram considerados apenas os eventos em que a DADP-DGP teve envolvimento direto.

¹ O levantamento considera apenas o primeiro semestre de 2024.

Análise

Os indicadores estruturados para enfrentar o desafio de “Promover melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os servidores” apresentam relevantes resultados positivos durante o período.

O **Índice de qualidade de vida dos servidores (IQVS)**, apesar do resultado expressivo verificado em 2022 — período imediatamente pós-pandemia e com o retorno efetivo dos servidores ao trabalho presencial —, tem apresentado uma queda considerável desde então (indicando melhora do indicador), a qual pode ser atribuída às diversas políticas institucionais implementadas voltadas à [promoção da qualidade de vida dos servidores no IFSP](#).

A análise dos indicadores **Índice de Satisfação dos Servidores no Trabalho (ISST)** e **Índice de Desenvolvimento de Pessoal (IDP)** demonstra que, apesar de algumas oscilações no período, o ciclo se encerra com uma significativa satisfação dos servidores quanto ao escopo analisado pela pesquisa institucional, demonstrando que o IFSP vem se consolidando cada vez mais como instituição de referência no assunto.

Corroborando os resultados positivos para enfrentar este desafio, é verificado também um aumento do **Índice de Integração de Servidores (IIS)**, o qual parece demonstrar tendência à estabilização quando considerado até o primeiro semestre de 2024.

Em suma, a instituição demonstrou avanços importantes na valorização dos servidores, especialmente no bem-estar e na capacitação profissional. No entanto, ainda existem oportunidades para a promoção de um ambiente mais integrado, demandando a continuidade das ações para consolidar o progresso observado até aqui.

1.5.7 Desafio: Adequar a utilização dos recursos às ofertas dos cursos atuais e futuros

Tabela 19 - Percentual de implantação do Plano Diretor de Infraestrutura

7.1. Percentual de implantação do Plano Diretor de Infraestrutura (IPDI) % — Polaridade: Maior melhor

Fórmula do indicador

$$IPDI = \left(\frac{\text{Obras iniciadas ao final do ano} - \text{base}}{\text{Obras previstas no ano} - \text{base}} \right) \times 100$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹
------	------	------	------	------	-------------------

*	*	*	66,67	100	86,36
---	---	---	-------	-----	-------

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Detalhes sobre o indicador estão disponíveis na [Portaria IFSP nº 2.218/2023](#).

* Não há dados anteriores a 2022, pois o indicador foi atualizado em 26 de maio de 2023 pela Portaria IFSP nº 2218/2023.

¹ O levantamento considera apenas o primeiro semestre de 2024.

Tabela 20 - Percentual da Execução Orçamentária Destinada às Ofertas Educacionais

7.2. Percentual da Execução Orçamentária Destinada às Ofertas Educacionais (EODOE) % — Polaridade: Maior melhor

Fórmula do indicador

$$EODOE = \left(\frac{\text{Soma do orçamento executado para as ofertas educacionais}}{\text{Dotação do orçamento previsto para ofertas educacionais}} \right) \times 100$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹
97,0	90,4	95,5	106,8	117,8	57,4

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Detalhes sobre o indicador estão disponíveis na [Portaria IFSP nº 2.218/2023](#).

¹ O levantamento considera apenas o primeiro semestre de 2024.

Tabela 21 - Índice de Satisfação com o Acesso aos campi

7.3. Índice de Satisfação com o Acesso aos Campi (ISAC) % — Polaridade: Maior melhor

Fórmula do indicador

$$ISAC = \left(\frac{\text{Respostas positivas sobre a satisfação com o acesso ao campus na autoavaliação}}{\text{Total de respostas ao item sobre o acesso ao campus na autoavaliação}} \right) \times 100$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024
63,2	66,8	47,2	49,7	58,0	71,51

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Detalhes sobre o indicador estão disponíveis na [Portaria IFSP nº 2.218/2023](#).

Tabela 22 - Índice de Adequação da Infraestrutura às Normas de Acessibilidade

7.4. Índice de Adequação da Infraestrutura às Normas de Acessibilidade (AINA) % — Polaridade: Maior melhor

Fórmula do indicador

$$AINA = \left(\frac{\text{Somatório do peso das Unid. que indicam o atend. às normas de acessib.}}{\text{Quantidade total de Unidades do IFSP em funcionamento}} \right) \times 100$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹
*	*	*	*	55,5	55,5

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Detalhes sobre o indicador estão disponíveis na [Portaria IFSP nº 2.218/2023](#).

* Não há dados anteriores a 2023, pois o indicador foi atualizado em 26 de maio de 2023 pela Portaria IFSP nº 2218/2023.

¹ O levantamento considera apenas o primeiro semestre de 2024.

Tabela 23 - Relação Aluno/Docente

7.4. Relação Aluno/Docente (RAD)¹ — Polaridade: Quanto mais próximo do centro da meta melhor

Fórmula do indicador

$$RAD = \frac{\text{Matrículas atendidas}}{\text{Docentes}}$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024
23,9	18,9	23,8	26,4	26,67	*

Fonte: CPAG-DDI (2025).

¹ A fórmula prevista no PDI leva em consideração matrículas atendidas, ou seja, toda matrícula que tenha tido status de “em curso” por pelo menos um dia no ano-base.

*Aguardando extração consolidada da Plataforma Nilo Peçanha.

Tabela 24 - Relação Aluno/Professor

7.5. Relação Aluno/Professor (RAP) – Polaridade: Quanto mais próximo do centro da meta melhor
Fórmula do indicador

$$RAP = \frac{\text{Matrícula equivalente}}{\text{Docente equivalente}}$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024
22,7	21,8	23,4	24,8	22,8	*

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Conforme as estratégias 11.11 e 12.3 da Lei 13.005/2014, a meta é 20.

* Aguardando extração consolidada da Plataforma Nilo Peçanha.

Tabela 25 - Relação Aluno/Técnico-Administrativo

7.6. Relação Aluno/Técnico-Administrativo (RATA) — Polaridade: Quanto mais próximo do centro da meta melhor
Fórmula do indicador

$$RATA = \frac{\text{Matrículas atendidas}}{\text{Técnicos administrativos}}$$

2019	2020	2021	2022	2023	2024
33,1	29,6	36,7	40,5	40,25	*

Fonte: CPAG-DDI (2025).

*Aguardando extração consolidada da Plataforma Nilo Peçanha.

Análise

A adequação da utilização dos recursos às ofertas educacionais é um desafio estratégico para o IFSP, pois, considerando os indicadores estruturados, envolve o equilíbrio entre orçamento, infraestrutura e adequação da força de trabalho.

A análise do **Percentual de implantação do Plano Diretor de Infraestrutura (IPDI)**, aponta para a capacidade institucional de implantação de seu plano diretor de infraestrutura, de forma que o IFSP iniciou em 2023 100% das obras previstas para o período e finalizou o primeiro semestre de 2024 com indicativos de alcançar um resultado similar.

O indicador que mede o **Percentual da Execução Orçamentária Destinada às Ofertas Educacionais (EODOE)** demonstra que a execução orçamentária tem se mantido em patamares elevados, principalmente na última apuração consolidada, em 2023, que atingiu 117,8% do orçamento previsto, sugerindo que a instituição tem alcançado sucesso na captação e aplicação de recursos adicionais àqueles previstos em seu orçamento inicial, ressaltando-se que a tendência tende a se manter se considerarmos que o valor para 2024 é relativo apenas ao primeiro semestre do ano.

Em relação ao **Índice de Satisfação com o Acesso aos Campi (ISAC)**, o indicador apresentou recuperação significativa a partir de 2022, demonstrando possível resultado de investimentos em melhorias na acessibilidade e infraestrutura do entorno das unidades. Todavia, o **Índice de Adequação da Infraestrutura às Normas de Acessibilidade (AINA)** não apresentou dados suficientes para formulação de uma análise sólida, demonstrando possível necessidade de atenção para esta questão na instituição.

Quanto aos indicadores relacionados a adequação da força de trabalho **Relação Aluno/Docente (RAD)**, **Relação Aluno/Professor (RAP)** e **Relação Aluno/Técnico Administrativo (RATA)**, estes demonstram tendência a estabilidade, porém com valores que apontam para a necessidade de força de trabalho adicional para atender adequadamente às demandas educacionais, uma vez que em praticamente todos os anos de análise o indicador ficou acima da meta, se distanciando ainda mais ao longo do período no quantitativo referente aos técnicos-administrativos.

Em resumo, o IFSP tem conseguido executar suas obras de infraestrutura planejadas conforme é possível observar pelo indicador IPDI e sua execução orçamentária ao longo do período superou os 100% conforme valores do EODOE. Essa informação demonstra, por um lado, a capacidade positiva de execução orçamentária da instituição, mas por outro lado, deixa evidente a insuficiência do orçamento dotado para a instituição, que não pode contar apenas com esses recursos orçamentários. Além das restrições orçamentárias, o IFSP conta com uma tendência à estabilidade nos indicadores de força de trabalho que já apontavam para uma necessidade de força de trabalho adicional, principalmente de técnicos-administrativos.

Conclusão

A análise individualizada de cada um dos desafios institucionais do PDI anterior sob a perspectiva de seus indicadores permite elencar algumas Necessidades Institucionais (NI):

1. Aumentar a participação social, o engajamento, a proximidade e o alinhamento com a comunidade interna e externa.
2. Melhorar os indicadores de permanência e êxito dos/as estudantes.
3. Ampliar as iniciativas que tornem a internacionalização mais acessível e sustentável para os/as estudantes.
4. Aprimorar o monitoramento dos indicadores de governança para que ações possam ser tomadas de forma tempestiva.
5. Consolidar as iniciativas que promovem o bem-estar e a qualidade de vida dos/as servidores/as.
6. Aumentar a captação de recursos financeiros diminuindo a dependência da dotação orçamentária.
7. Adequar a força de trabalho para o tamanho da instituição.
8. Aprimorar o monitoramento de indicadores estratégicos.
9. Desenvolver indicadores de impacto da instituição.
10. Aprimorar o monitoramento dos egressos.

As Necessidades Institucionais não se limitam apenas às identificadas nessa lista e nem todas as necessidades identificadas necessitam obrigatoriamente ser atendidas. No item do planejamento estratégico institucional é apresentado o processo de diagnóstico institucional no qual esse item foi insumo para as áreas responsáveis revisarem suas políticas institucionais e elaborarem em conjunto o diagnóstico institucional.

1.6 Planejamento estratégico institucional

O planejamento estratégico do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) é o instrumento que orienta, de forma integrada e sistêmica, as decisões e ações institucionais voltadas ao cumprimento de sua missão e ao alcance de sua visão de futuro, assegurando a entrega de valor público à sociedade. Sua elaboração consistiu em uma etapa crucial do ciclo de gestão, onde foram definidas diretrizes a serem perseguidas pela instituição, justificadas em função do seu referencial estratégico.

A formulação dessas diretrizes resultou de um processo estruturado em três etapas principais:

1. Levantamento do referencial estratégico, perfil institucional e projeto político-pedagógico, garantindo a clareza da identidade e da finalidade institucional.
2. Elaboração do Diagnóstico Institucional.
3. Definição de Diretrizes Estratégicas.

1.6.1 Diagnóstico institucional

A etapa de elaboração do diagnóstico institucional foi realizada contemplando a análise do cenário e do ambiente interno e externo à luz do referencial estratégico do IFSP. Tal análise, teve como resultado a elaboração da análise SWOT Institucional, resultante do levantamento de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, correlacionadas para identificar potenciais, fragilidades e vulnerabilidades, bem como identificar a recomendação de posicionamento estratégico do IFSP.

Quadro 1 - Análise SWOT IFSP

SWOT IFSP	
Forças	Oportunidades
Infraestrutura Institucional, na maioria dos <i>campi</i>	Avanço da transformação digital e uso de tecnologias emergentes
Ambiente Transformador de vidas (multidisciplinaridade, formação integral, hospitalidade, colaboração...)	Captação de recursos em fontes alternativas
Equipe qualificada e comprometida	Relacionamento com egressos
Integração com a comunidade por meio de atividades extensionistas e pesquisa aplicada	Necessidade do setor produtivo por de mão-de-obra qualificada
Capilaridade e presença estratégica da instituição por todo o estado	Parcerias com instituições públicas e privadas nas ações de ensino, pesquisa e extensão
Fraquezas	Ameaças
Déficit ou insuficiência de servidores e sobrecarga de trabalho	Mudanças legislativas e normativas que afetam o serviço público
Dificuldade de engajamento de parte dos servidores e discentes	Evolução tecnológica, o que pode deixar nossos professores e cursos obsoletos
Comunicação interna e externa	Instabilidade política e econômica
Cursos com alta evasão e baixa demanda	Redução de investimento público em Educação
Processos burocráticos	Desalinhamento com as características dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Desigualdade na infraestrutura para pesquisa, ensino e extensão entre os <i>campi</i>	Desvalorização social e política da educação pública e da carreira docente (impacto para as ofertas de cursos de licenciaturas)
---	---

Fonte: Diagnóstico Institucional do IFSP, 2025.

[Acesse aqui o relatório completo de diagnóstico institucional.](#)

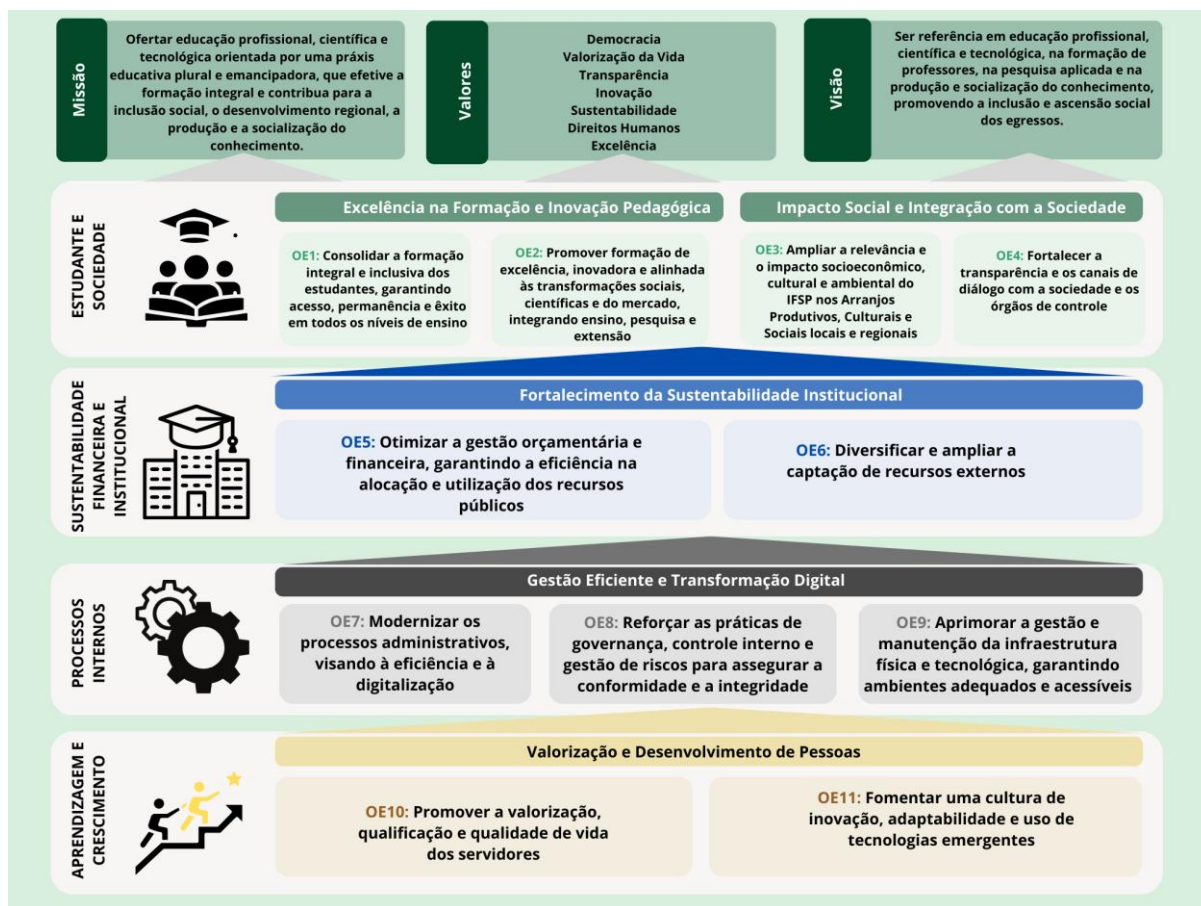
1.6.2 Definição das diretrizes estratégicas

As diretrizes estratégicas do IFSP foram estruturadas segundo a metodologia do **Balanced Scorecard (BSC)**, organizadas em quatro perspectivas:

1. **Estudante e Sociedade** — promover relevância social, qualidade acadêmica e impacto no desenvolvimento local e regional.
2. **Sustentabilidade Financeira** — assegurar uso eficiente e responsável dos recursos institucionais.
3. **Processos Internos** — aprimorar a qualidade, a integração e a inovação nos processos da instituição.
4. **Aprendizagem e Crescimento** — desenvolver competências, inovação e cultura organizacional orientada a resultados.

O conjunto de objetivos estratégicos e indicadores de desempenho que se apresenta na sequência constitui o núcleo do acompanhamento do PDI 2024-2029, e busca subsidiar a formulação de outros planos dentro dos níveis táticos e operacionais da instituição. Ademais, permite a avaliação periódica da efetividade das estratégias, bem como seu realinhamento frente a mudanças no ambiente interno e externo.

Figura 1 - Mapa Estratégico IFSP



Fonte: Coordenadoria de Planejamento e Apoio à Governança (CPAG), 2025.

A partir do mapa estratégico institucional, que sintetiza a relação entre as perspectivas, dimensões e objetivos estratégicos, foi realizado o processo de seu desdobramento em indicadores e metas. Esses elementos representam a tradução prática das diretrizes estabelecidas, permitindo mensurar o alcance dos objetivos e monitorar continuamente a efetividade da estratégia. Os indicadores funcionam como instrumentos de acompanhamento e avaliação, enquanto as metas definem os patamares de desempenho esperados para o período. Dessa forma, cria-se um elo entre a formulação estratégica e a execução, assegurando que as ações institucionais estejam alinhadas à missão do IFSP, sua visão de futuro e à entrega de valor público para a sociedade.

Quadro 2 - Indicadores Estratégico IFSP

Perspectiva	Dimensão	ID	Objetivo Estratégico	Área Responsável	Indicador Definido
Estudante e Sociedade	Excelência na Formação e Inovação Pedagógica	OE1	Consolidar a formação integral e inclusiva dos estudantes, garantindo acesso, permanência e êxito em todos os níveis de ensino	PRP	Estudantes da instituição envolvidos em projetos de pesquisa - NEP
				PRX	Percentual de estudantes envolvidos em ações de extensão - %NEE
				PRE	Percentual de Matrículas nos Cursos na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) - %EJA
					Percentual de Evasão dos Cursos do IFSP em relação à Rede - %EvIFSPCursos
					Porcentagem de <i>campi</i> com disponibilização de espaços físicos minimamente adequados para produção, armazenamento e/ou consumo de alimentação - %DEF
		OE2	Promover formação de excelência, inovadora e alinhada às transformações sociais, científicas e do mercado, integrando ensino, pesquisa e extensão	INOVA	Quantidade de ativos de produção industrial - QAPI
				PRX	Percentual de servidores e servidoras envolvidos em ações extensionistas - %NSE
				PRE	Atualizações e/ou reformulações de cursos técnicos e de graduação - %NCR
	Impacto Social e Integração com a Sociedade	OE3	Ampliar a relevância e o impacto socioeconômico, cultural e ambiental do IFSP nos Arranjos Produtivos, Culturais e Sociais locais e regionais	INOVA	Quantidade de acordos de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação - QAPPDI
				PRX	Número de pessoas atendidas pelas ações de extensão - PAEEE
				PRE	Indicador de Efetividade dos Polos de Apoio Presenciais do IFSP - %IFP
					Indicador de Articulação Intercampi - %IAI
				DiCom	Índice de inserção positiva do IFSP na mídia - %IIP

Perspectiva	Dimensão	ID	Objetivo Estratégico	Área Responsável	Indicador Definido
		OE4	Fortalecer a transparência e os canais de diálogo com a sociedade e os órgãos de controle	PRD	Percentual de Transparência - %T (Ferramenta TCU IN84)
				DiCom	Taxa de crescimento de seguidores e/ou inscritos - %TCS/I
					Taxa de engajamento de publicações - %TEP
					Índice de Satisfação com a Comunicação Institucional - %ISCI
Sustentabilidade Financeira e Institucional	Fortalecimento da Sustentabilidade Institucional	OE5	Otimizar a gestão orçamentária e financeira, garantindo a eficiência na alocação e utilização dos recursos públicos	PRA	Percentual de Execução Orçamentária Anual - %EXEC
					Custo Médio por Aluno Equivalente - %CMaeq
					Eficiência nos Processos de Compras - %EPC
		OE6	Diversificar e ampliar a captação de recursos externos (doações, emendas, agências de fomento, parcerias, termos de acordo de cooperação técnica com e sem contrapartida financeira)	INOVA	Quantidade de acordos de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação - QAPPDI
				PRX	Número de acordos de cooperação que geraram produtos e recursos - NAF
Processos Internos		OE7	Modernizar os processos administrativos, visando à eficiência e à digitalização	PRD	Nota média das avaliações dos serviços digitais - NMA
					Percentual de unidades executoras com plano de entregas revisado - %UR
	Gestão Eficiente e Transformação Digital	OE8	Reforçar as práticas de governança, controle interno e gestão de riscos para assegurar a conformidade e a integridade	PRD	Índice de Eficiência e Sustentabilidade da Governança - iESGo
					Indicador da Seção de Controle do iESGo - iESGo-Cont
					Indicador da Seção de Sustentabilidade Ambiental e Social do iESGo - iESGo-iES
					Maturidade em Integridade Pública - MMIP-NotaGeral

Perspectiva	Dimensão	ID	Objetivo Estratégico	Área Responsável	Indicador Definido
					Índice de Privacidade - PPSI-iPriv
					Índice de Segurança da Informação - PPSI-iSeg
		OE9	Aprimorar a gestão e manutenção da infraestrutura física e tecnológica, garantindo ambientes adequados e acessíveis	PRD	Índice de Governança de TI - iESGo-iGovTI
					Percentual de Ações Estratégicas do PDTI Cumpridas - %AEC-PDTI
				PRA	Índice de Adequação da Infraestrutura Física e Tecnológica - %IAIFT
					Grau de Acessibilidade Arquitetônica e Digital - %GAAD
					Tempo Médio para Manutenção Corretiva - TMMC
					Nível de Conectividade nos Campi - %NCC
Aprendizagem e Crescimento	Valorização e Desenvolvimento de Pessoas	OE10	Promover a valorização, qualificação e qualidade de vida dos servidores	PRD	Índice Absenteísmo dos Servidores - %IAS
					Índice de Titulação TAE Especialização - %TTE
					Índice de Titulação TAE Mestrado - %TTM
					Índice de Titulação TAE Doutorado - %TTD
					Índice de Titulação PEBTT Doutorado - %TDD
		OE11	Fomentar uma cultura de inovação, adaptabilidade e uso de tecnologias emergentes	INOVA	Quantidade de ativos de propriedade industrial - QAPI
				PRD	Número de projetos institucionais com tecnologias emergentes - NPICT

Fonte: Coordenadoria de Planejamento e Apoio à Governança (CPAG), 2025.

Na sequência apresenta-se o desdobramento do quadro, contendo a descrição dos indicadores e suas respectivas metas.

1.6.2.1 Perspectiva estudante e sociedade

Para alcançarmos nossa visão e entregarmos o valor público proposto, como devemos

ser vistos pelos estudantes e pela sociedade? O que precisamos alcançar para sermos vistos desta forma?

Dimensão: Excelência na Formação e Inovação Pedagógica

OE1: Consolidar a formação integral e inclusiva dos estudantes, garantindo acesso, permanência e êxito em todos os níveis de ensino

Tabela 26 - Estudantes da instituição envolvidos em projetos de pesquisa

OE1 - I1. Estudantes da instituição envolvidos em projetos de pesquisa - NEP

Fórmula do indicador

$$NEP = \sum \text{estudantes da instituição envolvidos em projetos de pesquisa}$$

Variáveis:

1. NEP: Número total de estudantes da instituição envolvidos em projetos de pesquisa no ano de referência

Fonte: SUAP

Área Responsável: PRP

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
920	1012	1012	1012	1012	1012

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 27 - Percentual de Estudantes Envolvidos em Ações de Extensão

OE1 - I2. Percentual de Estudantes Envolvidos em Ações de Extensão - %NEE

Fórmula do indicador

$$\%NEE = \left(\frac{NEE}{NTE} \right) \times 100$$

Variáveis:

1. NEE: Número de estudantes envolvidos em ações anuais de extensão
2. NTE: Número total de estudantes no ano

Fonte: SUAP

Área Responsável: PRX

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
9,32%	11%	12%	-	-	-

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 28 - Percentual de Matrículas nos Cursos na Modalidade Educação de Jovens e Adultos

OE1 - I3. Percentual de Matrículas nos Cursos na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) - %MeqEJA

Este indicador mede o percentual de matrículas equivalentes na modalidade EJA, tanto nos cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (FIC) quanto nos cursos de educação profissional técnica de nível médio contemplados no programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade EJA. Para este cálculo é empregado o conceito de matrícula equivalente.

Fórmula do indicador

$$\%MeqEJA = \left(\frac{MeqEJA}{MeqTotal} \right) \times 100$$

Variáveis:

1. MeqEJA: Número total de matrículas equivalentes dos cursos na modalidade EJA no ano de referência

2. MeqTotal: Número total de matrículas equivalentes em todos os cursos, incluindo cursos FIC no ano de referência

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (PNP)

Área Responsável: PRE

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
1,56%	1,56%	1,56%	2,5%	3,5%	5%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 29 - Percentual de Evasão dos Cursos do IFSP em relação à Rede

OE1 - I4. Percentual de Evasão dos Cursos do IFSP em relação à Rede - %EvIFSPCursos

Este indicador mede o percentual de evasão nos cursos do IFSP em relação ao percentual de evasão da rede federal. Para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e NÃO de matrícula equivalente.

Fórmula do indicador

$$\%EvIFSPCursos = \left(\frac{EvIFSP(\%)}{EvRede(\%)} \right) \times 100$$

Variáveis:

1. Ev(%): (Evadidos/Matrículas) × 100

Definições:

- Evadidos: Todos os estudantes que perderam vínculo com a instituição antes da conclusão do curso no período de referência. Considerar no levantamento os estudantes matriculados nos cursos regularmente oferecidos pelo IFSP (técnicos, de graduação, FIC EJA e de pós-graduação);
- Matrículas: Todas as matrículas que estiveram com “Matrícula Ativa” por pelo menos um dia no período de referência. Considerar no levantamento os estudantes matriculados nos cursos regularmente oferecidos pelo IFSP (técnicos, de graduação, FIC EJA e de pós-graduação).

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (PNP)

Área Responsável: PRE

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
114,15%	113%	110%	107%	104%	100%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 30 - Porcentagem de *campi* com disponibilização de espaços físicos minimamente adequados para produção, armazenamento e/ou consumo de alimentação

OE1 - I5. Porcentagem de *campi* com disponibilização de espaços físicos minimamente adequados para produção, armazenamento e/ou consumo de alimentação - %DEF

Capacidade do IFSP em adequar seus *campi* para oferta de alimentação.

Fórmula do indicador

$$\%DEF = \left(\frac{n^o DEF}{Tot\ campi} \right) \times 100$$

Variáveis:

1. DEF: Número de *campi* com disponibilização de espaços físicos minimamente adequados para produção, armazenamento e/ou consumo de alimentação
2. TotCampi: Número de *campi* do IFSP em funcionamento.

Fonte: levantamento junto aos *campi*

Área Responsável: PRE

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
70,7%	80%	85%	90%	95%	100%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

OE2: Promover formação de excelência, inovadora e alinhada às transformações sociais, científicas e do mercado, integrando ensino, pesquisa e extensão

Tabela 31 - Quantidade de ativos de produção industrial

OE2 - I1. Quantidade de ativos de produção industrial - QAPI

Fórmula do indicador

$$QAPI = PPTP + RS + RM + DI + CTV + TC + OGM$$

Variáveis:

1. PPTP: Produtos e Processos Tecnológicos que geraram depósitos de Patentes de inovação ou modelo de utilidade
2. RS: Registros de Software
3. RM: Registros de Marca
4. DI: Desenho Industrial
5. CTV: Cultivar
6. TC: Topografia de Circuitos
7. OGM: Organismos Geneticamente Modificados

Fonte: Integra via Metabase

Área Responsável: Inova-IFSP

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
62	63	64	64	65	65

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 32 - Percentual de servidores e servidoras envolvidos(as) em ações extensionistas

OE2 - I2. Percentual de servidores e servidoras envolvidos(as) em ações extensionistas - %NSE

Fórmula do indicador

$$\%NSE = \left(\frac{(NDE + NTE - A)}{NTS} \right) \times 100$$

Variáveis:

1. NSE: Número servidores envolvidos em ações de extensão
2. NDE: Número de docentes envolvidos em ações de extensão no ano
3. NTE: Número de técnicos-administrativos em educação, em exercício, envolvidos em ações de extensão no ano
4. NTS: Número total de servidores

Fonte: SUAP

Área Responsável: PRX

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
19,7%	21%	22%	-	-	-

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 33 - Atualizações e/ou reformulações de cursos técnicos e de graduação

OE2 - I3. Atualizações e/ou reformulações de cursos técnicos e de graduação - %NCR

Este indicador mede a capacidade do IFSP em manter seus cursos atualizados.

Fórmula do indicador

$$\%NCR = \left(\frac{NCR}{NCT} \right) \times 100$$

Variáveis:

1. NCR: Número de cursos técnicos e de graduação revisados no ano
2. NCT: Número total de cursos técnicos e de graduação com estudantes matriculados no período de referência.

Fonte: SUAP
Área Responsável: PRE

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
6,2%	10%	10%	10%	10%	10%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Dimensão: Impacto Social e Integração com a Sociedade

OE3: Ampliar a relevância e o impacto socioeconômico, cultural e ambiental do IFSP nos Arranjos Produtivos, Culturais e Sociais locais e regionais

Tabela 34 - Quantidade de acordos de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação

OE3 - I1. Quantidade de acordos de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação - QAPPDI

Fórmula do indicador

$$QAPPDI = \text{APPDI firmados no ano de referência}$$

Variáveis:

1. APPDI: Acordos de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Fonte: Integra via Metabase

Área Responsável: Inova-IFSP

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
16	8	17	17	17	17

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 35 - Número de pessoas atendidas pelas ações de extensão

OE3 - I2. Número de pessoas atendidas pelas ações de extensão - PAEEE

Fórmula do indicador

$$PAEEE = (NAPP + NACE + NAPS)$$

Variáveis:

1. PAEEE: Pessoas Atendidas pelas Ações de Extensão no ano de referência
2. NAPP: Número de pessoas atendidas por Programas e Projetos no ano de referência
3. NACE: Número de pessoas atendidas por Cursos e Eventos no ano de referência
4. NAPS: Número de pessoas atendidas por Prestações de Serviços no ano de referência

Fonte: SUAP

Área Responsável: PRX

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
31912	100000	150000	-	-	-

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 36 - Indicador de Efetividade dos Polos de Apoio Presenciais do IFSP

OE3 - I3. Indicador de Efetividade dos Polos de Apoio Presenciais do IFSP - %IFP

Este indicador acompanha a efetividade dos polos de apoio presencial criados pelo IFSP.

Fórmula do indicador

$$IFP = \left(\frac{NPcomCursos}{NTP} \right) \times 100$$

Variáveis:

1. NPcomCursos - número de cursos EaD com matrículas ativas, cuja oferta esteja articulada com polos de apoio presencial institucionais
2. NTP - Número total de polos institucionais criados.

Fonte: SUAP

Área Responsável: PRE

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
0	20%	60%	80%	100%	100%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 37 - Indicador de Articulação Intercampi

OE3 - I4. Indicador de Articulação Intercampi - %IAI

O Indicador de Articulação Intercampi (IAI) tem como objetivo mensurar o grau de integração entre os polos de apoio presencial e os *campi* do IFSP que ofertam cursos à distância.

Fórmula do indicador

$$\%IAI_{médio} = \left(\frac{1}{N}\right) \times \sum \left(\frac{C_i}{C_{total}}\right)$$

Variáveis:

1. N: número de polos com cursos em funcionamento
2. Ci: número de *campi* articulados ao polo i;
3. C_total: número total de *campi* do IFSP com cursos EaD ativos.

Notas sobre levantamento dos dados:

- Levantamento de cursos EaD com matrículas ativas no SUAP, cuja oferta esteja articulada com polos de apoio presencial institucionais;
- Levantamento de Projetos Pedagógicos de Cursos do IFSP com oferta de vagas na modalidade EaD

Fonte: SUAP

Área Responsável: PRE

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
0	20%	20%	60%	80%	80%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 38 - Índice de inserção positiva do IFSP na mídia

OE3 - I5. Índice de inserção positiva do IFSP na mídia - %IIP

Fórmula do indicador

$$\%IIP = \left(\frac{\text{inserções positivas} - \text{negativas}}{\text{total de inserções}}\right) \times 100$$

Fonte: Google Alerts

Área Responsável: DiCom

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
72%	75%	77%	79%	81%	83%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

OE4: Fortalecer a transparência e os canais de diálogo com a sociedade e os órgãos de controle

Tabela 39 - Percentual de Transparência

OE4 - I1. Percentual de Transparência - %T (Ferramenta TCU IN84)**Fórmula do indicador**

$$\%T = \left(\frac{(A + B + C + D)}{12} \right) \times 100$$

Variáveis:

1. Pontuações obtidas nos seguintes critérios:
 - A: A informação contida no relatório é compreensível para o público em geral (0–3 pontos)
 - B: A forma de apresentar as informações mostra-se adequada ao público em geral (0–3 pontos)
 - C: O relatório indica o porquê de as informações apresentadas terem sido as escolhidas para constar no documento (0–3 pontos)
 - D: O relatório é facilmente encontrado e foi devidamente divulgado interna e externamente (0–3 pontos)

Fonte: Parecer da UADIN sobre o Relatório de Gestão - Ferramenta TCU IN84 - Avaliação de Princípios - Capítulo 10 - Transparência.

Área Responsável: PRD

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
75%	75%	75%	75%	83%	92%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 40 - Taxa de crescimento de seguidores e/ou inscritos

OE4 - I2. Taxa de crescimento de seguidores e/ou inscritos - %TCS/I**Fórmula do indicador**

$$\%TCS/I = \left(\frac{Total\ atual - Total\ em\ 2022}{Total\ em\ 2022} \right) \times 100$$

A taxa de crescimento de seguidores e/ou inscritos será calculada a partir da diferença entre o total atual e o total de seguidores (Meta e YT)/inscritos registrados no ano base (2022), dividida pelo total registrado em 2022 (Meta e YT) e multiplicada por 100, resultando em um percentual.

Valor-base:

- Instagram: de <5 mil para 142 mil = crescimento de +2740%
- Facebook: de 20 mil para 73 mil = +265%
- YouTube: de 500 para 26.500 = +5200%
- Média de crescimento = 2735%

Fonte: Relatórios extraídos diretamente das plataformas e sintetizados pela DiCom

Área Responsável: DiCom

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2025	2028	2025
2735%	10%	10%	8%	8%	5%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 41 - Taxa de engajamento de publicações

OE4 - I3. Taxa de engajamento de publicações - %TEP

Taxa de engajamento de publicações (reações, comentários, republicações etc.) - Meta e YT

Fórmula do indicador

$$\%TEP = \left(\frac{Total\ de\ interações}{Total\ de\ impressões} \right) \times 100$$

A taxa de engajamento será obtida dividindo-se o total de interações nas publicações (soma de curtidas, comentários, compartilhamentos, cliques, etc.) pelo total de impressões ou alcance das postagens, multiplicando-se o resultado por 100 para obtenção do valor percentual.

Valor-base:

- Instagram: de <5 mil para 142 mil = crescimento de +2740%
- Facebook: de 20 mil para 73 mil = +265%
- YouTube: de 500 para 26.500 = +5200%
- Média de crescimento = 2735%

Fonte: Relatórios internos extraídos das plataformas Meta e YouTube. Relatórios mensais e trimestrais organizados pela DiCom.

Valor-base estimado (2025): Considerando as taxas médias de engajamento em instituições públicas, o Valor-Base partirá de 2%.

Área Responsável: DiCom

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
2%	3%	3%	4%	4%	5%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 42 - Índice de Satisfação com a Comunicação Institucional

OE4 - I4. Índice de Satisfação com a Comunicação Institucional - %ISCI

Fórmula do indicador

$$\%ISCI = \left(\frac{\text{Número de respondentes com nota} \geq 7}{\text{Total de respondentes}} \right) \times 100$$

O ISCI será expresso como o percentual de respondentes que atribuíram nota igual ou superior a 7 à comunicação institucional do IFSP, conforme aferido em pesquisa aplicada pela CPA.

Fonte: Pesquisa ISCI, aplicada pela CPA (ausente nos anos de 2023 e 2024, retomada prevista para 2025).

Área Responsável: DiCom

Valor-base histórico: 95% (2022 e 2023)

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
95%	92%	93%	94%	95%	95%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

1.6.2.2 Perspectiva sustentabilidade financeira e institucional

O que indica a sustentabilidade financeira da instituição? O que demonstra que estamos tendo sucesso ao gerenciar nossos recursos em busca do alcance da nossa visão e entrega de valor?

Dimensão: Fortalecimento da Sustentabilidade Institucional

OE5: Otimizar a gestão orçamentária e financeira, garantindo a eficiência na alocação e utilização dos recursos públicos

Tabela 43 - Percentual de Execução Orçamentária Anual

OE5 - I1. Percentual de Execução Orçamentária Anual - %EXEC

Esse indicador permite aferir o grau de efetividade na alocação dos recursos públicos autorizados ao IFSP.

Uma execução orçamentária eficiente demonstra a capacidade institucional de planejamento, priorização e gestão dos gastos públicos, garantindo que as ações previstas no PDI e no orçamento anual sejam

devidamente realizadas. Altos percentuais de execução sinalizam boa governança e controle, contribuindo diretamente para a credibilidade institucional.

Fórmula do indicador

$$\%EXEC = \left(\frac{Total\ executado}{Total\ autorizado} \right) \times 100$$

Fonte: Siafi/Siop/Sigef

Área Responsável: PRA

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
85%	90%	92%	93%	94%	95%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 44 - Custo Médio por Aluno Equivalente

OE5 - I2. Custo Médio por Aluno Equivalente - %CMaeq

O custo médio por aluno equivalente é uma métrica amplamente utilizada para aferir a eficiência na aplicação dos recursos públicos em relação ao número de estudantes atendidos, considerando a complexidade dos cursos. O acompanhamento desse indicador permite identificar desvios de eficiência, auxiliar na comparação entre *campi* e apoiar a tomada de decisão sobre alocação orçamentária e otimização de gastos, visando garantir equidade e racionalidade no uso dos recursos.

Fórmula do indicador

$$CMaeq = \left(\frac{Despesa\ total\ anual}{Número\ de\ alunos\ equivalentes} \right) \times 100$$

Fonte: Sigef/Sigae/SUAP

Área Responsável: PRA

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
-	Redução de 2%	Redução de 2%	Estabilização	Estabilização	Estabilização

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 45 - Eficiência nos Processos de Compras

OE5 - I3. Eficiência nos Processos de Compras - %EPC

Está ligado à qualidade e agilidade da execução administrativa. Representa o desempenho interno no cumprimento de etapas, requisitos legais e atendimento à necessidade de bens e serviços para o pleno funcionamento das unidades.

Fórmula do indicador

$$EPC = \left(\frac{N^o\ de\ processos\ com\ sucesso}{Total\ de\ processos\ iniciados} \right) \times 100$$

Esse indicador avalia a efetividade dos processos de compras realizados pela instituição, mensurando a proporção de processos concluídos com sucesso em relação aos iniciados. A eficiência nas aquisições é essencial para assegurar a continuidade dos serviços e o funcionamento regular das atividades acadêmicas e administrativas, evitando atrasos, desperdícios e retrabalho. A melhoria contínua deste indicador fortalece a governança de aquisições e a transparência nos processos licitatórios.

Fonte: Sipac/Siasg/Comprasnet

Área Responsável: PRA

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
-	85%	88%	90%	92%	94%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

OE6: Diversificar e ampliar a captação de recursos externos

Tabela 46 - Quantidade de acordos de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação

OE6 - I1. Quantidade de acordos de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação - QAPPDI**Fórmula do indicador**

$$QAPPDI = APPDI \text{ firmados}$$

Variáveis:

1. APPDI = Acordos de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no ano de referência

Fonte: Integra via Metabase

Área Responsável: Inova-IFSP

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
16	8	17	17	17	17

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 47 - Número de acordos de cooperação que geraram produtos e recursos

OE6 - I2. Número de acordos de cooperação que geraram produtos e recursos - NAF**Fórmula do indicador**

$$NAF = \text{Número de acordos firmados no ano de referência}$$

Variáveis:

1. NAF: Número de acordos firmados no ano de referência

Fonte: SUAP

Área Responsável: PRX

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
30	55	70	-	-	-

Fonte: CPAG-DDI (2025).

1.6.2.3 Perspectiva processos internos

Para satisfazermos os estudantes e a sociedade, bem como para ter sustentabilidade financeira, em quais processos devemos buscar a excelência? Como essa excelência pode ser alcançada e mensurada?

Dimensão: Gestão Eficiente e Transformação Digital**OE7: Modernizar os processos administrativos, visando à eficiência e à digitalização**

Tabela 48 - Nota média das avaliações dos serviços digitais

OE7 - I1. Nota média das avaliações dos serviços digitais - NMA**Fórmula do indicador**

$$NMA = \left(\frac{\text{soma das notas das avaliações}}{\text{quantidade de avaliações respondidas}} \right) \times 100$$

Fonte:

Painel de Serviços - Filtro "IFSP"

Área Responsável: PRD

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
4,48	4,48	4,48	4,49	4,5	4,51

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 49 - Percentual de unidades executoras com plano de entregas revisado

OE7 - I2. Percentual de unidades executoras com plano de entregas revisado - %UR

Fórmula do indicador

$$\%UR = \left(\frac{UERev}{UE} \right) \times 100$$

Variáveis:

1. %UR é a relação de Unidades Executoras com Plano de Entregas vigente revisado pela DDI
2. UERev: quantidade de Unidades Executoras com Plano de Entregas vigente revisado pela DDI
3. UE: quantidade de Unidades Executoras com Plano de Entregas vigente

Observação: %UR = (quantidade de unidades executoras na aba "Entregas Revisadas") / (quantidade de unidades executoras na aba "Entregas Categorizadas")

Fonte: Planilha de Informatização alimentada pela DDI

Área Responsável: PRD

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
0,77%	6,17%	19,02%	38,30%	51,15%	67,61%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

OE8: Reforçar as práticas de governança, controle interno e gestão de riscos para assegurar a conformidade e a integridade

Tabela 50 - Índice de Eficiência e Sustentabilidade da Governança

OE8 - I1. Índice de Eficiência e Sustentabilidade da Governança - iESGo

Fórmula do indicador

Índice ESG

Fonte: Planilha de Simulação IESGo - Indicador IESGo

Área Responsável: PRD

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
37,0%	37,0%	-	-	-	-

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 51 - Indicador da Seção de Controle do iESGo

OE8 - I2. Indicador da Seção de Controle do iESGo - iESGo-Cont

Fórmula do indicador

Indicador Seção Controle do iESGo

Fonte: Planilha de Simulação IESGo - Indicador "Cont"

Área Responsável: PRD

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
63,0%	67,4%	71,8%	76,2%	80,6%	85,0%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 52 - Indicador da Seção de Sustentabilidade Ambiental e Social do iESGo

OE8 - I3. Indicador da Seção de Sustentabilidade Ambiental e Social do iESGo - iESGo-iES

Fórmula do indicador

Indicador Seção Sustentabilidade Ambiental e Social do iESGo

Fonte: Planilha de Simulação IESGo - Indicador "iES"

Área Responsável: PRD

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
27,0%	27,0%	28,0%	29,0%	30,0%	31,0%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 53 - Maturidade em Integridade Pública

OE8 - I4. Maturidade em Integridade Pública - MMIP-NotaGeral**Fórmula do indicador**
$$\text{MMIP-Nota Geral} = N1 + N2 + N3$$

Variáveis:

1. NotaGeral é soma dos % dos níveis de implantação do MMIP
2. N1: (percentual de implantação do nível 1 KPAs 1.X.X) / 100
3. N2: (percentual de implantação do nível 2 KPAs 2.X.X) / 100
4. N3: (percentual de implantação do nível 3 KPAs 3.X.X) / 100

Fonte: Planilha de Simulação MMIP

Área Responsável: PRD

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
2,39%	2,43%	2,69%	3,00%	3,00%	3,00%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 54 - Índice de Privacidade

OE8 - I5. Índice de Privacidade - PPSI-iPriv**Fórmula do indicador**

Índice Privacidade - iPriv

Fonte: Ferramenta Framework PPSI - Aba "FORM3.1"

Área Responsável: PRD

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
0,49	0,49	0,50	0,51	0,52	0,53

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 55 - Índice de Segurança da Informação

OE8 - I6. Índice de Segurança da Informação - PPSI-iSeg**Fórmula do indicador**

Índice de Segurança da Informação - iSeg

Fonte: Ferramenta Framework PPSI - Aba "FORM3.1"

Área Responsável: PRD

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
0,54	0,54	0,55	0,55	0,55	0,55

Fonte: CPAG-DDI (2025).

OE9: Aprimorar a gestão e manutenção da infraestrutura física e tecnológica, garantindo ambientes adequados e acessíveis

Tabela 56 - Índice de Governança de TI

OE9 - I1. Índice de Governança de TI - iESGo-iGovTI					
Fórmula do indicador					
Índice de Governança de TI					
Fonte: Planilha Simulação iESGo - Indicador "iGovTI"					
Área Responsável: PRD					
Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
30,0%	30,0%	30,0%	35,0%	40,0%	40,0%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 57 - Percentual de Ações Estratégicas do PDTI Cumpridas

OE9 - I2. Percentual de Ações Estratégicas do PDTI Cumpridas - %AEC-PDTI					
Fórmula do indicador					
$\%AEC - PDTI = \left(\frac{AEC}{AE} \right) \times 100$					
Variáveis:					
1. %AEC: relação de Ações Estratégicas do PDTI cumpridas					
2. AEC: quantidade de Ações Estratégicas do PDTI cumpridas					
3. AE: quantidade de Ações Estratégicas definidas no PDTI					
Fonte: Relatório do PDTI 2024-2028					
Área Responsável: PRD					
Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
0%	10%	30,0%	60%	100%	-

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 58 - Índice de Adequação da Infraestrutura Física e Tecnológica

OE9 - I3. Índice de Adequação da Infraestrutura Física e Tecnológica - %IAIFT					
Neste indicador temos o objetivo de expressar o nível de conformidade da infraestrutura com padrões desejados. Mostra o progresso de adequações, mas não necessariamente o impacto gerado por elas.					
Fórmula do indicador					
$\%IAIFT = \left(\frac{N^{\circ} \text{ de ambientes adequados}}{\text{Total de ambientes avaliados}} \right) \times 100$					
A adequação da infraestrutura institucional é um dos pilares para garantir ambientes de ensino, pesquisa e gestão seguros, acessíveis e funcionais. Esse indicador permite medir o avanço das ações de infraestrutura física e tecnológica com base em critérios previamente definidos, como iluminação, ventilação, mobiliário, conectividade, equipamentos, entre outros. Ele é fundamental para o planejamento de investimentos e para a melhoria contínua das condições de trabalho e aprendizagem.					
Fonte: Plano de Obras / Inventário de TIC					
Área Responsável: PRA					
Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029

-	70%	75%	80%	85%	90%
---	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 59 - Grau de Acessibilidade Arquitetônica e Digital

OE9 - I4. Grau de Acessibilidade Arquitetônica e Digital - %GAAD

A atribuição deste indicador permite refletir o compromisso institucional com a inclusão e a equidade. Os avanços nesse indicador buscam gerar efeitos concretos na vida de pessoas com deficiência.

Fórmula do indicador

$$GAAD_{\text{físico}} = \left(\frac{NF_{\text{conc}}}{NF_{\text{prev}}} \right) \times 100$$

$$GAAD_{\text{digital}} = \left(\frac{ND_{\text{conc}}}{ND_{\text{prev}}} \right) \times 100$$

$$GAAD = (\alpha \times GAAD_{\text{físico}}) + ((1 - \alpha) \times GAAD_{\text{digital}})$$

Variáveis:

1. NF_prev: Número de não conformidades físicas previstas;
2. NF_conc: Número de não conformidades físicas corrigidas;
3. ND_prev: Número de não conformidades digitais previstas;
4. ND_conc: Número de não conformidades digitais corrigidas; e
5. α : Peso da dimensão física (ex.: 0,6).

Fonte: Laudos de acessibilidade / Relatórios de TIC

Área Responsável: PRA

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
-	60%	70%	80%	90%	95%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 60 - Tempo Médio para Manutenção Corretiva

OE9 - I5. Tempo Médio para Manutenção Corretiva - TMMC

Foco em avaliar a agilidade das equipes de manutenção. Trata-se de uma medida interna de resposta operacional, focada na execução.

Fórmula do indicador

$$TMMC = \left(\frac{\text{Soma do tempo de atendimento}}{N^{\circ} \text{ de chamados finalizados}} \right)$$

A gestão ágil das demandas de manutenção corretiva é essencial para a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas. Esse indicador permite avaliar a capacidade de resposta das equipes responsáveis pela manutenção predial e tecnológica diante de falhas ou quebras de equipamentos. Reduzir esse tempo é sinônimo de maior eficiência operacional, menor risco de paralisações e melhor qualidade dos serviços prestados.

Fonte: Sistema de Chamados / Relatórios de manutenção

Área Responsável: PRA

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
-	10 dias	9 dias	8 dias	7 dias	6 dias

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 61 - Nível de Conectividade nos campi

OE9 - I6. Nível de Conectividade nos Campi - %NCC

Indica o alcance da infraestrutura tecnológica nos ambientes físicos. Representa um resultado institucional de médio prazo que apoia ações com potencial de impacto.

Fórmula do indicador

$$\%NCC = \left(\frac{A_{cov}}{A_{util}} \right) \times 100$$

Variáveis:

1. A_util: Área útil do *campus* planejada para cobertura (m²); e
2. A_cov: Área efetivamente coberta com padrões mínimos (m²).

Fonte: Relatórios DGTI / Diagnóstico de conectividade

Área Responsável: PRA

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
-	70%	80%	90%	95%	100%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

1.6.2.4 Perspectiva aprendizagem e crescimento

Para satisfazer nossa visão e alcançar nossos objetivos estratégicos, como sustentaremos nossa capacidade de mudar e melhorar?

Dimensão: Valorização e Desenvolvimento de Pessoas

OE10: Promover a valorização, qualificação e qualidade de vida dos servidores

Tabela 62 - Índice de Absenteísmo dos Servidores

OE10 - I1. Índice de Absenteísmo dos Servidores - %IAS

Fórmula do indicador

$$\%IAS = \left(\frac{TDAM}{TSER \times (TDIAS = 251)} \right)$$

Variáveis:

1. TDAM: número de dias de afastamento de saúde homologados nos respectivos anos.
 - o Fonte: relatórios emitidos pelo sistema Siape Saúde.
2. TSER: número médio de servidores — estatutários (EST), celetistas quando houver (CLT*) e substitutos (CDT) nos respectivos anos (EST + CLT + CDT).
 - o Fonte: relatório DW Siape extração a ser realizada pela DASQ/DGP/PRD.
3. TDIAS: número de dias trabalhados.
 - o Fonte: O número considerado será de 251. Isso é resultado da exclusão dos 52 sábados, 52 domingos e 12 feriados nacionais do calendário anual, os quais não são contabilizados como dias úteis para o trabalho.

Área Responsável: PRD

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
2,1%	2,1%	2,0%	1,8%	1,6%	1,6%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 63 - Índice de Titulação TAE Especialização

OE10 - I2. Índice de Titulação TAE Especialização - %TTE**Fórmula do indicador**

$$\%TTE = \left(\frac{TAPE}{TAP} \right) \times 100$$

Variáveis:

1. TAPE: Total de TAE em situação funcional "Ativo Permanente" com Especialização na folha de dezembro
2. TAP: Total de TAE em situação funcional "Ativo Permanente" da folha dezembro

Fonte: DW Siape

Área Responsável: PRD

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
51%	56%	57%	58%	59%	59%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 64 - Índice de Titulação TAE Mestrado

OE10 - I3. Índice de Titulação TAE Mestrado - %TTM**Fórmula do indicador**

$$\%TTM = \left(\frac{TAPM}{TAP} \right) \times 100$$

Variáveis:

1. TAPM: Total de TAE em situação funcional "Ativo Permanente" com Mestrado na folha de dezembro
2. TAP: Total de TAE em situação funcional "Ativo Permanente" da folha dezembro

Fonte: DW Siape

Área Responsável: PRD

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
26%	26%	27%	28%	29%	29%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 65 - Índice de Titulação TAE Doutorado

OE10 - I4. Índice de Titulação TAE Doutorado - %TTD**Fórmula do indicador**

$$\%TTD = \left(\frac{TAPD}{TAP} \right) \times 100$$

Variáveis:

1. TAPD: Total de TAE em situação funcional "Ativo Permanente" com Doutorado na folha de dezembro
2. TAP: Total de TAE em situação funcional "Ativo Permanente" da folha dezembro

Fonte: DW Siape

Área Responsável: PRD

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
7%	8%	9%	10%	11%	11%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 66 - Índice de Titulação PEBTT Doutorado

OE10 - I5. Índice de Titulação PEBTT Doutorado - %TDD**Fórmula do indicador**

$$\%TDD = \left(\frac{DAPD}{DAP} \right) \times 100$$

Variáveis:

1. DAPD: Total de PEBTT em situação funcional "Ativo Permanente" com Doutorado na folha de dezembro
2. DAP: Total de PEBTT em situação funcional "Ativo Permanente" da folha dezembro

Fonte: DW Siape

Área Responsável: PRD

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
56%	57%	59%	61%	62%	62%

Fonte: CPAG-DDI (2025).

OE11: Fomentar uma cultura de inovação, adaptabilidade e uso de tecnologias emergentes

Tabela 67 - Quantidade de ativos de propriedade Industrial

OE11 - I1. Quantidade de ativos de propriedade Industrial - QAPI**Fórmula do indicador**

$$QAPI = PPTP + RS + RM + DI + CTV + TC + OGM$$

Variáveis:

1. PPTP: Produtos e Processos Tecnológicos que geraram depósitos de Patentes de inovação ou modelo de utilidade
2. RS: Registros de Software
3. RM: Registros de Marca
4. DI: Desenho Industrial
5. CTV: Cultivar
6. TC: Topografia de Circuitos
7. OGM: Organismos Geneticamente Modificados

Fonte: Integra via Metabase

Área Responsável: Inova-IFSP

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029
62	63	64	64	65	65

Fonte: CPAG-DDI (2025).

Tabela 68 - Número de projetos institucionais com tecnologias emergentes

OE11 - I2. Número de projetos institucionais com tecnologias emergentes - NPICT**Fórmula do indicador**

$$\text{Número de projetos institucionais com tecnologias emergentes - NPICT}$$

Variáveis:

1. NPICT: Quantidade de projetos institucionais na PRD relacionados ao uso de tecnologias emergentes

Fonte: Planilha Projetos Institucionais

Área Responsável: PRD

Valor-Base	Metas				
	2025	2026	2027	2028	2029

0	0	1	2	3	4
---	---	---	---	---	---

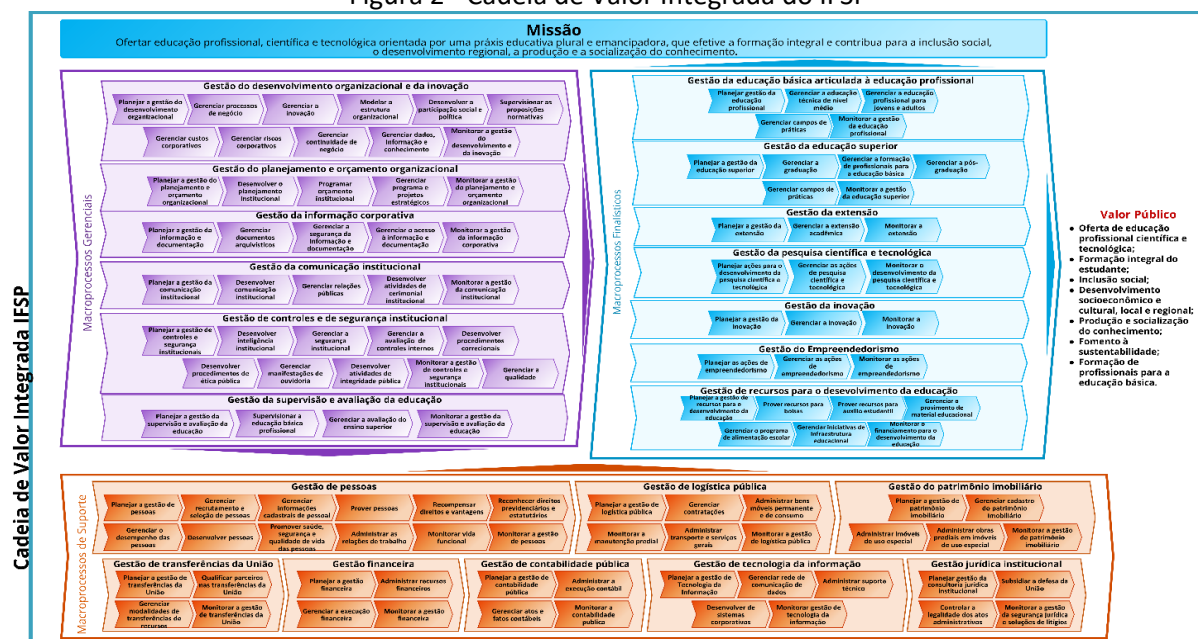
Fonte: CPAG-DDI (2025).

1.6.3 A Cadeia de Valor Integrada (CVI)

A cadeia de valor integrada do IFSP é fruto de um trabalho que partiu do modelo de cadeia de valor integrada da educação, produzida pelo TransformaGov em parceria com diversas instituições de ensino superior, dentre Universidades e Institutos Federais. Ela está descrita na [Portaria nº 1.175/IFSP, de 22 de fevereiro de 2024](#).

A Figura 2, apresenta a CVI do IFSP com os macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte.

Figura 2 - Cadeia de Valor Integrada do IFSP



Fonte: Portaria nº 1.175/2024.

1.7 Planejamento estratégico de tecnologia da informação⁵

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) é um documento crítico que orienta o desenvolvimento e a utilização de recursos tecnológicos dentro da instituição. No contexto de uma instituição de ensino tecnológico e técnico, o PETI serve como um guia estratégico para alinhar a infraestrutura de TI, as aplicações, e os serviços tecnológicos com os objetivos educacionais e administrativos da instituição, atuando como base de referência para o planejamento tático da instituição, disponível no Plano Diretor de Tecnologia da Informação, onde são descritos metas e indicadores relativos a abordagem estratégica presente no PETI e atuando, assim, como o plano tático para a área de TI do IFSP. A partir do PETI e do PDTI, torna-se possível que os *campi* elaborem seus Planos Locais de TI (PLTI), descrevendo aspectos operacionais referentes a cada unidade.

A importância do PETI reside em sua capacidade de transformar a TI em um facilitador essencial para o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão institucional. Ao definir estratégias claras e estabelecer um roteiro para a implementação de tecnologias emergentes, o PETI

⁵ O texto do item 1.7 foi elaborado com o apoio de IA generativa (Gemini 2.5 Pro), utilizada para estruturação e formalização de escrita, bem como para o desenvolvimento de ideias no modelo de framework e escrita formal.

assegura que a instituição esteja bem equipada para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades no cenário educacional contemporâneo.

Nesse contexto de modernização e otimização, o IFSP reconhece a crescente relevância do modelo de “Tudo como Serviço” (*XaaS*) como um vetor estratégico para a oferta de soluções tecnológicas. Alinhado a esta visão, a instituição publicou a portaria que estabelece a estratégia de adoção e uso de serviços e plataformas em nuvem, servindo como um dos pilares para a transformação digital e a gestão eficiente dos recursos de TI, conforme detalhado nos itens subsequentes deste plano.

Benefícios esperados do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação:

1. Alinhamento Estratégico: Garante que as iniciativas de TI estejam em conformidade com a missão, visão e objetivos estratégicos da instituição.
2. Otimização de Recursos: Promove a eficiente alocação de recursos tecnológicos, financeiros e humanos, evitando desperdícios e redundâncias.
3. Inovação e Modernização: Facilita a adoção de novas tecnologias que podem melhorar a qualidade do ensino e da pesquisa, além de modernizar processos administrativos.
4. Segurança da Informação: Estabelece políticas e práticas de segurança para proteger dados sensíveis e garantir a privacidade e a integridade das informações.
5. Melhoria Contínua: Fomenta uma cultura de avaliação e aprimoramento constante dos sistemas e processos de TI, mantendo a instituição competitiva e inovadora.

Em suma, o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação é um elemento central para o desenvolvimento sustentável e o sucesso a longo prazo de nossa instituição. Ao planejar e implementar soluções tecnológicas de maneira estratégica, garantimos que estamos preparando nossos alunos, docentes e colaboradores para um futuro cada vez mais digital e interconectado.

Este plano está dividido:

1. Referenciais estratégicos institucionais.
2. Referencial estratégico de TI.
3. Diagnóstico situacional.
4. Identificação dos objetivos estratégicos.
5. Alinhamento estratégico.
6. Monitoramento e avaliação.

Após a elaboração e aprofundamento destes cenários, apresentam-se os objetivos estratégicos para a área de Tecnologia da Informação do IFSP, a serem seguidos nos demais planejamentos.

1.7.1 Referencial estratégico institucional

O referencial estratégico do IFSP é elaborado junto ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), reproduzido a seguir para facilitar o acompanhamento.

Missão

“Ofertar educação profissional, científica e tecnológica orientada por uma práxis educativa plural e emancipadora, que efetive a formação integral e contribua para a inclusão social, o desenvolvimento regional, a produção e a socialização do conhecimento”.

Visão

“Ser referência em educação profissional, científica e tecnológica, na formação de professores, na pesquisa aplicada e na produção e socialização do conhecimento, promovendo a inclusão e ascensão social dos egressos.”

Valores

1. Democracia, pautada na ampla participação coletiva, respeito à liberdade de expressão, igualdade, representatividade e corresponsabilidade.
2. Valorização da Vida, pautada na atenção ao bem-estar social dos alunos (as), servidores (as), colaboradores (as) e comunidade.
3. Transparência, conduzido em critérios claros para a tomada de decisão, compartilhamento das informações disponíveis e comunicação ágil internamente e com a sociedade.
4. Inovação, pautada no desenvolvimento do arranjo produtivo e para a qualidade de vida das pessoas, aproximando a instituição da comunidade.
5. Sustentabilidade, pautada pela responsabilidade ambiental, social e econômica.
6. Direitos Humanos, que se expressam na dignidade de todas as pessoas, na liberdade de opinião e de expressão e no respeito mútuo.
7. Excelência, pautada na governança pública, tendo sempre em vista as relações sociais e o desenvolvimento humano.

1.7.2 Referencial estratégico de TI

O referencial estratégico é um componente fundamental no planejamento de uma instituição pública, desempenhando um papel crucial na orientação das ações e na definição dos objetivos a serem alcançados. Para este texto, serão considerados os seguintes aspectos: missão, visão e princípios, em alinhamento ao referencial estratégico do IFSP, existente no PDI e reproduzido abaixo.

Missão

Sua missão é:

“Prover soluções modernas que otimizem a organização e o funcionamento da instituição.”

Visão

Para a DTI do IFSP, a visão da TI é:

“Ser a única referência em tecnologia para a instituição, capacitada a exportar soluções e ferramentas para as demais instituições da administração pública federal.”

Princípios

Os princípios norteadores da TI são:

- Primar pelo COMPROMETIMENTO da equipe.
- Exercer o trabalho com COMPETÊNCIA de forma OBJETIVA e PRÁTICA, incentivando a CRIATIVIDADE, PROATIVIDADE, UNIÃO, COLABORAÇÃO e COMUNICAÇÃO, agindo de maneira TRANSPARENTE.

1.7.3 Diagnóstico situacional

O diagnóstico situacional tem por objetivo identificar os elementos internos à instituição, e de ambiente externo onde a instituição está inserida, de maneira a mapear suas

capacidades técnicas, de pessoal e as movimentações do ambiente externo que podem impactar a instituição, e especificamente a área de TI, estabelecendo assim a fundação da construção de seu plano estratégico.

1.7.3.1 Orçamento

O orçamento geral do IFSP vem sendo recomposto nos últimos anos, mas ainda de maneira insuficiente para atender o crescimento do número de *campus* ou de forma suficiente para atender os *campi* já existentes, conforme a Tabela 69 - Histórico orçamentário do IFSP.

Tabela 69 - Histórico orçamentário do IFSP

Resultado Lei	Métrica	Saldo - Moeda Origem (Item Informação)				
	Grupo Despesa	2020	2021	2022	2023	2024
Primário Obrigatório	Outras despesas correntes	49.304.573,00	52.277.466,00	52.628.165,00	60.099.775,00	79.279.160,00
	Total	49.304.573,00	52.277.466,00	52.628.165,00	60.099.775,00	79.279.160,00
Primário Discricionário	Investimentos	23.703.610,00	20.461.593,00	13.226.224,00	17.299.705,00	15.726.586,00
	Outras despesas correntes	90.203.829,00	75.884.683,00	100.035.217,00	120.583.111,00	131.726.466,00
	Total	113.907.439,00	96.346.276,00	113.261.441,00	137.882.816,00	147.453.052,00
Total sem emendas parlamentares		163.212.012,00	148.623.742,00	165.889.606,00	197.982.591,00	226.732.212,00
Despesa discricionária decorrente de emenda individual	Investimentos	10.649.449,00	5.159.972,00	7.849.938,00	16.282.271,00	23.284.375,00
	Outras despesas correntes	1.961.232,00	2.579.000,00	600.000,00	2.906.731,00	10.495.300,00
	Total	12.610.681,00	7.738.972,00	8.449.938,00	19.189.002,00	33.779.675,00
Despesa discricionária decorrente de emenda de bancada	Investimentos	0	10.424.608,00	12.000.000,00	10.000.000,00	0
	Total	0	10.424.608,00	12.000.000,00	10.000.000,00	0
Total		175.822.693,00	166.787.322,00	186.339.544,00	227.171.593,00	260.511.887,00

Fonte: Relatório do Tesouro Gerencial.

Como indicado pela tabela acima, o orçamento previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi sendo reduzido até 2021, e vem sendo recomposto desde 2022. Entretanto, considerando elementos que dependem diretamente de orçamento, como *campi* sem sede, refeitórios ou quadras (que são itens essenciais legais para o correto funcionamento do *campus*), o passivo de obras e infraestrutura física básica dos *campi* e os custos de manutenção regulares de cada unidade, o orçamento geral do IFSP é insuficiente para todas as suas ações.

A forma alternativa de complementar o orçamento, foi a busca incessante realizada pelo reitor, pró-reitores e diretores gerais de *campus* de conseguir complemento orçamentário junto ao Poder Legislativo, com emendas de bancadas (cedidas de comum acordo pelos integrantes da bancada, em especial a do Estado de São Paulo) e individuais (aquelas cedidas por deputado específico, normalmente orientadas para um feito individual no *campus* associado).

Felizmente, a área de TI conta com o apoio da alta gestão para a realização de ações de melhorias e inovações tecnológicas que têm impacto direto na qualidade do ensino e no

acesso dos discentes a seus dados acadêmicos gerenciados na instituição. Portanto, é fundamental que as contratações e desenvolvimentos de tecnologia estejam voltados, principalmente, à disponibilização de soluções orientadas às áreas de negócio fim da instituição, e seus mecanismos de sustentação de infraestrutura.

Maiores informações sobre os dispêndios de TI por ano ficam disponibilizados no *dashboard* [Relatório Financeiro - Tecnologia da Informação](#). Com as atualizações deste *dashboard*, podemos aprofundar a análise orçamentária específica do ambiente de TI do IFSP, a seguir.

Observou-se que, embora o orçamento total do IFSP esteja na situação atual, a participação proporcional dos gastos totais de TI nesse orçamento apresentou uma tendência de queda, passando de 6,63% em 2021 para 4,31% em 2024. Este declínio proporcional foi acompanhado por uma retração nominal expressiva nos gastos totais com TI em 2024 (uma queda de 19,97% em relação a 2023).

No que tange à composição dos gastos de TI no IFSP, o investimento em Capital (aquisição de equipamentos, infraestrutura e softwares permanentes) têm consistentemente superado as despesas de custeio (serviços, manutenções, consumíveis). Em 2021, o Capital representou 67,61% do total de TI, flutuando para 55,79% em 2022, subindo para 66,23% em 2023 e acomodando-se em 61,71% em 2024. Isso indica uma contínua priorização na aquisição e modernização de ativos tecnológicos para o Instituto, conforme a estratégia de modernização do parque tecnológico.

A relação entre o investimento em Capital de TI e o investimento total em Capital do IFSP demonstra a relevância da área tecnológica para a instituição, com a TI absorvendo uma parcela entre 14,23% e 14,82% dos recursos de capital do IFSP entre 2021 e 2023. No entanto, em 2024, essa participação recuou para 12,35%, sinalizando uma menor fatia dos investimentos gerais sendo direcionada para ativos de tecnologia, uma vez que uma parte do parque foi atualizado em 2023, conforme os indicadores financeiros até o ano de 2023.

Por fim, o custeio de TI, embora menor em proporção quando comparado ao capital, representa uma fatia das despesas de custeio totais do IFSP que variou entre 3,74% (em 2022) e 2,10% (em 2024). A tendência de queda observada nesta proporção, especialmente a partir de 2022, sugere que as despesas operacionais de TI não têm acompanhado o ritmo de crescimento das despesas decorrente da expansão do IFSP.

Estas inferências indicam que, apesar da realidade orçamentária geral do IFSP, o investimento em TI, tanto em termos proporcionais quanto nominais (em 2024), não seguiu a mesma trajetória. A predominância do investimento em capital sobre o custeio no âmbito geral do IFSP manteve-se, porém, a participação da TI nos investimentos de capital da instituição diminuiu no último ano analisado. Tais pontos são cruciais para contextualizar as necessidades futuras de recursos, especialmente frente à nova realidade tecnológica como a expansão do uso de Inteligência Artificial e a migração de serviços para nuvem, que podem demandar tanto investimentos em capital quanto um aumento nas despesas de custeio.

1.7.3.2 Necessidades Tecnológicas

Praticamente todos os processos institucionais hoje estão vinculados ou dependentes de algum tipo de tecnologia de informação. Os servidores, em especial os técnicos-administrativos, trabalham a partir de um computador para operar sistemas em diversas plataformas, ou utilizam sistemas de informação para registros e operações necessárias.

Portanto, é fundamental que existam computadores modernizados e aptos a operar estes sistemas. Com a migração dos sistemas de processamento local para sistemas

disponibilizados por meio da internet, é necessário ainda que estes computadores estejam não somente interligados entre si, mas também conectados à internet de forma segura.

Especificamente nos *campi*, existe ainda a necessidade adicional de prover poder computacional para as atividades acadêmicas, normalmente formando-se laboratórios com 20 a 40 computadores, conforme a necessidade de cada curso e a disponibilidade geográfica de cada *campus*.

Já a reitoria, além das necessidades de operação e dia a dia dos servidores, ainda atua provendo sistema de informação para os processos acadêmicos e administrativos, em especial por meio do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), entre outros.

As necessidades de acesso à internet ampliam-se para o uso dos alunos em seu dia a dia acadêmico, e no atual cenário de *smartphones*, é necessário que haja a disponibilidade de acesso por diferentes formas, por meio de cabo nas situações que envolvem maior desempenho e segurança, e sem fio para as demais.

Considerando as recentes implementações relacionadas ao trabalho remoto, e a própria natureza do trabalho acadêmico, os recursos centrais devem ser disponibilizados na maior escala de tempo possível, permitindo assim sua operação em qualquer dia e horário no ciclo anual.

Já os demais recursos, como computadores para o trabalho e laboratórios, precisam operar conforme os horários estabelecidos pela administração.

Por fim, todos estes acessos precisam ser realizados de maneira segura para os usuários, e os dados precisam ser preservados conforme seu prazo legal para garantia da continuidade institucional.

Portanto, o primeiro dever da área de TI deve ser garantir os acessos aos recursos de tecnologia da informação de maneira segura, assegurando a continuidade dos processos institucionais administrativos e acadêmicos.

Em adição a este primeiro objeto, a área de TI deve buscar, sempre que possível, novas tecnologias para apoiar as demais áreas, buscando internamente e externamente inovações que possibilitem melhorias do desempenho dos processos, melhorias na qualidade de vida dos servidores, permitindo melhorar a eficiência da instituição.

1.7.3.3 Capacitação e desenvolvimento de pessoal

A maior parte da capacitação para o pessoal de TI realizada no IFSP tratou-se principalmente de projetos individuais, realizados *campus a campus* ou equipe a equipe conforme as necessidades foram percebidas pela equipe de gestão local. Além disso, também houveram registros de pessoal de TI atendendo aos chamados dos editais de capacitação voltados à área acadêmica, principalmente mestrado.

Em 2020, na equipe de TI da reitoria, surgiu a iniciativa da contratação de uma plataforma de capacitação *on-demand*, permitindo assim que a administração pudesse indicar trilhas de nivelamento para os membros de cada equipe, mas permitindo também as escolhas individuais caso a trilha fosse atendida em sua integralidade, ou estivesse aquém das habilidades do participante. Essa iniciativa espalhou-se para a área de gestão de pessoas, e posteriormente foram elaborados dois editais nos anos subsequentes para a inclusão de equipes de TI e gestão de pessoas dos *campi*.

Apesar do pouco alcance, a iniciativa provou-se valiosa, auxiliando inclusive na retenção de pessoal, principalmente na equipe da reitoria.

Entretanto, em 2024, por questões orçamentárias não foi mais possível a continuidade desse processo.

Frente a estes cenários, é necessária uma reavaliação das áreas de interesse e oportunidades de capacitação disponíveis para a instituição.

1.7.3.4 Áreas de Capacitação

As principais áreas de capacitação necessárias identificadas no IFSP foram, conforme levantamento de demandas relacionadas aos Planos de Desenvolvimento de Pessoal (PDP) passados, listados em ordem alfabética:

- I. Administração de plataformas de produtividade (Office, Google Docs, LibreOffice).
- II. Arquitetura de soluções em nuvem.
- III. Atendimento para suporte técnico.
- IV. Bancos de dados.
- V. Ciência da dados.
- VI. Desenvolvimento de aplicativos móveis.
- VII. Desenvolvimento *web*.
- VIII. Gestão de projetos.
- IX. Identificação de requisitos.
- X. Inteligência Artificial.
- XI. Internet das Coisas (*IoT*).
- XII. Operação de serviços em nuvem.
- XIII. Operação de servidores (*Windows/Linux*).
- XIV. Operação de plataformas de produtividade (*Office*, Google Docs, LibreOffice).
- XV. Processos de administração de contratos.
- XVI. Processos de contratação.
- XVII. Redes de computadores.
- XVIII. Segurança da Informação.
- XIX. Virtualização de computadores.

Todas as áreas de interesse estão relacionadas à operação e manutenção diária da infraestrutura de TI, atendimento de suporte técnico ou ao desenvolvimento e implementação de novas soluções.

1.7.3.5 Mecanismos de Capacitação

Os principais mecanismos de capacitação disponíveis naturalmente para as equipes de TI do IFSP são:

- a. Capacitação por ente Público: Nessa categoria entram, principalmente, as ofertas de cursos ofertados pela Escola Superior de Redes (ESR), entidade relacionada a Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e um dos principais pontos de capacitação. Outra grande provedora de capacitação nessa categoria, mais voltada à formação de administradores para o serviço público, é a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Ambas oferecem cursos gratuitos para a instituição, de maneira presencial e on-line.
- b. Capacitação por ente privado: Nessas categorias constam os métodos de cursos privados, contratados conforme demanda percebida pelas equipes, seja com pessoas de renome, seja centros próprios de capacitação. Aqui encaixa-se também iniciativas como a realizada para contratação de cursos *on-demand* para os servidores.

- c. Capacitação interna: Aqui ficam as opções referentes aos editais internos, oferecidos pela área de Gestão de Pessoas para a formação acadêmica dos servidores, em especial as vinculadas a programas de Mestrado e Doutorado. Os dois métodos principais de incentivo nesse sentido são a dispensa de horas para capacitação, reduzindo a carga horária de trabalho do servidor para que seja realocada para a realização destes programas quando de natureza pública, ou com a oferta de subsídio de valores de inscrição e mensalidades por meio de bolsa quando de natureza privada.

Assim, considerando as modalidades de capacitação, o cenário orçamentário em que encontra-se o IFSP e as áreas de capacitação do IFSP, a preferência da formação é pela oferta de cursos para capacitação por ente público, na modalidade EAD. As modalidades EAD ofertadas pela ESR e pela ENAP permitem uma realização de capacitação voltada ao nivelamento das equipes, trazendo-os para um mínimo comum de habilidades e conhecimentos desenvolvidos, sendo necessário apenas que o membro da equipe dedique parte de sua carga horária para esse tipo de capacitação, sem investimentos financeiros, seja como deslocamento, inscrições ou diárias.

Historicamente, entretanto, a disponibilização de vagas por estes canais foi limitada, não sendo ofertadas vagas suficientes para que houvesse, ao menos, uma distribuição mínima de pelo menos uma vaga por *campus*, levando as equipes a busca da capacitação por ente privado para suprir suas necessidades.

Entretanto, em 2024 houve a liberação e anúncio da oferta de 100 vagas para cada Instituto Federal, permitindo, pela primeira vez, que houvesse a oferta de vagas em todos os *campi*.

Nesse modelo, a capacitação por ente privado fica em um papel de apoio, sendo utilizada apenas em casos onde não há a disponibilização de vagas em instituições públicas, seja por necessidade de aprofundamento em relação às ofertas já realizadas, seja por insuficiência de portfólio conforme as necessidades elencadas.

Já as capacitações internas, por sua natureza acadêmica, habilitam os servidores a atuarem de maneira inovadora e proativa em relação às necessidades institucionais.

Ofertar capacitação é, mais do que uma obrigação da administração, uma necessidade fundamental possibilitando assim que as equipes de TI dos *campi* e reitoria possam manter e operar o dia a dia de sua infraestrutura, buscando novas maneiras mais eficientes de suportar as áreas fim em suas necessidades tecnológicas.

Portanto, a administração de TI dos *campi* e reitoria devem buscar, primariamente nos entes públicos de capacitação (ESR, ENAP, etc.), cursos e treinamentos que permitam com que todas as equipes estejam preparadas para lidar com as atividades corriqueiras do dia a dia, como configuração de equipamentos, prevenção de problemas comuns, atendimento de qualidade, etc.

Quando toda a equipe estiver capacitada a prestar estes serviços, os cursos devem ser voltados para o desenvolvimento e implementação de novas tecnologias e sua aplicação para impacto direto nas áreas fim da instituição.

1.7.3.6 Segurança da informação

A segurança da informação em uma instituição de ensino é essencial para proteger dados pessoais e pessoais sensíveis de alunos, professores e técnicos-administrativos. Aqui estão os principais pontos:

- a. Proteção de Dados Pessoais e Pessoais Sensíveis: Informações como nomes, endereços, históricos acadêmicos e dados financeiros dos alunos, assim como dados funcionais dos servidores e prestadores, precisam ser protegidos contra acessos não autorizados e roubo de identidade.
- b. Integridade Acadêmica e Funcional: Garantir que processos seletivos, notas, avaliações e trabalhos acadêmicos, assim como Concursos Públicos, sua elaboração e resultados, sejam protegidos contra manipulações e fraudes.
- c. Privacidade: Assegurar que as comunicações e informações privadas de estudantes, servidores e prestadores permaneçam confidenciais.
- d. Conformidade Legal: Atender às leis e regulamentações de proteção de dados, com atenção especial à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), através da proteção dos dados pessoais e pessoais sensíveis do público institucional, evitando penalidades e garantindo a confiança dos públicos internos e externos.
- e. Continuidade dos Serviços: Proteger sistemas de TI contra ataques cibernéticos, garantindo a continuidade das atividades acadêmicas e administrativas.
- f. Prevenção de Ameaças Internas e Externas: Implementar medidas para prevenir tanto ameaças internas (como uso inadequado de dados) quanto externas (como ataques cibernéticos).

A segurança da informação assegura que a instituição de ensino funcione de maneira eficiente e segura, mantendo a disponibilidade de seus serviços, protegendo a integridade, privacidade dos dados e informações e a reputação da instituição, e é uma responsabilidade de toda a comunidade institucional, acadêmica, administrativa, e das entidades vinculadas à instituição.

O cenário global de segurança da informação é progressivamente dinâmico e complexo, onde a proliferação de novas técnicas, táticas e procedimentos criminosos ocorrem diariamente. O acompanhamento e resposta às novas tendências e cenários de segurança (como *ransomwares* e métodos de engenharia social) requer a disponibilidade de tempo que mesmo equipes de pessoas especializadas tendem a optar pela contratação de serviços que provêem um resumo essencial dessas necessidades.

Diante deste cenário complexo, o IFSP tem ativa a política de segurança da informação (PoSIC), um gestor de segurança nomeado na figura do Diretor de Tecnologia da Informação e, ainda, estabelecida uma Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Redes computacionais (ETIR). Também foi instaurada a Comissão de Análise e Implementação da LGPD (CGPD). O Comitê de Segurança da Informação existe em sua representação junto ao Comitê de Governança Digital (CGD). Portanto, a estrutura de governança de privacidade e segurança da informação do IFSP encontra-se montada e atuante.

Portanto, o IFSP deve focar seus esforços de TI em relação à segurança da informação para agir de maneira preventiva, focando investimentos e ações para prevenir a ocorrência de incidentes, tratando-os, caso existam, como situações emergências a serem resolvidas prioritariamente em relação a outras demandas.

A política de segurança da informação, de acordo com a [Portaria nº 4.296, de 14 de dezembro de 2020](#), pode ser consultada em sua completude.

1.7.3.7 Infraestrutura tecnológica

A infraestrutura de tecnologia da informação tem papel crucial no funcionamento dos sistemas e processos informatizados. Nela estão concentradas a capacidade de tráfego de dados, armazenamento e processamento. Atualmente, o IFSP dispõe de infraestrutura na

forma de equipamentos e realiza a total gestão destes equipamentos, sendo detentor inclusive do próprio Sistema Autônomo (AS), permitindo assim a redundância da prestação de serviços independente do provedor de internet utilizado.

Nos *campi*, os links de internet são majoritariamente fornecidos pela Rede Nacional de Pesquisa (RNP) por meio de seu contrato de gestão, e custeados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, enquanto as redes internas são custeadas e mantidas pelo próprio orçamento dos *campi* e suas equipes internas.

Esse modelo de propriedade geral de equipamentos de infraestrutura, entretanto, tem se provado insustentável. O cenário orçamentário e de pessoal tem se tornado cada vez mais escasso, e as oscilações econômicas impõem uma imprevisibilidade financeira cada vez mais incompatível com o cenário orçamentário.

Este modelo favorece o investimento singular na compra de um equipamento, e sua manutenção é realizada primariamente pelas próprias equipes de TI, que eventualmente contam com o apoio e suporte a resposta de incidentes por meio dos processos de suporte e garantia fornecidos pelo fabricante. Portanto, os primeiros a detectarem incidentes e atuarem na resposta a incidentes é a própria equipe interna, acionando terceirizados em caso de necessidade.

A infraestrutura própria também é inflexível e de difícil escalada, atrelada a um modelo de negócio associado à compra prévia de capacidade computacional. Nesse modelo, é necessário haver a previsão precisa de crescimento da necessidade de recursos computacionais, e sua aquisição no ato de compra, obrigando a instituição a pagar de imediato pelos equipamentos, cuja capacidade máxima de operação será alcançada apenas em anos futuros.

Por fim, este modelo dificulta o acesso do IFSP a tecnologias emergentes, uma vez que todo o cenário precisa ser processado em seu ambiente interno previamente adquirido e, portanto, alheio a inovações surgidas após o momento da aquisição.

Diante deste cenário e visando maior agilidade, escalabilidade e acesso à inovação, o IFSP estabeleceu, sua estratégia formal para a adoção de serviços em nuvem. Esta estratégia visa não apenas modernizar a infraestrutura, mas também implementar um modelo de gestão unificada e compartilhada dos recursos em nuvem, buscando eficiência operacional e alinhamento com as necessidades de negócio.

No modelo em nuvem, a instituição paga pelos recursos computacionais já utilizados, podendo escalar soluções de maneira rápida e flexível, e pagando apenas pelo dado efetivamente transmitido e processado. Dessa forma, a previsão de investimento decorre do planejamento correto e dos interesses institucionais em novas tecnologias. A manutenção dessa infraestrutura portando sai dos equipamentos e foca-se, principalmente, na sustentação das soluções e serviços em si.

Os desafios de adoção de nuvem encontram-se principalmente na capacitação correta de seus operadores e na previsibilidade de custo operacional, uma vez que o pagamento é realizado após o consumo.

Para mitigar o desafio da previsibilidade de custo, a Estratégia de Nuvem do IFSP prevê uma gestão unificada que permitirá um melhor acompanhamento dos gastos e otimização dos recursos. Adicionalmente, os elementos do planejamento institucional de TI reforçam a necessidade de capacitação contínua da equipe de TI para o correto planejamento e operação desses serviços, alinhando-se também à estratégia de nuvem. O correto planejamento de ações e soluções a serem disponibilizadas é, portanto, essencial para a adoção efetiva de computação em nuvem.

Em termos de manutenção, ela é realizada diretamente pelos provedores, que devem possuir múltiplos *data centers* em diferentes partes do Brasil e do mundo, garantindo a disponibilidade e integridade dos dados e dispensando as equipes de TI do IFSP das ações operacionais custosas como troca de discos, verificações de disponibilidade energética, climatização, e outras dependências essenciais para a continuidade da operação de infraestrutura.

Pela natureza da propriedade dos equipamentos e, crucialmente, na contratação de serviços de terceiros como a nuvem, é essencial a preocupação com segurança da informação. A Estratégia de Nuvem do IFSP aborda extensivamente esta questão, exigindo dos provedores conformidade com a LGPD e a Instrução Normativa nº 5/2021 estabelecendo diretrizes claras sobre classificação e proteção de dados, localização de dados, controles de acesso e autenticação, proteção e retenção de dados, e auditorias. Os contratos deverão deixar explícita a responsabilidade e os deveres de cada parte, inclusive na restrição de acesso dos provedores aos dados institucionais, desde que atendidas as normas já existentes a respeito, conforme detalhado na estratégia.

Por último, o modelo de nuvem permite ainda a adoção de novas tecnologias de forma imediata ao seu lançamento pelos provedores e sua formalização dentro da instituição, permitindo assim que o IFSP acompanhe a vanguarda tecnológica moderna.

Portanto, o IFSP deve concentrar seus esforços de manutenção e continuidade de infraestrutura por meio da adoção de nuvem pública, garantindo assim melhores índices de disponibilidade, confiabilidade, desempenho e segurança dos que os oferecidos pela própria infraestrutura.

Portanto, o IFSP deve concentrar seus esforços de manutenção e continuidade de infraestrutura por meio da adoção de nuvem pública, configurando uma transição estratégica para um modelo *XaaS* (“Tudo como Serviço”), garantindo assim melhores índices de disponibilidade, confiabilidade, desempenho e segurança dos que os oferecidos pela própria infraestrutura. Esta abordagem é formalizada e detalhada na Portaria Normativa nº 124/2025-IFSP, de 6 de maio de 2025, que orienta a contratação e uso desses serviços, buscando mitigar riscos e otimizar recursos.

Já no caso da infraestrutura de transmissão de dados, o foco deve ser nos elementos de segurança de acesso, inclusive em relação a disponibilidade, com foco na redundância dos acessos a internet e na implementação de uma rede unificada entre os próprios *campi* e a reitoria. Dessa forma, equipes dos *campi* podem se apoiar de maneira mais eficiente, sem haver múltiplas tecnologias em diferentes *campi*, forçando equipes de apoio a terem de se aperfeiçoar em múltiplos fabricantes para que seja possível apoiar o desenvolvimento unificado da infraestrutura de redes do IFSP.

1.7.3.8 Inovação e tecnologias emergentes

Buscar inovações tecnológicas é essencial para a continuidade de negócios em instituições públicas. Com o cenário de escassez orçamentária e pessoal que vem ocorrendo nos últimos anos, as inovações voltadas à eficiência e automação de processos estão entre as principais preocupações na avaliação de novas tecnologias, permitindo assim otimizar a força de trabalho presente na instituição.

O momento de mercado encontra-se aquecido para a área de inteligência artificial (IA), em especial para os *Large Language Models (LLM)*. Estes modelos permitem uma interação simplificada, com linguagem natural por meio de texto ou comandos de voz, sendo propício para a captação de apoio de entes públicos e privados no desenvolvimento de soluções

utilizando ferramentas de IA e, portanto, o IFSP deve buscar parcerias que favoreçam o desenvolvimento de soluções, cujo principal objetivo é automatizar tarefas realizadas manualmente (e principalmente, analogicamente), permitindo assim que a força de trabalho atualmente alocada nessa tarefa possa focar sua atenção nas tarefas com impacto positivo e imediato nas áreas-fim.

A adoção de um modelo *XaaS*, facilitada pela Estratégia de Nuvem do IFSP, é fundamental para acelerar a incorporação dessas inovações, permitindo que a instituição acesse plataformas e ferramentas de IA e outras tecnologias emergentes como serviços, com maior agilidade e menor investimento inicial em infraestrutura própria.

Ainda que os potenciais de ganho envolvendo IA sejam grandes, a instituição não deve se restringir a essa inovação. A seção de infraestrutura tem impacto direto no dia a dia dos estudantes, e uma das principais tarefas das equipes de TI dos *campi* é a manutenção de laboratórios com computadores físicos, que demandam manutenção e alterações conforme as necessidades dinâmicas de ensino, envolvendo assim a reinstalação e reconfiguração constante dos equipamentos.

Portanto, tecnologias que permitam a simplificação da gestão de laboratórios e ativos de TI dos *campi*, principalmente relacionada a reduzir a necessidades de manutenção destes laboratórios permitirá que as equipes de TI possam focar sua atenção na busca de soluções alternativas e inovações para as áreas-fim, tornando fundamental a busca por tecnologias para este fim.

Por fim, com o ganho de eficiência e automação de tarefas repetitivas e voltadas a manutenção do funcionamento dos equipamentos e do aparato tecnológico em si, o tempo que antes era dedicado a estas tarefas deve ser voltado para a busca e desenvolvimento de tecnologias que permitam aumentar a presença e impacto de tecnologias que favoreçam o aprendizado dos estudantes, efetivando assim a área de tecnologia da informação não apenas como uma área de continuidade de negócio, mas efetiva na melhoria do desempenho das áreas-fim da instituição.

1.7.3.9 Governança de TI

Conforme regulamentação existentes, foi desenvolvida a política de Governança de Tecnologia da Informação, que estabelece os papéis e responsabilidades de cada área e comitê.

Na estrutura de governança de TI do IFSP, estão previstas as principais estruturas de gestão e governança, a seguir:

- Alta Administração (governança): composta principalmente por servidores ocupantes dos papéis de Reitor e pró-reitores de cada área e o Comitê de Governança, Integridade e Gestão de Riscos e Controles, com o principal papel de acompanhar as ações em parceria com o Comitê de Governança Digital (CGD).
- Comitê de Governança Digital: com o objetivo de aprimorar as ações de TI, está diretamente relacionado às decisões estratégicas de TI e suas interfaces com as demandas da alta administração.
- Alta Administração (gestão): Composta pela reitoria, pró-reitores e os diretores gerais de cada *campus*, atua no acompanhamento das estratégias de TI e seu impacto nos *campi*.
- Comitê de Tecnologia da Informação (CTIC): principal órgão representativo dos *campi* junto a administração de TI da instituição, presidido pela autoridade

máxima de TI da instituição, e com participação de todas as lideranças de TI de cada *campus*.

Figura 3 - Estrutura de Governança do IFSP



Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Institucional

Este modelo de governança é estabelecido em normativa, e tem atendido às necessidades institucionais, permitindo a transparência de ações e participação das diferentes áreas no acompanhamento das ações da gestão de TI do IFSP.

A política de governança de TI, de acordo com a [Portaria Normativa nº 23/2021 – RET/IFSP, de 11 de novembro de 2021](#), pode ser consultada.

1.7.3.10 Integração de sistemas

Para a elaboração da estratégia para integração de sistemas, é fundamental primeiro que haja a definição e formalização dos principais sistemas de TI do IFSP. Para isso, foram considerados os objetivos de cada sistema em relação aos processos institucionais, seu impacto no dia a dia de estudantes em caso de indisponibilidade e interface com os demais sistemas governamentais.

Dessa forma, a lista de sistemas essenciais para o IFSP, com base nos critérios citados são:

1. Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP): principal sistema de gestão e controle do IFSP, atuando como operador dos registros acadêmicos dos estudantes, registros administrativos (como ponto e atividades em caso de PGD e docentes), frota, patrimônio e gestão de alguns dos mecanismos de comunicação principais.
2. Nandu: utilizado na operação dos diversos processos seletivos, desde o momento da inscrição do candidato, acompanhamento de pagamento de inscritos, até a integração com o SUAP até a definição das chamadas para matrícula.
3. Moodle: utilizado tanto na função de apoio ao ensino para disciplinas e cursos tradicionais, como diretamente em formações totalmente a distância, sendo a

principal interface entre docente e discentes para a troca de informações, conteúdo e realização de atividades digitais.

4. E-mail: principal meio de comunicação formal na instituição, atualmente hospedado em provedor de nuvem pública.

Outros sistemas de infraestrutura são essenciais para o correto funcionamento dos sistemas críticos elencados anteriormente:

1. Segurança de Acesso (*firewall ips*).
2. Sistemas de interconexão de rede (*switches*).
3. Sistemas de processamento de dados (servidores físicos ou virtuais).
4. Sistemas de autenticação.
5. Sistemas de *Backup* (servidores e dados).
6. Resolução de nomes (DNS).
7. Sistemas de acesso à internet (roteadores e *peering*).

Para estes sistemas, é fundamental que os pilares básicos da segurança da informação sejam a referência para as atividades de manutenção, desenvolvimento de novas funcionalidades e interação com os usuários: confidencialidade, integridade e disponibilidade, incluindo o monitoramento destes aspectos.

Por fim, a integração destes sistemas com sistemas externos ou não desenvolvidos pela instituição devem ser considerados sempre que haja a possibilidade de interconexão segura e que garanta a integridade e confidencialidade dos dados transmitidos.

1.7.3.11 Sustentabilidade ambiental e eficiência energética

A partir de 2024 o IFSP possui Plano de Logística Sustentável (PLS) ativo, e cabe à área de TI seguir suas diretrizes ao avaliar a contratação ou desenvolvimento de novas soluções e na adoção de novas tecnologias.

A atenção especial à área de TI é para o descarte correto de equipamentos e insumos inservíveis, com atenção especial aos insumos de impressão.

Na busca de soluções de infraestrutura, a prioridade deve ser de soluções e fornecedores que demonstrem a capacidade de redução da pegada de carbono e maior eficiência energética, sendo inclusive critério de escolha ou desempate em certames conforme a legislação atual de contratações.

O PLS pode ser consultado, conforme [Portaria nº 3.981/IFSP, de 25 de julho de 2024](#).

1.7.3.12 A Estratégia “Tudo como Serviço” (*XaaS*) no IFSP

Diante destes desafios e alternativas, e em linha com as tendências globais de transformação digital e buscando maior eficiência, agilidade e capacidade de inovação, o IFSP adota estrategicamente o modelo “Tudo como Serviço” (*XaaS*) como um pilar fundamental para a evolução de sua infraestrutura e oferta de soluções de Tecnologia da Informação. O modelo *XaaS* representa uma mudança de paradigma: em vez de priorizar a aquisição, instalação e manutenção de ativos de TI (hardware e software) em infraestrutura própria – um modelo que se mostrou progressivamente insustentável e inflexível (conforme discutido na análise da infraestrutura tecnológica deste documento) – o IFSP passa a consumir recursos tecnológicos como serviços sob demanda, geralmente disponibilizados por provedores especializados via nuvem. Isso já vem acontecendo, com contratações para a disponibilização de sistemas de apoio como *Pergamum*, SIPPAG, D-Space, etc.

Este modelo abrange diversas camadas, sendo as mais comuns a Infraestrutura como Serviço (*IaaS*), que oferece recursos computacionais básicos (servidores virtuais,

armazenamento, redes); a Plataforma como Serviço (*PaaS*), que provê ambientes para desenvolvimento, implantação e gestão de aplicações; e o Software como Serviço (*SaaS*), que entrega aplicações prontas para uso, como o serviço de e-mail institucional já adotado pelo IFSP. A adoção do *XaaS* visa, portanto, alinhar a TI às necessidades dinâmicas da instituição, permitindo escalar recursos rapidamente, acessar tecnologias emergentes como Inteligência Artificial (IA) de forma mais ágil, e otimizar a alocação do orçamento, migrando de um modelo predominantemente de investimento (*CapEx*) para um de custeio operacional (*OpEx*).

A implementação da estratégia *XaaS* no IFSP não se configura como um objetivo isolado, mas como um meio para alcançar os Objetivos Estratégicos de TI (OE1 a OE6) definidos neste Plano, em especial a ampliação e inovação da oferta de soluções (OE1), o reforço da segurança (OE4) e a integração de serviços e infraestrutura (OE6). Esta abordagem permite que a equipe de TI concentre seus esforços na gestão dos serviços, na segurança da informação, na integração de sistemas e no apoio direto às atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão, agregando maior valor à comunidade acadêmica.

A decisão pela adoção de serviços específicos no modelo *XaaS* será pautada em análises técnicas e de negócio que demonstrem sua aderência às necessidades institucionais, eficiência operacional e administrativa e em conformidade com as normativas vigentes. O IFSP poderá adotar uma abordagem híbrida, combinando serviços em nuvem (pública ou privada) com infraestrutura local quando justificado por requisitos específicos de desempenho, segurança, custo ou regulamentação. A estratégia de nuvem do IFSP serve como o principal instrumento normativo para a contratação e uso seguro de serviços em nuvem, estabelecendo as diretrizes técnicas e de segurança que fundamentam a implementação do *XaaS* no Instituto.

Reconhece-se que a transição para um modelo *XaaS* apresenta desafios inerentes, como a gestão da segurança e privacidade de dados, a previsibilidade de custos, a dependência de fornecedores, a necessidade de conectividade robusta em todos os *campi* e a adaptação cultural e técnica da instituição. Estes desafios são endereçados neste PETI e serão detalhados com planos de mitigação específicos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e em políticas complementares, assegurando uma implementação responsável, segura e sustentável da estratégia *XaaS* no IFSP.

1.7.4 Objetivos estratégicos de TI

Com as considerações ambientais realizadas até o momento, é possível determinar os objetivos estratégicos conforme cada estratégia relatada em cada subtópico do Diagnóstico situacional:

- Objetivo Estratégico 1: Ampliar, padronizar e inovar a oferta de soluções e infraestrutura de TI.
- Objetivo Estratégico 2: Melhorar a comunicação, acesso e transparência das informações.
- Objetivo Estratégico 3: Aperfeiçoar continuamente a governança e gestão de TI.
- Objetivo Estratégico 4: Reforçar a gestão de riscos em TI e a segurança das informações da Instituição e de seus usuários.
- Objetivo Estratégico 5: Preservar a capacitação e desenvolvimento do pessoal de TI.
- Objetivo Estratégico 6: Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura.

1.7.5 Alinhamento estratégico

Alinhamento a estratégia de governo digital

A Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD) vigente, estabelecida pelo Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024, define os princípios, objetivos e iniciativas para o período de 2024 a 2027. Esta estratégia visa nortear a transformação do governo por meio do uso de tecnologias digitais, buscando promover a efetividade das políticas, a qualidade dos serviços públicos e a inclusão (Brasil, 2024). Diferentemente da estrutura anterior baseada nos planos PTD a PDTI, a nova EGD organiza-se em 6 princípios e 16 objetivos estratégicos, a seguir:

Princípios da EFGD (Brasil, 2024):

1. Governo centrado no cidadão e inclusivo: Promove uma experiência agradável, simples e ágil, garantindo acesso a todos.
2. Governo integrado e colaborativo: Atua de forma coordenada e sinérgica entre União, estados, DF e municípios, buscando interoperabilidade e simplicidade na jornada do cidadão.
3. Governo inteligente e inovador: Utiliza tecnologia e dados para otimização, com postura proativa e aberta a novas ideias.
4. Governo confiável e seguro: Constrói confiança pública, garantindo interações seguras e proteção de direitos e dados.
5. Governo transparente, aberto e participativo: Comprometido com a participação social e transparência pública no acompanhamento de políticas e serviços.
6. Governo eficiente e sustentável: Utiliza plataformas e serviços compartilhados para otimizar processos e infraestrutura, contribuindo para um Estado social e ambientalmente sustentável.

Objetivos Estratégicos da EFGD (Brasil, 2024):

1. Prover serviços públicos digitais personalizados, simples, de forma proativa e centrados no cidadão.
2. Ofertar serviços públicos digitais inclusivos.
3. Aperfeiçoar a governança de dados e a interoperabilidade.
4. Estimular o uso e a integração de plataformas e serviços de governo digital no Governo federal.
5. Estimular o uso e a integração de plataformas e serviços de governo digital com os entes da federação.
6. Fomentar o uso inteligente de dados pelos órgãos do governo.
7. Fomentar o ecossistema de inovação aberta.
8. Desenvolver habilidades digitais dos servidores.
9. Elevar a maturidade e a resiliência dos órgãos e das entidades em termos de privacidade e segurança da informação.
10. Fortalecer a privacidade e a segurança dos dados dos cidadãos.
11. Prover identificação única do cidadão.
12. Fortalecer a cultura de governo aberto e transparente.
13. Promover a participação digital nas políticas públicas e serviços digitais.
14. Otimizar a oferta de infraestrutura compartilhada de tecnologia da informação e comunicação.
15. Aprimorar processos de negócio da gestão pública.
16. Estimular a gestão ambientalmente sustentável na transformação digital.

Atualmente, o IFSP oferece diversos serviços digitais por meio do seu Catálogo de Serviços Digitais. Nesse contexto, concentramos nossos esforços na manutenção e evolução desses serviços digitais. O Programa de Dados Abertos (PDA) segue uma trajetória similar, já tendo alcançado maturidade institucional, conforme evidenciado no Portal de Dados Abertos do IFSP, e agora está mantido como um serviço essencial.

A publicação da Portaria nº 852, de 28 de março de 2023, que estabeleceu diretrizes para o Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), continua relevante. A nova EGD 2024-2027 reforça essa necessidade com objetivos específicos como o Objetivo 9 (“Elevar a maturidade e a resiliência dos órgãos e das entidades em termos de privacidade e segurança da informação”) e o Objetivo 10 (“Fortalecer a privacidade e a segurança dos dados dos cidadãos”). Como resultado, parte dos investimentos em Tecnologia da Informação será estrategicamente alocada para iniciativas relacionadas à privacidade e segurança da informação, alinhadas a estes novos objetivos.

Adicionalmente, a transição para modelos de serviço, como os previstos na Estratégia de Nuvem do IFSP (Portaria Normativa nº 124/2025), está alinhada com os objetivos da EFGD que visam a otimização das infraestruturas de tecnologia da informação (Objetivo 14), a oferta de serviços públicos digitais e o uso de tecnologias emergentes (Objetivos 1 e 4 da EFGD 2024-2027).

O alinhamento entre os objetivos estratégicos de TI do IFSP e os objetivos da EFGD 2024-2027 está detalhado no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Alinhamento dos Objetivos Estratégicos 2024/2028 de TI com a Estratégia EFGD 2024/2027

Objetivos Estratégicos de TI	Objetivos Estratégicos da EFGD 2024-2027
OE1: Ampliar, padronizar e inovar a oferta de soluções e infraestrutura de TI.	Objetivos 1, 4, 5 e 14.
OE2: Melhorar a comunicação, acesso e transparência das informações.	Objetivos 1, 2, 12 e 13.
OE3: Aperfeiçoar continuamente a governança e gestão de TI.	Objetivos 3, 11, 14 e 15.
OE4: Reforçar a gestão de riscos em TI e a segurança das informações da Instituição e de seus usuários.	Objetivos 8 e 10.
OE5: Preservar a capacitação e desenvolvimento do pessoal de TI.	Objetivo 8.
OE6: Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura.	Objetivos 3, 4, 5 e 6.

Fonte: IFSP – Diretoria de Tecnologia da Informação (2023).

Alinhamento à Estratégia Institucional

O alinhamento entre os objetivos estratégicos de TI com os objetivos estratégicos institucionais segue apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 - Alinhamento dos Objetivos Estratégicos 2024/2028 de TI com a Estratégia Institucional

Objetivos Estratégicos de TI	Desafios Institucionais
------------------------------	-------------------------

OE1: Ampliar, padronizar e inovar a oferta de soluções e infraestrutura de TI.	DI 2: Aperfeiçoar os sistemas informatizados e a governança do IFSP. DI4: Adequar a utilização dos recursos às ofertas dos cursos atuais e futuros.
OE2: Melhorar a comunicação, acesso e transparência das informações.	DI 2: Aperfeiçoar os sistemas informatizados e a governança do IFSP.
OE3: Aperfeiçoar continuamente a governança e gestão de TI.	DI 1: Apoiar a defesa da educação profissional e tecnológica e do ensino superior público, gratuito e de qualidade.
OE4: Reforçar a gestão de riscos em TI e a segurança das informações da Instituição e de seus usuários.	DI 1: Apoiar a defesa da educação profissional e tecnológica e do ensino superior público, gratuito e de qualidade.
OE5: Preservar a capacitação e desenvolvimento do pessoal de TI.	DI 2: Aperfeiçoar os sistemas informatizados e a governança do IFSP. DI4: Adequar a utilização dos recursos às ofertas dos cursos atuais e futuros.
OE6: Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura.	DI 1: Apoiar a defesa da educação profissional e tecnológica e do ensino superior público, gratuito e de qualidade. DI 2: Aperfeiçoar os sistemas informatizados e a governança do IFSP. DI4: Adequar a utilização dos recursos às ofertas dos cursos atuais e futuros.

Fonte: IFSP – Diretoria de Tecnologia da Informação (2025).

1.7.6 Monitoramento e avaliação

A revisão deste plano deve ser realizada a cada dois anos, com a reavaliação dos cenários internos e externos da instituição e o cumprimento dos objetivos estratégicos, possibilitando assim a adaptação ou revisão das estratégias com base no cumprimento destes objetivos, incluindo novas aberturas para consulta pública e avaliações qualitativas e quantitativas referentes à área de tecnologia da informação do IFSP.

O PETI deve ser utilizado como balizador do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), onde serão estabelecidos os mecanismos para atendimento dos objetivos definidos neste plano, devendo apresentar indicadores, preferencialmente objetivos, para a definição de métricas e avaliação do cumprimento dos objetivos aqui definidos.

1.7.7 Framework de priorização dinâmica – tecnologia da informação

Introdução

A área de Tecnologia da Informação desempenha um papel vital no suporte à missão finalística e administrativa do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), viabilizando o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão por meio de soluções e infraestrutura tecnológica. Contudo, a área frequentemente opera em um cenário institucional caracterizado por sua vasta complexidade – uma rede multi-campi com necessidades diversas – e por um ambiente externo de crescente dinamismo.

Fatores como flutuações orçamentárias, novas diretrizes estratégicas emanadas da Reitoria ou de órgãos governamentais, a rápida evolução tecnológica, incluindo segurança

cibernética, novas ofertas de mercado, e as demandas emergenciais internas (incidentes, necessidades imprevistas de usuários, etc), entre outros cenários, desafiam constantemente a rigidez de planejamentos de longo prazo.

Uma abordagem de priorização estritamente linear e prefixada, neste contexto, corre o risco de se tornar rapidamente obsoleta, podendo levar à alocação sub ótima dos recursos (humanos e financeiros), já limitados, à perda de oportunidades estratégicas ou à dificuldade em responder com a agilidade necessária às crises e novas exigências.

Diante desta realidade, buscando otimizar a capacidade de entrega de valor da área de TI à comunidade IFSP e de alcançar os objetivos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Plano Estratégico de TI, torna-se imperativo adotar uma metodologia de priorização mais fluida e responsiva. É com este propósito que se estabelecem as presentes diretrizes para um Framework de Priorização Dinâmica para a área de TI do IFSP, concebido para guiar na navegação destas incertezas de forma estruturada, transparente e alinhada aos propósitos maiores do Instituto.

Objetivo das diretrizes

O presente Framework de Priorização Dinâmica da área de TI do IFSP visa estabelecer um conjunto de diretrizes e princípios para guiar a tomada de decisão sobre a alocação de recursos e o direcionamento de esforços no âmbito da Tecnologia da Informação do Instituto. Seus objetivos primordiais são:

- Garantir o Alinhamento Estratégico Contínuo: Assegurar que as iniciativas e projetos de TI, mesmo em um ambiente de mudanças, permaneçam consistentemente alinhados aos objetivos maiores definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Plano Estratégico de TI (PETI).
- Otimizar a Alocação de Recursos: Promover o uso mais eficiente e eficaz dos recursos limitados da área (principalmente humanos, financeiros e tecnológicos), direcionando-os dinamicamente para as ações que apresentem maior impacto, valor estratégico ou urgência em cada momento específico.
- Aumentar a Capacidade de Resposta: Fortalecer a agilidade da área para responder de forma tempestiva e adequada a demandas emergenciais, riscos críticos, mudanças no contexto externo (principalmente o político, orçamentário e tecnológico), bem como de oportunidades estratégicas não previstas no planejamento original.
- Promover Transparência e Clareza: Tornar o processo de definição e ajuste de prioridades mais transparente para as equipes da área e *stakeholders* relevantes, facilitando a comunicação, reduzindo incertezas e explicitando a lógica por trás das decisões.
- Fomentar um Entendimento Compartilhado: Cultivar nas equipes de TI da instituição uma compreensão comum sobre como as prioridades são gerenciadas em um ambiente dinâmico, incentivando a colaboração, o engajamento e a adaptação proativa.

O Framework de priorização dinâmica da área de TI (FPD-TI)

Princípio Central

O princípio fundamental que rege este *framework* é o reconhecimento da natureza fluida e complexa do ambiente operacional e estratégico do IFSP.

Portanto, a adaptabilidade não é vista como uma exceção, mas como um componente intrínseco e necessário à gestão eficaz de prioridades da área.

Não se trata de abandonar o planejamento estratégico delineado no PDI e PETI, mas sim de dotá-lo de mecanismos que permitam ajustes ágeis, conscientes e fundamentados.

O objetivo último é sempre maximizar a entrega de valor estratégico ao IFSP, otimizar a utilização dos recursos disponíveis e responder eficazmente aos riscos e oportunidades emergentes, mantendo o foco nos resultados institucionais.

Fatores Chave de Influência

Para que a priorização dinâmica seja compreendida e aplicada de forma consistente, é fundamental que as equipes da TI reconheçam os principais fatores que, ao se alterarem, podem influenciar significativamente a reavaliação das prioridades estabelecidas. Estes fatores são continuamente monitorados pelas equipes de TI e podem ser agrupados da seguinte forma:

Diretrizes Estratégicas e Recursos Externos

- Orientações Superiores: Novas diretrizes, metas ou demandas explícitas da Reitoria do IFSP, do Conselho Superior (CONSUP), Colégio de Dirigentes (COLDIR), do Conselho de *Campus* (CONCAM), do Ministério da Educação (MEC) ou de outros órgãos governamentais que impactem diretamente as responsabilidades ou o planejamento da área.
- Disponibilidade Orçamentária: Alterações relevantes no orçamento da instituição (via Lei Orçamentária Anual, Matriz CONIF, etc), recebimento (ou corte) de recursos extraorçamentários (TED, Emendas Parlamentares), ou mudanças significativas na execução financeira que afetem a viabilidade das iniciativas planejadas.
- Legislação e Normativas: Publicação ou alteração de leis (ex: Lei nº 14.133/2021), decretos, portarias (ex: Portaria Normativa nº 124/2025 - Nuvem) ou instruções normativas (ex: IN SGD/ME 94/2022) que imponham novas obrigações, restrições ou oportunidades para a área de TI. Inclui também normativas internas relevantes (ex: Resolução Normativa IFSP nº 45/2024 - Riscos).
- Cenário Tecnológico e de Mercado: Surgimento de novas tecnologias com potencial disruptivo (ex: avanços específicos em IA), mudanças críticas nas ofertas ou condições de fornecedores estratégicos (AWS, Google, etc.), ou identificação de novas vulnerabilidades de segurança cibernética de alto impacto que exijam ação imediata.
- Cenário Global: Impactos diretos em cadeias de suprimentos (ex: guerras, pandemias, etc), que possam forçar alterações drásticas no dia a dia operacional da instituição, ou em sua matriz de custos, bem como no bem estar e desenvolvimento dos trabalhos da Instituição.

Demandas e Capacidades Operacionais Internas

- Necessidades Críticas de Usuários, *campi* e Reitoria: Demandas urgentes e de alto impacto provenientes da comunidade acadêmica (discentes, docentes, TAE) ou das Diretorias Gerais dos *campi*, que afetem a operação essencial, a segurança ou a missão finalística do IFSP.
- Andamento dos Projetos Estratégicos de TI: Identificação de riscos elevados, atrasos críticos ou impedimentos significativos em projetos já definidos como de alta prioridade pela DTI ou pelo IFSP (ex: implantação de infraestrutura para Reitoria, adoção de nuvem, etc).

- Capacidade Operacional Real da Equipe: Alterações imprevistas na composição ou disponibilidade das equipes de TI (Reitoria e *campi*), limitações de expertise técnica para enfrentar novas demandas complexas, ou níveis de sobrecarga de trabalho que comprometam a qualidade das entregas e o bem-estar dos servidores.
- Incidentes Críticos e Crises: Ocorrência de falhas graves em sistemas essenciais (SUAP, Moodle, rede, etc), ataques cibernéticos bem-sucedidos, ou outros eventos que interrompam serviços críticos e exigem mobilização imediata e intensiva de recursos das equipes de TI para resolução.

Gatilhos para Reavaliação

Para garantir que a adaptação seja estratégica e não meramente reativa, a reavaliação formal das prioridades estabelecidas será acionada pela ocorrência de eventos específicos, denominados “Gatilhos”. Estes gatilhos representam mudanças significativas no contexto que demandam uma análise ponderada do curso atual. É importante ressaltar que os gatilhos listados abaixo não possuem uma hierarquia intrínseca de importância; a ativação de qualquer um deles, isoladamente, já justifica o início do processo de reavaliação. Os principais gatilhos identificados são:

- a. Nova Diretriz Estratégica de Alto Impacto: Recebimento de orientação formal e prioritária da Reitoria, CONSUP, MEC ou outros órgãos governamentais que esteja em conflito diretamente com as prioridades vigentes da DTI ou exija a alocação substancial e não planejada de recursos de TI.
- b. Alteração Orçamentária Substancial: Variação significativa (ex: superior a 10%, ou conforme proporção condizente com o orçamento total do *campus*/reitoria) no orçamento discricionário, seja por corte ou aporte inesperado, ou a não efetivação de recursos extraorçamentários (TED, Emendas) que eram essenciais para projetos prioritários.
- c. Exigência Legal/Normativa Urgente: Publicação de legislação ou normativa (interna ou externa) que imponha prazo curto e impacto direto para adequação crítica de sistemas, processos ou infraestrutura sob responsabilidade da área.
- d. Risco Tecnológico Crítico ou Oportunidade Inadiável: Identificação de vulnerabilidade de segurança classificada como crítica em sistemas essenciais, ou surgimento de uma oportunidade tecnológica (ex: nova plataforma, parceria estratégica com fornecedores, etc) com benefícios comprovados, relevantes para os objetivos do IFSP e com janela de decisão restrita.
- e. Demanda Interna Emergencial de Alto Impacto: Formalização de uma nova demanda, de caráter urgente e estratégico (ex: da alta gestão do IFSP), ou a identificação de um risco operacional iminente (ex: falha grave prevista em infraestrutura sem redundância) que requeira recursos significativos e imediatos das equipes da área.
- f. Desvio Crítico em Projeto Estratégico de TI: Constatação formal (por meio de relatórios de situação ou auditoria) de desvios irrecuperáveis ou de alto impacto no cronograma, custo ou escopo de um dos projetos classificados como de máxima prioridade, que ameace seus objetivos ou comprometa recursos de forma insustentável.
- g. Incidente de Segurança ou Operacional de Alta Severidade: Ocorrência de incidente (ex: vazamento de dados, interrupção prolongada de serviço essencial, etc) classificado como de alta severidade, exigindo mobilização intensiva e potencialmente prolongada de recursos das equipes de TI para resposta e recuperação.

Nota sobre Múltiplos Gatilhos: A ocorrência simultânea ou em rápida sucessão de múltiplos gatilhos listados acima configura, por si só, um cenário de alta complexidade e criticidade, exigindo uma reavaliação abrangente e potencialmente mais profunda das prioridades gerais da área de TI.

Processo de Reavaliação (Visão Geral)

A identificação de um ou mais “Gatilhos” (conforme item anterior) iniciará um processo estruturado de reavaliação das prioridades da DTI, conduzido com agilidade e foco estratégico. As etapas gerais deste processo são:

1. Identificação e Análise Preliminar de Impacto: A Liderança da equipe de TI (incluindo coordenadorias/direção relevantes de outras áreas) identifica formalmente a ocorrência do gatilho e realiza uma análise inicial concisa para dimensionar seu potencial impacto nas prioridades atuais, nos recursos (orçamento, pessoal, tempo) e no alcance dos objetivos estratégicos da área e do IFSP.
2. Elaboração de Proposta(s) de Ajuste: Com base na análise de impacto, a liderança da área de TI vinculada a alteração desenvolve uma ou mais propostas objetivas para o ajuste das prioridades. Estas propostas podem incluir: realocação de recursos, adiamento ou cancelamento de iniciativas de menor prioridade, aceleração de outras, redefinição de escopos, etc.
3. Consulta e Validação (Quando Aplicável): Caso o ajuste proposto tenha um impacto estratégico significativo ou afete profundamente outras áreas do IFSP ou múltiplos *campi*, a liderança de TI, a seu critério ou por orientação superior, poderá submeter a proposta à consulta ou deliberação de instâncias pertinentes (ex: Comitê de Governança Digital - CGD, Comitê de TIC - CTIC, pró-reitorias impactadas, etc).
4. Decisão Final da Liderança: A liderança de TI, considerando a análise de impacto, as propostas de ajuste e os eventuais resultados de consultas, toma a decisão final sobre a redefinição das prioridades e as ações decorrentes.
5. Comunicação e Registro: A decisão final, juntamente com sua justificativa concisa, é comunicada prontamente a toda a equipe de TI e aos *stakeholders* relevantes, utilizando os canais estabelecidos neste documento. A alteração de prioridade é registrada formalmente nos instrumentos de acompanhamento da área (ex: painel de projetos, atas de reunião, site, etc).
6. Implementação e Monitoramento: As equipes responsáveis iniciam a implementação dos ajustes definidos. O progresso das prioridades redefinidas passa a ser monitorado conforme os ciclos normais de acompanhamento da área.

Comunicação e Transparência

A implementação bem-sucedida do *Framework* de Priorização Dinâmica depende intrinsecamente de processos de comunicação eficazes e transparentes. O objetivo é assegurar que toda a equipe da área, bem como *stakeholders* relevantes, compreendam as prioridades vigentes, os ajustes realizados e as razões que os motivaram, fomentando o alinhamento, o engajamento e a colaboração. Para tanto, serão adotados os seguintes procedimentos:

a) Canais de Comunicação

As decisões sobre priorização e seus ajustes serão formalmente comunicadas através de:

- a. Registro em Atas: Decisões tomadas em reuniões da Liderança da DTI ou instâncias superiores (CGD/CTIC) serão devidamente registradas.
- b. Comunicados Oficiais: Para mudanças significativas, poderão ser utilizados comunicados via SUAP e/ou e-mail institucional direcionados aos públicos impactados.
- c. Reuniões de Alinhamento: Reuniões regulares (gerais ou por coordenação) servirão como fórum para reforçar as prioridades, discutir ajustes e esclarecer dúvidas. Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas após decisões de alto impacto.
- d. Ferramentas de Gestão: Painéis de acompanhamento de projetos ou outras ferramentas de gestão visual (se/quando implementadas) deverão refletir o status atualizado das prioridades.
- e. Notícia em Site Institucional: Publicação de *Frequent Asked Questions* (FAQ) ou notícias no site institucional ou site do *campus*.
- f. Frequência: A comunicação sobre ajustes relevantes nas prioridades ocorrerá tão logo a decisão final seja tomada pelo Diretor da DTI. Além disso, o status geral das prioridades será um ponto recorrente nas reuniões regulares de equipe.

b) Conteúdo Essencial

Toda comunicação sobre um ajuste de prioridade deverá conter, no mínimo:

- a. A descrição clara da mudança realizada (o que foi alterado, iniciado, pausado ou cancelado).
- b. A justificativa concisa para a mudança, fazendo referência ao(s) Gatilho(s) e Fator(es) Chave de Influência pertinentes.
- c. O impacto esperado nas atividades da equipe e os próximos passos imediatos, se houver.
- d. Público-Alvo primário ao qual será direcionada. *Stakeholders* externos à área (outras pró-reitorias, direções de *campi*, fornecedores, etc) serão informados proativamente pela liderança de TI vinculada ao evento sempre que as mudanças de prioridade impactarem diretamente suas áreas ou projetos colaborativos.

c) Feedback e Esclarecimentos

Serão mantidos canais abertos para que os membros da equipe possam buscar esclarecimentos ou fornecer *feedback* sobre as prioridades e o processo. O canal primário será através da linha de coordenação direta, podendo também ser abordado nas reuniões de equipe, ou, em casos de equipes de *campus*, a página de suporte técnico (<https://suporte.ifsp.edu.br>).

d) Alinhamento com o Planejamento de Longo Prazo (PDI/PETI)

É fundamental ressaltar que o *Framework* de Priorização Dinâmica da área de TI do IFSP opera como um instrumento tático e operacional, sempre em subordinação e alinhamento aos documentos estratégicos norteadores da instituição.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024-2028) e o Plano Estratégico de TI (PETI) continuam sendo as referências primordiais que estabelecem a missão, a visão e os objetivos estratégicos de longo prazo para o IFSP e para a área de Tecnologia da Informação.

Este framework não substitui o planejamento estratégico, mas sim o complementa, oferecendo a metodologia necessária para implementar a estratégia de forma eficaz em um ambiente dinâmico e sujeito a contingências. As decisões de ajuste de prioridades, tomadas conforme o processo descrito, devem ser sempre avaliadas e justificadas em função de como contribuem para o atingimento dos objetivos estratégicos definidos no PDI e no PETI (como os Objetivos Estratégicos OE1 a OE6 do PETI). Uma mudança tática só é válida se representar, naquele contexto específico, o caminho mais eficiente ou seguro para alcançar as metas estratégicas estabelecidas.

Desta forma, a agilidade tática proporcionada por este framework está a serviço da resiliência e da sustentabilidade do compromisso estratégico de longo prazo da área de TI com o desenvolvimento do IFSP.

e) Papéis e Responsabilidades no *Framework* de Priorização Dinâmica

Para o funcionamento eficaz e transparente do *Framework* de Priorização Dinâmica, e para garantir a correta aplicação de suas etapas, ficam definidas as seguintes responsabilidades principais:

Diretor(a) da DTI:

- a. Liderança Estratégica: Supervisionar a aplicação geral do framework, garantindo seu alinhamento com os objetivos do PDI e PETI.
- b. Tomada de Decisão Final: Exercer a autoridade final na decisão sobre os ajustes de prioridades após a análise das propostas e eventuais consultas.
- c. Acionamento de Consultas: Determinar a necessidade e iniciar consultas estratégicas com instâncias superiores ou comitês relevantes (CGD, CTIC) para mudanças de alto impacto.
- d. Comunicação Externa (Alto Nível): Atuar como ponto focal para comunicação sobre prioridades estratégicas de TI com a Reitoria e outras pró-reitorias, quando necessário.

Liderança da Área (Coordenadorias de *campus* ou reitoria e Diretorias Adjuntas)

- a. Monitoramento e Identificação: Monitorar continuamente os Fatores Chave de Influência e identificar formalmente a ocorrência de Gatilhos para Reavaliação.
- b. Análise e Proposição: Conduzir a Análise Preliminar de Impacto e elaborar as propostas de ajuste de prioridades, apresentando-as à liderança do *campus* ou Diretorias.
- c. Implementação: Gerenciar a implementação das decisões de priorização em suas respectivas áreas e equipes.
- d. Comunicação Interna (Equipe): Comunicar de forma clara e tempestiva as prioridades vigentes e os ajustes decididos às suas equipes.

Equipes da área de TI (Membros Técnicos e Administrativos)

- a. Execução: Realizar as atividades e projetos conforme as prioridades estabelecidas e comunicadas pela liderança.
- b. *Feedback* Operacional: Fornecer *feedback* à liderança sobre a exequibilidade das tarefas, identificar riscos, gargalos ou dificuldades na execução das prioridades definidas.
- c. Alertar: Contribuir na identificação de potenciais problemas ou eventos que possam configurar um Gatilho para Reavaliação, reportando-os à sua coordenação.

Comitês Consultivos (CGD/CTIC):

- a. Consulta Estratégica: Oferecer análise, parecer e/ou validação sobre propostas de ajuste de prioridade de alto impacto, quando formalmente solicitados pelo Diretor de TI, contribuindo com a visão institucional ou a perspectiva dos *campi*.

Considerações Finais

Este *Framework* de Priorização Dinâmica foi concebido como um instrumento estratégico para auxiliar a área de Tecnologia da Informação a navegar pela complexidade inerente ao ambiente do IFSP.

Ao reconhecer a necessidade de adaptação e estabelecer um processo transparente e estruturado para gerenciar mudanças de prioridade, busca-se otimizar a alocação de recursos, aumentar a capacidade de resposta e garantir o alinhamento contínuo com os objetivos institucionais definidos no PDI e no PETI.

O sucesso na implementação e na aplicação destas diretrizes dependerá do comprometimento, da compreensão e da colaboração de todas as equipes da área de TI. A comunicação aberta e a clareza nos papéis e responsabilidades são essenciais para que este *framework* funcione como um facilitador estratégico, e não como um entrave burocrático.

Ressalta-se que este documento não é um conjunto de regras imutáveis, mas um guia inicial. Sua eficácia será avaliada continuamente pela prática. Prevê-se que este framework seja revisado periodicamente, possivelmente em sincronia com os ciclos de revisão do PETI, incorporando os aprendizados e adaptando-se às novas realidades que possam surgir. O *feedback* da equipe sobre sua aplicabilidade e clareza será sempre bem-vindo e considerado em futuras revisões.

Espera-se que, com a adoção deste *framework*, a área de TI do IFSP fortaleça sua capacidade de entregar valor à instituição, respondendo com agilidade e estratégia aos desafios e oportunidades, e contribuindo de forma ainda mais eficaz para a missão do Instituto Federal de São Paulo.

1.8 Monitoramento e revisão

A avaliação da execução do planejamento estratégico é um aspecto fundamental para o sucesso das instituições, pois permite identificar desvios, ajustar estratégias e garantir que os objetivos estabelecidos sejam alcançados de maneira eficaz. Em um contexto dinâmico e em constante transformação, é essencial que o planejamento seja flexível e adaptável, capaz de responder prontamente às mudanças no ambiente externo e interno da organização. Nesse sentido, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) estabelece um processo robusto e sistemático para o monitoramento, controle e revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2024 a 2029. Esse processo visa garantir a eficácia das ações planejadas, promovendo o alcance dos objetivos estratégicos e o contínuo aprimoramento das atividades desenvolvidas pela instituição.

1.8.1 Monitoramento dos Indicadores do PDI

O monitoramento dos indicadores do PDI será conduzido pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI-PRD), por meio de relatórios e ferramentas criadas a partir dos dados institucionais disponíveis. Esse monitoramento visa apresentar o percentual de execução do PDI, suas metas e o acompanhamento da série histórica dos indicadores estabelecidos para o período.

Anualmente a DDI-PRD conduzirá a elaboração do relatório de indicadores do PDI que deverá ser incluído no Relatório de Gestão, sendo esse o principal instrumento de

monitoramento do PDI. Independentemente do relatório de indicadores ser anual, seguindo o calendário do Relatório de Gestão, o levantamento dos indicadores do PDI pela DDI-PRD poderá ser realizado semestralmente. Assim a situação dos indicadores do PDI poderá ser apresentada semestralmente à Comissão Permanente de Monitoramento e Acompanhamento do PDI (CPMA), que é a comissão responsável pelo monitoramento do PDI.

1.8.2 Monitoramento do PDI (Controle)

O monitoramento do PDI será conduzido pela Comissão Permanente de Monitoramento e Acompanhamento do PDI (CPMA). Esse monitoramento poderá ser realizado semestralmente por meio da elaboração do relatório de planos de ação do PDI com base no levantamento semestral dos indicadores do PDI apresentados pela DDI-PRD. Independente do ciclo semestral de levantamento de indicadores do PDI pela DDI-PRD, anualmente a CPMA deverá validar o relatório de indicadores do PDI elaborado pela DDI-PRD a ser incluído no Relatório de Gestão. Em ambos os casos, o relatório de planos de ação do PDI e o relatório de indicadores do PDI deverão ser apresentados pela CPMA ao Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos (CGIRC) do IFSP. O relatório de planos de ação do PDI é o principal instrumento de monitoramento do PDI, ou seja, o principal instrumento de controle do PDI.

A CPMA deverá acompanhar os relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA) de forma a utilizá-lo como insumo para a elaboração dos relatórios de plano de ação do PDI e das recomendações para a revisão do PDI.

1.8.3 Revisão do PDI

O processo de revisão do PDI será realizado em dois momentos distintos, agendados para os anos de 2025 e 2027. A próxima revisão será iniciada pela CPMA em fevereiro de 2027 e deverá ser finalizada pela Comissão de Revisão do PDI até dezembro de 2027. Todo o processo de revisão do PDI deverá ser conduzido pela Comissão de Revisão do PDI a ser instituída. Essa comissão deverá encaminhar o cronograma do processo de revisão do PDI para aprovação da CPMA e, assim que aprovado, publicar o cronograma até março de 2027.

A Comissão de Revisão do PDI será responsável pela:

- definição e zelo do cronograma de revisão;
- atualizações da planilha de impacto;
- recebimento das documentações dos *campi* e das áreas conforme cronograma;
- montagem do documento final do PDI com os relatórios para a aprovação do Conselho Superior (CONSUP); e
- publicar a revisão do PDI aprovado na página do IFSP.

1.8.4 Procedimentos de Monitoramento

Nos quadros a seguir são apresentados de forma simplificada os papéis e procedimentos para o monitoramento do PDI 2024-2029.

Quadro 5 - Papéis do Monitoramento do PDI 2024-2029

Papéis	
Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI-PRD)	• monitorar os indicadores do PDI • levantar indicadores semestralmente para CPMA • elaborar relatório de indicadores anualmente para

	CPMA (Relatório de Gestão)
Comissão Permanente de Monitoramento e Acompanhamento do PDI (CPMA)	• monitorar a execução do PDI • validar anualmente relatório de indicadores (Relatório de Gestão) • elaborar relatório de planos de ação do PDI semestralmente • acompanhar relatório de planos de ação do PDI semestralmente • apresentar relatório de planos de ação do PDI semestralmente para CGIRC • apresentar relatório de indicadores anualmente para CGIRC (Relatório de Gestão) • acompanhar relatórios da CPA (quando relatório for publicado) • elaborar recomendações para revisão do PDI (quando houver revisão)
Comissão de Revisão do PDI	• elaborar revisão do PDI

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Institucional (2025).

Quadro 6 - Procedimentos do Monitoramento do PDI 2024-2029

Procedimentos	
Semestralmente	• DDI levanta indicadores do PDI para CPMA • CPMA elabora planos de ação • CPMA acompanha planos de ação • CPMA apresenta relatório de planos de ação para CGIRC
Anualmente	• DDI elabora relatório de indicadores para CPMA (Relatório de Gestão) • CPMA valida relatório de indicadores (Relatório de Gestão) • CPMA apresenta relatório de indicadores para CGIRC (Relatório de Gestão) • CPMA acompanha relatório da CPA (quando houver) • CPMA elabora recomendações para revisão do PDI (quando houver)

Fonte: Diretoria de Desenvolvimento Institucional (2025).

2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 Princípios filosóficos e pedagógicos

A Constituição de 1988 representa um marco histórico na democracia e na cidadania brasileiras, ao romper institucional e politicamente com a ditadura e com o autoritarismo do período anterior e ao apontar para a construção de uma sociedade mais justa. A Carta Magna assegura como direitos sociais “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil, 1988). O direito à educação, como se nota, é o primeiro a ser citado no texto constitucional, seguido de uma série de direitos fundamentais para a vida e para a sociedade. Tal primazia representa a convicção de inúmeros educadores, e da sociedade de modo geral, na educação enquanto instrumento de transformações sociais. Nesse contexto, a escola é compreendida como *locus* privilegiado de formação para a cidadania e de proteção social. Pode-se afirmar, portanto, que a escola enquanto organização social é a materialização de um projeto social, ainda que em constantes disputas.

Atualmente, à escola, enquanto espaço educacional privilegiado, é imputada a função, às vezes quase solitariamente, de formar para a vida e para a convivialidade, em que a qualificação para o trabalho e a preparação para as relações sociais se colocam como aspectos a serem desenvolvidos. Além disso, cada vez mais se exige que a escola dê conta de integrar processos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, com investimentos aquém das expectativas sobre ela depositada - sobretudo se considerarmos seu papel social em contextos menos favorecidos.

Por outro lado, a escola não é passiva àquilo que lhe é demandado. Sua prática é viva, ativa, reativa, reflexiva e propositiva e aqueles que fazem parte dela não se alienam de gestar e gerir uma intencionalidade em relação ao que da escola se espera. A educação pública, gratuita e de qualidade, definida como direito social, é uma bandeira permanentemente hasteada e em movimento, pois o caminho entre a garantia legal e a sua realização é um (outro) processo de lutas intensas, sobretudo em sociedades historicamente ancoradas na desigualdade social.

A instituição da escola como espaço de construção e de elaboração coletiva contribui para o avanço das conquistas educacionais num contexto democrático. “Qual?”, “como?”, “por quê?”, “para quê?” e “para quem?” são indagações que atravessam a escola e dão movimento ao conjunto significativo de proposições que, se não neutralizam, ao menos reduzem o impacto de qualquer programa mais monolítico que tente se impor. Esse espaço, nesse sentido, é marcado por um pluralismo de ideias, algumas antagônicas, o que nos obriga a sempre mensurar o que está em jogo em cada debate e a sinalizar o caminho a ser seguido.

Esse caminho, sustentado por um rol de entendimentos sobre a função da escola, permite delinear estratégias que passam pela construção de mecanismos de acesso, permanência e êxito dos estudantes, até à construção de currículos voltados ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; relaciona-se às metodologias que possibilitam o ensino e a aprendizagem, mas também às políticas voltadas aos desafios do cotidiano escolar (assistência estudantil, inclusão e acessibilidade, entre outros).

Num contexto político de priorização de pautas sociais e de engajamento pela aceleração econômica do país, com geração de emprego, renda e desenvolvimento, um novo projeto de educação profissional foi gestado com forte investimento. Em 2008, pela Lei nº 11.892, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, herdeiros dos

antigos Centros Federais de Educação Tecnológica, das Escolas Técnicas Federais e das Escolas de Aprendizizes e Artífices, mas agora arrojados e identificados com uma concepção disposta a contribuir com a educação brasileira a partir de um projeto inovador, até então inédito.

O Art. 7º da referida lei aponta, logo de início, que entre os objetivos dos Institutos Federais está o de “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (Brasil, 2008). Já o Art. 8º define que os Institutos Federais devem “garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas” para os cursos técnicos integrados. Como é possível perceber, formar técnicos para atuar nesse projeto de país em desenvolvimento tornou-se, portanto, a prioridade da política de educação profissional e tecnológica brasileira.

A criação oficial dos Institutos Federais está, então, diretamente relacionada à escolha de uma proposta de formação técnica, centralizada em cursos integrados de nível médio. Para a fundação desse projeto, no ano anterior à própria lei de criação, o Ministério da Educação (MEC) publicou o “Documento base da educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio”, doravante “Documento base”. O texto, por sua vez, recupera o debate ocorrido em anos anteriores, inclusive em torno do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que possibilitou o retorno do ensino técnico integrado ao Ensino Médio, destituído em 1997 por decreto presidencial (nº 2.208). O ensino médio integrado confiado aos Institutos Federais é fruto de um construto político-filosófico que parte de concepções específicas do que se entende (e defende) por educação e por formação profissional técnica (e tecnológica).

Os Institutos Federais, fundados em todos os estados brasileiros, em mais de 600 municípios, atuam em diferentes níveis de ensino, da Educação Básica ao Ensino Superior, incluindo pós-graduação, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, nos cursos de formação inicial ou continuada e de qualificação profissional, firmando-se na indissociabilidade entre o tripé ensino, pesquisa e extensão, analogamente às universidades. Docentes e discentes compartilham os espaços de aprendizagem, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado (Pacheco, 2010, p. 13), derrubando as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência, tecnologia e cultura na perspectiva da emancipação humana.

Essa articulação é um dos princípios sintetizados no “Documento base”, como mencionado, voltado para a definição do projeto de ensino médio integrado que se consolidou na criação dos Institutos Federais. Por tratar-se do foco da política para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os cursos técnicos integrados, dentro da perspectiva do “Documento base”, refletem-se na concepção dos Institutos Federais como um todo, em seus diferentes cursos, ofertas e ações.

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo. Como ato inerentemente humano, o trabalho é a forma pela qual transformamos o mundo, na medida em que vemos, pensamos, criamos e agimos sobre os desafios que nos rodeiam, seja em face à natureza, aos outros e a nós mesmos. Não é formar visando ao exercício de uma profissão, mas colocar em movimento a consciência de que o trabalho manual (trabalho produtivo) e o trabalho intelectual estão coadunados. Essa proposição busca superar uma dualidade histórica na educação brasileira, representada na constituição de uma escola e de uma formação voltada para as elites e outra, para a classe trabalhadora.

Para Ciavatta (2005), trata-se:

[...] de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico social. Como formação humana o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para leitura do mundo e para atuação como cidadão. (Ciavatta, 2005, p. 85).

Nesse sentido, a Formação Humana Integral ganha centralidade, na medida em que o sujeito que se quer formar é omnilateral, a quem é possibilitado o direito de desenvolver e aprimorar todas as suas capacidades, integradas por meio da relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Tal formação integral pleiteia não apenas garantir o acesso aos conhecimentos científicos, mas sobretudo promover a reflexão crítica sobre os padrões culturais instituídos pela nossa sociedade, além da apropriação de referências que possibilitem a compreensão da realidade econômica, política e do mundo do trabalho. Ou seja, o que se pretende é uma formação de cidadãos capazes de atuar de forma ética e competente, técnica e política (em seu sentido pleno), visando contribuir para a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos.

Nesse processo de formação, a Pesquisa (como atividade básica da ciência) é compreendida como princípio educativo, uma vez que o estímulo pela busca por soluções aos problemas contribui para o desenvolvimento de sujeitos curiosos, incentiva a autonomia intelectual, a compreensão e a conscientização acerca da realidade em que o sujeito está inserido. A tecnologia é concebida como transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico, dada pelas relações sociais que a levaram a ser produzida. A cultura é entendida como processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

A aplicação desses princípios pavimenta o encontro com a educação politécnica, que não só permite superar a dicotomia trabalho manual e trabalho intelectual, ao incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, mas também permite com que o sujeito tenha consciência da sua condição histórica, em que suas ações são carregadas de intencionalidade.

Reconhecendo a proposta do “Documento base” como baliza para a identidade dos Institutos Federais, a política curricular do IFSP é centrada em conhecimentos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade, que melhor dialogam como uma educação escolar/acadêmica comprometida com a criticidade e autonomia, para exercício da cidadania e atuação no mundo do trabalho, na busca pela consolidação da educação como direito social.

2.2 Políticas de ensino e ações estudantis

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP) atua na educação básica e na educação superior, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, atendendo a diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimento. Tem como característica peculiar uma organização verticalizada, com oferta de cursos da Educação Básica à Educação Superior.

A Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais passa, necessariamente, pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam profundamente ligados à elevação da escolaridade, partindo da Educação Básica. O IFSP reafirma, portanto, o compromisso com a integração e a articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica. Tais dimensões se coadunam com a formação humana e cidadã que precede à qualificação

para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento (MEC, 2008).

A essência da Educação Profissional e Tecnológica permanece ativa no IFSP enquanto diretriz elementar, contribuindo para a cidadania, para a democracia e para o progresso socioeconômico, pelas ações que dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais. O IFSP, outrossim, permanece com a verticalização do ensino, uma vez que orienta as políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, pactuando com a diversificação da escolarização como forma de efetivar o seu compromisso com a sociedade.

Atualmente os cursos do IFSP estão assim distribuídos no que se refere a níveis e eixos tecnológicos.

Níveis:

Educação Básica:

- 1) Cursos de qualificação profissional articulada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos (em parceria com a rede pública de ensino) - EJA-EPT/PROEJA-FIC fundamental;
- 2) Cursos de qualificação profissional articulada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos - EJA-EPT/PROEJA-FIC médio;
- 3) Cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos - EJA-EPT/PROEJA médio integrado;
- 4) Cursos técnicos na forma integrada ao Ensino Médio;
- 5) Cursos técnicos na forma concomitante ao Ensino Médio; e
- 6) Cursos técnicos na forma subsequente ao Ensino Médio.

Ensino Superior - Graduação:

- 1) Cursos de Bacharelados;
- 2) Cursos de Licenciaturas (Formação Inicial);
- 3) Cursos de Licenciaturas (Formação pedagógica para graduados não licenciados);
- 4) Cursos de Tecnologia.

As tabelas a seguir apresentam a distribuição dos cursos em relação aos eixos tecnológicos.

Tabela 70 - Número de cursos de educação básica por eixo tecnológico

Eixo Tecnológico	Conc./Subs.	FIC EJA	Integrado	Integrado - EJA	Subsequente	Total Geral
Ambiente e Saúde	1		1			2
Controle e Processos Industriais	33	2	30	1		66
Desenvolvimento Educacional e Social	1					1
Gestão e Negócios	15		7	8		30
Informação e Comunicação	7	1	25	1		34
Infraestrutura	6		5			11
Produção Alimentícia	1		4		1	6

Produção Cultural e Design	2					2
Produção Industrial	3		6			9
Recursos Naturais			1			1
Segurança				1		1
Turismo Hospitalidade e Lazer	4	1	2	1		8
Total Geral	73	4	81	12	1	171

Fonte: Editais Processos Seletivos, 2023 e Sistec, 2023.

Tabela 71 - Número de cursos de graduação por eixo tecnológico

Rótulos de Linha	Bacharelado	Licenciatura	Tecnologia	Total Geral
Ambiente e Saúde			1	1
Controle e Processos Industriais	29		5	34
Desenvolvimento Educacional e Social		53		53
Gestão e Negócios	3		9	12
Informação e Comunicação	9		19	28
Infraestrutura	4			4
Produção Alimentícia	1		1	2
Produção Industrial	1		1	2
Recursos Naturais	3		1	4
Turismo Hospitalidade e Lazer	1		4	5
Total Geral	51	53	41	145

Fonte: Editais Processos Seletivos, 2023 e Sistec, 2023.

2.2.1 Currículos de referência

O debate sobre a identidade dos Institutos Federais e de seus cursos remonta o período de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal EPCT). O IFSP caminhou nessa direção ao longo dos anos de sua atuação pública, promovendo debates e ações com a finalidade de afirmar os sentidos da educação profissional e tecnológica no âmbito de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Em 2018, com a aprovação da Resolução IFSP nº 37, de 08 de maio de 2018, e valendo-se do acúmulo dos debates anteriores tanto no IFSP, quanto na Rede Federal EPCT, deu-se início à organização mais efetiva dos trabalhos em prol da elaboração dos currículos de referência dos cursos técnicos e de graduação da instituição.

Com a gestão da Pró-Reitoria de Ensino e ampla participação da comunidade, a partir de 2019, Grupos de Trabalho foram formados para mobilizar os *campi* na elaboração do perfil do egresso, dos objetivos e dos conhecimentos essenciais de cada tipo de curso, elementos constituintes dos currículos de referência. Cada minuta elaborada foi objeto de consulta pública e aprovação nos Conselhos de Ensino e Superior.

Os currículos de referência são o resultado de um projeto coletivo da comunidade do IFSP, tornando-se a base para (re)elaboração dos projetos pedagógicos de todos os cursos,

que devem atender às especificidades locais, mas também contemplar os elementos dos currículos de referência.

Para o quinquênio atual, espera-se a revisão dos currículos de referência já aprovados e a elaboração de novos, quando em casos de implantação de cursos inéditos na instituição.

Os currículos de referência aprovados no IFSP podem ser acessados na página oficial da instituição - <https://www.ifsp.edu.br/pro-reitoria-de-ensino>.

2.2.2 Educação básica

Os cursos de Educação Básica articulados à Educação Profissional e Tecnológica do IFSP promovem a elevação da escolaridade aliada à qualificação profissional em cursos de diversos formatos, eixos tecnológicos, formas de ofertas, organização curricular, podendo ser agrupados em três grandes tipos: cursos técnicos integrados ao Ensino Médio; cursos técnicos concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio; e cursos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (técnicos integrados e FIC).

As matrículas nesses cursos representam parte significativa dos estudantes do IFSP, conforme é apresentado na tabela a seguir.

Tabela 72 - Matrículas nos cursos de Educação Básica do IFSP, por ano

Modalidade	2020	2021	2022	2023
Técnico Concomitante/Subsequente	8960	9230	10623	8961
Técnico Integrado	11642	11614	11761	11747
Técnico Integrado EJA	833	785	926	848
Técnico Subsequente	115	99	108	55
FIC EJA	81*	57*	137*	169
Total Geral	21631	21785	23555	21780

Fonte: Sistema Acadêmico SUAP, 2023.

Nota: * As matrículas foram obtidas do Relatório de Gestão 2023 (Base 2022), pois até o ano de 2022, não estavam cadastrados no Sistema Acadêmico SUAP. Foram considerados, no levantamento, os cursos que possuíam alunos matriculados no ano de referência.

A presença dos cursos técnicos de nível médio nos *campi* e sua diversidade em número de cursos é apresentada na tabela a seguir. Os cursos técnicos de nível médio estão presentes em todos os *campi*.

Tabela 73 - Quantidade de cursos e *campi* do IFSP ofertante de educação básica por ano

Tipo de Curso	2020		2021		2022		2023	
	<i>Campi</i>	Cursos	<i>Campi</i>	Cursos	<i>Campi</i>	Cursos	<i>Campi</i>	Cursos
FIC EJA*	2	2	2	2	4	4	3	4
Técnico Integrado EJA	13	14	13	14	14	15	13	14
Técnico Integrado	36	82	36	83	36	87	36	89
Técnico Conc./Subs.	33	79	33	76	34	80	34	84
Técnico Subsequente	1	1	1	1	2	2	2	2

Fonte: Sistema Acadêmico SUAP, 2023.

Nota: * Os números foram obtidos do Sistec, pois os cursos FIC EJA, até o ano de 2022, não estavam cadastrados no Sistema Acadêmico SUAP. Foram considerados no levantamento os cursos que possuíam alunos matriculados no ano de referência.

I - Cursos técnicos na forma integrada ao Ensino Médio

O IFSP deve garantir, conforme determina a Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal EPCT, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o mínimo de 50% de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, prioritariamente na forma integrada, entre outras obrigações.

A referida Lei prevê, portanto, prioridade da forma integrada em relação às demais, o que evidencia a estratégia da lei de criação dos Institutos Federais no que diz respeito à vinculação entre desenvolvimento econômico e elevação da escolarização dos jovens da classe trabalhadora, por meio da ampliação do acesso a uma educação que busca superar, como já apontado, a dualidade que separa trabalho manual e trabalho intelectual, historicamente persistente na sociedade brasileira.

Para Araújo e Frigotto (2015), o ensino médio integrado não é meramente uma forma de oferta da educação profissional de nível médio, todavia, é uma proposição pedagógica que:

se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais. (Araújo; Frigotto, 2015, p. 62).

Os currículos desses cursos são pensados a partir da integração, reconhecendo as especificidades e epistemologias dos diferentes saberes que perpassam a educação escolar e, ao mesmo tempo, promovendo uma articulação orgânica entre eles, que se concretiza no compromisso para uma educação politécnica. Os núcleos articuladores, por exemplo, compõem o currículo de todos os cursos integrados, a fim de evidenciar a identidade de cada curso em sua relação com o mundo do trabalho. Os projetos integradores, presentes nestes e nos demais cursos da Educação Básica, reforçam a prática profissional intrínseca ao currículo na perspectiva da integração, sem hierarquização de saberes (gerais e específicos) e centrada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Aliado à elaboração de currículos a partir de conhecimentos, essa concepção traduzida em diferentes práticas pedagógicas, pavimentam a construção cotidiana de um currículo integrado, com a participação ativa de todos os sujeitos nele envolvidos. Além disso, marca o entendimento da política educacional do IFSP frente à premente integração entre a formação básica e a profissional.

Os Planos de Desenvolvimento Institucional relativos aos anos 2014-2018 e 2019-2023 apontam a necessidade de priorizar e consolidar os cursos de Ensino Médio Integrado em todos os *campi*. No ano de 2023, 36 *campi* do IFSP já ofertavam cursos integrados.

Deste modo, neste PDI reforçamos, em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), a estratégia de fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, incluindo os *campi* que ainda não possuem essa oferta.

II - Cursos técnicos na forma concomitante e na forma subsequente ao Ensino Médio

Embora, como já assinalamos no texto, o Ensino Médio Integrado tenha precedência em relação a outras formas de oferta da educação básica, as finalidades, características e objetivos dispostos na lei de criação indicam que a instituição deve atender também a outras demandas. São elas demandas sociais de formação e qualificação dos cidadãos e do mundo do trabalho com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Os Institutos Federais devem ainda estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Os cursos técnicos na forma concomitante são destinados a quem esteja cursando o nível médio de ensino, efetuando-se matrículas distintas para cada curso (ensino médio e técnico).

Já os cursos técnicos na forma subsequente são destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

Nesse sentido, otimizando os recursos de infraestrutura física e humana presentes nos *campi*, a oferta formativa deve estar orientada em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Podemos destacar, basicamente, dois perfis de estudantes para os cursos mencionados acima:

- 1) De alunos matriculados no Ensino Médio em escolas regulares que queiram cursar ao mesmo tempo cursos técnicos de nível médio, seja para ampliar as possibilidades de empregabilidade, seja por interesse em conhecer o eixo tecnológico ao qual tal curso está vinculado, dentre outras possibilidades; e
- 2) De trabalhadores que, tendo concluído anteriormente o Ensino Médio, se interessem por cursos técnicos de nível médio, seja para acesso ou reinserção no processo produtivo, para formação continuada, qualificação profissional, ou por interesse pessoal.

Entretanto, no atendimento às expectativas da comunidade por qualificação no mundo do trabalho em constante transformação em termos tecnológicos, gerenciais e organizacionais é preciso reconhecer que a qualificação para o exercício profissional sem a formação humana e cidadã não promove transformações significativas para o trabalhador e para o desenvolvimento social. Por essa razão, o conhecimento deve ser tratado em sua completude, nas diferentes dimensões da vida humana, integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos na perspectiva de ultrapassar o rígido limite traçado pelas disciplinas convencionais. E por isso, os cursos concomitantes e subsequentes devem pautar-se pelos princípios que consolidam a identidade dos Institutos Federais, como o trabalho como princípio educativo, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e entre teoria e prática e a formação integral, entre outros já destacados alhures.

III -Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT/PROEJA)

A Educação de Jovens e Adultos de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 consiste em uma modalidade de ensino que deve ser assegurada pelos sistemas de ensino gratuitamente àqueles que não puderam efetuar os estudos na idade regular. A estes deverão ser oferecidas oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho,

mediante cursos e exames. A mesma lei define que a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional.

Importante retomar que o Art. 7º da já citada lei 11.892/2008 destaca que um dos objetivos dos Institutos Federais é “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.” (Brasil, 2008 - *grifos nossos*).

Por sua vez, o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, instituiu, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e determinou que as instituições federais de educação profissional disponibilizassem ao PROEJA, no mínimo, dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.

Para a educação de jovens e adultos, o Plano Nacional de Educação estabelece como meta para o período 2014 a 2024 oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

No IFSP, dos 25 *campi* em funcionamento no ano de 2012, 3 deles ofereciam cursos nessa modalidade. Em 2023, 17 *campi* ofertavam cursos EJA-EPT/PROEJA, sendo 12 cursos técnicos integrados.

Com o intuito de ampliar a oferta, a Pró-Reitoria de Ensino atuou nos últimos anos no fomento dessa modalidade, a partir da realização de seminários, estudos, documentos e projetos, objetivando a ampliação das vagas nos cursos.

Embora o PDI para o período de 2019 a 2023 indicasse a oferta de 44 cursos EJA-EPT/PROEJA, apenas 18 cursos estavam vigentes no término desse ciclo. Na ocasião do PDI anterior, 7 *campi* não indicaram nenhuma proposta de EJA-EPT. Podemos perceber, portanto, que não se avançou compativelmente à expectativa estabelecida.

É necessário compreender a EJA-EPT dentro da sua especificidade, que além de compartilhar dos princípios filosóficos dos demais cursos, assume percursos próprios em diálogo com a vivência da população jovem e adulta brasileira, alijada do processo de escolarização e atravessada pelas contradições socioeconômicas do país. A busca ativa, a experiência da educação popular, o currículo contextualizado, com tempos e espaços pensados na perspectiva da permanência e êxito, são alguns caminhos para conduzir uma proposta de ampliação da EJA-EPT, como se espera dos Institutos Federais a partir de seus marcos normativos.

Importante destacar que a opção prioritária da política institucional do IFSP na oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos é a promoção de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Isso porque atende a dois balizadores importantes (a lei nº 11.892/2008 e o decreto 5.840/2006, simultaneamente) e amplia a possibilidade de consolidação de um projeto curricular, de fato, integrado, já que o curso é ministrado em sua totalidade no IFSP. Além disso, a elevação de escolaridade se dá, nesses casos, aliada a uma diplomação consubstanciada em uma habilitação técnica, o que se espera ampliar as oportunidades de (re)inserção da população jovem, adulta e idosa no mundo do trabalho.

Para o PDI 2024-2029, em continuidade à política de ensino em vigor, em consonância com a Lei nº 11.892/2008, o PNE, e considerando que a Educação Profissional é uma importante estratégia para o efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade, reafirma-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas. Essa educação

profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho e deve estar centrada no compromisso de oferta de uma educação ampla e politécnica. Cumpre-nos, para tanto, o desafio de:

- Ampliar a oferta de vagas e/ou cursos técnicos na forma integrada ao Ensino Médio, tornando-a prioridade em todos os *campi* do IFSP;
- Consolidar o Ensino Médio Integrado pela discussão dos princípios norteadores que sustentam sua concepção político-pedagógica, enfatizando os espaços e tempos da integração curricular;
- Ampliar a oferta dos cursos na modalidade Educação de Jovens e Adultos, prioritariamente na forma integrada ao Ensino Médio, de modo que todos os *campi* ofereçam cursos nessa modalidade;
- Discutir a política de oferta dos cursos técnicos nas formas concomitante e subsequente, em especial a partir dos arranjos produtivos locais, da demanda e das taxas de conclusão;
- Revisar participativamente os currículos de referência dos cursos do IFSP, contribuindo com a consolidação da identidade de cada um deles, em diálogo com os princípios da Instituição;
- Estruturar programas de formação continuada e repositório das práticas que se constituirão a partir das diretrizes para o Ensino Médio Integrado do IFSP, considerando como base de organização curricular a politecnia, o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico e o currículo integrado;
- Criar espaços institucionais para discussão da EJA-EPT;
- Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio;
- Consolidar as Comissões para Elaboração e Implementação de Projetos Pedagógicos de Cursos de Educação Básica (CEICs) como espaços de acompanhamento pedagógico contínuo dos cursos de Educação Básica;
- Estabelecer parâmetros de avaliação da educação básica no IFSP;
- Promover ações articuladas ao Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e ao Núcleo de Estudos sobre Gênero e Diversidade Sexual (NUGS) a fim de promover o respeito à diversidade, a promoção da acessibilidade, bem como a eliminação das barreiras educacionais, atitudinais e arquitetônicas, viabilizando a consolidação da política de ações afirmativas da instituição.

2.2.3 Ensino superior - graduação

As ações da Pró-Reitoria de Ensino no âmbito dos cursos de graduação estão interligadas com as demais ações institucionais e com os fundamentos político-pedagógicos do IFSP. A democratização do acesso ao ensino superior e as ações de permanência e êxito na trajetória da formação profissional, se coadunam com o ensino de qualidade, socialmente referenciado, e o esforço contínuo para atender as necessidades da sociedade. O desenvolvimento profissional e social está pautado na premissa elementar dos Institutos Federais, pelo empenho na construção de ambientes que proporcionam discussões e reflexões críticas sobre aspectos técnicos, tecnológicos, éticos, políticos e profissionais de relevância para a formação dos estudantes. Assim como os cursos de Educação Básica, as

graduações são pautadas nos princípios da politecnia, da omnilateralidade e do trabalho como princípio educativo, articulado com a pesquisa e a extensão de forma indissociável.

Cada tipo de curso de graduação possui uma articulação própria com a história de cada um dos *campi*, bem como com a missão do IFSP. Nesse sentido, destacamos os principais elementos constituintes de cada um dos tipos de cursos de graduação ofertados na instituição.

I - Licenciaturas

As licenciaturas são cursos de formação inicial e continuada, em nível superior, de profissionais do magistério para educação básica em suas etapas e modalidades - educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância.

O déficit de docentes é reconhecidamente um grande desafio a ser superado no Brasil. Essa constatação é propalada tanto nos diversos veículos de informação, quanto referendada pelas bases de dados educacionais e por estudos acadêmicos dedicados à educação brasileira. Nesse contexto, o IFSP, por meio do disposto no art. 8º, da lei nº 11.892/2008, deve garantir a oferta de, no mínimo, 20% das vagas para atender cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. O disposto na lei citada visa, de forma inequívoca, atender a uma demanda latente na sociedade, que é a formação de docentes para a educação básica.

No IFSP, a natureza crítica e reflexiva presente nos currículos das licenciaturas formam o alicerce da sua política curricular, baseada em conhecimentos e representada pelos Currículos de Referência de cada curso. A identidade das licenciaturas na educação profissional, por outro lado, ainda é um desafio para toda a Rede Federal EPCT, incluindo o IFSP. Surge como imperativo compreender a especificidade dessa formação inserida num projeto educacional voltado à educação profissional e tecnológica.

Mas além de desafios, há também potencialidades, uma vez que a posição privilegiada da Rede Federal EPCT em oferecer cursos de formação inicial (licenciaturas), para atuação na Educação Básica, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio, pode ser bem aproveitada como vantagem para a construção de uma educação profissional técnica de nível médio ancorada nos princípios da Rede, fortalecendo o trabalho como princípio educativo desde o início da escolarização.

Esse último ponto conecta objetivos e princípios entre as duas ofertas obrigatórias dos Institutos Federais pela sua lei criadora: os mínimos 50% para a educação profissional técnica de nível médio e os mínimos 20% para as licenciaturas. Percebendo a Instituição como um projeto único, é necessário ampliar os diálogos para a expansão de uma formação integral para as diferentes redes e sistemas, tendo a experiência de integração dos Institutos Federais como premissa. Há, portanto, desafios de articulação, nos espectros curricular, de práticas pedagógicas e de gestão das graduações no IFSP.

II - Tecnologias

Os Cursos Superiores de Tecnologia (CST) são cursos superiores de graduação com características especiais, cuja especificidade reside no fato de se tratar de uma formação especializada em áreas científicas e tecnológicas, que conferem ao diplomado competências para atuar em áreas profissionais específicas. Trata-se de um curso de graduação, que abrange

métodos e teorias orientadas a investigações, avaliações e aperfeiçoamentos tecnológicos com foco nas aplicações dos conhecimentos a processos, produtos e serviços. Desenvolve competências profissionais fundamentadas na ciência, na tecnologia, na cultura e na ética, tendo em vista o desempenho profissional responsável, consciente, criativo e crítico.

A oferta dos CSTs remonta à época do Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, visando atender uma demanda específica e crescente em algumas áreas do conhecimento. Ao longo do tempo, tal oferta foi se modificando, encontrando no eixo tecnológico de “Informação e comunicação” suas experiências mais bem sucedidas do ponto de vista da procura (relação candidato-vaga), da permanência e do êxito. De outro modo, as tecnologias em algumas áreas, como nas engenharias tradicionais (elétrica, mecânica, construção civil, entre outras), não receberam o devido reconhecimento do setor produtivo nacional, seja na ampla contratação e no reconhecimento da qualidade dessa formação, seja na remuneração desses profissionais. É perceptível, portanto, como as diferentes características dos arranjos produtivos impactam a proposição de CSTs não apenas no IFSP, mas em toda a rede de educação profissional e tecnológica.

A oferta de CSTs no IFSP representa um terço das matrículas nas graduações e sua maior quantidade de turmas, o que indica a relevância de sua presença na instituição. A proporção de matrículas e turmas é adequada em relação à característica desse tipo de curso: de duração menor que os bacharelados e mais específicos na tecnologia da profissão.

Ao longo do desenvolvimento da graduação no IFSP houve um movimento de “substituição” de cursos de tecnologias por bacharelados, tipicamente nas áreas das engenharias. Esse movimento ainda acontece em alguns *campi*, porém a maior parte das movimentações ocorreram nos dois últimos PDIs, sendo as grandes motivações alegadas a adequação ao mundo do trabalho e os indicadores de permanência e êxito. Nesse movimento dos *campi* de substituição de tecnologias por bacharelados, muitos cursos que eram oferecidos no turno noturno migraram para o turno diurno, majoritariamente integral.

A formação superior nas áreas de tecnologia, em CSTs, ainda é um desafio para o IFSP, pois há necessidade de melhor caracterização do impacto desse movimento de mudança de turno de oferta, bem como a própria mudança de público-alvo decorrente. Soma-se a esse desafio, o fato de que, em alguns casos, a duração dos cursos técnicos de nível médio na forma subsequente representa uma alternativa (em tempo menor) de formação adequada à (re)inserção profissional. É preciso, assim, pensar possibilidades de verticalização para melhor representar o projeto da Instituição em sua completude, tal como na relação anteriormente suscitada entre o ensino médio integrado (incluía a EJA) e as licenciaturas.

III - Bacharelados

Os cursos de bacharelado proporcionam a formação exigida para que seja possível exercer as profissões regulamentadas por lei ou não. Na maior parte dos cursos é expedido o título de bacharel, como, por exemplo, em Administração e Ciência da Computação. As engenharias são cursos bacharelados, que como tal, são generalistas dentro da área de conhecimento e devem promover soluções que sejam não apenas tecnicamente corretas, mas com a ambição de considerar os problemas em sua totalidade, em sua inserção numa cadeia de causas e efeitos de múltiplas dimensões: técnica, tecnológicas, éticas, econômicas, entre outras.

A implantação dos bacharelados no IFSP tomou forma, principalmente, por meio dos cursos de engenharia. A substituição dos cursos de tecnologias por engenharias, aliado à verticalização dos cursos técnicos de nível médio no eixo de “Controle e processos industriais”,

foram alavancas importantes para a expansão dos bacharelados. Nos *campi* em que não havia a oferta desse eixo tecnológico, ou não era dominante em quantidade de cursos, outros bacharelados passaram a ser implantados, com destaque para as áreas de administração e de computação. Para as engenharias, que representam a maior parte da oferta de cursos bacharelados, a construção dos Currículos de Referência foi fator de consolidação e identidade na política curricular dos cursos.

O turno majoritário na oferta dos bacharelados é o integral. Muitos fatores corroboram para esta escolha de implantação dos bacharelados, entre os quais: a tradição de engenharias em universidades públicas serem nesse turno; a possibilidade de alunos fazerem pesquisa com os docentes (em sua maioria, doutores); a otimização de infraestrutura em períodos ociosos no *campus*; e a alteração do público-alvo de estudantes. Por outro lado, os bacharelados são os cursos com a menor taxa de evasão (além de outros indicadores de eficiência acadêmica) entre as graduações, fato que se mostrou acertado em relação à substituição das tecnologias. Há também nos cursos bacharelados uma ligação estreita com a pós-graduação acadêmica, especialmente a pós-graduação *stricto sensu* (não profissional). A oferta de cursos bacharelados em turno noturno é um desafio colocado pelo Plano Nacional de Educação, que está presente nas discussões das reformulações e das implantações dos cursos de bacharelado em todo o país. É importante, dentro da proposta de criação dos Institutos Federais, aproximar a excelência da formação acadêmica àqueles sujeitos historicamente alijados de um processo educacional de qualidade, com vistas à ampliação das possibilidades de melhor relação com o mundo do trabalho.

De modo geral, em todas as graduações, o estágio supervisionado, as práticas profissionais supervisionadas, os projetos/programas de extensão, as atividades complementares e os trabalhos de conclusão de curso (ou projeto final de curso) são componentes curriculares importantes. Para cada tipo de curso, esses elementos assumem uma importância particular, mas que deve, de modo geral, ter especial relevância central na política curricular, a fim de que possam garantir os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O último PDI 2019-2023 aponta as metas e estratégias do PNE para o decênio 2014-2024, como norteadoras das principais ações para a política de cursos de graduação no IFSP, além da própria lei de criação dos Institutos Federais. Nesse sentido, os cursos de graduação apresentaram crescimento nas matrículas, conforme a tabela a seguir.

Tabela 74 - Matrículas nos cursos de graduação por ano

Modalidade	2020	2021	2022	2023
Bacharelado	6327	7473	8557	8594
Licenciatura	7386	8869	9457	8001
Tecnologia	8907	9096	9256	7431
Total Geral	22620	25438	27270	24026

Fonte: Sistema Acadêmico SUAP, 2023.

Foram considerados, no levantamento, os cursos que possuíam alunos matriculados no ano de referência.

A presença das graduações nos *campi* e sua diversidade em número de cursos é apresentada na próxima tabela. As graduações estão presentes em todos os *campi*, exceto

nos avançados.

Tabela 75 - Quantidade de cursos e *campi* do IFSP ofertante de graduação por ano.

Tipo de Curso	2020		2021		2022		2023	
	<i>Campi</i>	Cursos	<i>Campi</i>	Cursos	<i>Campi</i>	Cursos	<i>Campi</i>	Cursos
Bacharelado	28	46	28	46	29	47	29	51
Licenciatura	30	51	30	52	30	53	31	56
Tecnologia	28	60	28	61	28	61	28	59

Fonte: Sistema Acadêmico SUAP, 2023.

Foram considerados, no levantamento, os cursos que possuíam alunos matriculados no ano de referência.

O histórico de implantação dos cursos de graduação nos *campi* mais antigos passou pela oferta de cursos de tecnologias e licenciaturas, depois pela oferta de bacharelados. Nos *campi* mais recentes, observou-se a abertura de bacharelados como primeira opção na oferta de cursos de graduação, além das licenciaturas. A adequação dos cursos de tecnologia ao mundo do trabalho, a permanência, e o êxito foram fatores relatados para a maior parte das opções de substituir os cursos de tecnologia por bacharelados. Esse movimento pode ser observado pela maior expansão de cursos de bacharelados em relação aos cursos de tecnologia. Em todos os tipos de cursos de graduação houve ampliação de matrículas, de cursos e de *campi* ofertantes, de forma que a ampliação está de acordo com as metas e estratégias do PNE 2014-2024 para a expansão das matrículas brutas, líquidas e no segmento público.

Nos cursos bacharelados, a predominância é do turno integral na oferta de vagas, com 33 cursos, representando 22,76% das vagas, quando comparado com a oferta no turno noturno, com 13 cursos. Nas licenciaturas, a oferta de vagas matutinas e vespertinas somam 28 cursos, comparado com 30 ofertas para o turno noturno, representando 48,18% das vagas. Os cursos de tecnologia possuem oferta predominantemente noturna, com 45 cursos, representando 70,90% das vagas, quando comparado com as ofertas diurnas, com 26 cursos. Os dados apresentados foram extraídos da Plataforma Nilo Peçanha para o ano de 2022. A oferta de cursos no turno noturno está alinhada com as metas e estratégias do PNE 2014-2024, com mínimo de 30% das vagas no período noturno.

A curricularização da extensão, como estratégia do PNE 2014-2024, foi implementada em todos os cursos de graduação do IFSP no ano de 2022, considerando que todos os cursos dediquem, no mínimo, 10% da carga horária para projetos e/ou programas de extensão. As turmas, a partir de 2023, possuem carga horária dedicada, então, aos projetos e/ou programas de extensão curricular, conforme a política e os procedimentos institucionais, garantindo atendimento integral à Resolução CNE/CES nº 7/2018.

Na oferta dos cursos de graduação em licenciaturas, o percentual, mínimo de 20% na oferta de cursos de formação de professores, segundo a lei nº 11.892/2008, está próximo da meta, haja vista que as matrículas equivalentes na formação de professores correspondem a 18,7% para o ano de 2022, sendo que a composição do percentual legal também inclui cursos de pós-graduação voltados à formação docente.

Diante do cenário descrito, em continuidade à política de ensino em vigor, em consonância com a Lei nº 11.892/2008 e o PNE, sob a ótica das diretrizes curriculares nacionais e as legislações internas, as graduações do IFSP devem reafirmar, nas construções curriculares, elementos para a consolidação dos princípios e compromissos institucionais do

IFSP e da educação profissional e tecnológica, sendo que, para tal, cumpre-nos o desafio de:

- fortalecer a identidade institucional curricular dos cursos de graduação por meio dos Currículos de Referência de cada curso e suas revisões;
- ampliar a oferta de cursos de licenciatura, em articulação com cursos de pós-graduação de formação de professores, para atingir o percentual legal de 20%, mínimos, da oferta de vagas equivalentes;
- ampliar, de acordo com o PNE, a oferta de cursos bacharelados no turno noturno, a fim de atender o mínimo de 30% de oferta neste turno, considerando a distribuição equânime entre os tipos de cursos de graduação;
- ofertar cursos de 2ª licenciaturas, com vistas a uma política ampla de formação continuada da formação de professores(as) para a educação básica;
- consolidar os Núcleos Docentes Estruturantes e os Colegiados de Curso como instâncias fundamentais para a execução de uma política pública de qualidade nas graduações;
- criar espaços institucionais para a discussão e fortalecimento da identidade de cada tipo de curso de graduação, por meio de Grupos de Estudos, Fóruns, Câmaras, ou instâncias equivalentes para uma discussão plural;
- elevar, gradualmente, a permanência e êxito dos cursos de graduação;
- estruturar programas de formação continuada, considerando as particularidades de cada tipo de curso de graduação, em especial na relação entre a carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e as especificidades de conhecimentos inerentes a cada curso;
- consolidar, fortalecer e ampliar a participação em programas de incentivo ao desenvolvimento do ensino superior com fomento externo, tais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Educação Tutorial (PET), bem como viabilizar programas internos com características semelhantes para outros públicos de discentes, além do fortalecimento da contrapartida institucional para manutenção da participação dos programas em andamento;
- articular as propostas de programas de ensino com a permanência e êxito dos estudantes;
- discutir a política de oferta dos cursos de tecnologia, considerando seu papel na educação profissional e tecnológica;
- articular a oferta de cursos de graduação com a oferta de cursos técnicos, visando à construção de itinerário profissional verticalizado, incluindo a possibilidade de aproveitamento de estudos;
- fortalecer a pesquisa como princípio educativo, além de sua articulação com a pesquisa aplicada, fomentando a indissociabilidade do ensino superior;
- acompanhar e consolidar a curricularização da extensão no âmbito da graduação, para além do cumprimento legal, fomentando a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa;
- articular o itinerário formativo profissional nas graduações com os cursos de pós-graduações, no âmbito da educação profissional e tecnológica;
- fortalecer o estágio supervisionado, obrigatório ou não obrigatório, como componente curricular com papel relevante na formação profissional;
- fortalecer o aproveitamento de estudos, conhecimentos e experiências nas graduações como política curricular, sempre considerando a qualidade e a

ampliação de oportunidades aos estudantes como ponto central da construção;

- articular os componentes curriculares de atividades complementares, de trabalhos de conclusão, de práticas supervisionadas e de projetos integradores com todo o currículo do curso, visando flexibilizar o itinerário formativo do estudante, mas garantindo, sobretudo, a qualidade;
- fortalecer a relação entre as políticas de atualização curricular com as ações de avaliação externa dos cursos;
- criar, estruturar e fortalecer os espaços físicos de permanência dos *campi*, de forma a capitalizar a integralidade de cada turno de oferta dos cursos superiores e fomentar uma maior apropriação dos estudantes a estes espaços, complementando a formação humana e integrando com as políticas de permanência e êxito dos estudantes.
- fortalecer e ampliar as ações de gestão dos cursos de graduação, por meio das coordenações, dos Núcleos Docentes Estruturantes e dos Colegiados de Cursos, para a integração de informações e dados das avaliações internas (da Comissão Própria de Avaliação e interna dos cursos) e externas (do INEP, incluindo o ENADE) nas revisões dos currículos das graduações; e
- fortalecer a relação com as coordenações dos cursos de graduação.

2.2.4 Educação a distância (EaD)

Para fins deste PDI, adota-se a definição legal de educação a distância prevista no Art. 3º, inciso I, do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025:

Educação a distância é o processo de ensino e aprendizagem, síncrono ou assíncrono, realizado por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, no qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares ou tempos diversos. (Brasil, 2025).

Essa definição destaca a centralidade das tecnologias e reforça a necessidade de adaptação contínua das metodologias, conteúdos e estruturas institucionais às inovações e demandas sociais. É fundamental que o PDI reflita não apenas o cumprimento mínimo legal, mas uma visão ampliada de educação digital, incorporando princípios de inovação pedagógica, inclusão e sustentabilidade institucional.

Assim, a Educação a Distância (EaD) não se diferencia do ensino presencial em seus elementos fundamentais e, sim, no seu modo de mediação didático-pedagógica. Há, no cenário atual, uma ampla discussão sobre o conceito de EaD, inclusive no sentido de criticar a escolha lexical para definir a modalidade nos documentos legais, que dão ênfase na oposição entre presença e distância. Pesquisadores como Freire e Leffa (2013), que estudam os fenômenos da linguagem em uso, destacam que essa modalidade deveria ter sua nomenclatura revista, pois os processos de aprendizagem mediados pelas tecnologias digitais, hoje, podem compor um *continuum* de relações humanas que articulam e convergem situações de tempo e espaço diferentes, mas que, em essência, promovem o encontro e a relação de aprendizagem entre pessoas por meio da tecnologia digital.

Considerando as especificidades da EaD, cuja principal característica constitui-se no fato de o professor se fazer presente por meio das relações estabelecidas pela mediação tecnológica e discursiva, a atual concepção de EaD do IFSP parte das várias articulações entre espaços de relações humanas de aprendizagem, linguagens e currículos, inclusive na

perspectiva da convergência gradativa entre atividades presenciais e on-line nos diferentes níveis de ensino. A partir dessa concepção, torna-se emergente uma organização curricular e pedagógica que requer a constituição de equipes multidisciplinares engajadas, capazes de desenvolver estratégias, ambientes e recursos educacionais que proporcionem uma aprendizagem alinhada com os princípios e valores do IFSP.

A concepção pedagógica de EaD adotada pela instituição prevê uma abordagem crítica, com adoção de diferentes modelos e desenhos didáticos colaborativos, abertos, complexos, contextualizados, que propiciem as relações humanas entre os sujeitos da ação educativa e a reflexão crítica, visando à construção cultural, social e científica de conhecimentos, instrumentos e saberes técnicos alinhados aos princípios de inovação social e tecnológica. Assim, a mediação pedagógica é baseada nas relações humanas permeadas pelas linguagens, mídias e tecnologias, permitindo a emergência de uma cultura digital própria da comunidade do IFSP e que respeita as diferentes concepções teóricas de aprendizagem compromissadas com uma visão ética de formação humana.

Nessa perspectiva, os professores e educandos assumem juntos um papel fundamental de mediação na construção do conhecimento, colaborando conjuntamente nas estratégias de aprendizagem para que possam desenvolver suas percepções, reflexões e convicções acerca dos processos culturais, sociais e de trabalho, constituindo-se como cidadãos e profissionais com responsabilidade ética, técnica e política.

É importante destacar que o estudante, nessa concepção de EaD, é compreendido como um sujeito que precisa estar engajado com o próprio processo de aprendizagem, contribuindo e colaborando com os docentes nesse processo, desenvolvendo um perfil crítico, colaborador, pesquisador, autônomo, fluente na cultura digital e comprometido com seu aprendizado.

Para as ações que envolvam a EaD no IFSP, as premissas para o uso das tecnologias e mídias digitais devem ser pautadas pelos princípios da acessibilidade, da ergonomia, da aceitação cultural, da gratuidade, da interoperabilidade, da reutilização e, principalmente, da capacidade de customização e personalização para o contexto ou curso a ser ofertado, desde que alinhados com os objetivos educacionais propostos.

Nesse sentido, como ambiente virtual de aprendizagem oficial da instituição que atende às premissas estabelecidas, o IFSP escolheu o Moodle, que poderá ser implementado e gerido por cada *campus*, desde que os requisitos mínimos de acessibilidade e de interoperabilidade sejam garantidos. O Centro de Referência em Educação a Distância (CEAD) é responsável por apoiar a pesquisa e a formação de servidores para o uso do Moodle.

Outras tecnologias e mídias poderão ser integradas e articuladas aos processos de ensino-aprendizagem, desde que respeitadas as premissas estabelecidas, inclusive se integradas ao ambiente Moodle utilizado. O CEAD incentiva o uso de ferramentas de conferência web para aulas síncronas e a produção de vídeos e sons educacionais, visando ampliar a multimodalidade das linguagens e mídias nos processos de ensino-aprendizagem.

Nos últimos anos, o CEAD tem articulado esforços junto à Diretoria de Tecnologia da Informação do IFSP para integrar e aprimorar os sistemas utilizados nas demandas de EaD, como o ambiente Moodle, no sistema integrado de gestão acadêmica SUAP, facilitando o acesso dos estudantes dos cursos EaD a todos os serviços on-line disponibilizados por esse sistema.

É também uma premissa relevante para a EaD no IFSP a disponibilidade e a garantia de acesso, consulta e uso do acervo das bibliotecas físicas e digitais, além do acesso amplo às bases eletrônicas de periódicos científicos da Capes pelo sistema integrado de gestão

acadêmica SUAP.

O CEAD também fomenta o uso de tecnologias e mídias para a disseminação e compartilhamento de pesquisas, estudos e conhecimentos desenvolvidos no âmbito da EaD no IFSP a partir dos canais da Eduplay, Web TV, podcasts e rádios institucionais, visando ampliar o desenvolvimento dessas estratégias de comunicação e interação com a comunidade interna e externa.

As principais premissas de curadoria e produção de materiais didáticos e recursos educacionais digitais no IFSP são:

- Ênfase na curadoria e produção de materiais didáticos e recursos educacionais digitais que estejam alinhados à filosofia e cultura educacional das diferentes modalidades e níveis de ensino do IFSP;

- Curadoria de materiais e recursos educacionais digitais que garantam os requisitos mínimos de acessibilidade, usabilidade, reusabilidade, granularidade, interoperabilidade, bem como os requisitos estabelecidos nos modelos mais tradicionais de curadoria, seja na dimensão quantitativa, como o modelo LORI - Instrumento de Revisão de Objetos de Aprendizagem ou *Learning Object Review Instrument* (LORI) baseado nos estudos de Nesbit, Belfer e Vargo (2002) -, seja na dimensão qualitativa, como proposto pelo guia CASCOIME (*custo, acessibilidade, adequação política e social, empatia cultural, abertura e flexibilidade, interatividade, valores motivacionais, eficácia*).

- A implementação de um fluxo institucional de produção de materiais didáticos e recursos educacionais digitais que garanta o desenvolvimento de um design educacional alinhado ao projeto pedagógico e à filosofia institucional, a validação ou revisão técnica dos conteúdos, a revisão de linguagem, avaliação de plágio, a editoração e diagramação dos materiais e recursos, com a possibilidade de publicação em diferentes formatos e mídias, inclusive pela editora do IFSP, a EDIFSP, em diferentes licenças, como Domínio Público ou *Creative Commons*, com a garantia do registros dos créditos de produção e de autoria dos sujeitos envolvidos na produção.

- A elaboração e atualização contínua dos guias (Maddalena, 2020) e manuais de curadoria e produção de materiais e recursos educacionais digitais publicados pelo CEAD.

Figura 4 - Fluxo de produção de recursos educacionais para EaD



Fonte: Guia Orientativo: Uso das TICs, Mídias e Linguagens nos processos educativos (disponível em: <https://editora.ifsp.edu.br/edifsp/catalog/book/32>)

A EaD do IFSP tem como premissas, no âmbito da educação inclusiva possibilitar o atendimento às necessidades específicas dos diferentes estudantes, professores e técnicos, garantindo os principais requisitos de acessibilidade digital, linguística, sensorial e atitudinal, tanto no detalhamento de estratégias inclusivas nos PPCs, como nos ambientes virtuais de aprendizagem, nos recursos educacionais digitais e nas ações de formação de servidores. Possui como premissa, na acessibilidade digital, promover estratégias para viabilizar que os recursos digitais, sejam ambientes ou materiais, estejam adequados para garantir que pessoas com cegueira, baixa visão ou qualquer outra condição, possam interagir com professores e estudantes e acessar os conteúdos e informações.

Na premissa de acessibilidade linguística, busca-se promover estratégias para que os recursos digitais, sejam ambientes ou materiais, possam ter uma natureza linguística inclusiva que considere as variações discursivas e culturais nos processos de comunicação, principalmente em Libras, e que permita melhores condições de acesso aos conteúdos e informações.

Em relação à premissa de acessibilidade sensorial, incentivar a multimodalidade de recursos e mídias, de diferentes matrizes de linguagem, como sonora, verbal, visual e multimodal, que permitam melhores condições de acesso aos conteúdos e informações para quaisquer perfis de estudantes, principalmente os que possuem necessidades específicas.

E, na premissa da acessibilidade atitudinal, incentivar e promover uma cultura inclusiva a partir de ações de formação de servidores sobre a articulação entre tecnologia e educação inclusiva, princípios éticos das relações humanas em contextos digitais.

Todas as premissas supramencionadas buscam fomentar a construção de metodologias ativas, colaborativas, híbridas e personalizadas, com atividades síncronas e assíncronas, incluindo fóruns, webconferências, videoaulas, quizzes, gamificação, plataformas adaptativas e recursos multimídia acessíveis. Há especial atenção à inclusão digital, à oferta de mediação pedagógica personalizada e à adaptação de conteúdos para públicos diversos,

incluindo pessoas com deficiência e estudantes de diferentes perfis socioeconômicos e culturais. Os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) deverão estar alinhados às diretrizes do novo decreto, garantindo articulação entre objetivos, conteúdos, tecnologias, estratégias avaliativas e indicadores de qualidade. A EaD no IFSP não é apenas uma modalidade operacional; constitui-se como um espaço dinâmico de experimentação pedagógica, de construção coletiva de saberes e de renovação constante das práticas educativas, articulando inovação curricular com os princípios institucionais de democratização do acesso, inclusão social e compromisso público. Trata-se de um campo em que se entrelaçam desafios técnicos, político-pedagógicos e organizacionais, exigindo reflexão crítica permanente sobre os formatos adotados e sobre as finalidades educativas que orientam sua oferta.

O IFSP possui cursos técnicos e de graduação com parte da sua carga horária a distância (na modalidade presencial) e cursos configurados como modalidade EaD, conforme preconiza a legislação atual.

O IFSP atua em todo o estado de São Paulo, atendendo regiões sem infraestrutura física de *campus* e garantindo democratização e interiorização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Os polos previstos incluem Apiaí, Araraquara, Araras, Bálsamo, Barretos, Barueri, Bertioga, Botucatu, Bragança Paulista, Campinas, Capivari, Caraguatatuba, São Paulo, Diadema, Guarulhos, Igarapava, Ilha Solteira, Itapequerica, Itapetininga, Itapevi, Jales, Jandira, Jaú, Matão, Osasco, Peruíbe, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santos, São Carlos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, além das diversas unidades UniCEU e polos institucionais (Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Ibiúna e Diadema). Essa rede garante capilaridade territorial e reforça o compromisso do IFSP com a interiorização, enfrentando desigualdades regionais e ampliando as oportunidades educacionais para diferentes públicos.

A Reitoria, por meio da Diretoria-Geral do Centro de Referência em Educação a Distância (EaD-PRE), estabelece uma infraestrutura robusta, multifacetada e integrada, concebida não apenas para viabilizar a operacionalização dos cursos, mas para garantir condições institucionais sólidas que assegurem qualidade acadêmica, equidade no acesso e efetividade nos processos formativos. Esse planejamento abrange o suporte técnico, pedagógico e a produção de materiais digitais alinhados às demandas específicas de cada projeto pedagógico, considerando a diversidade regional e os perfis socioculturais do público atendido.

Nos polos de educação a distância, a infraestrutura física inclui laboratórios adequados, conectividade por internet de alta velocidade, equipamentos audiovisuais e ambientes que favoreçam tanto o estudo individual quanto atividades coletivas, garantindo acessibilidade e acolhimento. A infraestrutura de pessoal, por sua vez, contempla equipes multidisciplinares formadas por coordenadores, tutores presenciais e a distância, além de apoio administrativo, assegurando a articulação entre momentos presenciais e virtuais, a mediação pedagógica qualificada e o acompanhamento próximo dos estudantes.

O planejamento estratégico institucional projeta a expansão contínua dessa infraestrutura, prevendo investimentos na ampliação do datacenter, renovação tecnológica dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), integração inteligente com os sistemas acadêmicos e desenvolvimento de plataformas interoperáveis que possibilitem fluxos eficientes de dados e informações acadêmico-administrativas. Nesse cenário, destaca-se a incorporação progressiva e responsável de soluções baseadas em inteligência artificial (IA), garantindo que sua adoção ocorra sob marcos regulatórios claros, com respeito aos princípios éticos e jurídicos, assegurando transparência algorítmica, proteção de dados e a não

discriminação. Essa integração não substitui, mas complementa a mediação humana, potencializando a personalização das trilhas de aprendizagem, a automação de processos administrativos e o monitoramento pedagógico, sempre com salvaguardas institucionais que preservem os direitos e a autonomia dos estudantes.

Além disso, o modelo de EaD no IFSP reconhece a centralidade das parcerias interinstitucionais e das redes colaborativas, buscando articular ações com os *campi* e outras instituições públicas para promover sinergia, reduzir custos operacionais, potencializar a expertise interna e otimizar os recursos humanos disponíveis. Trata-se, portanto, de uma concepção sistêmica que entende a infraestrutura não como mera base material, mas como um arranjo integrado de condições técnicas, humanas, organizacionais e regulatórias indispensáveis à realização dos fins institucionais, especialmente no que diz respeito à democratização do acesso à educação, à ampliação das oportunidades formativas e à afirmação do compromisso público da instituição.

O planejamento do IFSP para o período estima atender simultaneamente cerca de 12.000 estudantes nos cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu*, cursos técnicos subsequentes e cursos FIC, considerando metas de expansão, ampliação de polos, incremento de infraestrutura e novas ofertas. Esse número deverá ser atualizado anualmente, conforme as exigências de monitoramento, acompanhamento de resultados e melhoria contínua, de acordo com o estabelecido pelo Decreto nº 12.456/2025, e considerando tendências demográficas, transformações no mundo do trabalho e demandas emergentes por qualificações profissionais.

Os desafios para a EaD no IFSP para os próximos anos se configuram em diferentes dimensões institucionais, como a dimensão cultural, legal, tecnológica, administrativa e pedagógica.

Na dimensão cultural, o principal desafio é estabelecer propostas e possibilidades que permitam à comunidade interna do IFSP compreender como são os cursos na modalidade EaD, ressignificando-a como uma modalidade que se beneficia da convergência entre tecnologias, mídias e linguagens. Nesse sentido, torna-se necessário criar espaços de experiências culturais para estudantes, docentes e técnicos explorarem e vivenciarem cotidianos de formação e aprendizagem por meio dessa modalidade a partir de projetos coerentes e engajados com a transformação social dos sujeitos.

Na dimensão legal, torna-se necessário avaliar e estabelecer princípios que se articulem às mudanças dinâmicas da legislação nessa modalidade, engajando a comunidade na participação das discussões sobre a institucionalização na Rede Federal e o uso das tecnologias para a promoção de diferentes espaços-tempo de ensino e aprendizagem.

No que diz respeito à dimensão tecnológica, o principal desafio será a interoperabilidade dos sistemas, melhorando cada vez mais a experiência de usabilidade de ambientes virtuais, ambientes acadêmicos, bibliotecas digitais, dentre outros, bem como o aperfeiçoamento do Moodle gerenciado pela equipe de especialistas do IFSP, podendo conter o melhor serviço a ser alcançado com o apoio da equipe de TI, de forma a otimizar o uso da plataforma, melhorando cada vez mais a experiência de usabilidade de ambientes virtuais, ambientes acadêmicos, bibliotecas digitais, dentre outros, bem como a viabilização do Moodle pela computação em nuvem, garantindo maior estabilidade, disponibilidade de espaço para atualização de plugins e aumento da quantidade de acessos simultâneos

É preciso, também, avançar na consolidação da autoavaliação institucional dos cursos superiores na modalidade a distância, ampliando o papel da Comissão Própria de Avaliação (CPA) na elaboração e análise de relatórios, emissão de pareceres e na promoção de debates

que contribuam para a institucionalização da EaD no IFSP e, em especial, para a avaliação e aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido pelas equipes multidisciplinares dos *campi*.

Quanto aos desafios na dimensão administrativa, além da interoperabilidade dos sistemas relacionados às atividades educacionais, registros acadêmicos e demais informações para os estudantes e docentes, é fundamental aprimorar os mecanismos de governança, garantindo recursos orçamentários aos *campi* responsáveis pela oferta de cursos na modalidade EaD para a criação e manutenção de espaços e equipamentos adequados à produção de conteúdos digitais de qualidade, e capacitação permanente de servidores habilitados ao desenvolvimento de atividades relacionadas à produção de materiais didáticos, recursos audiovisuais, design gráfico e administração de plataformas de ensino. Também se divisa como necessário o fortalecimento do CEAD como instância dedicada ao desenvolvimento de políticas que possibilitem a integração de recursos educacionais e pedagógicos nos currículos e o aperfeiçoamento dos processos de gestão e governança dos cursos na modalidade EaD.

E, por último, na dimensão pedagógica, os principais desafios são desenvolver uma cultura de aprendizagem cooperativa entre estudantes e docentes a partir do uso das tecnologias e mídias, aprimorar conhecimentos sobre a aprendizagem a distância, e atribuir as responsabilidades dos sujeitos nos processos de aprendizagem em contextos de convergência entre presencial e digital.

2.2.4.1 Centro de referência em educação a distância (CEAD-PRE)

A gestão estratégica da EaD compreende os diversos aspectos de planejamento, desenvolvimento e implementação das propostas pedagógicas da instituição, envolvendo a elaboração de políticas de EaD, gestão de recursos financeiros, coordenação de equipes de trabalho e organização e oferta de cursos. Nos últimos anos, a instituição trabalhou na regulamentação dos principais processos organizacionais de EaD no IFSP, como a regulamentação da seleção, definição de papéis e pagamento de bolsistas, pela Resolução IFSP nº 02, de 7 de março de 2017, implementação e gestão de polos presenciais, pela Resolução IFSP nº 42, de 5 de julho de 2016 e a criação do Centro de Referência em Educação a Distância (CEAD), pela Portaria nº 4.032, de 14 de dezembro de 2018.

A premissa de organização da EaD no IFSP envolve um núcleo gestor da EaD, atualmente como Coordenadoria do Centro de Referência em Educação a Distância, estabelecida na Pró-Reitoria de Ensino, que atua de maneira sistêmica e em rede com as equipes multidisciplinares dos *campi*, visando à institucionalização e atuação junto às demandas de inovação curricular, formação de servidores, produção de recursos educacionais e de estruturação tecnológica.

Nessa organização, o CEAD possui servidores técnicos especialistas em educação a distância que compõem uma equipe multidisciplinar, atualmente formada por docentes, técnico em tecnologia da informação, tecnólogo em produção audiovisual, programadora visual, técnicos em assuntos educacionais, assistentes administrativos e tradutora intérprete de Libras. Cada *campus* do IFSP tem autonomia para a oferta de cursos nessa modalidade, desde que garanta a formação de servidores, constituindo equipes multidisciplinares que se articulem com o CEAD, com base em um planejamento adequado que preveja a oferta, inclusive no PDI, de cursos regulares na modalidade a distância ou a inserção de carga horária a distância em cursos presenciais.

Também é garantida a oferta de cursos de maneira sistêmica e em rede, seja entre *campi* do IFSP na relação *campus* ofertante-*campus* polo e/ou *campus* ofertante-*campus*

parceiro administrativo e/ou entre *campi*, Institutos Federais, universidades e demais instituições públicas da sociedade civil, por meio de acordo de cooperação, desde que devidamente planejado, articulado com o CEAD, tramitado e aprovado pelos órgãos consultivos e deliberativos do IFSP.

A criação de polos de apoio presencial, seja em *campus* do IFSP ou em outra instituição, também deve seguir a regulamentação interna e externa, bem como garantir a devida justificativa de demanda.

A consolidação das propostas pedagógicas em EaD requer, essencialmente, além da dimensão do ensino propriamente dita, a constituição de uma equipe multidisciplinar composta por docentes e técnico-administrativos que possam atuar com as atividades de tecnologia, audiovisual, design educacional, revisão, diagramação, editoração, validação e demais atividades que envolvem o desenvolvimento de cursos a distância no IFSP, principalmente no desenvolvimento de recursos e materiais educacionais e gestão de ambientes virtuais de aprendizagem. Compreende-se os sujeitos que atuam na EaD como profissionais especialistas ou engajados na articulação entre a cultura digital, seus artefatos, linguagens e mídias e a cultura acadêmica do IFSP.

Na dimensão do ensino, as atividades docentes e atividades de tutoria, como trata o instrumento de avaliação vigente, são concebidas, no IFSP, a partir da não fragmentação da docência, ou seja, a mediação pedagógica dos cursos de EaD, quando ofertados em modelo institucional, sem fomento da Universidade Aberta do Brasil (UAB) ou qualquer outra proposta da mesma natureza, segue a orientação estabelecida pelo Grupo de Trabalho de Institucionalização da EaD do CONIF, que permite ao próprio professor, como mediador pedagógico, realizar, além das atividades de tutoria, as atividades formativas, a elaboração de materiais, a regência-mediação no ambiente virtual e/ou nos espaços presenciais, quando for o caso. No contexto de cursos ofertados via fomento externo, como o UAB, a seleção de bolsistas, bem como a definição dos papéis de docência e de tutoria, é regulada pela Resolução vigente no IFSP e pela legislação específica de cada programa.

O objetivo estratégico estabelecido para a EaD do IFSP para os próximos anos é promover a cultura digital, seus artefatos, linguagens e tecnologias, articuladamente ao ensino, à pesquisa, à extensão, à formação de servidores e à gestão acadêmica e de tecnologia da informação, ampliando a oferta de ações e cursos mediados pelas tecnologias.

Para alcançar esse objetivo estratégico, é necessário, principalmente, atingir os seguintes objetivos específicos:

- Propor políticas e diretrizes de EaD para o uso das tecnologias, mídias e linguagens nos currículos, alinhando as mudanças legais à filosofia e objetivos educacionais do IFSP;
- Promover a cultura digital, integrando a educação a distância aos diversos níveis e modalidades educacionais ofertados na instituição;
- Apoiar a oferta de formação continuada aos servidores para a produção e uso de tecnologias educacionais e metodologias de EaD em suas práticas cotidianas;
- Desenvolver e fomentar a pesquisa sobre a educação a distância em suas dimensões legais, pedagógicas e culturais no âmbito do IFSP;
- Promover a ampliação da oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica na modalidade a distância, visando interiorizar e democratizar o acesso à EPT, por meio de iniciativas internas e parcerias estratégicas com o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), entre outros;
- Construir estratégias para a expansão da oferta de cursos da UAB, fortalecendo a

gestão do Programa, incluindo a seleção de equipe técnico-pedagógica para atendimento das demandas pedagógicas, administrativas, gerenciais e acadêmicas relacionadas aos cursos da UAB no âmbito do IFSP;

- Fortalecer a representação da EaD nas instâncias consultivas e deliberativas, ampliando as discussões sobre as políticas e a institucionalização da EaD;
- Apoiar os *campi* no planejamento e execução dos cursos a distância, na implementação da carga horária a distância em cursos presenciais e no uso de tecnologias na educação;
- Acompanhar os processos de atualização da infraestrutura tecnológica e estabelecer critérios eficientes, eficazes, economicamente viáveis e sustentáveis para a utilização de instalações e equipamentos visando ao fortalecimento da produção audiovisual nos estúdios de gravação dos *campi*;
- Apoiar os setores técnico-pedagógicos dos *campi* quanto a procedimentos específicos de EaD;
- Incentivar o uso e a produção de mídias e tecnologias assistivas para a promoção da educação inclusiva nos cursos do IFSP;
- Selecionar e capacitar profissionais para atuar com EaD no IFSP em ações e projetos ou programas especiais;
- Implementar fluxo institucional de produção de materiais e recursos educacionais digitais;
- Manter atualizados os guias orientativos, políticas de uso de ambientes virtuais de aprendizagem, manuais, normativas internas, entre outros, e disponibilizá-los na página da EaD no site institucional;
- Fomentar o uso, a pesquisa e a melhoria do ambiente virtual Moodle pelos *campi*;
- Levantar demandas de apoio ao desenvolvimento de sistemas acadêmicos alinhados com os cursos EaD;
- Ampliar a interoperabilidade entre Moodle, SUAP, Sistec e demais sistemas institucionais;
- Apoiar a implementação das Equipes Multidisciplinares nos *campi*;
- Ampliar as estratégias para a expansão da oferta de cursos de esforço próprio, promovendo novas articulações curriculares e metodológicas nos cursos dos diferentes níveis e modalidades do IFSP voltadas para o atual cenário cultural e social;
- Ampliar as ações de integração dos estudantes da educação a distância.

“Guia Orientativo: Uso das TICs, Mídias e Linguagens nos processos educativos”. Disponível em: r.ead.ifsp.edu.br/eadguia.

2.2.5 Avaliação institucional

As funções de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior – IES, no sistema federal de ensino, são estabelecidas pelo Ministério da Educação e são realizadas por meio de ações preventivas ou corretivas, cujo objetivo é zelar pelo cumprimento da legislação educacional em vigor e pela qualidade da oferta dos cursos de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, no âmbito das instituições de educação superior, e buscarão resguardar o interesse público envolvido (Portaria Normativa nº 315, 2018). O cumprimento da legislação pertinente se refere aos procedimentos de supervisão e monitoramento das IES realizadas pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES/MEC, e está diretamente relacionada aos resultados obtidos nos indicadores de desempenho institucional e nos conceitos atribuídos nas avaliações realizadas

nas instituições e nos cursos.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, estabelece os padrões de qualidade esperados e as normativas que complementam a lei e orientam as especificidades que devem ser obedecidas. A observância aos atos autorizativos para o funcionamento da IES e para a oferta de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato-sensu remete a parâmetros de qualidade que, por sua vez, estão estabelecidos nos instrumentos de avaliação do SINAES. No que tange ao credenciamento institucional, as dez dimensões previstas no SINAES estão agora contempladas em cinco eixos, quais sejam, planejamento e avaliação institucional, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão e infraestrutura.

Diante da sequencialidade relativa aos pressupostos regulatórios e legais, o IFSP estabelece para o novo quinquênio os seguintes desafios no que tange à avaliação:

- Manter a qualidade da educação superior, nos moldes da legislação aplicável do Ministério da Educação, no âmbito do IFSP, cujas ações se consolidam a partir de:

- Acompanhar e manter os atos regulatórios exigidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES dentro dos prazos exarados pelos órgãos reguladores;

- Acompanhar, em nível de graduação, dentro dos parâmetros aceitáveis os conceitos Institucional (CI); de Curso (CC); Exame Nacional de Desempenho do Estudante - Enade, Conceito Preliminar de Curso (CPC); e Índice Geral de Cursos (IGC). O IGC contribui efetivamente para a manutenção da autonomia do IFSP.

- Acompanhar os relatórios parciais e finais no que se refere aos prazos de postagem da autoavaliação institucional interna no Sistema e-MEC;

- Aprimorar a articulação das informações que envolvem os cursos de graduação, ofertados nas modalidades presencial e a distância, no que tange aos impactos existentes nas avaliações internas e externas e em todos os setores do IFSP e sistemas em geral.

2.2.5.1 Autoavaliação Institucional

A Comissão Própria de Avaliação (CPA-IFSP) é o órgão responsável pela implantação, desenvolvimento e acompanhamento do Programa de Avaliação Institucional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Sua constituição está prevista na Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A CPA possui regulamento próprio, aprovado pela Resolução nº 107/2016, e é composta pela CPA Central e as CPAs Locais, instituídas por portaria em cada *campus*.

A principal atribuição da CPA é conduzir os processos internos de autoavaliação institucional, coordenando a sistematização das informações e a prestação de dados solicitados pelo INEP, de forma articulada com a comunidade acadêmica e a gestão institucional.

Norteando-se pelos princípios da transparência, exequibilidade, fidedignidade e ética, a CPA deve atuar com autonomia em relação aos órgãos dirigentes e deliberativos existentes na instituição, estruturando-se internamente de acordo com suas necessidades e com os termos de seu regulamento e da legislação em vigor.

A composição da CPA garante a representatividade da comunidade acadêmica e da sociedade civil e atuam em cada *campus*, colaborando na autoavaliação institucional e acompanhando de perto o processo de melhoria.

Para viabilizar as atividades de autoavaliação em toda a instituição, a CPA Central,

juntamente com as CPAs Locais nos *campi*, elabora o Programa de Avaliação Institucional, que compreende a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas. Tais atividades já existem e permanecem acontecendo a partir da observância das melhorias percebidas a cada edição anual da avaliação. Há um calendário contemplando os prazos para execução das ações principais e datas de eventos (reuniões, seminários etc.), considerando igualmente os prazos estabelecidos pela Portaria MEC n.º 2.051, de 9 de julho de 2004, que regulamenta o SINAES, bem como a Portaria INEP nº 840, de 24 de agosto de 2018.

Neste sentido, a autoavaliação institucional é estruturada com base em cinco eixos temáticos, conforme os instrumentos de avaliação do INEP/MEC: Planejamento e Avaliação Institucional.

1. Planejamento e Avaliação Institucional
2. Desenvolvimento Institucional
3. Políticas Acadêmicas
4. Políticas de Gestão
5. Infraestrutura

Esses eixos contemplam as 10 dimensões do SINAES, garantindo uma análise ampla das atividades da instituição, incluindo ensino, pesquisa, extensão, gestão, responsabilidade social, políticas de pessoal, atendimento aos estudantes e sustentabilidade financeira.

Os resultados consolidados são divulgados internamente, encaminhados ao INEP e utilizados como insumo para revisões no Plano de Desenvolvimento Institucional, planos de curso e ações de melhoria contínua.

Em suma, a avaliação institucional no IFSP é conduzida de forma ampla e participativa, que busca refletir continuamente os aspectos positivos e as fragilidades da instituição, utilizando instrumentos de avaliação e autoavaliação, que são aplicados de forma sistemática e transparente. Esse processo busca assegurar a participação de toda a comunidade acadêmica, bem como de representantes da sociedade civil. Os resultados gerados são subsídios para os processos decisórios e diretrizes da gestão, uma análise sobre a infraestrutura e, especialmente no que tange ao planejamento didático-pedagógico. Destaca-se que, por meio desse processo contínuo de aprimoramento, o IFSP reafirma seu compromisso com a excelência na educação oferecida à sociedade

2.3 Política de atendimento ao discente

2.3.1 política de acesso

A sociedade brasileira é, notavelmente, diversa e desigual, especialmente, no que concerne às identidades de gênero, etnia, religião e às oportunidades de acesso aos recursos públicos e à educação. Portanto, ao considerar a democratização do acesso ao ensino público, é essencial abordar a implementação de políticas públicas de Ações Afirmativas e Políticas Públicas que visam combater a discriminação e incluir grupos, socialmente excluídos, como a população preta, indígena, de baixa renda, oriunda de escola pública, quilombola e de pessoa com deficiência. Tais políticas buscam remediar as históricas desigualdades que perpetuam a segregação e a discriminação institucionalizada.

O IFSP, na reserva do possível, viabiliza o acesso desta população à educação, conforme ações práticas implantadas nos processos seletivos e pelas comissões de matrículas central e dos *campi*.

A história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, desde a criação das Escolas

de Aprendizizes e Artífices em 1909 até a criação e consolidação dos Institutos Federais, a partir de 2008, passou por diferentes políticas de acesso. Concomitante a isso, ao longo das décadas, a educação brasileira foi atravessada por uma dualidade que reproduzia a separação entre trabalho manual e intelectual, como já apontado. Um dos desafios contemporâneos das instituições públicas de educação é romper com esse paradigma, a partir da efetivação do direito à educação, da igualdade de condições para o acesso e de seu alinhamento com políticas afirmativas que dialoguem com a realidade brasileira.

O direito à educação é um princípio constitucional e é um dever do Estado. Apesar dos esforços para expandir a oferta de educação profissional e tecnológica, notadamente com a reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir de 2008, o acesso ainda não é universal. Por isso, são necessários processos seletivos com critérios específicos e ações afirmativas para diversificar e democratizar o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes ao longo de sua formação.

No contexto do IFSP, a seleção de estudantes para a educação pública e gratuita enfrenta desafios significativos. Como as vagas são limitadas, é crucial estabelecer critérios de seleção que levem em consideração a equidade entre estudantes de diferentes origens, bem como os objetivos da educação escolar: um espaço onde todos têm a oportunidade de aprender, independentemente de sua experiência prévia. Consequentemente, esse princípio constitucional ainda não universalizado se depara com o desafio de conciliar mérito individual com justiça distributiva em seus processos de seleção.

A partir de 2017, os processos seletivos para os cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio do IFSP passaram a ser planejados e executados integralmente pela instituição, utilizando seus próprios recursos. Essa mudança significativa na estrutura institucional acarretou a necessidade de identificar alternativas para a verificação e validação dos candidatos, de modo a manter a objetividade, igualdade de acesso e a integridade das ações afirmativas em vigor. A instituição passou, então, a adotar a avaliação do histórico escolar do ensino fundamental como um método de seleção.

A partir do final do ano de 2021, o IFSP retomou a aplicação de provas como método de seleção, como já ocorrera em anos anteriores, mas agora com recursos próprios da instituição. Com a realização do processo seletivo totalmente internalizado, decorreu-se a constituição de comissões, que são designadas para cada processo e são encarregadas das atividades relacionadas à divulgação, confecção e diagramação das provas, bem como à aplicação dos exames, entre outras tarefas pertinentes a um processo seletivo.

Com relação aos cursos Superiores de Graduação, o IFSP realiza dois processos de seleção por ano. Entre as modalidades de seleção adotadas, temos o SISU – Sistema de Seleção Unificada, e também a possibilidade de realização de um processo seletivo próprio, baseado na melhor média das últimas cinco edições do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Nesse último caso, os candidatos têm a oportunidade de concorrer às vagas ofertadas pela instituição, utilizando como critério sua melhor média final obtida em uma das cinco últimas edições do ENEM.

No ano de 2022, o IFSP passou a fazer uso de um novo sistema acadêmico para o controle dos processos seletivos dos estudantes inscritos em cursos técnicos e superiores de graduação. Nesse novo sistema, os estudantes passaram a ter a opção de efetuar o pagamento da taxa de inscrição por PIX e cartão de crédito, deixando de ser restrito à Guia de Recolhimento de Receitas da União (GRU). Em decorrência dessa mudança, o número de candidatos inscritos nos processos seletivos cresceu consideravelmente.

Adicionalmente, no ano de 2022, a instituição começou a conduzir a seleção unificada

para os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA-EPT/PROEJA) e para as vagas remanescentes a partir do segundo período letivo, dos cursos técnicos e superiores de graduação. Também nesse ano, foi implantada a banca de heteroidentificação, que passou a ser integrada aos processos seletivos dos cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes, tornando as ações afirmativas mais eficazes.

Em 2023, a Lei 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio é alterada e passa a contemplar a população quilombola. No mesmo ano, o IFSP, prontamente, estabelece o percentual de acesso a esta população.

Ainda no ano de 2023, a instituição implementou uma mudança significativa em sua estratégia de divulgação do processo seletivo, passando a fazer uso extensivo de publicidade paga nas redes sociais. Essa abordagem resultou em um aumento notável no número de candidatos inscritos nos processos seletivos para os cursos técnicos.

No ano de 2016, sob a égide da referida lei, reconhecida popularmente como Lei de Cotas, o IFSP implementa política de acesso para pessoas com deficiência, mediante laudo médico, com parceria de apreciação técnica para confirmar o direito de acesso a esta população.

No que se refere a população de baixa renda, o IFSP efetiva o ingresso por meio de análise de documentos comprobatórios de renda, através das comissões de matrícula.

A população inserida na comunidade LGBTQIA+, pessoas transexuais e travestis, apesar de, ainda, não integradas, atualmente, como público a que se destinam as Ações Afirmativas, têm a opção de garantir o tratamento por nome social nas dependências da escola e documentos acadêmicos, conforme Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016.

A população indígena, atualmente, mediante a apresentação de documento de autodeclaração e, declaração de líder comunitário local, ingressa, no IFSP, nas vagas de Ações Afirmativas, dentro do percentual legal.

As Políticas Públicas de Acesso têm como objetivo, além de ampliar, na prática, o ingresso dos retromencionados grupos, promover a possibilidade de permanência dos estudantes de diversas origens e identidades e por esta razão a direção de processo seletivo, também, se ocupa da gestão acadêmica.

Ações Futuras

Para o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do período 2024-2028, espera-se expandir o número de candidatos participantes nos processos seletivos dos cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes, por meio da antecipação e intensificação da utilização de diferentes estratégias de publicidade nas redes sociais.

A meta primordial da Instituição é implementar processos de seleção para os cursos técnicos que sejam altamente eficientes e eficazes, minimizando os ônus para a administração pública - podendo realizá-los internamente ou terceirizar o processo.

Na prática, com o intuito de promover a equidade e inclusão, almeja-se expandir as reservas de vagas para grupos menos favorecidos, socialmente, como é o caso de pessoas transexuais e travestis. Além disso, esta população será acolhida desde a inscrição até a conclusão do curso, com a possibilidade, se assim desejar, de utilizar seu nome social nas dependências da escola e nos documentos acadêmicos (formulários de inscrição, documentos comprobatórios de matrícula e histórico escolar, bem como diploma).

Outro foco das ações relativas ao acesso é tornar o processo de seleção mais inclusivo desde o início até o fim, permitindo a inclusão de estudantes com deficiência já no momento

de ingresso. Isso garantirá que todos os candidatos tenham acesso equitativo às oportunidades educacionais oferecidas. Esta política pretende facilitar a pessoa candidata ter tempo hábil para apresentar o laudo médico e ingressar na reserva a que tem direito.

Com o intuito de expandir e otimizar o processo de bancas de heteroidentificação, também, no momento de ingresso, se pretende coletar elementos probatórios para as reservas e submissão à heteroidentificação, processo complementar à autodeclaração.

Em relação à população quilombola, pretende-se verificar ao longo do período estabelecido pelo PDI, possibilidades de ampliação de publicidade e divulgação, nas regiões do Estado de São Paulo em que há maior concentração de pessoas pertencentes a esta comunidade.

Adicionalmente, pretende-se expandir as ferramentas digitais disponíveis para coletar dados mais abrangentes sobre os processos seletivos em andamento. Isso proporcionará informações valiosas que poderão embasar decisões mais precisas e estratégicas para os anos seguintes.

O IFSP tem como objetivo implantar, institucionalmente, estratégias de divulgação e publicidade para a população proveniente de escolas públicas das cidades em que se encontram nossos *campi*. Esta ação é constante, com verificação ano a ano, das práticas exitosas, conforme número de inscritos e ingresso efetivo nos cursos oferecidos.

2.3.2 Apoio à permanência e êxito

2.3.2.1 Política de assistência estudantil (PAE)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, por meio da Resolução nº 41/2015 - Política de Assistência Estudantil do IFSP (PAE) e da Resolução nº 42/2015 - Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil do IFSP (PAE), regulamentou a Política de Assistência Estudantil (PAE) que é orientada pelos princípios gerais do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto n. 7234/2010, devendo atender a todos os níveis e modalidades de cursos presentes na Educação Profissional Científica e Tecnológica, compreendendo:

1. prioridade do atendimento às necessidades socioeconômicas e pedagógicas, visando à formação integral do estudante;
2. respeito à dignidade do sujeito, a sua autonomia, ao direito a benefícios e serviços de qualidade e a permanência e convivência escolar e comunitária;
3. igualdade de direitos no acesso ao atendimento, ampla divulgação dos recursos, benefícios, serviços, programas e projetos de assistência estudantil;
4. incentivo à participação da comunidade discente nos assuntos relativos à assistência estudantil.

A PAE no IFSP, em consonância com o PNAES, se figura como uma política institucional de afirmação do direito social à educação e tem por objetivos: a) democratizar as condições de permanência dos estudantes na educação profissional e tecnológica; b) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e êxito no âmbito da educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades ofertadas; c) contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e atuar preventivamente nas situações de retenção e evasão; e d) colaborar para a formação integral dos estudantes na perspectiva de cidadania.

As ações da PAE são compreendidas em três programas:

1) **Programa de Auxílio Permanência**, em que são compreendidas as áreas seguintes áreas de assistência estudantil: alimentação, apoio didático-pedagógico, creche (apoio a

estudantes mães e pais), moradia, saúde e transporte;

2) **Programa de Ações Universais**, em que são desenvolvidas ações e atividades nas áreas: acesso e aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas, cultura, esporte e inclusão digital;

3) **Programa de Apoio ao Estudante do PROEJA**, responsável por destinar auxílio financeiro para custeio de alimentação e transporte a todos os estudantes de cursos PROEJA devidamente matriculados e frequentes no IFSP.

Atualmente, a gestão da PAE está lotada na Diretoria de Políticas Estudantis (DPES-PRE). Nos *campi*, a execução das ações da PAE, em geral, encontra-se situadas no âmbito das Coordenadorias Sociopedagógicas. A Comissão Central Permanente de Assistência Estudantil (COPAE), composta por membros de todos os *campi*, é o órgão colegiado propositivo e consultivo de Assistência Estudantil, responsável por auxiliar a reitoria do IFSP na implementação, regulação, planejamento, acompanhamento e avaliação da PAE no IFSP.

Após mais de 13 anos de execução de ações do PNAES no IFSP e após o atravessamento de uma pandemia global que incitou reflexões no processo de ensino-aprendizagem e acesso-permanência dos estudantes do IFSP, são diversos os desafios que se impõe à Política de Assistência Estudantil no IFSP. Destacamos alguns deles a partir da apresentação de temas estratégicos, metas e indicadores que nortearão o trabalho de setores relacionados à PAE no próximo período:

Quadro 7 - Plano de Metas para a Política de Assistência Estudantil do IFSP – PDI-2024-2029

	Tema estratégico	Meta	Indicadores	Setores responsáveis
1	Universalização da Política de Assistência Estudantil (PAE)	Assegurar que um número maior de estudantes elegíveis seja beneficiado, ampliando em 20% o número de estudantes atendidos pelos programas de assistência estudantil em 3 anos.	Número de novas bolsas/auxílios concedidos anualmente. Percentual de estudantes elegíveis que são beneficiados por algum programa de assistência.	DPES COPAE
2	Qualidade da Política de Assistência Estudantil	2.1 Reduzir a taxa de evasão e retenção por motivos socioeconômicos.	Taxa de evasão de estudantes beneficiados pela assistência estudantil (número de estudantes beneficiados que evadiram / número total de estudantes beneficiados) * 100. Taxa de conclusão de curso de estudantes beneficiados.	DPES COPAE

	Tema estratégico	Meta	Indicadores	Setores responsáveis
		2.2 Melhorar a satisfação e sucesso acadêmico dos estudantes assistidos.	Índice de satisfação dos estudantes com os programas de assistência estudantil (via pesquisa de satisfação). A média das pontuações atribuídas por estudantes em questionário de satisfação. Comparação da média global entre os estudantes assistidos e a média geral da instituição. Percentual de estudantes assistidos que participam de atividades complementares (pesquisa, extensão, monitoria).	DPES COPAE
3	Promoção da Inclusão e Acessibilidade para Públicos Específicos	Ampliar a participação e permanência de estudantes com deficiência, estudantes indígenas e quilombolas nos programas de assistência estudantil.	Percentual de estudantes deficientes, indígenas e quilombolas matriculados que são atendidos pelo Programa de Auxílio Permanência.	DPES COPAE
4	Promoção da Saúde Integral e Bem-Estar Estudantil	Consolidar uma cultura de cuidado e acolhimento na instituição, focando na prevenção do adoecimento psíquico. Ir além do atendimento individual, promovendo um ambiente institucional que apoie o bem-estar e a resiliência dos estudantes	Número de eventos anuais (palestras, seminários, semanas temáticas) sobre saúde mental e prevenção do suicídio. Percentual de estudantes que se sentem acolhidos e apoiados em relação à sua saúde mental na instituição (via pesquisa de clima ou satisfação) Percentual financeiro destinado às ações de bem-estar estudantil.	DPES COPAE CSPs

Fonte: Elaborado PRE.

2.3.2.2 Alimentação e nutrição no IFSP

A alimentação adequada é um direito positivado internacionalmente pelos diplomas legais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), os quais consideram a alimentação adequada como um direito fundamental do ser humano e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal do Brasil (1988), devendo o poder público adotar as políticas e ações necessárias para promovê-la. No Brasil, no tocante à alimentação escolar, há um cabedal de institutos garantidores e regulamentadores, tais como:

1. A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), inciso VIII, art. 4º, que postula que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da

Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

2. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio da Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, Art. 4, que estabelece que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

3. A Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006, que institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional;

4. A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos estudantes da Educação Básica; e

5. O Decreto nº 11.821, de 12 de dezembro de 2023, dispõe sobre os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação saudável no ambiente escolar.

No âmbito do Ensino Superior, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio da Lei Nº 14.914, de 3 de julho de 2024, com a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos. Embora não trate exclusivamente sobre ações de alimentação, menciona-a como uma das áreas a ser contemplada com ações que democratizem as condições de permanência, bem como reduzam as taxas de retenção e evasão, de jovens estudantes do ensino superior federal (BRASIL, 2024). Especificamente no IFSP, o PNAES é regulamentado pelas Resoluções nº 41 e 42, ambas de 2 de junho de 2015, as quais normatizam a alimentação como uma das áreas do Programa Auxílio Permanência.

A alimentação escolar é compreendida como “todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo” (BRASIL, 2009) e tem por objetivo contribuir para o crescimento, desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e, sobretudo, para a permanência e êxito dos estudantes da Educação Básica. A alimentação escolar constitui-se, ainda, como instrumento de apoio e incentivo às práticas alimentares saudáveis, tanto no âmbito individual quanto no coletivo, a qual deve ocorrer de forma contínua e permanente (BRASIL, 2009).

Isso posto, entende-se que o direito ao acesso à educação perpassa por outros direitos fundamentais, dentre eles a alimentação. É necessário buscar meios para garantir a oferta de alimentação escolar adequada e saudável, seguindo os critérios e diretrizes já estabelecidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), buscando garantir:

- Universalidade do atendimento a todos os estudantes matriculados na educação básica, inclusive a Educação de Jovens e Adultos;
- Oferta de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias quando ofertada uma refeição, para os alunos matriculados na Educação Básica, em período parcial;
- Oferta de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, três refeições, para os alunos matriculados em tempo integral, que se refere à permanência mínima de 7h00 (sete horas) na escola ou em atividades escolares, de acordo com o Censo Escolar do INEP/MEC e;
- Inclusão da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no processo de ensino e

aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Em 2020, houve a divulgação de um novo ato normativo para o programa, a Resolução nº 06 de 08 de maio de 2020, revogando então as Resoluções CD/FNDE 26/2013, 4/2015, 1/2017 e 18/2018. Esta nova resolução altera algumas importantes ações de gestão do programa e, ao mesmo tempo, consolida regras estabelecidas em resoluções anteriores; além disso, tem como maior ponto positivo a reafirmação das diretrizes da alimentação escolar estabelecidas na Lei nº 11.947/2009, que estão voltadas ao emprego da alimentação saudável e adequada, à universalidade da educação alimentar, à utilização de alimentos variados, tendo em vista garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, de forma igualitária e com respeito às diferenças biológicas entre idades e condições de saúde.

Já no ano de 2023, foi aprovada a Política Institucional de Alimentação e Nutrição Escolar do IFSP, que tem como objetivos assegurar o acesso permanente e regular de alimentação aos estudantes em período escolar; promover ações de Educação Alimentar e Nutricional; orientar as ações de alimentação e nutrição; além de minimizar os efeitos das desigualdades que possam comprometer a permanência dos estudantes em todos os níveis de escolaridade.

A partir do ano de 2016, com a liberação dos códigos de vaga, foi possível a realização de concurso público para provimento de cargos, e deste modo, foram nomeados até o momento 14 nutricionistas, sendo 13 nos *campi* e 1 na Reitoria. Vale ressaltar que com a formação do quadro técnico, o IFSP começa o planejamento do PNAE, e, atualmente, executa-se mais de 99% dos valores recebidos pelo programa, porém o número de profissionais da Nutrição ainda está bem abaixo do ideal, com apenas 31,7% de *campi* com nutricionistas.

No âmbito dos Institutos Federais, a grande maioria dos *campi* compõe o recurso destinado à alimentação por meio de três fontes orçamentárias distintas: os recursos financeiros próprios do *campus*, a verba proveniente da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Brasil, 2024) e o PNAE como complemento (dada a característica complementar do programa). No IFSP, as principais ações orçamentárias para a alimentação são provenientes do PNAES, ação 20RL, PNAE e uma pequena porcentagem de emendas parlamentares (Magalhães, 2022). É importante considerar as diversas fontes de recursos e como forma de fomentar a produção local, principalmente a agricultura familiar, do orçamento destinado a compra de gêneros alimentícios 30% devem ser destinados para a aquisição deste tipo de produção, por meio de Chamadas Públicas, atendendo o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.

Uma avaliação dos cardápios do ano de 2019 utilizando uma ferramenta disponibilizada pelo FNDE (IQ Cosan) indicou que 80% dos cardápios do IFSP necessitavam de melhorias ou estavam inadequados (Magalhães, 2022).

Diante deste arcabouço legal, foram estabelecidos temas estratégicos e metas para a contínua melhoria do panorama da alimentação escolar no IFSP.

Quadro 8 - Temas estratégicos

Tema estratégico	Objetivo	Indicador	Sector responsável
Aprimoramento da oferta e da qualidade da alimentação	1. Ofertar alimentação gratuita a todos ⁶ os estudantes da Educação Básica em todos os dias letivos.	Porcentagem de oferta de alimentação regular a todos estudantes da Educação Básica - %ORA $\%ORA = \frac{n^{\circ} \text{ DORA}}{\text{Dias letivos}} \times 100$ Variáveis: n° DORA: número de dias em que foi ofertada alimentação a todos os estudantes da Educação Básica por <i>campus</i>. Dias letivos: total de dias letivos do período. Fonte: relatório de execução anual da Alimentação Estudantil. Meta: 100% até o final do PDI 2024-2029, sendo avaliado a cada exercício.	Gestão do <i>campus</i>
	2. Melhorar qualidade dos cardápios servidos nos <i>campi</i> do IFSP.	Pontuação da ferramenta IQCosan Fonte: A ferramenta IQCosan é disponibilizada no <i>site</i> do FNDE para análise qualitativa dos cardápios da Educação Básica conforme as legislações vigentes do PNAE. Comissão Locais de Ações da Alimentação Estudantil de cada <i>campus</i> receberão um treinamento desenvolvido pelo Corpo Técnico de Nutricionistas do IFSP para manusearem a ferramenta e realizarem a análise do cardápio. Tal análise fará parte do relatório de execução anual do PNAE, o qual todos os <i>campi</i> enviarão à Diretoria de Políticas Estudantis/Pró-Reitoria ou setor equivalente. Meta: pontuação igual ou superior a 76 para cada cardápio do <i>campus</i>, até o final do PDI 2024-2029, sendo avaliado a cada exercício.	Nutricionista ou Comissão Especial de Compras e Acompanhamento das Ações de Alimentação Escolar do <i>campus</i>

⁶ Considera-se, de acordo com a Lei nº 11.947, que a oferta de alimentação gratuita seja regular e em quantidade suficiente para atender a todos os estudantes da Educação Básica. Assim, ao contabilizar os dias de oferta regular, deve-se considerar os dias em que o *campus* conseguiu ofertar alimentação em quantidade suficiente para que todos os estudantes pudessem realizar aquela refeição caso quisessem. Ou seja, este indicador não considera, diretamente, o número de refeições servidas por dia, mas sim a capacidade do *campus* em oferecer alimentação gratuita a todos os estudantes da Educação Básica.

Tema estratégico	Objetivo	Indicador	Sector responsável
	3. Ampliar aquisição de produtos oriundos da Agricultura Familiar através do PNAE	Porcentagem de compras de alimentos oriundos da Agricultura Familiar custeados pela verba do PNAE - %CAF PNAE $\%CAF\ PNAE = \frac{VAF\ PNAE}{Tot\ PNAE} \times 100$ Variáveis: VAF PNAE: valor gasto com alimentos oriundos da Agricultura Familiar custeados pela verba do PNAE por <i>campus</i>. Tot PNAE: total da verba do PNAE executada por <i>campus</i>. Fonte: relatório anual de execução do PNAE e Planilha Anual de Execução Geral da Despesa - PNAE da Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF). Meta: no mínimo 30% anualmente, por <i>campus</i>, a partir do primeiro ano de vigência do PDI 2024-2029.	Comissões Locais de Ações da Alimentação Estudantil do <i>campus</i> e Comitê de Alimentação Escolar
	4. Ampliar aquisição de produtos oriundos da Agricultura Familiar através de outros recursos com base no PAA.	Porcentagem de compras de alimentos oriundos da Agricultura Familiar custeados por outros recursos - %CAF OREC $\%CAF\ OREC = \frac{VAF\ OREC}{Tot\ Alim} \times 100$ Variáveis: VAF OREC: valor gasto com alimentos oriundos da Agricultura Familiar custeados por outros recursos, exceto PNAE, por <i>campus</i>. Tot Alim: total da verba gasta com alimentos por <i>campus</i>, exceto PNAE, por <i>campus</i>. Fonte: relatório anual de execução do PAA. Meta: no mínimo 30% anualmente, por <i>campus</i>, a partir do primeiro ano de vigência do PDI 2024-2029.	

Tema estratégico	Objetivo	Indicador	Sector responsável
Melhoria da estrutura física dos serviços de alimentação e nutrição	Disponibilizar espaços adequados para o consumo, preparo e/ou armazenamento de refeições aos discentes em todos os <i>campi</i> .	Porcentagem de <i>campi</i> com disponibilização de espaços físicos minimamente adequados para produção, armazenamento e/ou consumo de alimentação - %DEF $\%DEF = \frac{n^{\circ} DEF}{\text{Tot } \textit{campi}} \times 100$ Variáveis: <i>n</i>^o DEF: número de <i>campi</i> com disponibilização de espaços físicos adequados para produção, armazenamento e/ou consumo de alimentação. Tot <i>campi</i>: número de <i>campi</i> do IFSP em funcionamento. Fonte: relatório anual de execução da Alimentação Estudantil e Questionário sobre as Condições dos Restaurantes Estudantis e legislações vigentes sobre estrutura física. Meta: 100% até o final do PDI 2024-2029, sendo avaliado a cada exercício.	Pró-Reitoria de Administração - Diretoria de Infraestrutura e Expansão, Diretoria de Políticas Estudantis/Pró-Reitoria de Ensino e Gestão do <i>campus</i>
Consolidação de ações de Educação Alimentação e Nutrição (EAN) e atendimento de necessidades alimentares especiais	1. Inclusão da EAN como tema transversal nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos cursos da Educação Básica.	Porcentagem de PPCs que abordam EAN - %EAN PPC $\%EAN\text{ PPC} = \frac{\text{PPC c/ EAN}}{\text{Tot PPC}} \times 100$ Variáveis: PPC c/ EAN: número de PPCs que abordam EAN em ao menos duas disciplinas.⁷ Tot PPC: número total de PPCs. Fonte: Leis 11947 e 13.666, além do questionário a ser enviado para a Pró-Reitoria de Ensino e para as Diretorias Adjuntas Educacionais. Meta do IFSP: no mínimo 30% até o final da vigência do PDI 2024-2029.	Diretoria de Políticas Estudantis/Pró-Reitoria de Ensino, Diretoria de Educação Básica/Pró-Reitoria de Ensino, Diretoria Adjunta Educacional do <i>campus</i> ou setores correlatos

⁷ Para que o tema de Educação Alimentar e Nutricional seja considerado transversal, conforme Lei 13.666/2018, deverá perpassar ao menos 2 disciplinas de cada curso da Educação Básica.

Tema estratégico	Objetivo	Indicador	Sector responsável
	2. Execução de atividades de EAN ⁸ durante o ano	Índice de Atividades de EAN - Ind EAN $\text{Ind EAN} = \frac{\text{n}^\circ \text{ campi EAN}}{\text{Tot campi}} \times 100$ Variáveis: nº campi EAN: número de <i>campi</i> que executaram atividades de EAN no período. Tot campi: número de <i>campi</i> do IFSP em funcionamento. Fonte: questionário a ser enviado para a Pró-Reitoria de Ensino e para as Diretorias Adjuntas Educacionais. Meta: no mínimo 30% até o final do segundo ano de vigência do PDI 2024/2029.	Coordenação de cursos do <i>campus</i> , Diretoria Adjunta Educacional do <i>campus</i> SP, Diretoria de Políticas Estudantis/Pró-Reitoria de Ensino

Fonte: PRE.

Além dos indicadores apresentados neste documento e visando a permanência e êxito dos estudantes do ensino superior na instituição, é relevante considerar a ampliação do acesso à alimentação de qualidade, conforme os objetivos do PNAES.

A efetiva Implantação da Política Institucional de Alimentação e Nutrição Estudantil do IFSP (PIANE-IFSP), estabelecida pela Resolução Normativa nº 18/2023, de 06 de junho de 2023, depende de ações imediatas e de longo prazo; por isso a importância da definição de temas, objetivos e indicadores contidos tanto no PDI 2024-2029.

Para a realização das metas e acompanhamento das ações de alimentação escolar, foi necessário **a recomposição do Comitê de Alimentação Escolar**, com metodologia de trabalho, fluxos e demandas formalmente estabelecidas, dado que o mesmo deve ser composto de forma heterogênea, com participação de diversos atores e setores relacionados à alimentação estudantil no âmbito do IFSP.

Entendendo o IFSP como uma autarquia comprometida com a contínua melhoria de seus processos, estes objetivos e metas foram estabelecidos a fim de alcançar melhorias no panorama da alimentação estudantil, garantido à comunidade acadêmica o direito humano à alimentação adequada e saudável.

2.3.2.3 Programa de bolsas

Com base na lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, o IFSP criou, por meio da Resolução nº 568, de 5 de abril de 2012, o Programa de Bolsas destinado aos discentes regularmente matriculados em cursos ou programas na instituição, mantido com recursos orçamentários próprios. O Programa contempla três modalidades de bolsas: Bolsa de Ensino, Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica e Bolsa de Extensão.

⁸ Entende-se por atividades de EAN as ações educativas com o tema de alimentação e nutrição desenvolvidas pela escola com a finalidade pedagógica, tais como: horta, roda de conversa, palestras, apresentação de alimentos, contação de histórias, oficina culinária, degustação de alimentos, socialização e exploração do cardápio escolar, planejamento e organização do espaço do refeitório, visita a feiras e sacolões e também a inclusão deste tema nos projetos político-pedagógicos dos *campi* (PPP) e projetos pedagógicos de curso (PPC).

Bolsa Discente – Modalidade Ensino

O Programa de Bolsas de Ensino, regulamentado pela Portaria nº 1.254, de 27 de março de 2013, visa apoiar a participação dos discentes em atividades acadêmicas de ensino e de projetos de estudos que contribuam para a formação integral e para o aprimoramento acadêmico e profissional do aluno na sua área de formação. A Bolsa de Ensino oferece ao estudante oportunidade de desenvolver atividades educacionais compatíveis com seu grau de conhecimento e aprendizagem, interagindo com os docentes, por meio de ações pedagógicas relacionadas às disciplinas dos cursos regulares e de apoio aos demais discentes do IFSP.

Cabe a cada *campus* do IFSP destinar bolsas de ensino a serem concedidas aos alunos regularmente matriculados na unidade, definir o quantitativo de bolsistas por área/curso e para os projetos coletivos que envolvem mais de uma disciplina, bem como organizar e divulgar os processos de seleção de projetos e de bolsistas. Além dos projetos ofertados pelos *campi*, a Pró-Reitoria de Ensino fomenta o desenvolvimento de projetos de ensino por meio de editais específicos.

Ações Futuras

Reconhecendo a importância do programa voltado para as Bolsas de Ensino, bem como suas contribuições para a qualidade do processo de ensino e da aprendizagem, é prevista a ampliação do número de bolsas em parceria com os *campi*, além do fomento de editais temáticos viabilizados institucionalmente.

Para um melhor acompanhamento e efetividade do programa, está previsto o desenvolvimento de um módulo no SUAP voltado para Bolsa de Ensino, de modo a possibilitar desde a apresentação dos editais/projetos até a certificação dos professores orientadores e bolsistas, facilitando o acompanhamento das ações realizadas.

Obs.: as demais modalidades de bolsas estão descritas ao longo das seções do PDI.

2.3.2.4 Comissão Interna de Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes (CIPEE)

Compreende-se que as políticas de democratização do acesso devem ser acompanhadas de uma reflexão sobre o atendimento à diversidade, a qualidade de ensino, a permanência e o êxito dos estudantes no percurso formativo. Assim, conforme as orientações do Ministério da Educação, expressas na Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC, de 15 de julho de 2015, e com o objetivo de articular e acompanhar a implementação de políticas institucionais que promovam a permanência e o êxito dos estudantes do IFSP, foi constituída, desde 2015, a Comissão Interna de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes (CIPEE). Composta por gestores de ensino, coordenadores de curso e equipe técnico-pedagógica e de assistência estudantil, entre outros profissionais, a comissão vem buscando compreender os principais fatores que levam a esse evento, bem como estratégias para a superação desse desafio institucional.

À CIPEE compete examinar as taxas de evasão, retenção e conclusão em seu conjunto, organizar a análise dos fatores que levam ao êxito ou à desistência dos cursos e acompanhar em conjunto com os *campi* a implementação de ações relacionadas à permanência e êxito dos estudantes na instituição. Nos *campi*, cabe à Comissão Local de Permanência e Êxito dos Estudantes elaborar diagnósticos qualitativos e quantitativos sobre os cursos ofertados pela unidade, orientar e acompanhar a implementação de ações administrativas e pedagógicas voltadas para a permanência e êxito dos estudantes, monitorar os resultados dessas ações e

propor mecanismos para a sua divulgação.

Ações Futuras

A fim de subsidiar e fortalecer o trabalho da CIPEE e das Comissões Locais, busca-se a construção de orientações para levantamento e análise de dados qualitativos e quantitativos sobre permanência e êxito nos cursos, bem como para a construção, monitoramento e avaliação das ações de intervenções (Plano Estratégico Institucional); o desenvolvimento das funcionalidades do sistema acadêmico visando possibilitar o acompanhamento de toda movimentação acadêmica dos estudantes (transferências, trancamentos, evasão, desligamentos, certificação, integralização, estágio, notas e frequência), bem como a emissão de relatórios.

2.3.2.5 Política de formação continuada de professores do IFSP

Como parte das ações com foco na qualidade do ensino e da aprendizagem e na permanência e êxito dos estudantes, também foi instituída em 2015 a Política de Formação Continuada de Professores do IFSP, por meio da Resolução nº 138, de 08 de dezembro de 2015. A Política constitui-se em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos professores da instituição, estabelecendo a reflexão sobre o trabalho educativo na realidade institucional, sua complexidade e suas necessidades, a resignificação das relações educativas nesta instituição e a valorização dos saberes docentes.

Nessa Política, concebe-se o *campus* como local privilegiado da formação continuada dos professores, considerando o estabelecimento de discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico com base na realidade de trabalho e nas demandas dos docentes e de um processo interativo e reflexivo voltado para a resolução de problemas reais. A formação continuada *in loco* considera, ainda, a colaboração entre os sujeitos envolvidos em um mesmo contexto de trabalho pedagógico, o princípio da ação-reflexão-ação e a construção coletiva de novos saberes para a profissão docente. As ações de formação continuada *in loco* são desenvolvidas pela Equipe de Formação Continuada de cada *campus*, constituída por professores e técnicos-administrativos.

Ações Futuras

Com o intuito de consolidar e ampliar as ações relacionadas à Formação Continuada de Professores no âmbito do IFSP, busca-se o fortalecimento das Equipes de Formação Continuada, por meio da constituição de espaços de troca de experiências, reflexão e construção coletiva de saberes e práticas sobre a formação continuada de professores, bem como a consolidação dos espaços formativos nos *campi*, por meio dos encontros formativos com as equipes locais com foco na constante melhoria do processo de ensino e aprendizagem no contexto educacional.

2.3.3 Organização estudantil

A Organização Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo-IFSP é regida pelas Leis nº 7.395, de 31 de outubro de 1985 e 7.398, de 04 de novembro de 1985 e pelo Regimento-Geral do IFSP, que assegura aos discentes o direito a organização em Centros Acadêmicos, Diretório Acadêmicos, Grêmios Estudantis e Associações Atlética Acadêmicas no âmbito dos *campi* e em um Diretório Central Estudantil em âmbito institucional.

I - Centros Acadêmicos – CA

Os Centros Acadêmicos são representações estudantis de um determinado curso superior, ou grupo de cursos, que têm como objetivo final o diálogo com a Administração do Câmpus e Municipal a fim de garantir uma melhora na qualidade de vida do discente durante toda a sua vida acadêmica.

II - Diretórios Acadêmicos – DA

Os DAs, assim como os Centros Acadêmicos, são representações estudantis de todos os cursos superiores em andamento do campus. Semelhante aos CAs, os Diretórios devem dialogar com as Administrações do Câmpus e Municipal a fim de garantirem benefícios a toda a comunidade acadêmica, representando os estudantes de cada instituição de ensino nos fóruns gerais do movimento estudantil.

III - Grêmios Estudantis – GE

Os GEs são representações dos alunos do ensino técnico de nível médio que possibilitam as discussões sobre os problemas gerais ou específicos das instituições de ensino, desenvolvendo as lutas dos estudantes, assim como promovendo sua interação por meio de atividades culturais e acadêmicas. O grêmio estudantil representa os estudantes de cada campus nos fóruns gerais do movimento estudantil secundarista.

IV - Associação Atlética Acadêmicas – AAA

As AAAs, diferentemente dos outros órgãos, não são órgãos de representação estudantil, mas sim entidades culturais e esportivas. As atléticas são responsáveis pela organização de eventos culturais, como shows, mostras culturais, entre outras coisas e também pelos esportes nos campi, como por exemplo, torneios interclasses, campeonatos esportivos.

V - Diretório Central Estudantil – DCE

O DCE Diretório Central dos Estudantes-DCE é a entidade representativa dos estudantes de uma Instituição de Ensino Superior. O DCE congrega vários Centros Acadêmicos (CAs) em diferentes espaços de discussão e decisão; foi instituído no I - Congresso Estudantil do IFSP, que ocorreu no Campus Avaré em 2022.

Sendo assim, vale ressaltar o entendimento institucional acerca de cada um dos órgãos de participação estudantil como espaço de discussão e disputa, no campo democrático, para a defesa e promoção dos direitos e anseios dos estudantes desta instituição. Como premissa do Movimento Estudantil (ME), as representações devem ser independentes da gestão da Instituição, para que possam ter autonomia para propor suas pautas diante da Gestão da Instituição.

Quadro 9 - Plano de Metas para a Organização estudantil do IFSP - PDI-2024-2028

Eixo Estratégico	Objetivo Estratégico (O que se espera alcançar?)	Indicador (Como medir o progresso?)	Meta (Alvo para 2028)	Setores Responsáveis
Rede de Organizações Estudantis	Fortalecer a articulação e a colaboração entre as diferentes entidades estudantis do IFSP.	Percentual de entidades estudantis existentes mapeadas em banco de dados.	Mapear 100% das entidades existentes até 2025 e manter o cadastro ativo.	PRE, Gabinete e Diretório Central dos Estudantes (DCE)
Diretórios ou Centros Acadêmicos	Ampliar os canais de representação estudantil nos cursos superiores em todos os <i>campi</i> .	Percentual de <i>campi</i> com Diretório Acadêmico (DA) ou Centro Acadêmico (CA) ativo.	Aumentar em 20% o número de DAs e CAs ativos no IFSP.	PRE, Gabinete e <i>Campi</i>
Grêmios Estudantis	Assegurar a representação dos estudantes do Ensino Médio e/ou Técnico em todas as unidades.	Percentual de <i>campi</i> com Ensino Médio/Técnico que possuem Grêmio Estudantil ativo.	80% dos <i>campi</i> com Ensino Médio/Técnico deverão ter um Grêmio Estudantil ativo.	PRE, Gabinete e <i>campi</i>
Atléticas	Fomentar a integração, o esporte e a cultura por meio das Associações Atléticas Acadêmicas.	Percentual de <i>campi</i> que possuem Associação Atlética ativa.	40% dos <i>campi</i> com ensino superior deverão ter uma Associação Atlética ativa.	PRE, Gabinete e <i>campi</i>
Congresso Estudantil do IFSP (CONEST-IFSP)	Consolidar o CONEST-IFSP como a principal instância de debate e deliberação do movimento estudantil.	Periodicidade de realização do CONEST-IFSP.	Realização de uma edição do CONEST-IFSP a cada biênio.	PRE, Gabinete e <i>campi</i>

Fonte: Elaborado PRE.

2.3.4 Estágio

Os estágios fazem parte da Política de Atendimento ao Discente e seu objetivo é o atendimento às diretrizes nacionais que regulamentam a educação básica e superior no que se refere ao desenvolvimento de atividades profissionais supervisionadas, a serem desenvolvidas ao longo do curso, que possibilitem a vivência das práticas educativas em campo.

Ações futuras

Visando ao fomento da política de estágio, pretende-se realizar encontros anuais presenciais/remotos com os setores responsáveis pelo estágio dos *campi* do IFSP, para formação e troca de experiências, além de estabelecer uma rotina comum de procedimentos. Busca-se ainda promover fóruns anuais, com o objetivo de reafirmar a importância do estágio na trajetória e formação do discente, propiciar um ambiente de troca de experiências e estabelecer uma rede de relacionamentos, incluindo o setor produtivo das diversas áreas de atuação dos cursos do IFSP. Por fim, desenvolver atividades com os(as) docentes orientadores de estágio, para aprimorar o cumprimento das atribuições definidas no Regulamento de Estágios do IFSP.

2.4 Política de pesquisa e pós-graduação

2.4.1 Política de pós-graduação

2.4.1.1 Contexto e princípios

Os cursos e programas de pós-graduação do IFSP têm como principal compromisso assegurar um padrão inegociável de qualidade, promovendo a diversidade e com atenção às crescentes demandas da sociedade. Em um cenário de constante mutação no ambiente tecnológico, cultural e organizacional das empresas e organizações, nossos cursos e programas buscam se alinhar a essas transformações para garantir uma formação contínua e aprimoramento técnico excepcionais aos egressos da pós-graduação do IFSP.

A pós-graduação é regida pela Resolução Normativa IFSP nº 04/2021 aplicada para cursos *Lato Sensu* e pela Resolução Normativa IFSP nº 46/2020 aplicada para cursos *Stricto Sensu*. Adicionalmente o IFSP possui normativas complementares que compõem a política de pós-graduação da instituição:

- Instrução Normativa Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação nº 01/2023 que trata dos trâmites internos da pós-graduação;
- Instrução Normativa Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação nº 2/2022, que traz orientações para os cursos de pós-graduação na modalidade educação à distância;
- Portaria IFSP nº 10/2021, apresenta o Regulamento do Programa Professor Sênior;
- Portaria IFSP nº 27/2021, que apresenta a regulamentação para a docência compartilhada no IFSP;
- Resolução IFSP nº 67/2019, dispõe sobre a Mobilidade Docente;
- Resolução IFSP nº 38/2018, dispõe sobre o Estágio de Pós-Doutoramento;
- Resolução IFSP nº 41/2017, apresenta o regulamento para as Ações Afirmativas na pós-graduação;
- Resolução IFSP nº 65/2017, trata do regulamento para a Docência Voluntária na pós-graduação;
- Resolução IFSP nº 159/2014, apresenta o Regulamento da Qualificação para *Stricto Sensu*.

Nossa oferta de cursos reflete as concepções contemporâneas de aprendizado contínuo e distribuição equitativa do conhecimento, princípios fundamentais de uma instituição educacional pública e inclusiva. Esses princípios orientam diversas esferas de atuação, profissional e acadêmica.

A busca pela pós-graduação surge de forma natural como um desdobramento da formação universitária, especialmente diante do constante avanço do conhecimento em todas as áreas da atividade humana. Esse progresso transcende a esfera puramente instrumental, apoiado no desenvolvimento técnico, para englobar a valorização da ciência como um meio de emancipação individual e crescimento social. Em um contexto em que a aprendizagem contínua é essencial para superar desafios pessoais e profissionais, os cursos de pós-graduação se destacam como uma ferramenta eficaz para ampliar competências.

A pós-graduação do IFSP tem como objetivos primordiais o aprimoramento técnico, a capacidade de resolver problemas práticos e teóricos, métodos de pesquisa tanto pura quanto aplicada, a geração de tecnologia para o trabalho e a atualização constante do diálogo acadêmico. Esses propósitos convergem para criar um aprimoramento pessoal e profissional de excelência, promovendo um desenvolvimento científico alinhado com as necessidades da sociedade e do indivíduo, sejam elas de ordem econômica, social ou cultural.

Também em nível de pós-graduação, o IFSP tem compromisso com a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática e para a educação profissional. A oferta de cursos e programas voltados a este público se alinha às metas do Plano Nacional de Educação, em particular à meta 16, que visa assegurar que ao menos a metade dos professores da educação básica, no Brasil, sejam formados em nível de pós-graduação, garantindo a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Diante desses princípios, o IFSP se dedica a oferecer programas de pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, visando assegurar que uma ampla gama de setores de trabalho possa se beneficiar desse nível de formação avançada. São princípios dos cursos e programas de pós-graduação do IFSP:

1. Excelência Acadêmica e Técnica: O compromisso com a oferta de programas de pós-graduação que se destaquem pela excelência acadêmica e técnica, assegurando uma formação de alto nível para nossos estudantes.

2. Adaptação às Mudanças: A atenção às transformações no ambiente tecnológico, cultural e organizacional, ajustando constantemente nossos cursos para atender às demandas emergentes da sociedade e considerando o arranjo produtivo local/regional.

3. Inovação e Pesquisa: A promoção da pesquisa inovadora como parte intrínseca da pós-graduação, incentivando nossos estudantes a explorar novas fronteiras do conhecimento em suas respectivas áreas de estudo e considerando seu universo profissional.

4. Diversidade e Inclusão: A preocupação em promover uma educação equitativa, que valorize a diversidade de perspectivas, experiências e origens em nossos cursos e programas de pós-graduação, criando um ambiente inclusivo e plural, que enriquece o processo de aprendizado e pesquisa.

5. Aplicabilidade Prática: A busca pela dimensão teórico-prática da pesquisa desenvolvida em nossos programas e cursos de pós-graduação, capacitando nossos estudantes a resolver desafios do mundo real, equacionando e aplicando o conhecimento elaborado.

6. Interdisciplinaridade: O estímulo e a colaboração interdisciplinar entre diferentes áreas de conhecimento e campos de pesquisa, visando à formação de profissionais com uma visão ampla e integrada.

7. Interação com a Sociedade: O estabelecimento de conexões sólidas com a sociedade por meio de parcerias com empresas, instituições e comunidades locais e regionais, garantindo que nossos cursos compreendam suas demandas e as contemplem em seus objetos de investigação.

8. Aprendizado Contínuo: O incentivo à busca constante pelo aprendizado ao longo da vida, proporcionando aos nossos estudantes as ferramentas necessárias para se manterem atualizados em suas áreas de atuação e campo de investigação, com engajamento em novas investigações.

9. Ética e Responsabilidade: O primor pela conduta ética e pela responsabilidade social em nossa pós-graduação, formando profissionais pesquisadores que contribuam positivamente para a sociedade e a comunidade em geral.

2.4.1.2 Políticas de desenvolvimento da pós-graduação

No contexto da pós-graduação do IFSP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo), é essencial definir políticas de desenvolvimento que fortaleçam os

curso *Lato Sensu* (especializações) e os programas *Stricto Sensu* (mestrados e doutorados). Essas políticas visam garantir a qualidade, relevância e impacto dos programas de pós-graduação, contribuindo para a formação de profissionais altamente qualificados e para o avanço do conhecimento em suas respectivas áreas. São políticas instituídas para a pós-graduação do IFSP:

1. Adequação às Demandas do Mundo do Trabalho: Desenvolver cursos que atendam às demandas do mundo do trabalho, identificando áreas de crescimento e necessidades de atualização profissional.

2. Qualificação do Corpo Docente: Garantir que os docentes possuam formação acadêmica e experiência prática na área de atuação do curso. O IFSP oferece diversos programas e incentivos para qualificação, a fim de proporcionar a constante atualização do corpo docente, por meio das políticas de desenvolvimento de pessoal, para que o corpo docente tenha reconhecida sua competência na área, com produção científica relevante. Assim como reconhecer o compromisso de viabilizar meios para que os docentes vinculados e credenciados em programas de pós-graduação possam dedicar-se às práticas de pesquisa e orientação.

3. Inovação Pedagógica: Utilizar metodologias de ensino inovadoras, como estudos de caso, aprendizado prático e atividades colaborativas, por exemplo.

4. Avaliação Contínua: Realizar avaliações periódicas dos cursos com base nas opiniões dos alunos, no acompanhamento de egressos e nas diretrizes definidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de nível Superior (CAPES) e pelos próprios programas, fomentando a atuação de suas comissões de autoavaliação.

5. Parcerias com instituições públicas e privadas: Em consonância com a Lei de Criação dos Institutos Federais, Lei nº 11.892/2008 e com o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, promover políticas e normativas que facilitem a realização de parcerias com instituições públicas e privadas na execução de projetos cooperativos nas mais diversas áreas, estágios e na geração de oportunidades de emprego para os estudantes da pós-graduação.

6. Promoção de Eventos e Divulgação Científica: Promover eventos científicos, palestras e encontros para incentivar a criação de redes de contatos entre os alunos da pós-graduação e profissionais das diversas áreas do conhecimento, assim como incentivar a Produção Científica e Técnica de docentes, discentes e técnicos administrativos por meio das publicações de anais, revistas científicas, livros e coletâneas com resultados de pesquisa gerados na pós-graduação.

7. Infraestrutura: É papel da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação estabelecer meios, competências e habilidades no desenvolvimento de pessoal para apoiar a captação de recursos junto a órgãos e agências de fomento no âmbito nacional e internacional com vistas a implantação e melhoria de laboratórios, bibliotecas e recursos tecnológicos que auxiliem no processo de aprendizado dos alunos de pós-graduação.

8. Diversidade e Inclusão: Por meio das ações afirmativas, na perspectiva da inclusiva e equitativa, com respeito à diversidade étnica, sociocultural e econômica, promover a igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

9. Pesquisa e Produção Técnica Qualificadas: Fomentar a pesquisa de alta qualidade, incentivando a produção de conhecimento original e relevante, por meio de investimentos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação na capacitação de docentes e discentes em busca de fomento externo, no apoio financeiro para participação de eventos científicos de alto impacto e na valorização dos resultados obtidos em pesquisas junto aos cursos e programas de pós-graduação. Considerando as finalidades e características atribuídas pelos artigos 6º e

7º da Lei 11.892/2008 e as avaliações realizadas pelo MEC, estimular as produções técnicas torna-se uma importante política institucional.

10. Apoio à Internacionalização: Estimular a participação de docentes e discentes em projetos de pesquisa, colaborações em grupos de pesquisa, em eventos internacionais, intercâmbios e colaborações com instituições de renome global.

11. Vínculo com a Sociedade: Estabelecer políticas que favoreçam as conexões entre as pesquisas realizadas e as demandas da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional gerando impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa ou curso, assim como impacto econômico, social e cultural.

12. Apoio ao Planejamento Estratégico: Apoiar os cursos e programas em seus Planejamentos Estratégicos, de forma que possam se organizar para permanente avaliação e prospecção de ações e cursos futuros, por exemplo, com oferta de doutorado (acadêmico e profissional).

13. Autoavaliação: Estabelecer processos, procedimentos e resultados da autoavaliação dos programas e cursos, com foco na formação discente e produção intelectual capazes de instruir melhorias contínuas, incentivar novas oportunidades e estabelecer padrões mínimos de qualidade.

2.4.1 Política de pesquisa

O IFSP busca desenvolver a pesquisa científica e tecnológica, articulando com atividades de ensino, extensão e inovação, e corroborando iniciativas que visam contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico e/ou que atendam às demandas dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. As diretrizes para as atividades de pesquisa são estabelecidas pela Resolução IFSP nº 81/2018. O IFSP tem fomentado diversos programas e projetos de interesse público, por meio da pesquisa básica ou aplicada, e do desenvolvimento científico e tecnológico. O principal programa de fomento à pesquisa em nível de iniciação científica e tecnológica é realizado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (PIBIFSP), regulamentado pela Portaria Normativa IFSP nº 34/2022 que, dentre outros objetivos, visa despertar a vocação científica dos(as) estudantes, contribuir para a formação e inserção de estudantes nas atividades de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e inovação, além de contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, ampliando o acesso e a integração do estudante à cultura científica, visando o fortalecimento da capacidade inovadora do País. Ainda em nível de iniciação científica e tecnológica, o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (PIVICT), regulamentado pela Portaria Normativa IFSP nº 35/2022, permite que qualquer estudante do ensino médio ou de graduação possa desenvolver um projeto de iniciação científica e tecnológica, com os mesmos objetivos do PIBIFSP, mas de maneira voluntária. Em consonância com as políticas do IFSP, tanto o PIBIFSP quanto o PIVICT também buscam contribuir para a construção de práticas antirracistas, antissexistas e anticapacitistas, vedando qualquer restrição quanto à raça, gênero, ideologia ou convicção religiosa.

Além dos programas institucionais de fomento e incentivo à Pesquisa, o IFSP operacionaliza a cotas de bolsas do CNPq no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM).

Especialmente o PIBIC-AF dialoga com a Política de Ações Afirmativas do IFSP e, além da cota do CNPq, recebe uma complementação de bolsas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, oportunizando aos alunos beneficiários dessa política a participação em atividades de iniciação científica.

Da mesma forma, a política de Pesquisa no IFSP articula com as Pró-Reitorias, diretorias sistêmicas e núcleos, a fim de promover a construção de conhecimentos socialmente relevantes que contribuam com os ideais de promoção e valorização da diversidade e consolidação das ações afirmativas propostas pela a instituição. A mesma atuação articulada é observada no âmbito das dimensões de sustentabilidade e responsabilidades: social, ambiental e econômica.

Com vistas à expansão da Pesquisa Científica e Tecnológica, a política de Pesquisa também baseia suas ações com foco no financiamento e estímulo à Pesquisa, fomentando a colaboração em rede, o fortalecimento dos grupos de pesquisa e, conseqüentemente, a expansão da pesquisa no IFSP.

Visando ao fortalecimento e o desenvolvimento de pesquisas concernentes à missão e à corroboração dos eixos tecnológicos institucionais, a política de consolidação dos grupos de pesquisa e de colaboração em rede torna-se imprescindível para integração de pesquisadores produtivos em torno de temáticas de interesse comum na difusão do conhecimento produzido tanto no âmbito do IFSP quanto na sua disseminação para a sociedade. Essa ação é regulamentada pela Portaria do IFSP nº 3.815/2018, e estabelece as condições e diretrizes para a criação, certificação, manutenção e acompanhamento das atividades dos grupos de pesquisa no âmbito do IFSP.

Tal fortalecimento é incentivado por meio do Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFSP (PIPECT), regulamentado pela Resolução IFSP nº 41/2014, que viabiliza a participação dos pesquisadores em eventos científicos e tecnológicos na divulgação da pesquisa desenvolvida no IFSP e sua publicação em periódicos ou anais de eventos, a interação e a colaboração com pesquisadores de outras instituições em temáticas comuns, e a disseminação e aplicação dos produtos da pesquisa interdisciplinar e transdisciplinar desenvolvida.

Programa semelhante, mas destinado à estudantes do IFSP é o Programa Institucional de Auxílio à Participação de Discentes em Eventos (PIPDE), regulamentado pela Resolução IFSP nº 21/2023, que viabiliza a participação dos estudantes em eventos de âmbito nacional ou internacional, visando à divulgação das produções científica, tecnológica e artística, das atividades desportivas e de outras ações do IFSP, contribuindo para a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão, melhoria no desempenho discente, troca de experiência entre discentes do IFSP e de outras instituições, entre outros.

No âmbito do financiamento e desenvolvimento da pesquisa científica ou aplicada, o IFSP conta com uma diversidade de formas de captação de recursos externos realizados por meio de agências ou órgãos de fomento à pesquisa, à inovação ou ao desenvolvimento tecnológico, nacionais ou estrangeiros, ou por meio de parcerias com instituições públicas, privadas ou de capital misto, nacionais ou estrangeiras. Estas atividades estão regulamentadas pela Resolução IFSP nº 81/2018, que define as diretrizes para as atividades de pesquisa e o regulamento para os projetos com financiamento interno ou externo do IFSP.

Como ações para o fortalecimento da Pesquisa e Pós-graduação e a busca por talentos externos, o IFSP tem instituído o Programa Professor(a) Sênior e o Programa Pesquisador Colaborador. O Programa Professor(a) Sênior, regulamentado pela Portaria Normativa IFSP nº 10/2021, autoriza a prestação de serviços de pessoas externas ao IFSP, em caráter voluntário,

para a realização de atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão ou Inovação. Já o Programa Pesquisador Colaborador, instituído pela Portaria Normativa IFSP nº 7/2021, cria meios para que um pesquisador colaborador bolsista ou voluntário, externo ao IFSP, possa desenvolver pesquisas alinhadas com as atividades de um grupo de pesquisa, supervisionado por um servidor do IFSP.

Já, as ações para a disseminação da informação científica realizadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação são articuladas, entre outras, pelo Congresso de Pós-graduação do IFSP (CONPOG) e pelo Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia (CONICT) que promovem a difusão da produção científica e tecnológica por meio de apresentações orais, pôsteres de trabalhos apresentados pelos estudantes do IFSP, além de mesa redonda e grupos de discussão com personalidades e atores da Pesquisa e Pós-graduação.

Como estratégia de melhoria contínua da política de Pesquisa, as resoluções e portarias que regulamentam as atividades de pesquisa no IFSP passam por revisões contínuas. O resultado das ações e dos programas são monitorados pela Diretoria de Pesquisa e servem como fonte para a definição dos objetivos estratégicos para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

2.5 Política de extensão

A Lei nº 11.892/2008, ao equiparar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia às Universidades, estabelece que a Extensão é atividade finalística de seu fazer pedagógico, configurando-a como atividade pautada no princípio da indissociabilidade entre Extensão, Pesquisa e Ensino, conforme preconizado no Art. nº 207 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Assim, apreender a Extensão como parte constitutiva do processo pedagógico implica assumir institucionalmente o desafio de desenvolver a educação integral, compreendendo a concepção da Extensão em suas mais diferentes manifestações acadêmicas. Salienta-se ainda que conceber a Extensão como atividade finalística dos Institutos Federais assume uma dimensão especial já que integra educação básica e ensino superior, configurando uma Instituição com missão dialética entre o particular e o universal.

Ao analisar essas concepções, o Fórum de Pró-reitores da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica (FORPROEXT) pauta-se pela compreensão de que a Extensão é uma dimensão educativa, baseada na dialogicidade entre os agentes internos da instituição (docentes, técnicos administrativos e estudantes) e os agentes externos da sociedade. Para o FORPROEXT, a troca de saberes é basilar na concepção de Extensão que tem “como pressuposto a interação dialógica e transformadora com a sociedade, em articulação com o ensino e a pesquisa, contribuindo para o processo formativo do educando. Envolve necessariamente a comunidade externa” (FORPROEXT, 2015).

A elaboração conceitual desenvolvida pelo FORPROEXT está em consonância com os objetivos da lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), reconhecendo seu papel estratégico no fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Por meio da Extensão, os Institutos Federais devem garantir a articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, contribuindo para a formação profissional, a “geração de trabalho e renda e a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (Brasil, 2008). A Política Nacional de Extensão estabelece como diretrizes a interação dialógica, a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade, a indissociabilidade Extensão, Pesquisa e Ensino, o impacto na formação do estudante e o impacto na transformação social (FORPROEXT, 2012). As relações orgânicas com a sociedade são privilegiadas no marco regulatório da Extensão no

Brasil: a Resolução nº 7/2018 da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Assim, é enfatizado o papel da Extensão como ponte de diálogo entre instituições de educação e outros setores sociais, propiciando a criação de espaços privilegiados de vivências e de trocas de saberes, a reflexão crítica dos envolvidos e a construção de novos conhecimentos, bem como o desenvolvimento socioeconômico, equitativo e sustentável local e regional. Por promover a verticalização da educação, nos Institutos Federais, essa perspectiva é espalhada para a Educação Básica, possibilitando que estudantes de nível médio já atuem com protagonismo em ações de Extensão.

A Extensão se materializa por ações como programas, projetos, cursos de extensão, eventos e prestações de serviço, desenvolvidas em áreas temáticas que refletem seu caráter interdisciplinar: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho. Desse modo, além de envolver a sociedade e o protagonismo dos estudantes participantes, essas ações contemplam os desafios sociais contemporâneos tais como a diversidade cultural, e contribuem para a democratização de debates e da produção de conhecimentos amplos e plurais no âmbito da educação profissional, pública e estatal. Apesar dos desafios enfrentados nos últimos 4 anos de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) anterior, como a pandemia de COVID-19, a qual veio acompanhada do isolamento social, dificultando a execução de ações que envolviam a comunidade externa de forma direta, e os contingenciamentos orçamentários provocados pela Emenda Constitucional 95/2016, o IFSP concentrou esforços para manter e executar programas e ações extensionistas sem comprometer o atendimento à comunidade e a qualidade do trabalho da Extensão.

Além disso, nesse período, a instituição realizou reestruturações na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PRX), com redistribuição de atribuições e incorporação de novas frentes, como a Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) em 2023.

Antes disso, desde junho de 2021, a Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia do IFSP (Inova) passou a ser a gestora das ações envolvendo Empresas Juniores. Em novembro de 2022, o acompanhamento de egressos, até então realizado pela PRX por meio do Comitê Permanente de Acompanhamento de Egressos, passou a ser coordenado pela Diretoria de Assuntos Estudantis (Daest), após a aprovação da Política de Acompanhamento de Egressos (PAEg).

Destaca-se também em 2023, a incorporação do termo “Cultura” na nomenclatura da PRX, passando a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Essa alteração veio em um momento propício, justamente quando houve a recriação do Ministério da Cultura (MinC), o qual havia sido extinto em 2016 e novamente em 2018, após a reversão da decisão de 2016 por conta da mobilização da sociedade civil, artistas e intelectuais. À extinção do MinC seguiu-se um período de abandono, sem leis de incentivo à cultura, e com o apagamento da pluralidade cultural do país.

A valorização da Cultura está atrelada à defesa da democracia e à promoção da diversidade, reconhecendo-a como eixo transversal às políticas institucionais. Entendendo que não é possível Educação sem Cultura, assim como a qualidade de vida depende do esporte, lazer e atividades culturais, a mudança de nome da PRX para Pró-Reitoria de Extensão e Cultura reflete essa ampliação de escopo e compromisso institucional com uma formação integral, inclusiva e cidadã.

Dessa forma, a Extensão no IFSP é entendida como prática essencial e integradora, visando à criação de práticas pedagógicas que contemplam sua indissociabilidade com a

Pesquisa e o Ensino. Ressalta-se ainda a Extensão como promotora de diálogo e produção coletiva de conhecimento, sendo, portanto, elemento constituinte da identidade institucional e ferramenta estratégica para a transformação social. Nesse sentido, considerando todo o exposto, são apresentadas as diretrizes da Extensão do IFSP:

2.5.1 Programa desenvolvimento extensionista

- articulação das atividades extensionista com o Ensino e a Pesquisa, garantindo assim a indissociabilidade entre esses três aspectos fundamentais para formação integral do estudante;
- promoção de um currículo que dialogue com as realidades sociais, culturais, econômicas e ambientais das comunidades atendidas, favorecendo a transdisciplinaridade e buscando romper com uma organização curricular, centrada em componentes curriculares a serem desenvolvidos apenas no âmbito da sala de aula;
- alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dos quais se destaca o ODS 4 (Educação de Qualidade), mas também contemplando outros como igualdade de gênero (ODS 5), trabalho decente (ODS 8), redução das desigualdades (ODS 10) e cidades sustentáveis (ODS 11);
- criação de mecanismos para promover o desenvolvimento de programas e projetos de extensão que respondam às demandas sociais e valorizem os saberes populares e comunitários;
- consolidação e fortalecimento das Coordenadorias de Extensão (CEX) dos *campi* do IFSP com ênfase na formação continuada dos gestores;
- estabelecimento do **Programa de Consolidação da Extensão** visando difundir as diretrizes e conceitos extensionistas do IFSP por meio da atualização dos documentos institucionais e da formação em gestão da Extensão, e assegurando a participação da comunidade acadêmica e o alinhamento com as demais áreas institucionais;
- consolidação do **Programa Curricularização da Extensão** com o objetivo de apoiar a implementação, no acompanhamento e na avaliação da Curricularização da extensão nos cursos de graduação dos *campi* do IFSP, possibilitando que as experiências extensionistas contribuam para o processo formativo dos estudantes em todas as áreas do conhecimento;
- criação do **Programa Extensão na Educação Básica** a fim de estabelecer um espaço institucional para reflexão e produção acerca da verticalização e da indissociabilidade por meio da ampliação da participação de discentes da Educação Básica do IFSP em programas e projetos de Extensão, estimulando a formalização de parcerias com escolas públicas e Secretarias de Educação;
- consolidação do **Programa Cursinhos do IFSP** por meio do desenvolvimento de projetos de Cursinhos Populares e Preparatórios com o objetivo de contribuir para a formação acadêmica e cultural de jovens e adultos oriundos da rede pública de ensino e/ou em situação de vulnerabilidade social.

2.5.2 Programa institucional cultura extensionista

- estruturação e fortalecimento de ações já desenvolvidas pela PRX que, em linhas gerais, têm o objetivo de socializar e divulgar experiências extensionistas;
- alinhamento com o ODS 4, Educação de qualidade, bem como com o ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes;
- estabelecimento e sistematização de programas que viabilizem o fortalecimento da cultura extensionista: o **Programa Vivência e Socialização Extensionista**; o **Programa**

Extensão e Comunicação e o Programa de Formação em Extensão, envolvendo diferentes atores tais como servidores, docentes e técnico-administrativos, estudantes e representantes da sociedade, a fim de democratizar os mecanismos institucionais de desenvolvimento da Extensão e promover a articulação de todos os envolvidos no planejamento das ações;

- criação de mecanismos ou estratégias institucionais que incentivem e viabilizem a aproximação e articulação de atividades extensionistas (programas, projetos, cursos, eventos) desenvolvidas em diferentes *campi* que possuam temáticas semelhantes ou que estejam alinhadas a eixos comuns, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs).

2.5.3 Programa de formação profissional e cidadã

- formação profissional e cidadã com o aperfeiçoamento da estrutura curricular dos Cursos de Extensão (Livres e de Formação Inicial e Continuada - FIC) ofertados pelos *campi* e com o estabelecimento de procedimentos para gestão da oferta desses cursos;

- ampliação do acesso à educação profissional e à qualificação da população em situação de vulnerabilidade social que reside no Estado de São Paulo, no entorno em que os *campi* estão inseridos, possibilitando a implantação e execução dos seguintes projetos: Projeto Currículos de Referência em Extensão; Projeto Gestão e Normatização da Qualificação Profissional e Programa Mulheres do IFSP.

2.5.4 Programa cultura, tecnologia e sociedade

- renovação do compromisso de tornar nossa instituição um espaço de produção e promoção de uma linguagem artístico-cultural, técnico-científica e educacional pautadas na amplitude de respeito e na valorização da Diversidade e dos Direitos Humanos;

- mediação entre conhecimento científico (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real);

- desenvolvimento de ações diversificadas e pautadas no diálogo intercultural e coletividades, integrando conhecimentos e suas múltiplas dimensões: social, artístico-cultural, técnico-científica, econômico-produtiva, entre outras, conforme as necessidades do arranjo produtivo local e regional.

2.5.5 Programa sustentabilidade

- estabelecimento de critérios e práticas para a promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável por meio das contratações realizadas pela Administração Pública, conforme previsto no Decreto nº 7.746/2012;

- articulação das ações da instituição com a Agenda 2030;

- gestão articulada da Sustentabilidade com o apoio às comissões dos *campi*, visando a mudança da cultura institucional e a integração da instituição às dimensões da sustentabilidade (Meio Ambiente, Sociedade e Economia);

- elaboração e implementação de Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS), em parceria com as outras pró-reitorias e *campi*, assim como de normas e procedimentos internos relacionados às questões de responsabilidade socioambiental;

- desenvolvimento de práticas para a formação de consciência ambiental atrelado ao ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável a partir da inserção da comunidade interna em ações e projetos na área de Agroecologia;

- ampliação dos conhecimentos e práticas de economia solidária junto à comunidade, visando ao empreendedorismo, ao cooperativismo, à produção e à transferência de tecnologias sociais, bem como ao desenvolvimento de processos educativos voltados à

geração de trabalho e renda;

- apoio aos *campi* no processo de incubação de empreendimentos econômicos e solidários.

2.5.6 Programa mundo do trabalho

- oferta de uma educação profissional e tecnológica atrelada às competências técnicas, gerenciais e empreendedoras exigidas no mundo do trabalho;

- desenvolvimento de programas de aprendizagem profissional orientados pela instituição em parceria com as empresas contratantes e ampliação dos programas já existentes;

- prestação de serviços a empreendimentos solidários e econômicos, em especial às micro e pequenas empresas, para a elaboração de diagnóstico, a utilização de metodologias já reconhecidas e validadas pela comunidade acadêmica e a proposição de soluções simples e de baixo custo (Isaac *et al.*, 2012).

2.5.7 Política de internacionalização do IFSP

- desenvolvimento da internacionalização desde uma perspectiva abrangente, sendo um instrumento de reconhecimento e valorização de saberes locais e globais e um recurso de potencialização das vocações institucionais;

- desenvolvimento da internacionalização sustentável a partir de modelo de implementação de projetos de cooperação internacional como uma forma de estrategicamente gerar mais engajamento e impacto a partir dos trabalhos desenvolvidos;

- promoção de intercâmbio de conhecimento cultural, estimulando a valorização da diversidade e dos conhecimentos plurais;

- incremento do ensino de línguas estrangeiras com a implementação de centros de línguas no IFSP, bem como do ensino de Português como Língua Adicional (PLA);

- criação de políticas inclusivas que viabilizem o acolhimento, a formação e a integração de imigrantes e refugiados;

- estruturação organizacional e financeira na ARINTER;

- desenvolvimento de estratégias para garantir a ampla divulgação das ações, projetos e experiências de internacionalização junto à comunidade acadêmica, utilizando formatos criativos e acessíveis.

2.6 Política de inovação

Os conceitos de inovação abrangem aspectos que permeiam diversas esferas do conhecimento, sendo um tópico extremamente abrangente e em constante discussão e evolução, seja no meio acadêmico, legal, social, ou por meio de políticas públicas, entre outros itens. Dessa forma, falar sobre política de inovação no âmbito do IFSP é também perpassar, ainda que de forma resumida neste PDI, por estas áreas de conhecimento e buscar aplicar tanto aquilo que a força da lei nos obriga quanto também procurar formas de ir além no desafio de implementar políticas inovadoras dentro da instituição.

Para início, é fundamental entender quais são os conceitos básicos que definem o que é inovação. O Manual de Oslo, publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e uma das principais referências para pesquisas na área de inovação, traz a seguinte definição: “Uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método

de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas”.

Dentro do âmbito legal, matéria norteadora das ações que o IFSP deve implementar em suas políticas institucionais, tais como este PDI, a inovação é claramente definida pela Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, conhecida popularmente como Lei de Inovação, em seu Art. 2º, inciso IV:

Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho. (Brasil, 2004).

Um dos mais relevantes e recentes marcos temporais para o ecossistema de inovação ocorreu no ano de 2015, por meio da promulgação da Emenda Constitucional nº 85. Esta EC estabeleceu o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), modernizando o texto constitucional, e trouxe ao Estado o dever de ser indutor de políticas públicas para o estímulo à inovação.

Uma das medidas que avançou devido aos preceitos da Emenda Constitucional nº 85/2015 foi a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, também conhecida como Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Ela atualizou um conjunto de leis vigentes sobre o tema, em especial a previamente citada Lei nº 10.973/2004, de forma a buscar melhores práticas de promoção e governança pública nas políticas de inovação.

Conforme apontado no PDI do exercício anterior, uma das medidas apresentadas pelo Marco Legal de CT&I foi a obrigatoriedade de instituição de política de inovação dentro das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs). No âmbito do IFSP, foi realizada a formação de uma Comissão, por meio da Portaria nº 1.493, de 14 de maio de 2018, e, posteriormente, substituída pela Portaria nº 3.490, de 30 de setembro de 2020, cujos membros foram responsáveis pela elaboração dessa política de inovação.

Os trabalhos da Comissão de Elaboração de Política de Inovação consistiam em:

- I. Entendimento da legislação pertinente.
- II. Mapeamento dos pontos da legislação que exige regulamentação via Política de Inovação, resultando em um Mapa Mental.
- III. Entendimento e estudo sobre políticas de inovação de outras instituições.
- IV. Entendimento sobre as regulamentações já criadas no IFSP.
- V. Elaboração da minuta com a proposta de Política de Inovação do IFSP.
- VI. Disponibilização para Consulta Pública de 10/12/2020 a 05/02/2021.
- VII. Consolidação das sugestões.
- VIII. Submissão para parecer da Procuradoria Federal.

Após a realização das atividades estabelecidas pela portaria, a comissão apresentou o texto à comunidade por intermédio de apreciação ao Conselho Superior do IFSP. Em regime de votação, os Conselheiros aprovaram o texto da Política de Inovação do IFSP, que hoje encontra-se vigente pela Resolução IFSP nº 92/2021, de 6 de abril de 2021.

Com este novo marco, o IFSP, além de atender à exigência que a legislação lhe impõe, atende à demanda da sociedade em agir como promotor de políticas públicas de inovação. Essa atuação fica evidente por meio da referida Política de Inovação, em especial no que se estabelece em seus artigos 3º e 4º, cujos termos estão transcritos abaixo:

Art. 3º Constituem diretrizes gerais da Política de Inovação do IFSP:

I - Apoiar e incentivar os pesquisadores na realização de pesquisa, desenvolvimento e extensão voltados à inovação por meio de mecanismos de estímulo próprios e captação externa;

II - Incentivar a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento, inovação, extensão e prestação de serviços junto ao ambiente produtivo e social local, regional ou nacional, contribuindo para a geração de conhecimento, para o desenvolvimento econômico e social, e para a formação e empregabilidade dos estudantes.

III - Estruturar a gestão da propriedade intelectual do IFSP, incentivando o registro junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial com finalidade na transferência de tecnologia.

IV - Promover a cultura e a prática da inovação, empreendedorismo, gestão da inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual.

V - Incentivar o estabelecimento de parcerias para desenvolvimento de tecnologias com empresas, outras entidades e inventores independentes.

VI - Criar, implantar e consolidar ambientes promotores da inovação, como forma de potencializar a atuação do IFSP no desenvolvimento científico e tecnológico, no apoio à criação e ao desenvolvimento de novos empreendimentos, e na interação com as instituições públicas e privadas.

VII - Incentivar a capacitação de servidores e discentes do IFSP em temas associados com esta política com ênfase em empreendedorismo, gestão da inovação, desenvolvimento e transferência de tecnologia e propriedade intelectual.

VIII - Buscar maior interação do IFSP com os atores do sistema nacional e regional de ciência, tecnologia e inovação.

IX - Zelar para que as ações do IFSP relacionadas à política de inovação sejam realizadas de forma ética, respeitando a legislação e regulamentações vigentes.

X - Incentivar a internacionalização do IFSP para atividades relacionadas com ciência, tecnologia e inovação.

Art. 4º Constituem objetivos gerais da Política de Inovação do IFSP:

I – Contribuir para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP.

II – Melhorar os indicadores do IFSP em pesquisa, extensão, inovação e transferência de tecnologia.

III – Contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional, por meio da transferência de tecnologia e de projetos que visem inovação em instituições públicas e privadas ou na sociedade civil organizada.

IV – Estimular a criação, estruturação e crescimento de empresas e empreendimentos sociais que possam gerar emprego, renda e disseminação de tecnologias, visando contribuir com o meio ambiente e a qualidade de vida da sociedade.

V – Contribuir para formação, permanência e êxito dos estudantes, envolvendo-os nos projetos que sejam aplicados por instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil.

VI – Facilitar processos voltados para inovação e empreendedorismo.

VII – Estimular a criação e a manutenção de laboratórios de pesquisa voltados à inovação nos *campi* do IFSP.

Com as bases legais estabelecidas e as práticas implementadas nos 6 (seis) anos de existência da Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia do IFSP, os desafios desta política estão em torno de viabilizar estratégias e ferramentas para enfrentar as mudanças dinâmicas e imprevisíveis do mundo frágil, ansioso, não-linear e incompreensível / *Brittle, Anxious, Non-linear, Incomprehensible* (BANI), além da disseminação contínua das possibilidades institucionais abertas com a implementação dessas normas. Nesse contexto global, caracterizado por crescente incerteza e volatilidade, reconhecemos a necessidade de adotar uma abordagem ágil e adaptável para manter a relevância e a eficácia de nossa instituição perante o território em que está inserida e com a qual possui dever institucional de atender.

Manter e ampliar parcerias estratégicas e incentivar a pesquisa aplicada com empresas, instituições de pesquisa e outras organizações será cada vez mais a pauta do dia a dia, pois ao promover essas ações, oportunizamos, para servidores e estudantes, o engajamento em projetos inovadores, formação avançada em áreas na fronteira do conhecimento e a criação de oportunidades de inserção no mundo do trabalho e a opção de desenvolvimento do comportamento empreendedor. Essas parcerias estratégicas nos ajudarão a manter nossos programas atualizados e relevantes.

Ao adotarmos uma abordagem ágil e centrada no desenvolvimento e interação com o território, estaremos preparados para enfrentar as mudanças imprevisíveis do mundo BANI. Continuaremos a buscar a excelência nos programas institucionais e na formação de nossos pesquisadores e estudantes, garantindo que eles estejam bem equipados para prosperar em um ambiente de constante transformação.

Assim, para o próximo ciclo de desenvolvimento institucional a área buscará ativamente dialogar com os demais setores da instituição, sempre estimulando a flexibilidade de atividades e processos, ambidestria institucional, transformação digital e antifragilidade no desenvolvimento do quadro de pessoal.

2.7 Política de ações afirmativas

2.7.1 Trajetória das ações afirmativas no IFSP

Os Institutos Federais, e o IFSP em particular, consolidam-se como instrumentos públicos essenciais para a democratização do acesso à educação, visando uma formação crítica e transformadora para o mundo do trabalho. O notório êxito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica faz com que o processo de democratização do acesso e de permanência nas instituições comprometa-se com a garantia de permitir a participação de grupos socialmente marginalizados no país. Nesse sentido, é fundamental que a instituição tenha um conjunto de ações que garantam que a existência de tais grupos seja representativa e participativa. Pensar a estruturação de uma política, voltada à inclusão e ao respeito às diferenças, passa, necessariamente, por uma prática reflexiva sobre as extremas e históricas desigualdades de oportunidades educacionais que caracterizam o país.

Diante desse aspecto histórico-social, o Instituto Federal de São Paulo, alinhado com o cumprimento de sua função social, vem empreendendo um conjunto de ações nos últimos Projetos de Desenvolvimento Institucionais. Dessas ações pode-se destacar a criação dos Núcleos de Estudos e Apoio, bem como da Comissão de Organização da Política de Ações Afirmativas, instituída pela Portaria nº 1.989, de 29 de maio de 2017, cujo papel foi de levantar, compilar e analisar os documentos, legislações e procedimentos relacionados às ações afirmativas já estabelecidas no instituto e as demandas ainda não regulamentadas. Para

dar continuidade ao trabalho, em especial à continuação da elaboração da minuta das Ações Afirmativas, foi instituída a comissão por meio da Portaria do IFSP nº 554, de 22 de fevereiro de 2018.

Tal percurso institucional dialoga com as demandas políticas do país e com os desafios que têm sido construídos acerca do acompanhamento da implementação de políticas afirmativas. Nesse sentido, vale o destaque que o período compreendido pelo último PDI (2019-2023) foi marcado pelos processos de implantação e implementação de leis de ações afirmativas já existentes anterior ao ciclo, como, por exemplo, o aumento da participação dos grupos discriminados em determinadas áreas no mundo do trabalho ou no acesso à educação por meio de cotas; concessão de bolsas de estudo; prioridade em empréstimos e contratos públicos; medidas de proteção diferenciada para grupos ameaçados, bem como por processos que trataram de novas leis e decretos que tiveram como objetivo a consolidação de estratégias institucionais que objetivem dar visibilidade e amplo acesso à grupos historicamente marginalizados ao mesmo tempo que marcam o compromisso do IFSP com uma Educação Antirracista, Antissexista e Anticapacitista. Nesse sentido, por mais que as comissões, vinculadas à estruturação de uma política unificada de ações afirmativas, iniciadas no ciclo do PDI 2013-2018 não tenham consolidado uma Política Institucional de Ações Afirmativas ao longo do ciclo do PDI 2019-2023, é fundamental reconhecer o trajeto institucional de avanços no diagnóstico, identificação de desafios durante o ciclo 2019-2023. O aumento notório do quantitativo e do qualitativo de ações, mesmo não direcionadas por uma política única, apresenta-se como subsídio para que o ciclo do Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2029 tenha como um de seus objetivos a criação e consolidação de uma Política de Ações Afirmativas, tal como seus eixos estratégicos, a partir da nova realidade institucional que se apresenta a partir da diversidade e pluralidade da comunidade interna do IFSP, bem como dos arranjos sociais locais que circundam cada uma das unidades.

2.7.2 Princípios fundamentais de uma política de ações afirmativas

A partir do processo histórico que trouxe a estruturação de uma proposta de Política de Ações Afirmativas para o PDI 2019-2023 e da não consolidação dessa política, são reapresentados aqui os princípios fundamentais que balizam a construção desse documento. Ações afirmativas são instrumentos estratégicos e temporários que buscam compensar distorções históricas e atuais, enfrentando cenários de segregação e discriminação institucionalizada. Seu propósito é promover a equidade para grupos historicamente marginalizados, abrangendo critérios de etnia, nacionalidade, gênero, sexualidade, deficiência, entre outros. Feres Júnior *et al.* (2018, p. 14) definem como: “(...) ação afirmativa todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo.”

Nesse sentido, a Política de Ações Afirmativas do IFSP se manifesta de forma abrangente, promovendo a inclusão em:

- Ensino, Pesquisa e Extensão: Integrando a diversidade em todas as atividades acadêmicas.
- Gestão e Orçamento: Alocando recursos para ações afirmativas e garantindo representatividade nas decisões.
- Desenvolvimento de Pessoal e Institucional: Fomentando um ambiente inclusivo para servidores e o crescimento equitativo da instituição.
- Tecnologia da Informação: Assegurando o acesso e a participação equitativa no universo digital.

Todas essas ações visam à promoção inegociável do respeito à diversidade – socioeconômica, cultural, étnico-racial, sexual, de gênero e do público-alvo da educação especial – consolidando a defesa intransigente dos direitos humanos em cada esfera do IFSP.

Esta Política de Ações Afirmativas propõe medidas especiais e robustas para garantir o acesso, a permanência e o êxito de estudantes em todos os cursos do IFSP. O foco prioritário recai sobre pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas, o público-alvo da educação especial, imigrantes em situação de vulnerabilidade, mulheres, transexuais, travestis, pessoas transgênero e estudantes oriundos de escolas públicas. O objetivo é assegurar que esses indivíduos construam uma trajetória de protagonismo e participação plena na instituição, seja através de projetos, da valorização de suas identidades, ou do cuidado institucional para romper com a vulnerabilidade que frequentemente os assola em outros espaços. Reconhecendo a importância das trocas dialógicas entre estudantes e profissionais, a política também prevê medidas especiais para o acesso e a permanência de servidores dos grupos mencionados, garantindo que o IFSP não reproduza as condições de violência e vulnerabilidade a que essas pessoas são cotidianamente expostas. O IFSP se compromete a ser um porto seguro, livre de discriminação.

Os princípios inegociáveis que balizam a Política de Ações Afirmativas do IFSP são:

- Educação Pública, Laica, Gratuita e de Qualidade: Acesso universal e excelência para todos.
- Condições Dignas de Trabalho: Garantia de um ambiente justo e respeitoso para servidores.
- Equilíbrio no Acesso, Permanência e Êxito: Foco na trajetória completa de estudantes, do ingresso à conclusão.
- Articulação Educação, Sociedade e Trabalho: Conectando o saber acadêmico com as demandas sociais e o mercado.
- Liberdade de Ensino e Pesquisa: Valorização do pensamento crítico, da arte e da cultura.
- Pluralismo de Ideias: Respeito à diversidade de abordagens pedagógicas e visões de mundo.
- Respeito à Liberdade e Universalização da Educação Inclusiva: Promovendo um ambiente de acolhimento irrestrito.
- Valores Éticos e Humanísticos: Fundamento moral para todas as ações institucionais.
- Respeito às Diversidades: Reconhecimento e celebração das múltiplas identidades (étnico-racial, cultural, social, sexual, de gênero, de crença, nacionalidade, necessidades específicas, entre outras).
- Promoção da Autonomia e Emancipação: Fortalecimento da participação política de adolescentes e jovens.
- Educação para os Direitos Humanos: Pilar fundamental para a construção de uma sociedade justa e equitativa.

2.7.3 Objetivos

O objetivo central da Política de Ações Afirmativas do IFSP é promover, de forma contínua e estratégica, a construção de uma instituição verdadeiramente inclusiva. Por meio de programas e ações específicas, buscaremos consolidar um ambiente pautado em valores democráticos, respeito à diversidade, garantia dos direitos humanos e acolhimento pleno para

toda a comunidade acadêmica.

Sugestão de Potencialização:

Eixo 1 – Reestruturação e Fundamentação: Recriar a Comissão de Ações Afirmativas, sob a liderança dos Núcleos (NEABI, NUGS, NAPNE) e com a participação de pró-reitorias, para desenvolver a política com base em um diagnóstico histórico aprofundado. Os trabalhos se iniciarão com o mapeamento e a análise das ações de diversidade e inclusão já existentes no IFSP, estabelecendo critérios para consolidar uma cultura acadêmica inclusiva.

Eixo 2 – Acesso e Ingresso Equitativo: Desenvolver estratégias e instrumentos para ampliar o acesso à educação por meio da efetivação e aprimoramento da reserva de vagas, garantindo a inclusão.

Eixo 3 – Permanência Estudantil e Suporte: Criar instrumentos e estratégias de acompanhamento contínuo para garantir a permanência e o sucesso do público-alvo da política ao longo de sua trajetória formativa.

Eixo 4 – Êxito e Inserção Profissional: Desenvolver estratégias para o acompanhamento qualificado do êxito acadêmico e da inserção profissional de egressos, com atenção especial à diversidade.

Eixo 5 – Diversidade no Corpo de Servidoras/es: Elaborar estratégias para promover a diversidade entre servidoras/es em todos os setores, cargos e funções. Isso incluirá ações de desenvolvimento pessoal e institucional focadas nas múltiplas dimensões da diversidade (étnico-racial, cultural, social, sexual, de gênero, de crença, nacionalidade, necessidades específicas e outras características individuais/coletivas).

Eixo 6 – Sustentabilidade Orçamentária: Garantir a previsão orçamentária anual e organizar o fomento de ações tanto sistêmicas quanto nos *campi*, assegurando a plena execução e desenvolvimento da Política.

A promoção da cultura acadêmica para a diversidade e a inclusão é um desafio institucional permanente e tem sido construída pela revisão de suas práticas, por ações e atividades desenvolvidas pelas pró-reitorias, pelos *campi* e pelo engajamento dos Núcleos garantindo espaço para promoção de discussões, seminários, palestras, formações, fóruns, debates, publicações que sensibilizam a comunidade interna e externa para práticas educativas inclusivas e para um ambiente acadêmico que valorize e respeite as diferenças.

Ações afirmativas voltadas ao acesso de discentes buscam promover e apoiar a oferta de pré-vestibulares comunitários nos *campi* do IFSP, priorizando o acesso das/os estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino. Nesse passo, o acesso aos diferentes níveis e modalidades de ensino oferecidos pelo IFSP será realizado mediante processo de ingresso. Adicionalmente, o acompanhamento do real alcance das campanhas de divulgação dos processos seletivos entre grupos de maior vulnerabilidade garante também o tempo de espaço necessário para que as pessoas possam providenciar documentação ou condições materiais e imateriais para o efetivo acesso. O ingresso de estudantes no ensino técnico de nível médio e na graduação será regido pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 e pela Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012. Os cursos e os programas de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* seguirão a Resolução do IFSP nº 41/2017, de 06 de junho de 2017, no que diz respeito às políticas de reserva de vagas. Serão reservadas, no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas nos processos seletivos para estudantes do IFSP para pessoas com deficiência. O IFSP assegura às travestis e às pessoas transgênero o direito de serem tratadas pelo gênero e pelo nome social durante todo o processo seletivo e tal direito deve ser garantido por toda a trajetória das pessoas dentro da instituição.

As ações afirmativas de acompanhamento e permanência para estudantes do IFSP incluem:

- Apoio acadêmico: Programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, com a participação de estudantes, docentes e técnicos.
- Apoio psicopedagógico: Realizado pela Coordenadoria Sociopedagógica (CSP) do *campus*, em articulação com NAPNE, NEABI e NUGS.
- Assistência estudantil: Inserção em programas para estudantes de baixa renda e em situação de vulnerabilidade, conforme a Política de Assistência Estudantil do IFSP.
- Adaptações pedagógicas: Materiais didático-pedagógicos e instrumentos de avaliação adaptados às especificidades dos estudantes.
- Infraestrutura e atendimento: Ampliação e melhoria da infraestrutura dos *campi* e das condições de atendimento do NAPNE, NEABI e NUGS.
- Formação e capacitação: Ações articuladas com NAPNE, NEABI e NUGS para servidoras/es e estudantes, conforme temáticas de diversidade.
- Acessibilidade física: Para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- Promoção cultural: Realização anual da Semana da Diversidade em todos os *campi* e fomento a debates sobre diversidade nos currículos.
- Acessibilidade virtual/comunicacional: Garantia de acessibilidade em sites, portais, sistemas e ambientes virtuais de ensino-aprendizagem.
- Tecnologia Assistiva: Disponibilização de produtos e serviços para o público-alvo da educação especial.
- Suporte em Libras: Intérprete para estudantes surdos ou com deficiência auditiva, conforme demanda.
- Guia-intérprete: Disponibilização para estudantes surdo-cegos.
- Salas de recursos multifuncionais: Implantação nos *campi* conforme demanda e necessidade.
- Atendimento Educacional Especializado (AEE): Oferta para estudantes do público-alvo da educação especial que demandarem.

Complementarmente, a permanência é reforçada pela utilização do nome social (estabelecida desde 2014) e pelo direito de travestis e pessoas transgênero ao uso de banheiros e espaços segregados por gênero de acordo com sua identidade.

No que tange à estruturação de estratégias para o alcance de servidores e servidoras, a Política de Ações Afirmativas visa construir instrumentos de acompanhamento da diversidade presente entre profissionais da instituição e estabelecer junto a outras ações de gestão de pessoas as estratégias para garantia do efetivo bem-estar no ambiente do trabalho fazendo com que a diversidade seja um valor compartilhado e valorizado. Na mesma perspectiva tem-se a construção de estratégias para que processos de formação complementar e capacitação alcancem a diversidade como um dos eixos temáticos e que as pessoas pertencentes a tais grupos marginalizados possam ter participação representativa em editais ou ações de desenvolvimento pessoal.

Dialogando com o Programa de Acompanhamento de Egressas/os, a Política de Ações Afirmativas do IFSP deverá propor também o acompanhamento da trajetória acadêmico-profissional da/o estudante egressa/o. Nesse sentido, a política deverá propor formas de articulação com a Política de Egressas/os e seus desdobramentos.

A Política de Ações Afirmativas deve propor ações de acompanhamento sistemático para estudantes e servidores/as ingressantes, fornecendo subsídios para a melhoria contínua das ações institucionais. Isso inclui:

- Incentivo e apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão envolvendo estudantes e suas comunidades.
- Avaliações anuais do andamento e impacto da Política, por meio de indicadores e relatórios.
- Proposição de novos mecanismos de permanência e/ou fontes de financiamento.
- Acompanhamento e avaliação da capacitação de servidores/as em ações afirmativas.

É fundamental que as ações afirmativas possuam caráter central e prioritário no IFSP, não secundário. Para isso, sua organização deve estar intrinsecamente ligada à gestão orçamentária, garantindo os trâmites necessários para a execução e, crucialmente, uma previsão orçamentária anual dedicada às ações propostas.

2.7.4 Atuação dos núcleos do IFSP

2.7.4.1 Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O NEABI foi constituído com o objetivo de garantir a promoção da diversidade étnico-racial na instituição visando uma educação antirracista. Para tanto, o núcleo realiza trabalho de acompanhamento e proposição de ações que visam a igualdade e a proteção dos direitos de pessoas e grupos étnicos atingidos por atos discriminatórios, a exemplo do racismo, por meio de estudos, pesquisas e ações diversas realizadas em parceria com as pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão, no sentido da plena implementação do que preconiza as Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e nº 11.645, de 10 de março de 2008. A ação do NEABI depende do engajamento e da articulação de toda a instituição e da representatividade de seus membros no âmbito dos *campi* que compõem o IFSP.

Para tanto, ressaltamos a importância de ações que devem ser adotadas pelas pró-reitorias para garantia de direitos ao acesso à educação, à permanência e ao êxito.

As propostas apresentadas têm como objetivo contemplar as leis que regem sobre a educação das relações étnico-raciais por meio do ensino da cultura afro-brasileira e indígena na educação básica que abarcam os cursos de licenciaturas, assim como as políticas de ações afirmativas que dizem respeito ao acesso, à permanência e ao êxito da/o estudante.

A adoção de tais medidas contribui para diversidade étnica em todos os segmentos da comunidade do IFSP, pois colabora para o enriquecimento de conhecimentos e saberes ancestrais trazidos por grupos historicamente excluídos da educação e dos cargos de poder.

Diante disso, as propostas aqui apresentadas têm como objetivo principal atender o parágrafo único da Lei nº 12.288, de 10 de julho de 2010 do Estatuto de Igualdade Racial “Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País”.

Posto isso, as propostas para serem desenvolvidas em parceria com cada pró-reitoria correspondem diretamente ao cumprimento das legislações vigentes que visam promover a equidade e igualdade de direitos, bem como para estruturar a implementação da Política de Ações Afirmativas nas diversas áreas e dimensões da Instituição. Nos casos das pró-reitorias finalísticas, são apresentadas também a criação de indicadores para que os processos possam

ser divulgados e acompanhados anualmente junto aos Relatórios de Gestão. São também indicadas ações correlatas às políticas de Permanência Estudantil e Internacionalização.

Assim, em termos de ações estratégicas em andamento e ações futuras, compreendidas no período de execução deste PDI, o NEABI apresenta, em parceria com as pró-reitorias competentes, as seguintes propostas:

- Acolhimento NEABI nas turmas ingressantes de diferentes *campi*;
- Construção de Programa específico para o acompanhamento da implementação da Educação Antirracista nos currículos, tendo por objetivo identificar se de fato está sendo discutida dentro dos *campi* a educação das relações étnico-raciais, proposta nos Projetos Político Pedagógicos (PPPs) e Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs).
- Criação de observatório para análise e acompanhamento das práticas pedagógicas no ensino das relações étnico-raciais no IFSP e incorporação das mesmas às políticas de Formação Continuada, Política de Comunicação e eventuais eventos ou editais de compilação de práticas pedagógicas exitosas e inovadoras da instituição;
- Lançamento do Protocolo de Enfrentamento ao Racismo no IFSP, com apresentação de fluxogramas de ação em casos de racismo tanto para servidores quanto para estudantes, envolvendo diferentes setores da instituição;
- Criação de observatório para acompanhamento de casos de racismo e as ações educativas realizadas nos *campi* para inibir tais práticas discriminatórias, em conjunto com a aplicação do Protocolo de Enfrentamento ao Racismo e com a Política Institucional de Enfrentamento à Violência contra Estudantes;
- Organização de Programa de Formação para as relações étnico-raciais de servidores dos setores (CRA, DAE, CAE, CSP, CBI ou setores equivalentes para *campus* de diversas configurações), com previsão de encontros presenciais com periodicidade definida, visando ao apoio e ao acolhimento de estudantes e servidores vítimas de atos discriminatórios;
- Promover uma política específica para divulgação e ingresso de indígenas, quilombolas, imigrantes e refugiados com reserva de vagas adicionais às previstas pela Lei 12.711/2012 (modificada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023) para o ingresso de estudantes e a Lei 12.990, de 9 de junho de 2014 (modificada pela Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025) para vagas em concursos públicos;
- Construção institucional de Disciplina para a Educação das Relações Étnico-raciais, obrigatória nos cursos de licenciatura, de modo que possa garantir a formação dos futuros docentes para o cumprimento das leis 11.639/2003 e 11.645/2008;
- Construção de Programa de Fortalecimento contínuo dos acervos bibliográficos das bibliotecas contemplando a diversidade e pluralidade da sociedade brasileira;
- Acompanhamento dos planos de ensino nas disciplinas que abordam a temática étnico-racial de forma transversal, no que tange à apresentação de ao menos uma referência bibliográfica de intelectuais negros e/ou indígenas;
- Regulamentação das bancas de heteroidentificação que perpassam todos os processos seletivos de ingresso no IFSP, para atendimento à Lei 12.990/2014

(atual 15.142/2025), com reserva de 30% das vagas em concursos públicos, e à Lei 12.711/2012 (atual 14.723/2023) com reserva para pretos, pardos e indígenas nos instituições federais de ensino médio e técnico.

- Implementação e continuidade do Acordo de Cooperação Internacional com a Universidade Wutivi, de Maputo, em Moçambique, com vistas a ampliação futura das relações internacionais e acordos com mais instituições estrangeiras.

2.7.4.2 Núcleo de Estudos Sobre Gênero e Sexualidade (NUGS)

Através de propostas de práticas formativas e informativas, o NUGS busca não apenas sensibilizar a comunidade do IFSP, mas também estabelecer uma cultura sólida de respeito à diversidade e um espaço educacional que seja genuinamente inclusivo e plural. Isso se traduz em:

- **Viabilização da Inclusão:** A missão do NUGS é tanto viabilizar práticas voltadas à inclusão plena de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou travestis, queer, intersexo, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero (LGBTQIAP+), quanto combater veementemente o assédio e a discriminação.

- **Reconhecimento da Diversidade como Valor Institucional:** Abordar a diversidade, gênero e sexualidade é, indispensavelmente, compreender que as ações de inclusão em busca da igualdade no interior da comunidade se fortalecem ao afirmar e reconhecer as distinções como presenças que constituem a própria instituição. Nesse contexto, é crucial que toda a comunidade do IFSP, por meio das iniciativas do NUGS, conheça e apreenda concepções e práticas mais inclusivas e emancipadoras.

Prospecções e Colaborações

O NUGS, em parceria estratégica com as pró-reitorias e alinhando-se à indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, projeta as seguintes ações para o futuro:

- **Garantia de Permanência Escolar:** Desenvolver estratégias robustas que garantam a permanência escolar de estudantes que sofrem constrangimento e discriminação devido à sua orientação sexual e de gênero em diferentes contextos sociais. Isso inclui apoio psicossocial, acolhimento e mediação de conflitos.

- **Canais de Denúncia e Combate à Violência:** Criar, fomentar, organizar e apoiar ações no âmbito do IFSP para sensibilizar sobre situações de violências decorrentes das questões da diversidade de gênero e sexualidade. Além disso, estabelecer e divulgar de forma clara os meios, canais e procedimentos para a efetivação dessas denúncias, garantindo que as vítimas se sintam seguras para relatar.

- **Prevenção e Combate Ativo:** Atuar pró-ativamente na identificação, prevenção e no combate a todas as formas de violências de gênero e sexualidade, desenvolvendo programas de conscientização e intervenção.

- **Promoção de Políticas Públicas Internas:** Incentivar e apoiar a promoção e implementação de políticas públicas internas no IFSP que visem a equidade de gênero, garantindo que os princípios de igualdade sejam institucionalizados em todas as esferas da comunidade acadêmica.

2.7.4.3 Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)

O NAPNE tem como finalidade desenvolver ações, programas e projetos que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais específicas, com vistas à garantir condições efetivas de acessibilidade ao processo de ensino e aprendizagem. Sua atuação fundamenta-se em uma perspectiva ética, de respeito à diversidade e de fortalecimento da cidadania, reconhecendo a diferença como parte constitutiva do ambiente educacional.

O NAPNE estabelece orientações para a identificação e o acompanhamento de estudantes com necessidades educacionais específicas, assegurando o atendimento adequado desde o ingresso até a conclusão de sua trajetória acadêmica do público alvo da Educação Especial. Considera-se Público alvo da Educação Especial em conformidade com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: as pessoas com Deficiências (múltiplas, sensoriais e físicas), as pessoas com TEA – Transtorno do Espectro Autista e as pessoas com Altas Habilidades /Superdotação.

Além do acompanhamento individualizado, o NAPNE atua de forma propositiva, fomentando ações coletivas de conscientização e formação junto à equipe de Formação continuada dos *campi* sobre Educação Especial e Inclusiva.

Para melhor integração e inclusão do estudante em sua formação profissional, o NAPNE pode indicar a necessidade do uso de tecnologias assistivas, e orientar a equipe pedagógica: professores, coordenadores e técnicos de laboratório (caso haja a necessidade) sobre as adequações curriculares e/ou metodológicas e elaboração do PEI - Projeto de Ensino Individualizado conforme legislação vigente e necessidade. Os demais transtornos como TOD, TDAH, Dislexia serão acompanhados pela equipe sociopedagógica dos *campi*, e caso seja necessário, o NAPNE poderá ter o caráter consultivo nestes casos.

As atribuições relacionadas à acessibilidade no Instituto Federal de São Paulo (IFSP) são de responsabilidade do NAPNE-PRE, conforme normativa institucional vigente, tendo como objetivo a implementação e o monitoramento de políticas educacionais inclusivas e de acessibilidade, em consonância com a legislação nacional e com os marcos legais de proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Cada *campus* do IFSP conta com um NAPNE próprio, coordenado por uma equipe multidisciplinar, formalmente constituída por portaria da Direção-Geral. Essa equipe é composta por docentes, técnicas/os administrativas/os e discentes, com a participação de familiares e de representantes da comunidade externa, fortalecendo a atuação colaborativa. Além disso, um Grupo de Trabalho (GT), formado por servidoras/es de diferentes *campi*, contribui com a discussão, a proposição e a elaboração de documentos institucionais relacionados à Educação Especial e à inclusão educacional.

Ações Futuras

Com o propósito de aprimorar continuamente a qualidade do atendimento aos/às estudantes e de ampliar a efetividade das ações institucionais voltadas à inclusão, o NAPNE pretende:

- Promover e qualificar a acessibilidade em seus diversos aspectos — arquitetônica, atitudinal, metodológica, comunicacional e digital —, atendendo às diferentes necessidades das pessoas com deficiência e público-alvo da Educação Especial.
- Aperfeiçoar e fortalecer o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem das/os estudantes atendidos/as pelos NAPNE dos *campi*.

- Ofertar ações formativas permanentes para toda a comunidade acadêmica do IFSP, visando sensibilização e capacitação em temas de acessibilidade, inclusão e direitos humanos.
- Estabelecer e ampliar parcerias com instituições de ensino, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil que atuam na perspectiva inclusiva.
- Aprimorar os registros e o monitoramento das/os estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) por meio do Módulo NAPNE no SUAP, fortalecendo a gestão de dados e a construção de indicadores institucionais.
- Estimular e articular projetos de ensino, pesquisa e extensão que envolvam as temáticas de acessibilidade e inclusão, garantindo a transversalidade desses assuntos em todas as áreas do conhecimento.
- Lançar editais específicos de ensino, pesquisa e extensão voltados às/aos estudantes público-alvo do NAPNE, incentivando a participação ativa e a produção acadêmica, bem como a difusão de práticas inovadoras e inclusivas no âmbito do IFSP.

Por meio dessas iniciativas, o NAPNE reafirma seu compromisso em consolidar em toda a comunidade acadêmica uma cultura de respeito à diversidade, equidade e de compromisso com a inclusão, favorecendo a construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, garantindo que o direito à aprendizagem e à plena participação na vida acadêmica seja uma realidade para todas as pessoas.

2.7.5 Política de prevenção e enfrentamento da violência envolvendo estudantes

Em consonância com a Resolução Normativa nº 26, de 9 de abril de 2024, o IFSP incorpora, no âmbito de sua Política de Ações Afirmativas, a Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência envolvendo Estudantes. Esta política integra o compromisso institucional com a promoção da equidade, da cultura de paz e da dignidade humana, especialmente no acolhimento e na proteção de estudantes em situação de vulnerabilidade social, econômica ou identitária. As ações previstas contribuem para a permanência e o êxito acadêmico, combatendo todas as formas de violência e discriminação no ambiente educacional. O acompanhamento e a avaliação da implementação dessa política serão coordenados pelo Comitê Permanente de Prevenção e Enfrentamento da Violência (COPEVE), garantindo institucionalidade ao processo de implementação e avaliação das ações, em articulação com os núcleos institucionais e as instâncias pedagógicas e de gestão dos *campi*.

3 PLANO DE OFERTAS DE CURSOS E VAGAS

O processo de consolidação dos planos de oferta dos *campi* do IFSP, nesta primeira revisão, foi realizado com base na planilha geral de força de trabalho, disponível no seguinte link: <https://acesse.one/Z8ZW5>, que contempla os *campi*: Araraquara, Avaré, Barretos, Bauru, Birigui, Boituva, Bragança Paulista, Campinas, Campos do Jordão, Capivari, Caraguatatuba, Catanduva, Cubatão, Guarulhos, Hortolândia, Ilha Solteira, Itapetininga, Itaquaquecetuba, Jacareí, Jundiaí, Matão, Miracatu, Piracicaba, Pirituba, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Registro, Rio Claro, Salto, São Carlos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Miguel Paulista, São Paulo, São Roque, Sertãozinho, Sorocaba, Suzano, Tupã e Votuporanga.

O desenvolvimento do processo referente à primeira revisão do PDI, realizado em cada um desses *campi*, está disponível para consulta no seguinte link: <https://l1nk.dev/i1Ex1>.

Apresentam-se, nos itens 3.1 e 3.2, respectivamente, o plano de oferta por *campus* e o plano de oferta por curso, considerando os cursos regulares, com exceção daqueles vinculados ao programa de fomento externo do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), conforme o Ofício nº 1/2025-PDI2024-2028/PRO-PRD/RET/IFSP, de 8 de julho de 2025.

3.1 Plano de oferta por *campus*

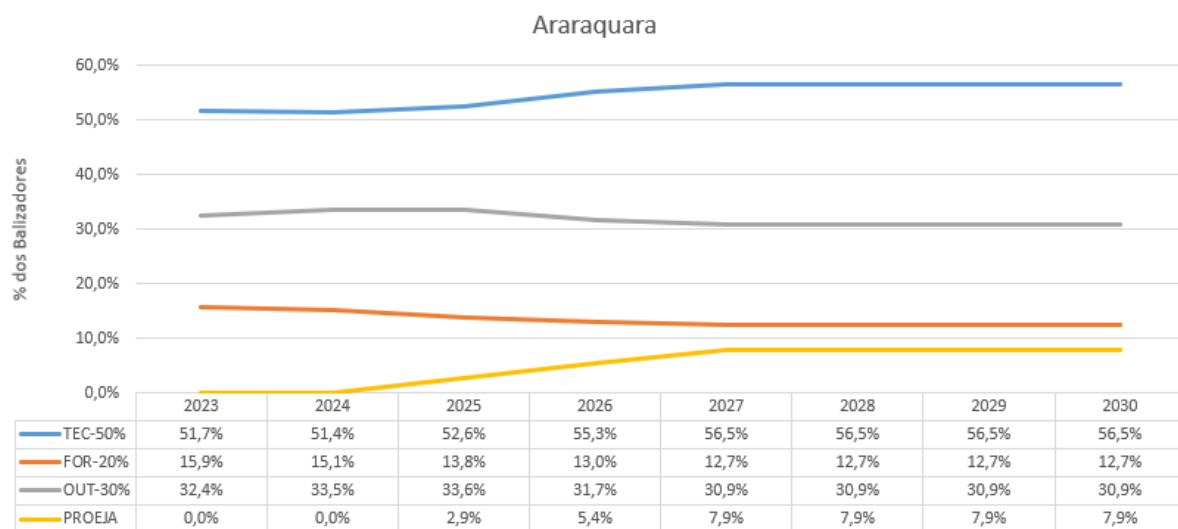
3.1.1 *Campus* Araraquara

Quadro 10 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus* Araraquara

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	8	anual	80	80	80	80	80	80	80	80
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Mat	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MECÂNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA MECÂNICA	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC MATEMÁTICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
					Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MECATRÔNICA	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
TEC QUALIDADE	(vazio)	TEC	Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					0	0	40	40	40	40	40	40
CST SISTEMAS PARA INTERNET	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC ENSINO INTERDISCIPLINAR E PRÁTICAS DOCENTES	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					25	30	30	30	30	30	30	30
Total Geral										385	390	430	430	430	430	430	430

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 5 - Evolução dos balizadores do *Campus Araraquara*



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

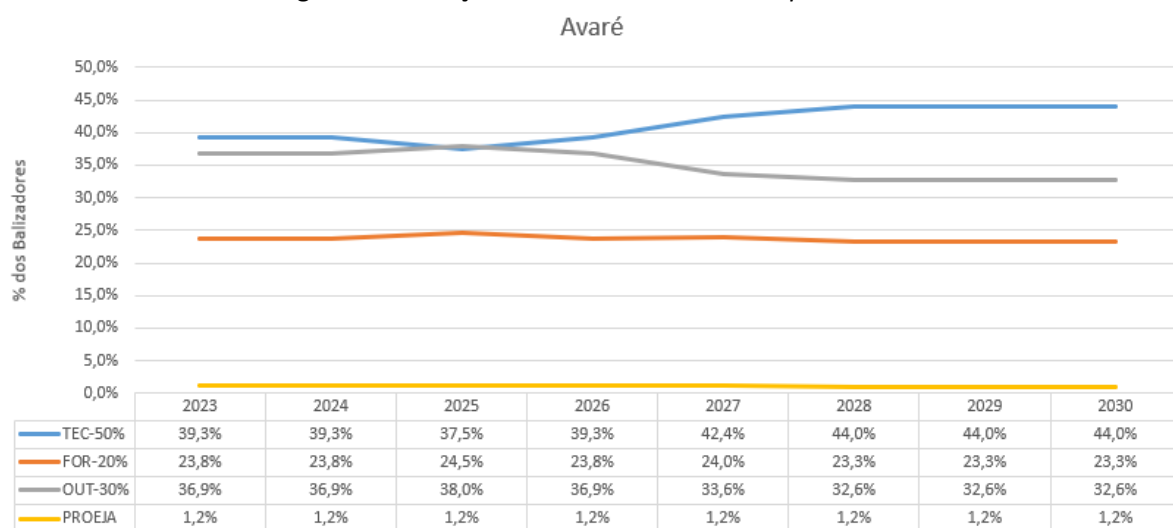
3.1.2 *Campus Avaré*

Quadro 11 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus Avaré*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC MECÂNICA	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MECATRÔNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC AGROINDÚSTRIA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC Lazer	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC EVENTOS	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	40	0	0	0	0	0	0
LIC LETRAS – PORTUGUÊS E ESPANHOL	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
CST GESTÃO EM AGRONEGÓCIO	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
CST GASTRONOMIA	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Mat	OUT-30%	regime	4	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA DE BIOSISTEMAS	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Mat	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	0	0	0	0	0
					Not					0	0	0	40	40	40	40	40
FIC	Proeja FIC Auxiliar em Hospedagem	FIC	Proeja FIC - INT	Presencial	Not					30	30	30	30	30	30	30	30
TEC AGROECOLOGIA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	0	40	40	40	40	40
Total Geral										430	430	390	430	430	430	430	430

Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

Figura 6 - Evolução dos balizadores do *Campus Avaré*



Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

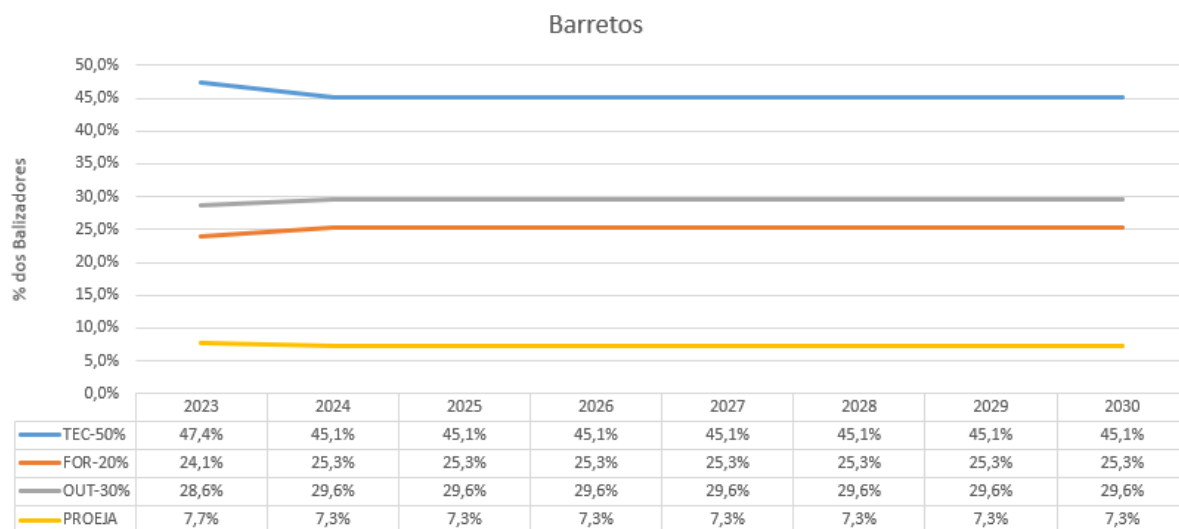
3.1.3 *Campus Barretos*

Quadro 12 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus Barretos*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
LIC QUÍMICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC (não constante da lista – ver nome na coluna AL)	Educação Escolar sob uma perspectiva dialógica e emancipatória	ESPEC	n.a.	EaD/ofertante	Var	FOR-20%	regime	2	anual	0	40	80	80	80	80	80	80
TEC ALIMENTOS	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	80	80	80	80	80	80	80	80
LIC CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
							implantação	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
CST GESTÃO DE TURISMO	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA INTERNET E DISPOSITIVOS MÓVEIS	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC HOSPEDAGEM	(vazio)	TEC	Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC AGROPECUÁRIA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	80	80	80	80	80	80	80	80
BACH AGRONOMIA	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Mat	OUT-30%	regime	9	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
							implantação	9	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Geral										480	520	560	560	560	560	560	560

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 7 - Evolução dos balizadores do *Campus Barretos*



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

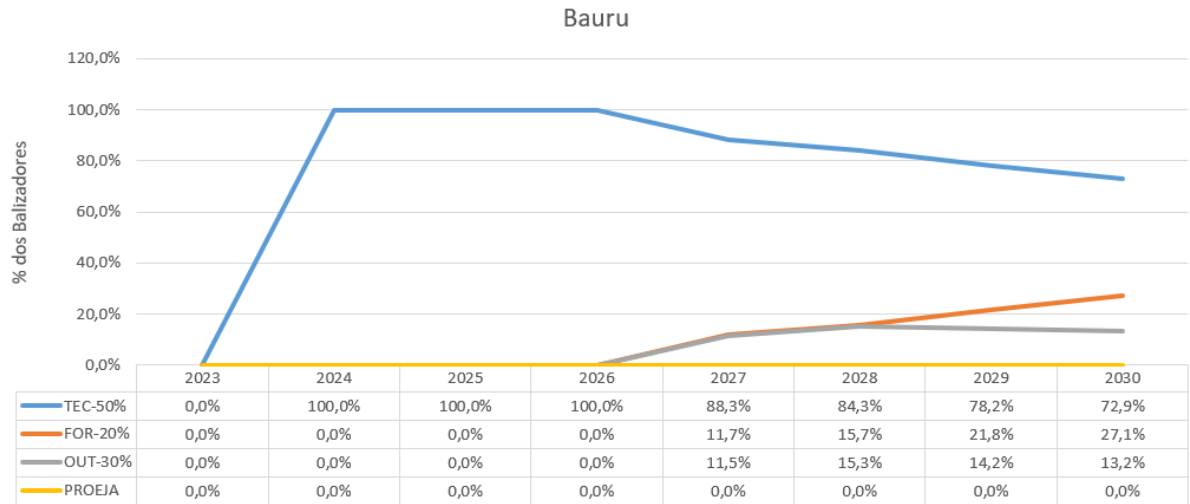
3.1.4 *Campus Bauru*

Quadro 13 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus Bauru*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	0	40	40	40	40	40
			CON/SUB	Presencial	Not					0	40	40	40	40	40	40	40
LIC LETRAS – PORTUGUÊS E INGLÊS	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40	40
TEC MECATRÔNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	0	40	40	40	40	40
TECNOLOGIA	Tecnologia em Pilotagem Profissional de Aeronaves	TEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40	40
Total Geral										0	40	40	120	200	200	200	200

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 8 - Evolução dos balizadores do *Campus Bauru*



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

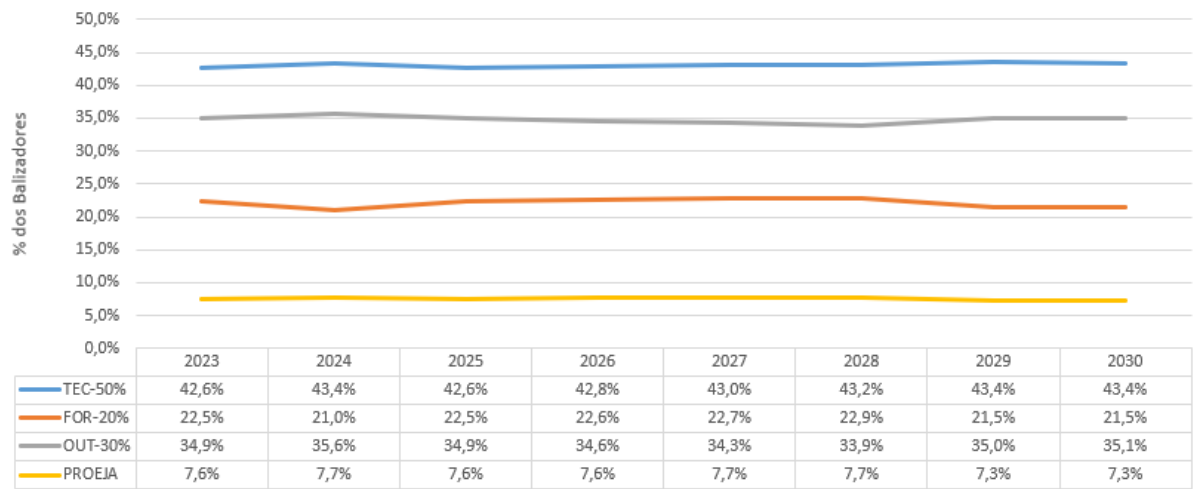
3.1.5 *Campus Birigui*

Quadro 14 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus Birigui*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							extinção	6	anual	40	40	40	40	0	0	0	0
TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	0	0	40	40	40	40
			CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	40	40	40	40
TEC ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	0	0	0	0
					Mat	TEC-50%	regime	6	anual	0	0	0	0	40	40	40	40
			CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	implantação	6	anual	0	0	0	0	40	40	40	40
LIC MATEMÁTICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	40	40	40	40	40
ESPEC ENSINO DE CIÊNCIAS	(vazio)	ESPEC	n.a.	EaD/ofertante	Var	FOR-20%	regime	2	anual	30	0	30	30	30	30	30	30
LIC FÍSICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
CST SISTEMAS PARA INTERNET	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
					Var	OUT-30%	regime	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
TEC COMÉRCIO	(vazio)	TEC	Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
CST MECATRÔNICA INDUSTRIAL	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Var	OUT-30%	regime	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							extinção	6	anual	40	40	40	0	0	0	0	0
BACH ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	8	anual	0	0	0	40	40	40	40	40
								10	anual	40	40	40	0	0	0	0	0
Total Geral										510	480	510	510	510	510	510	510

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 9 - Evolução dos balizadores do *Campus Birigui*
Birigui



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

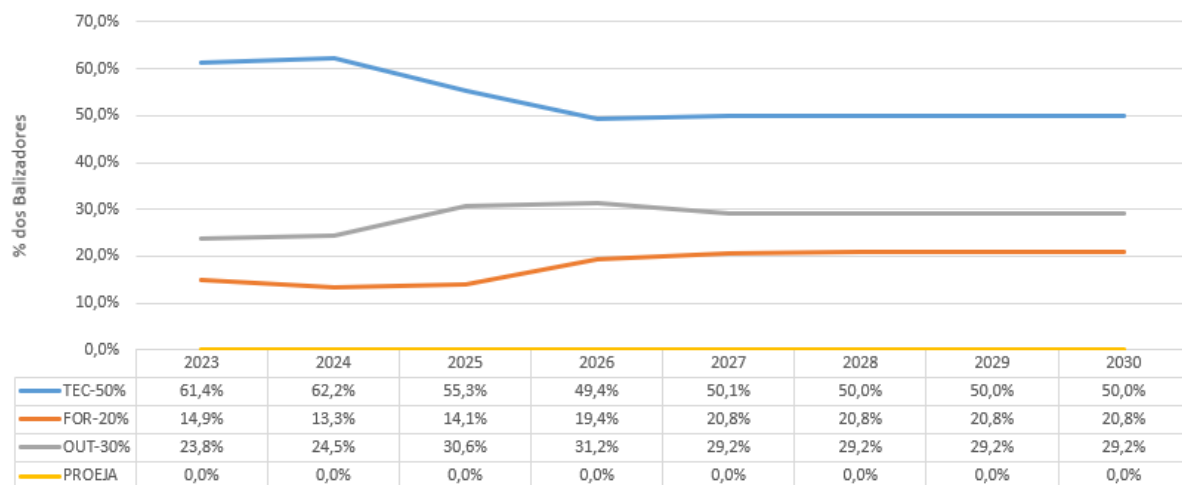
3.1.6 *Campus Boituva*

Quadro 15 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus Boituva*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	0	0	40	40	40	40
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC EIXO INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Sistemas de Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina	ESPEC	n.a.	EaD/ofertante	Var	OUT-30%	nova	3	anual	0	0	0	25	25	25	25	25
TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
			CON/SUB	Presencial	Not					80	40	40	40	40	40	40	40
TEC ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	40	0	0	0	0
					Ves	TEC-50%	extinção	3	semestral	80	40	0	0	0	0	0	0
								2	semestral	0	40	40	0	0	0	0	0
				EaD/ofertante	Var	TEC-50%	nova	2	anual	0	0	0	100	100	100	100	100
TEC RECURSOS HUMANOS	(vazio)	TEC	CON/SUB	EaD/ofertante	Var	TEC-50%	nova	2	anual	0	0	0	0	100	100	100	100
CST PROCESSOS GERENCIAIS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					0	0	40	40	40	40	40	40
LIC PEDAGOGIA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
					Not					40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					25	25	0	0	0	0	0	0
ESPEC EIXO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	Gestão Escolar e Organização do Trabalho Pedagógico	ESPEC	n.a.	EaD/ofertante	Var	FOR-20%	implantação	2	semestral	0	0	0	100	100	100	100	100
	Jogos e Gamificação na Educação	ESPEC	n.a.	EaD/ofertante	Var	FOR-20%	nova	3	anual	0	0	0	0	40	40	40	40
TEC SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					0	40	40	40	40	40	40	40
TEC REDES DE COMPUTADORES	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	0	0	0	0
TEC SECRETARIA ESCOLAR	(vazio)	TEC	SUB	EaD/ofertante	Var	TEC-50%	regime	2	semestral	0	100	100	100	100	100	100	100
Total Geral										465	565	540	685	785	785	785	785

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 10 - Evolução dos balizadores do *Campus Boituva*



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

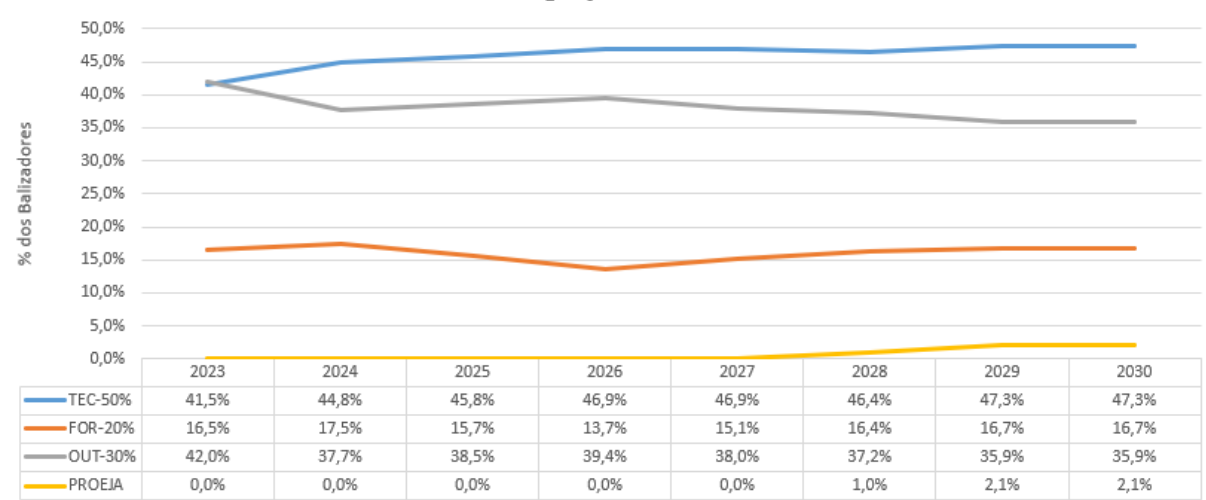
3.1.7 Campus Bragança Paulista

Quadro 16 - Plano de oferta de vagas de ingresso do Campus Bragança Paulista

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC ELETROELETRÔNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
TEC MECÂNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC MATEMÁTICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MECATRÔNICA	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
					Ves	TEC-50%	regime	4	semestral	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	4	semestral	80	80	80	80	80	80	80	80
BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					50	50	50	50	25	25	25	25
MES-PRO	(vazio)	MES-PRO	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	0	0	0	0
ESPEC INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO	(vazio)	ESPEC	n.a.	EaD/ofertante	Var	FOR-20%	nova	3	anual	0	0	0	0	25	25	25	25
ESPEC EDUCAÇÃO EM MATEMÁTICA	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					25	50	50	50	50	50	50	50
FIC EIXO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	(vazio)	FIC	Proeja-FIC-CON	Presencial	Not					0	0	0	0	0	40	40	40
Total Geral										515	540	540	540	540	580	580	580

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 11 - Evolução dos balizadores do Campus Bragança Paulista



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

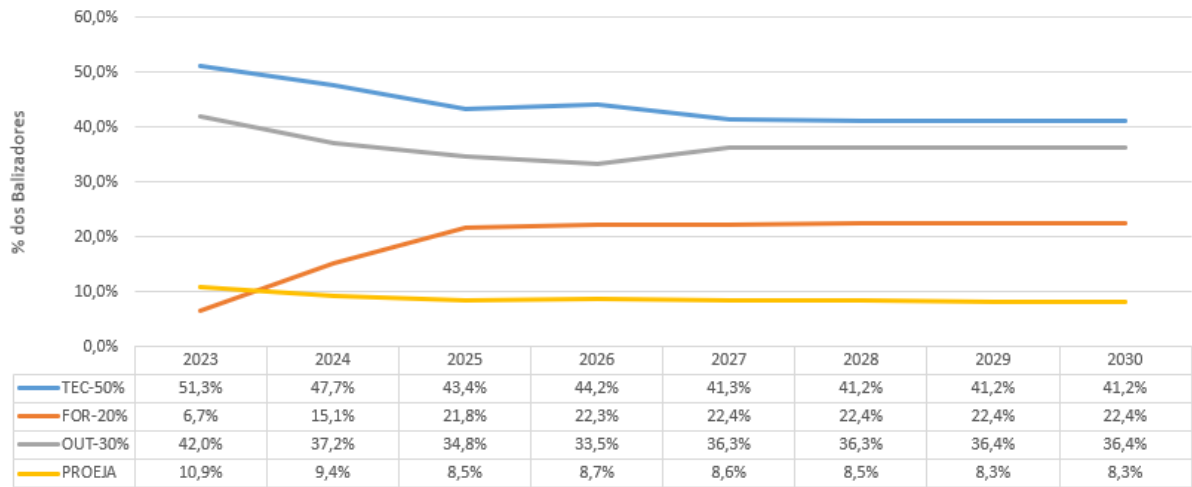
3.1.8 Campus Campinas

Quadro 17 - Plano de oferta de vagas de ingresso do Campus Campinas

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	{vazio}	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	0	0	0	40	40	40	40	40
					Ves	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	0	0	0	0	0
			CON/SUB	Presencial	Mat	TEC-50%	extinção	3	semestral	80	80	80	40	0	0	0	0
TEC ELETROELETRÔNICA	{vazio}	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
TEC ELETRÔNICA	{vazio}	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	0	0	0	40	40	40	40	40
					Mat	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	0	0	0	0	0
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	{vazio}	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
					Ves	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC ENSINO	{vazio}	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	0	0	0	0
	Educação para inserção social	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					30	0	0	0	0	0	0	0
	Tecnologias da Informação e Comunicação aplicado ao ensino de ciências	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	0	0	0	0
TEC TELECOMUNICAÇÕES	{vazio}	TEC	Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					40	40	40	40	0	0	0	0
FIC ÁREA AGROECOLOGIA	{vazio}	FIC	Proeja FIC - INT	Presencial	Not					0	0	0	0	0	0	0	0
LIC QUÍMICA	{vazio}	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA ELÉTRICA	{vazio}	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	10	anual	0	0	0	0	40	40	40	40
					Ves	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	0	0	0	0
ESPEC	{vazio}	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	0	0	0	0
	Transição Energética	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40	40
TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	{vazio}	TEC	CON/SUB	Presencial	Mat	TEC-50%	nova	2	semestral	0	0	0	40	80	80	80	80
ESPEC Educação Básica	{vazio}	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	80	80	80	80	80	80	80
ESPEC CIÊNCIA DE DADOS	{vazio}	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					30	30	30	0	0	0	0	0
TEC MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	{vazio}	TEC	Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40	40
ESPEC MICROELETRÔNICA E SISTEMAS EMBARCADOS	{vazio}	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					30	30	30	30	30	30	30	30
Total Geral										530	580	580	550	590	590	590	590

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 12 - Evolução dos balizadores do *Campus Campinas*



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

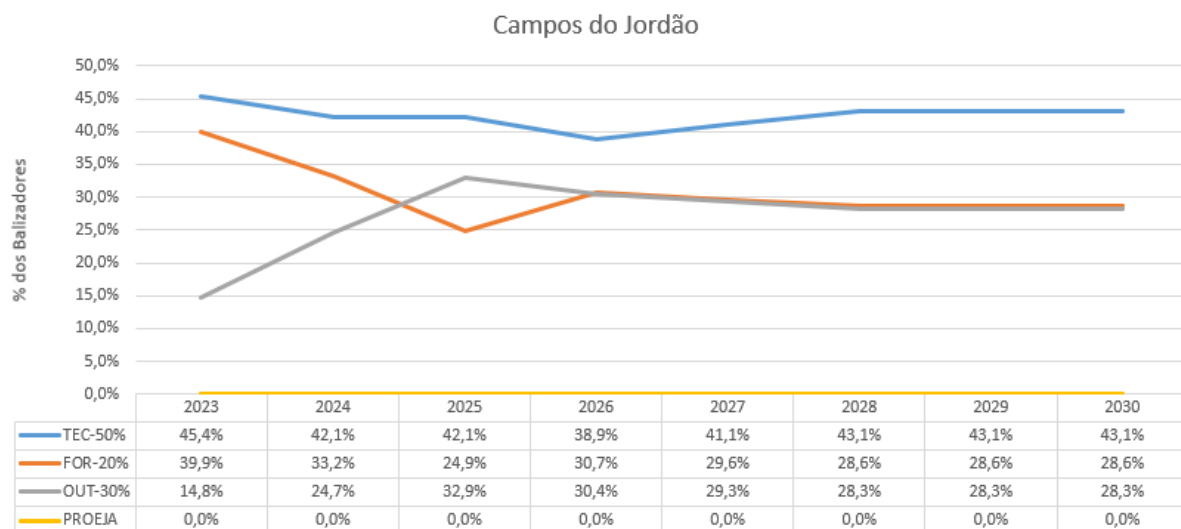
3.1.9 *Campus* Campos do Jordão

Quadro 18 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus* Campos do Jordão

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	implantação	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
	Curso foi reformulado	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	0	0	0	0	0	0
	Novo PPC para:	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	implantação	6	anual	0	0	40	40	40	40	40	40
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
LIC MATEMÁTICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC PEDAGOGIA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC EVENTOS	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
			CON/SUB	Presencial	Mat	TEC-50%	extinção	2	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
	Em extinção para implantar o Integrado	TEC	CON/SUB	Presencial	Mat	TEC-50%	extinção	2	anual	40	40	40	0	0	0	0	0
	Em substituição ao C/S	TEC	INT	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	6	anual	0	0	0	40	40	40	40	40
TEC EDIFICAÇÕES	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	implantação	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
			CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
	Curso foi reformulado	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	0	0	0	0	0	0
	Novo PPC para:	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	implantação	6	anual	0	0	40	40	40	40	40	40
CST GESTÃO DE TURISMO	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC HOSPEDAGEM	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
Total Geral										400	400	400	400	400	400	400	400

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 13 - Evolução dos balizadores do *Campus Campos do Jordão*



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

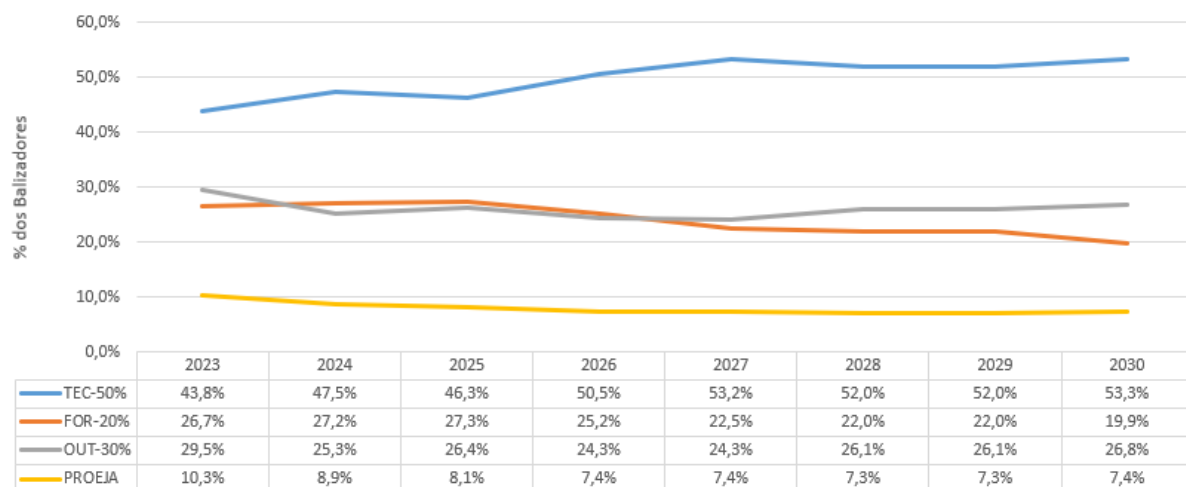
3.1.10 *Campus Capivari*

Quadro 19 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus Capivari*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
BACHARELADO	Bacharelado em Química Industrial	BACH	n.a.	Presencial	Not					0	0	40	40	40	40	40	40
TEC INFORMÁTICA	Téc em Informática integrado ao ensino médio	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC ENSINO	Pós em Educação em Ciências e Matemática	ESPEC	n.a.	EaD/ofertante	Not					50	50	50	50	50	50	50	50
	Pós em AEE modalidade EaD	ESPEC	n.a.	EaD/ofertante	Not					0	0	50	50	50	50	50	50
LIC QUÍMICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	0	40	0	40	0	40
TEC QUÍMICA	Técnico em Química	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
		TEC	CON/SUB		Not					40	40	40	40	40	40	40	40
		TEC	INT		Mat		regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
		TEC	INT		Ves		regime	8	anual	0	40	40	40	40	40	40	40
TEC ADMINISTRAÇÃO	Tec em Administração integrado ao ensino médio EJA	TEC	Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					0	40	40	40	40	40	40	40
CST PROCESSOS QUÍMICOS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	0	0	0	0	0	0
ESPEC TIC APLICADA À EDUCAÇÃO	Pós TIC Educação	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	0	0	0	0
	Pós Educação e Tecnologias Digitais	ESPEC	n.a.	EaD/ofertante	Not					60	60	60	60	60	60	60	60
TEC RECURSOS HUMANOS	(vazio)	TEC	CON/SUB	EaD/ofertante	Ves	TEC-50%	nova	(vazio)	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tec em Recursos Humanos EaD	TEC	CON/SUB	EaD/ofertante	Ves	TEC-50%	nova	2	anual	0	50	50	50	50	50	50	50
ESPEC ENSINO DE LÍNGUA INGLESA	Pós em Ensino de Línguas	ESPEC	n.a.	EaD/ofertante	Not					0	30	30	30	30	30	30	30
CST PROCESSOS GERENCIAIS	(vazio)	CST	n.a.	EaD/ofertante	Not					50	50	50	50	50	50	50	50
TEC ALIMENTOS	Tec em Alimentos	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					0	0	40	40	40	40	40	40
					Ves	TEC-50%	nova	4	anual	40	40	0	0	0	0	0	0
TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	Tec Informática para Internet	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	nova	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	Pós em Desenvolvimento de SW em EaD	ESPEC	n.a.	EaD/ofertante	Not					0	0	50	50	50	50	50	50
Total Geral										440	600	660	700	660	700	660	700

Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

Figura 14 - Evolução dos balizadores do *Campus Capivari*



Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

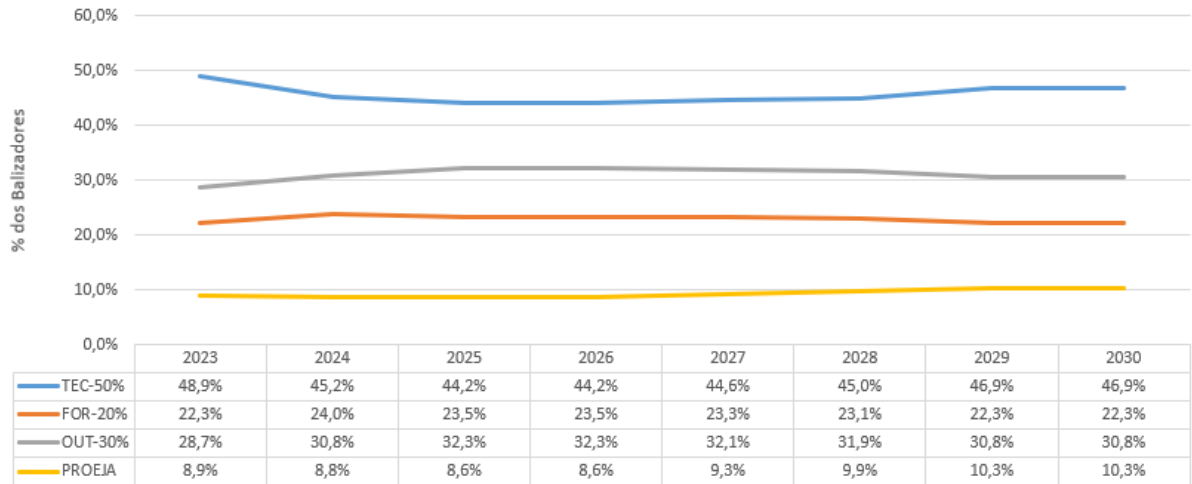
3.1.11 *Campus Caraguatatuba*

Quadro 20 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus Caraguatatuba*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPECIALIZAÇÃO	Gestão Financeira e de Negócios	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	30	0	30	30	0	30
TEC ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	TEC	Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					50	40	40	40	50	50	50	50
			CON/SUB	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	3	semestral	0	0	0	0	0	0	0	0
								2	semestral	80	80	80	80	80	80	80	80
CST PROCESSOS GERENCIAIS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	3	semestral	80	80	80	80	80	80	80	80
LIC MATEMÁTICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MEIO AMBIENTE	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Ves	TEC-50%	extinção	4	anual	40	40	40	40	0	0	0	0
	Carga horária baseada PPC campus SRQ	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	0	0	40	40	40	40
TEC EDIFICAÇÕES	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA CIVIL	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC FÍSICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC GESTÃO EMPRESARIAL	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	0	0	0	0
TEC AQUICULTURA	(vazio)	TEC	SUB	EaD/ofertante	Var	TEC-50%	extinção	3	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Geral										530	520	550	520	560	560	530	560

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 15 - Evolução dos balizadores do *Campus Caraguatatuba*
Caraguatatuba



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

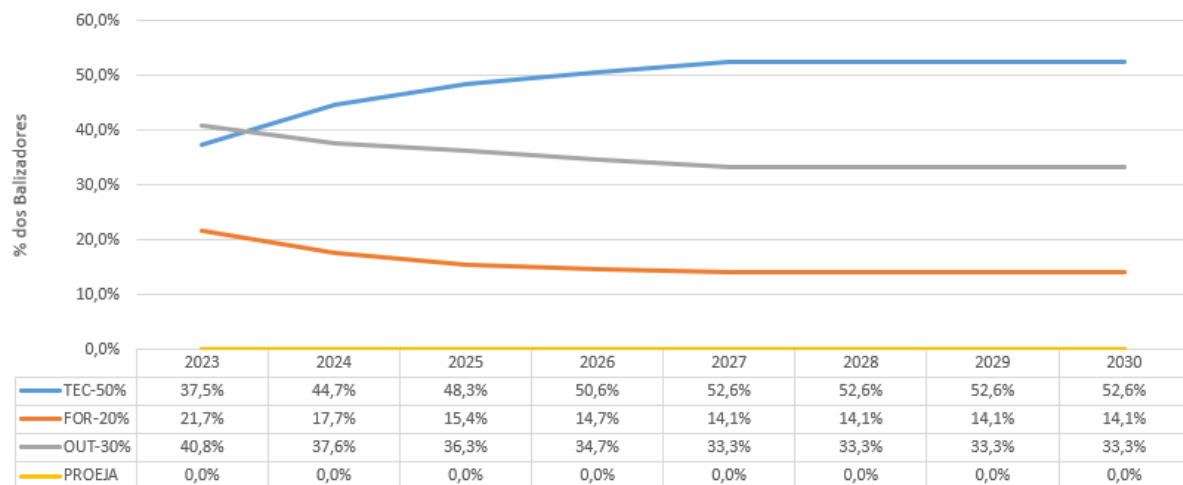
3.1.12 Campus Catanduva

Quadro 21 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus Catanduva*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
LIC QUÍMICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MECÂNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	0	0	40	40	40	40	40	40
					Mat	TEC-50%	implantação	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
TEC QUÍMICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
					Mat	TEC-50%	regime	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
TEC MECATRÔNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
					Mat	TEC-50%	regime	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC REDES DE COMPUTADORES	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
					Mat	TEC-50%	regime	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
TEC FABRICAÇÃO MECÂNICA	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					80	80	40	40	40	40	40	40
ESPEC INTERNETE DAS COISAS - IOT	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Var	OUT-30%	regime	3	trimestral	0	25	25	0	25	25	0	25
ESPEC SABERES E PRÁTICAS PARA A DOCÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL I	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	0	0	0	0
Total Geral										320	345	345	320	345	345	320	345

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 16 - Evolução dos balizadores do *Campus Catanduva*
Catanduva



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

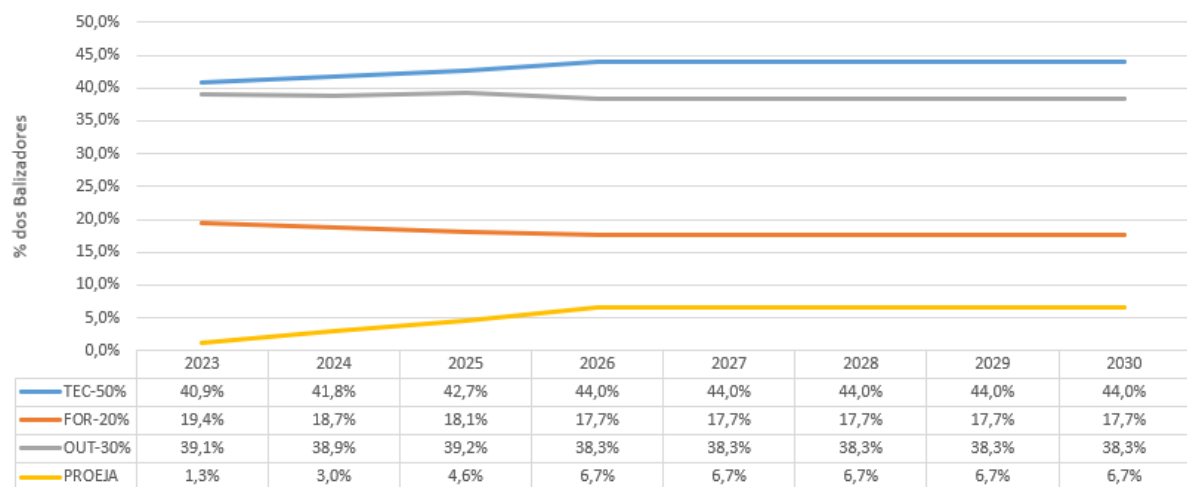
3.1.13 *Campus Cubatão*

Quadro 22 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus Cubatão*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
					Ves	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPECIALIZAÇÃO	Especialização em Engenharia Elétrica	ESPEC	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	nova	4	anual	0	30	30	30	30	30	30	30
TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	(vazio)	TEC	Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					0	40	40	40	40	40	40	40
LIC MATEMÁTICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC LETRAS	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
					Mat	OUT-30%	regime	10	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
TEC EVENTOS	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
CST AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
BACH TURISMO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
FIC ÁREA INFORMÁTICA	(vazio)	FIC	Proeja FIC - INT	Presencial	Not					40	0	0	0	0	0	0	0
Total Geral										480	510	510	510	510	510	510	510

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 17 - Evolução dos balizadores do *Campus* Cubatão



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

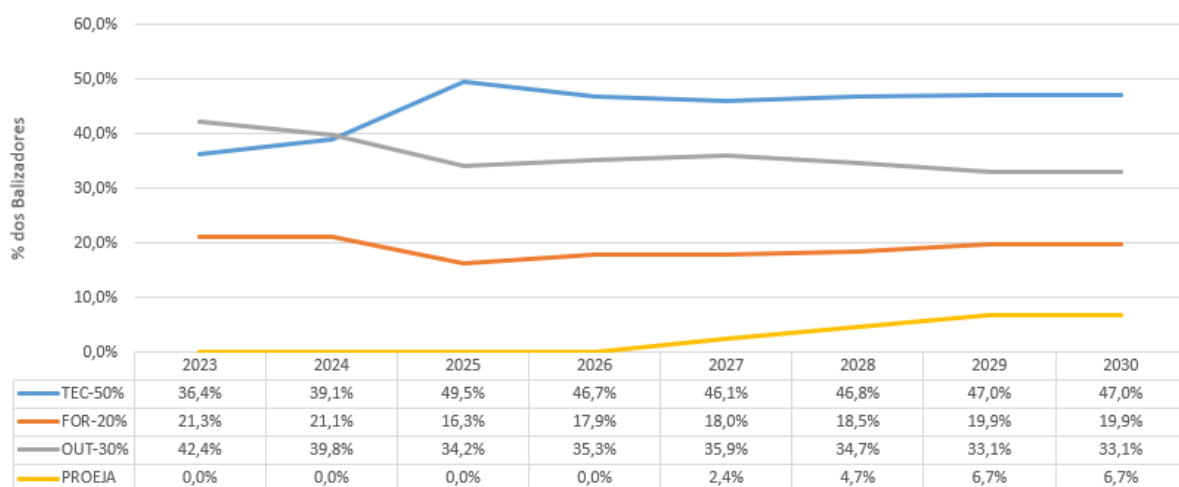
3.1.14 *Campus* Guarulhos

Quadro 23 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus* Guarulhos

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Ves	TEC-50%	nova	1	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPECIALIZAÇÃO	ESPEC EM INFORMÁTICA APLICADA	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	20	20	20	20	20	20
TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	1	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
LIC MATEMÁTICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	nova	1	anual	40	40	0	40	40	40	40	40
							regime	1	semestral	0	0	0	0	0	0	0	0
					Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MECATRÔNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	1	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
					Ves	TEC-50%	nova	1	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	TEC	CON/SUB	EaD/ofertante	Not					0	50	100	100	100	100	100	100
BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	nova	1	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
							regime	1	semestral	0	0	0	0	0	0	0	0
CST AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	1	semestral	0	0	0	0	0	0	0	0
TEC SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL	(vazio)	TEC	Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40	40
			CON/SUB	Presencial	Ves	TEC-50%	nova	1	semestral	0	40	80	80	80	80	80	80
MES-PRO	Mestrado Profissional na área de Educação	MES-PRO	n.a.	Presencial	Int	FOR-20%	nova	1	anual	0	0	0	0	20	20	20	20
BACH ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	nova	1	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
Total Geral										360	450	520	560	620	620	620	620

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 18 - Evolução dos balizadores do *Campus Guarulhos*



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

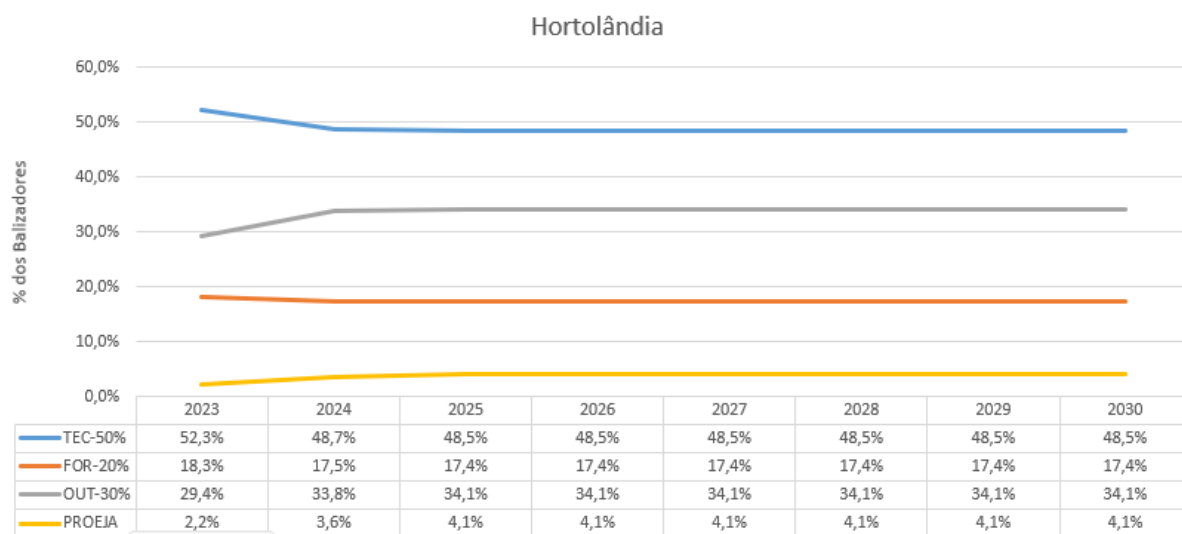
3.1.15 *Campus Hortolândia*

Quadro 24 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus Hortolândia*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40,00	40
TEC ELETROELETRÔNICA	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					25	25	25	25	25	25	25,00	25
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40,00	40
TEC MECÂNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40,00	40
TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40,00	40
LIC MATEMÁTICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40,00	40
BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40	40	40,00	40
ESPEC Educação Básica	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					30	0	30	0	30	0	30,00	0
TEC MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					20	40	40	40	40	40	40,00	40
TEC FABRICAÇÃO MECÂNICA	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40,00	40
ESPEC ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	0	0	0,00	0
				EaD/ofertante	Not					30	0	30	0	30	0	30,00	0
FIC ÁREA MECÂNICA	(vazio)	FIC	Proeja-FIC-CON	Presencial	Not					50	50	50	50	50	50	50,00	50
FIC ÁREA ELETROELETRÔNICA	(vazio)	FIC	Proeja-FIC-CON	Presencial	Not					25	25	25	25	25	25	25,00	25
FIC ÁREA FABRICAÇÃO MECÂNICA	(vazio)	FIC	Proeja-FIC-CON	Presencial	Not					0	25	25	25	25	25	25,00	25
Total Geral										460	445	505	445	505	445	505,00	445

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 19 - Evolução dos balizadores do *Campus Hortolândia*



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

3.1.16 *Campus Ilha Solteira*

Quadro 25 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus Avançado Ilha Solteira*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC EDIFICAÇÕES	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
			CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	0	0	0	0	0
TEC DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	(vazio)	TEC	SUB	EaD/polo	Var	TEC-50%	implantação	3	anual	0	0	150	150	0	150	150	0
Total Geral										80	80	230	230	80	230	230	80

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 20 - Evolução dos balizadores do *Campus Avançado Ilha Solteira*



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

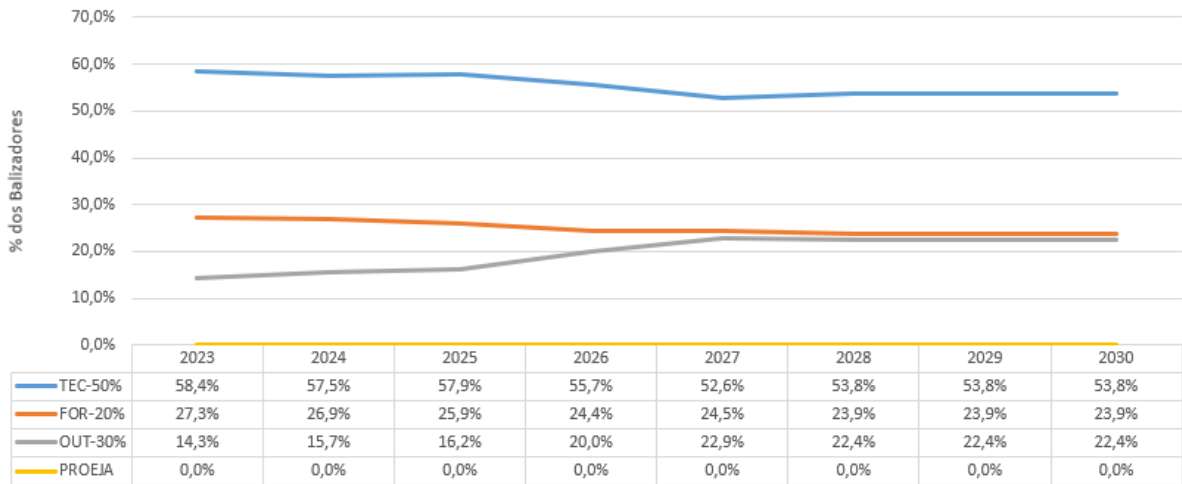
3.1.17 Campus Itapetininga

Quadro 26 - Plano de oferta de vagas de ingresso do Campus Itapetininga

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40,00	40
			Not					0	0	0	0	0	0	0,00	0		
			Var		TEC-50%	regime	4	semestral	0	0	0	0	0	0	0,00	0	
						extinção	4	semestral	80	80	80	0	0	0	0,00	0	
TEC MECÂNICA	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	0	0	0,00	0
BACH ENGENHARIA MECÂNICA	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40,00	40
ESPEC DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	25	0	0	0	0	0,00	0
LIC MATEMÁTICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40,00	40
TEC MECATRÔNICA	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40,00	40
TECNICO	Manutenção de Máquinas Industriais	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40,00	40
ESPEC ENSINO DE CIÊNCIAS	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40,00	40
TEC EDIFICAÇÕES	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	8	anual	0	0	40	40	40	40	40,00	40
			CON/SUB	Presencial	Var	TEC-50%	regime	4	anual	80	80	80	40	40	40	40,00	40
									semestral	0	0	0	0	0	0	0,00	0
LIC FÍSICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40,00	40
CST SISTEMAS PARA INTERNET	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					0	0	40	40	40	40	40,00	40
TEC MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40,00	40
LIC PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Int	FOR-20%	regime	2	anual	40	40	40	0	0	0	0,00	0
TEC ELETROMECÂNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40,00	40
			CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	0	0	0,00	0
					Var	TEC-50%	regime	4	anual	0	0	0	0	0	0	0,00	0
Total Geral										520	545	600	440	480	480	480,00	480

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 21 - Evolução dos balizadores do Campus Itapetininga



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

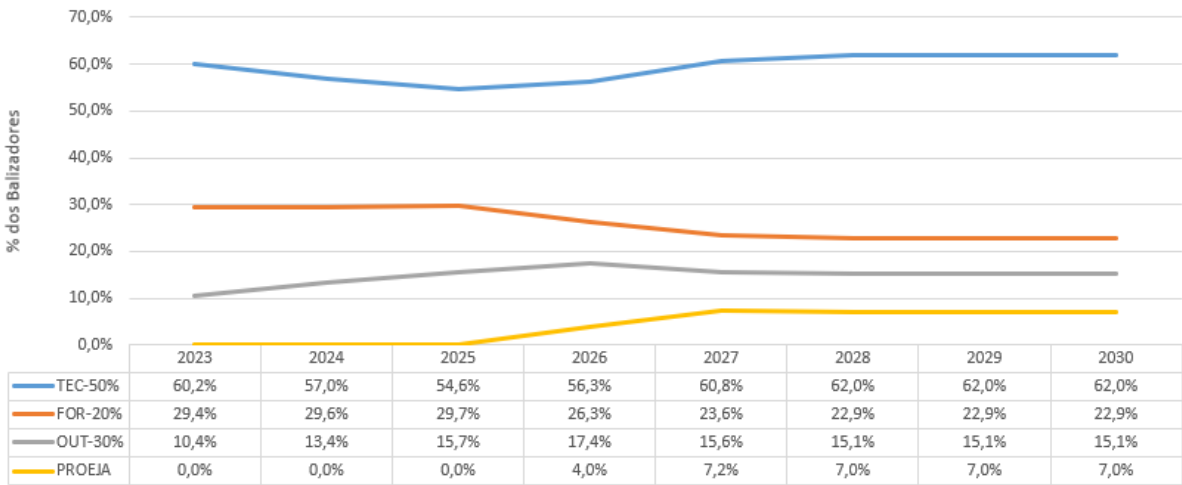
3.1.18 Campus Itaquaquecetuba

Quadro 27 - Plano de oferta de vagas de ingresso do Campus Itaquaquecetuba

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC MECÂNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	80	80	80	80	80	80	80	80
			CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
	PROEJA-FIC - Parceria com a Sec. de Educação - Ens Médio	TEC	Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					0	0	0	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA MECÂNICA	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Mat	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
					Not					0	0	0	0	0	0	0	0
					Ves	OUT-30%	implantação	10	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
LIC MATEMÁTICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Var	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC LETRAS	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Var	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MECATRÔNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Ves	TEC-50%	nova	8	anual	0	40	40	40	40	40	40	40
TEC DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Ves	TEC-50%	nova	4	anual	0	0	0	0	40	40	40	40
Total Geral										280	320	320	360	400	400	400	400

Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

Figura 22 - Evolução dos balizadores do Campus Itaquaquecetuba



Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

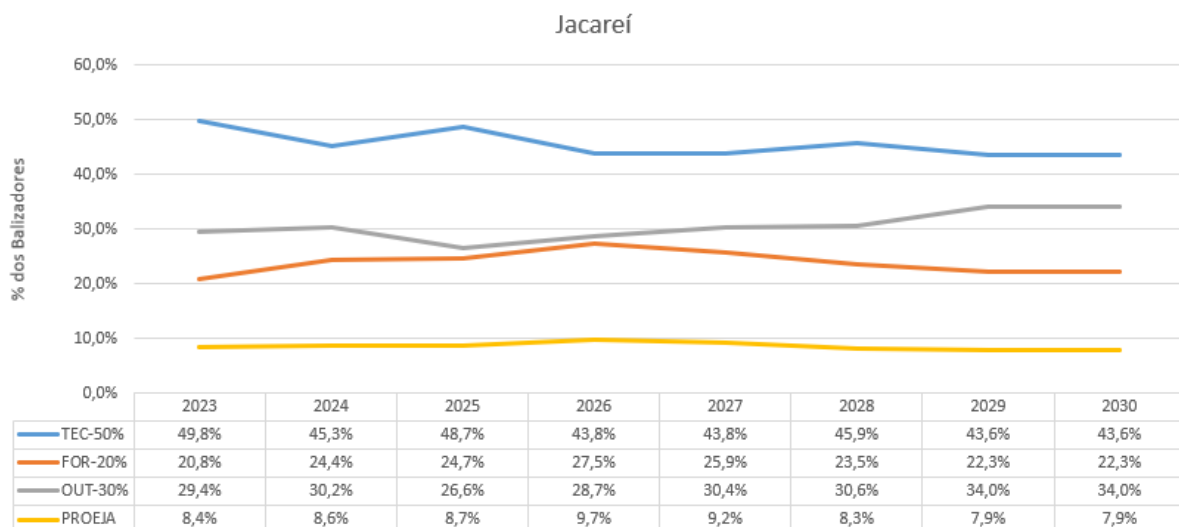
3.1.19 Campus Jacareí

Quadro 28 - Plano de oferta de vagas de ingresso do Campus Jacareí

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
							extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Mat	OUT-30%	extinção	6	anual	40	40	40	0	0	0	0	0
TEC ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
							extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
			Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40	40
			CON/SUB	Presencial	Not					40	80	80	40	40	0	40	40
					Ves	TEC-50%	regime	2	semestral	40	0	40	0	40	40	40	40
							extinção	4	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	4	anual	0	0	0	0	0	40	0	40
BACH ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
LIC PEDAGOGIA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
							extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
					Not					40	40	40	40	40	40	40	40
BACH CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	8	anual	0	0	0	35	35	35	35	35
TEC QUALIDADE	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	0	40
BACH ARQUITETURA E URBANISMO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Mat	OUT-30%	implantação	10	anual	0	0	35	35	35	35	35	35
TEC LOGÍSTICA	(vazio)	TEC	Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					40	40	40	40	0	0	0	0
			CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	40	0	40	40	0
TEC DESIGN DE INTERIORES	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	3	semestral	80	80	80	40	0	0	0	0
							extinção	3	semestral	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	4	anual	0	0	0	0	40	40	40	40
ESPEC INFORMÁTICA	(vazio)	ESPEC	n.a.	EaD/ofertante	Mat	OUT-30%	nova	3	anual	0	0	0	0	0	10	10	0
MES-PRO ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	MES-PRO	n.a.	Presencial	Var	OUT-30%	implantação	4	anual	0	0	0	0	10	0	10	0
CST Design de Interiores	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Mat	OUT-30%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
								5	anual	40	40	0	0	0	0	0	0
Total Geral										480	480	515	430	480	520	490	510

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 23 - Evolução dos balizadores do Campus Jacareí



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

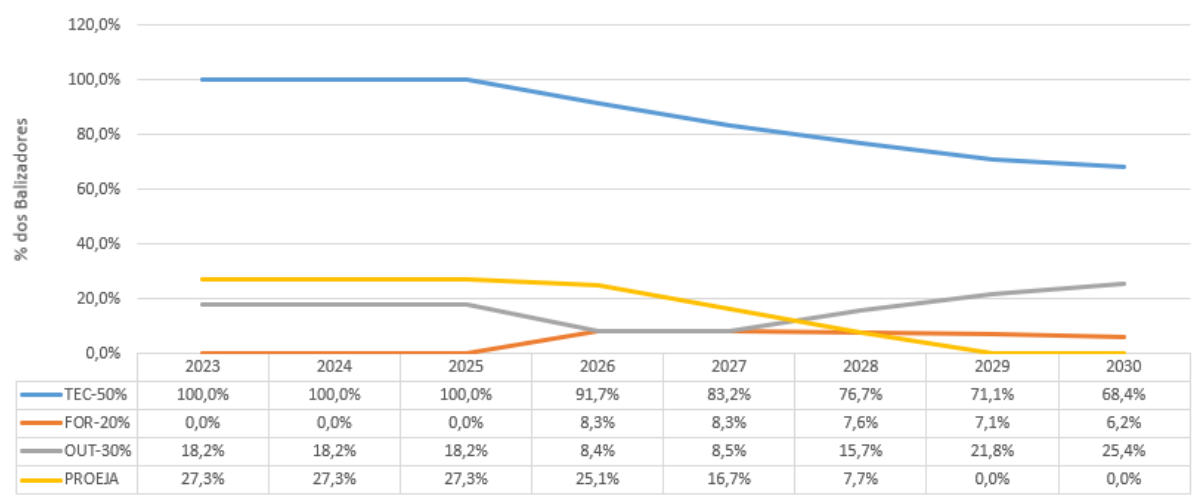
3.1.20 Campus Jundiá

Quadro 29 - Plano de oferta de vagas de ingresso do Campus Avançado Jundiá

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Ves	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	0	0	40	40	40,00	40
			Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					40	40	40	40	0	0	0,00	0
			CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	40	80	80	80,00	80
TEC QUALIDADE	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	0	0	0	40	40,00	40
BACH ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	(vazio)	BACH	SUB	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40,00	40
ESPEC ENSINO INTERDISCIPLINAR E PRÁTICAS DOCENTES	(vazio)	ESPEC	SUB	Presencial	Not					0	0	0	40	40	40	40,00	40
TEC COMÉRCIO	(vazio)	TEC	SUB	Presencial	Not					80	80	80	40	0	0	0,00	0
TEC LOGÍSTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	80	80	80	80	40	40	40,00	40
							extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0	0,00	0
Total Geral										200	200	200	240	240	280	280,00	280

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 24 - Evolução dos balizadores do Campus Avançado Jundiá



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

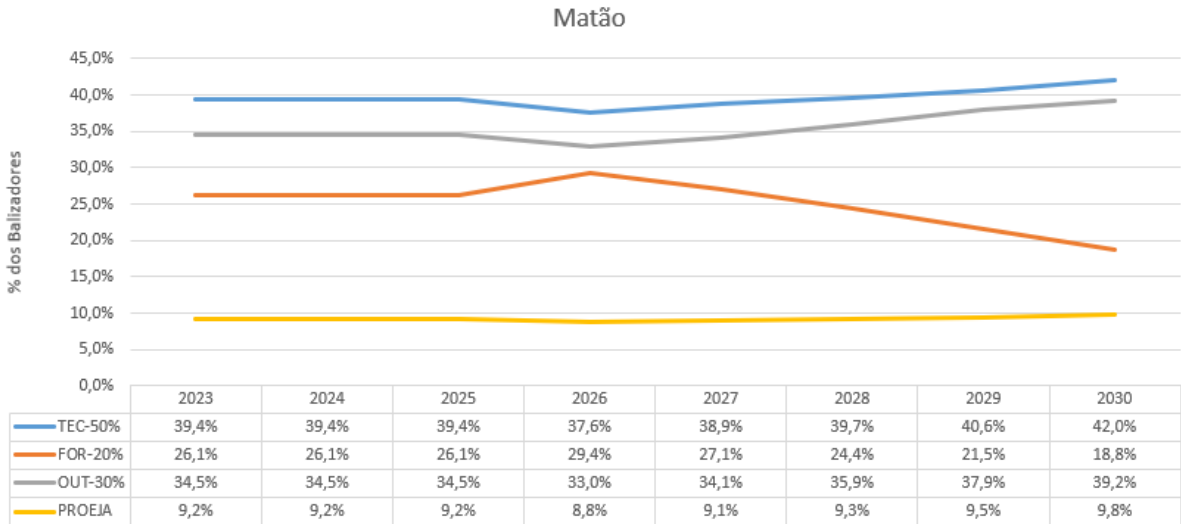
3.1.21 Campus Matão

Quadro 30 - Plano de oferta de vagas de ingresso do Campus Matão

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										VIng-2023	VIng-2024	VIng-2025	VIng-2026	VIng-2027	VIng-2028	VIng-2029	VIng-2030
ESPEC ENSINO	Educação Inclusiva na Cultura Digital	ESPEC	n.a.	EaD/ofertante	Not					0	0	0	60	60	60	60	60
LIC QUÍMICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
					Not					80	80	80	80	40	40	40	40
ESPECIALIZAÇÃO	Especialização em Produção Sucoenergética	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					30	30	30	30	0	0	0	0
				EaD/ofertante	Not					0	0	0	0	30	30	30	30
TEC QUÍMICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
	Técnico em Açúcar e Alcool	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC ALIMENTOS	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
MES-PRO	A ser definido	MES-PRO	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	nova	4	anual	0	0	0	0	0	15	15	15
TEC SEGURANÇA DO TRABALHO	Proeja	TEC	Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA DE ALIMENTOS	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA QUÍMICA	Bach Engenharia de energias renováveis	BACH	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
Total Geral										350	350	350	410	370	385	385	385

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 25 - Evolução dos balizadores do Campus Matão



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

3.1.22 Campus Miracatu

Nesta primeira revisão do PDI 2024-2029, o *campus* não apresenta planilha de impacto contendo dados relativos ao plano de oferta de vagas de ingresso, bem como não foram disponibilizadas informações sobre a evolução dos balizadores.

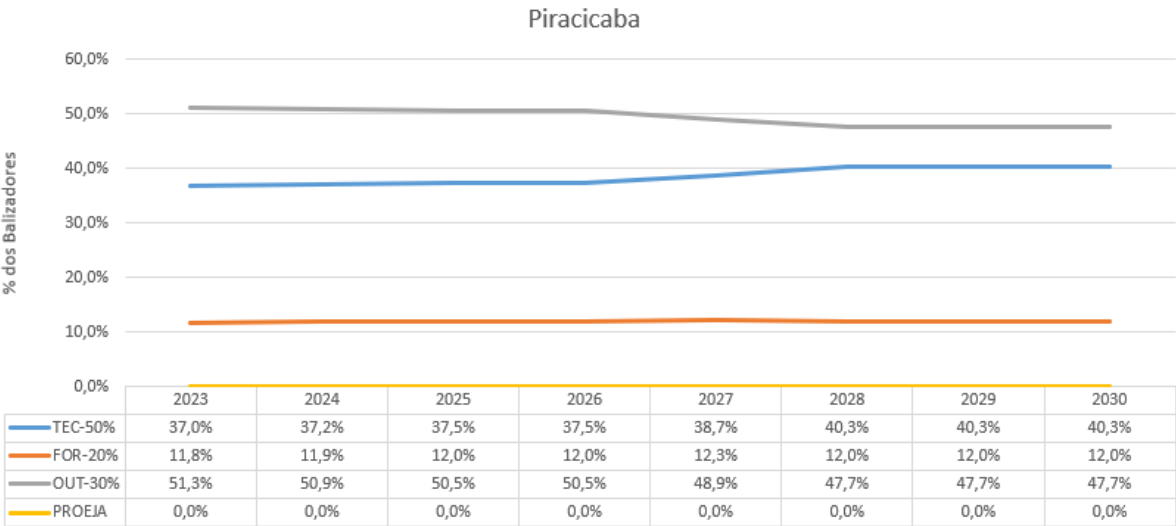
3.1.23 Campus Piracicaba

Quadro 31 - Plano de oferta de vagas de ingresso do Campus Piracicaba

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA ELÉTRICA	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MECÂNICA	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
ESPECIALIZAÇÃO	Especialização em Educação em Direitos Humanos	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					20	20	20	20	20	20	20	20
BACH ENGENHARIA MECÂNICA	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC QUALIDADE	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	0	0	40	40	40
CST AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					30	30	30	30	30	30	30	30
LIC FÍSICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
								10	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
TEC MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
Total Geral										370	370	370	370	370	410	410	410

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 26 - Evolução dos balizadores do Campus Piracicaba



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

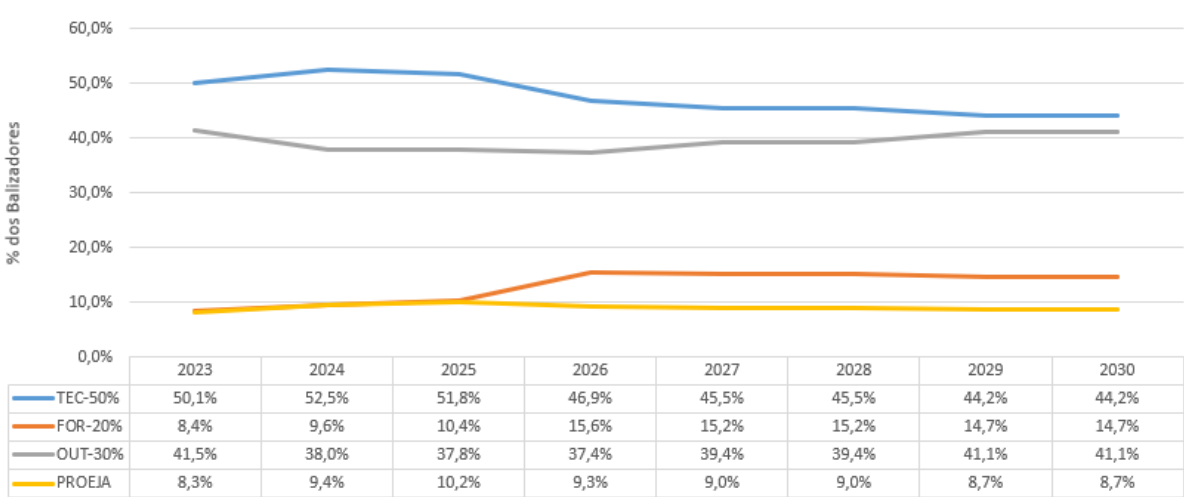
3.1.24 Campus Pirituba

Quadro 32 - Plano de oferta de vagas de ingresso do Campus Pirituba

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	TEC	Proeja-TEC-INT	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	6	outro	40	40	40	40	40	40	40	40
			CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
LIC LETRAS – PORTUGUÊS E INGLÊS	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC Educação Básica	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	40	40	40	40	40
BACH ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC REDES DE COMPUTADORES	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
CST GESTÃO PÚBLICA	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	0	0	0	0	0
ESPEC GESTÃO DE PROJETOS	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC HUMANIDADES	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC LOGÍSTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	80	80	80	40	40	40	40	40
TEC EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	0	40	40	40	40	40
Total Geral										480	480	480	520	520	520	520	520

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 27 - Evolução dos balizadores do Campus Pirituba



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

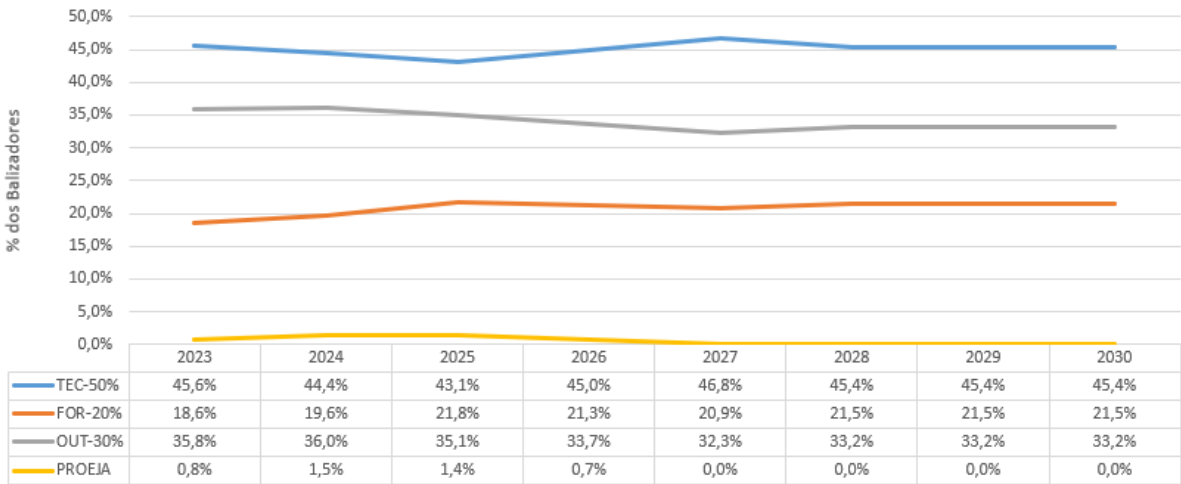
3.1.25 Campus Presidente Epitácio

Quadro 33 - Plano de oferta de vagas de ingresso do Campus Presidente Epitácio

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA		TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA ELÉTRICA		BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC ADMINISTRAÇÃO		TEC	CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40	40
TEC ELETROTÉCNICA		TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	0	0	0	0	0	0	0
LIC LETRAS – PORTUGUÊS E INGLÊS		LIC	n.a.	Presencial	Int	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	0	0	0	0	0
CST PROCESSOS GERENCIAIS		CST	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC LETRAS		LIC	n.a.	Presencial	Int	FOR-20%	implantação	8	anual	0	0	0	40	40	40	40	40
TEC MECATRÔNICA		TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC PEDAGOGIA		LIC	n.a.	Presencial	Int	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO		BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC EDIFICAÇÕES		TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
		TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	40	40	40	40	40	40
TEC SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL		TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC COMÉRCIO		TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	0	0	0	0
FIC ÁREA INFORMÁTICA		FIC	Proeja FIC - INT	Presencial	Not					40	40	40	0	0	0	0	0
TEC DESIGN DE INTERIORES		TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
Total Geral										520	480	520	480	480	480	480	480

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 28 - Evolução dos balizadores do Campus Presidente Epitácio



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

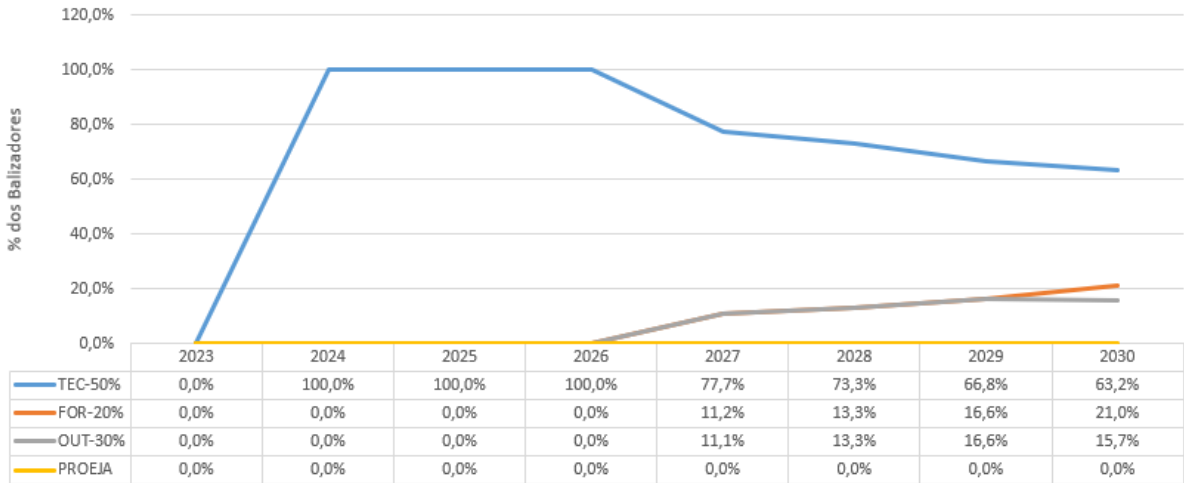
3.1.26 Campus Presidente Prudente

Quadro 34 - Plano de oferta de vagas de ingresso do Campus Presidente Prudente

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC ALIMENTOS	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	0	0	40	40	40	40
LIC CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40	40
TEC AGROINDÚSTRIA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	0	80	80	80	80	80
			CON/SUB	Presencial	Not					0	40	40	40	40	40	40	40
TEC EDIFICAÇÕES	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40	40
CST ALIMENTOS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40	40
Total Geral										0	40	40	120	280	280	280	280

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 29 - Evolução dos balizadores do Campus Presidente Prudente



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

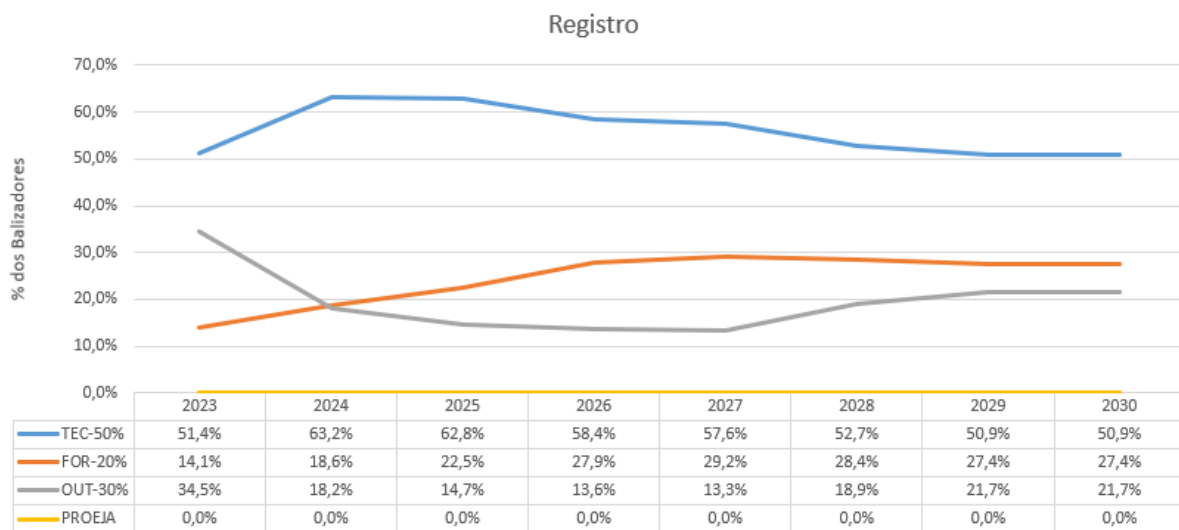
3.1.27 Campus Registro

Quadro 35 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus* Registro

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40	40
TEC MECATRÔNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
			CON/SUB	Presencial	Not						40	40	40	40	40	40	40
LIC PEDAGOGIA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC EDIFICAÇÕES	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
			CON/SUB	Presencial	Not						40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	0	40	40	40	40	40	40
LIC FÍSICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC GESTÃO EMPRESARIAL	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	30	30	30	30
TEC LOGÍSTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
			CON/SUB	Presencial	Not						80	80	80	80	0	0	0
Total Geral										400	360	400	400	390	390	390	390

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 30 - Evolução dos balizadores do *Campus* Registro



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

3.1.28 Campus Rio Claro

Nesta primeira revisão do PDI 2024-2029, o *campus* não apresenta planilha de impacto contendo dados relativos ao plano de oferta de vagas de ingresso, bem como não foram disponibilizadas informações sobre a evolução dos balizadores.

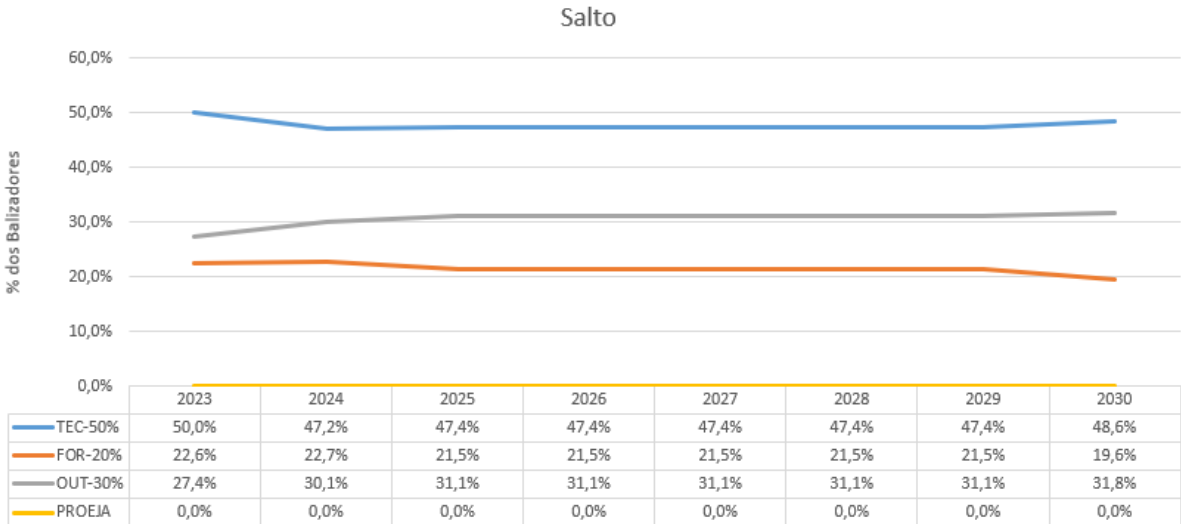
3.1.29 Campus Salto

Quadro 36 - Plano de oferta de vagas de ingresso do Campus Salto

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
			CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					0	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC ENSINO	Especialização em Educação em Matemática	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	30	0	0	30	0	0	30
TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
			CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
TEC ADMINISTRAÇÃO	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - EAD	TEC	SUB	EaD/ofertante	Var	TEC-50%	nova	2	anual	160	160	160	160	160	160	160	160
TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	80	80	80	80	80	80	80	80
			CON/SUB	Presencial	Not					0	40	40	40	40	40	40	40
LIC MATEMÁTICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
LIC LETRAS	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MECATRÔNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
							implantação	10	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
ESPEC TEMAS TRANSVERSAIS	ESPECIALIZAÇÃO EM TEMAS TRANSVERSAIS	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	30	0	0	30	0	0
CST GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	0	0	0	0
BACH CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Mat	OUT-30%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
							implantação	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
ESPEC EDUCAÇÃO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	Especialização em Cultura, educação e tecnologias	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					30	0	0	30	0	0	30	0
Total Geral										590	670	670	670	670	670	670	670

Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

Figura 31 - Evolução dos balizadores do Campus Salto



Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

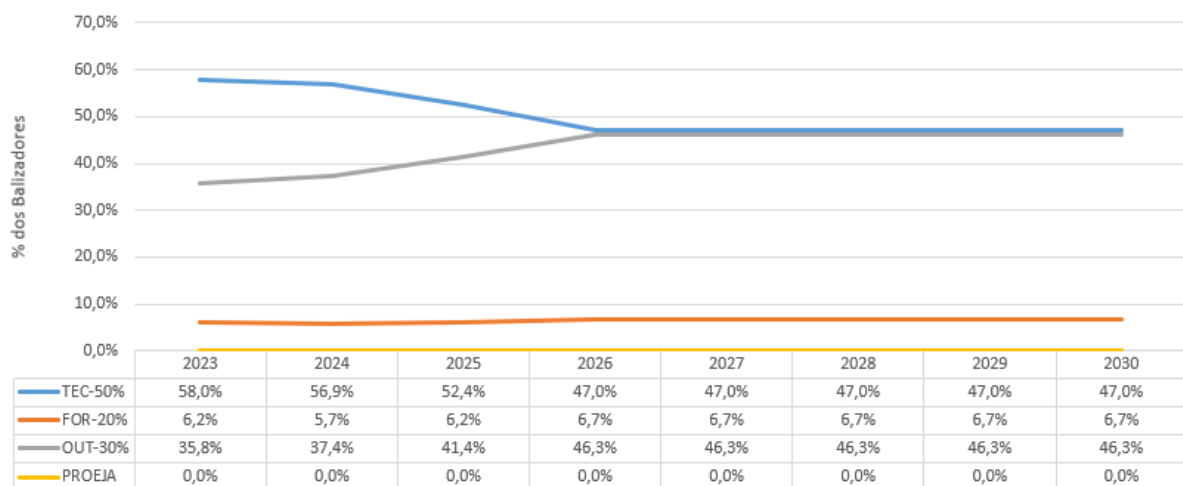
3.1.30 Campus São Carlos

Quadro 37 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus São Carlos*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
BACHARELADO	Bacharelado em Engenharia Aeronáutica	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
					Var	OUT-30%	extinção	6	semestral	0	0	0	0	0	0	0	0
ESPECIALIZAÇÃO	ESPEC EDUCAÇÃO: CULTURA, CIÊNCIA E SOCIEDADE	ESPEC	n.a.	Presencial	Int	FOR-20%	nova	3	semestral	30	60	60	60	60	60	60	60
MES-PRO Ensino	Mestrado Profissional em Ensino	MES-PRO	n.a.	Presencial	Ves	FOR-20%	nova	4	anual	0	0	15	15	15	15	15	15
CST PROCESSOS GERENCIAIS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC EDUCAÇÃO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Int	FOR-20%	extinção	3	semestral	30	0	0	0	0	0	0	0
TEC QUALIDADE	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
BACH ENGENHARIA DE SOFTWARE	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA INTERNET E DISPOSITIVOS MÓVEIS	(vazio)	ESPEC	n.a.	EaD/ofertante	Var	OUT-30%	implantação	3	anual	30	30	30	30	30	30	30	30
TEC MANUTENÇÃO DE AERONAVES EM CÉLULA	TEC MANUT DE AERO EM CÉLULA	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
	TEC MANUT DE AERO EM GRUPO MOTO PROPULSOR	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
TEC MANUTENÇÃO DE AERONAVES EM AVIÔNICOS	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
	TEC MANUTENÇÃO AERONÁUTICA EM AVIÔNICOS	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
Total Geral										610	610	625	625	625	625	625	625

Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

Figura 32 - Evolução dos balizadores do *Campus São Carlos*



Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

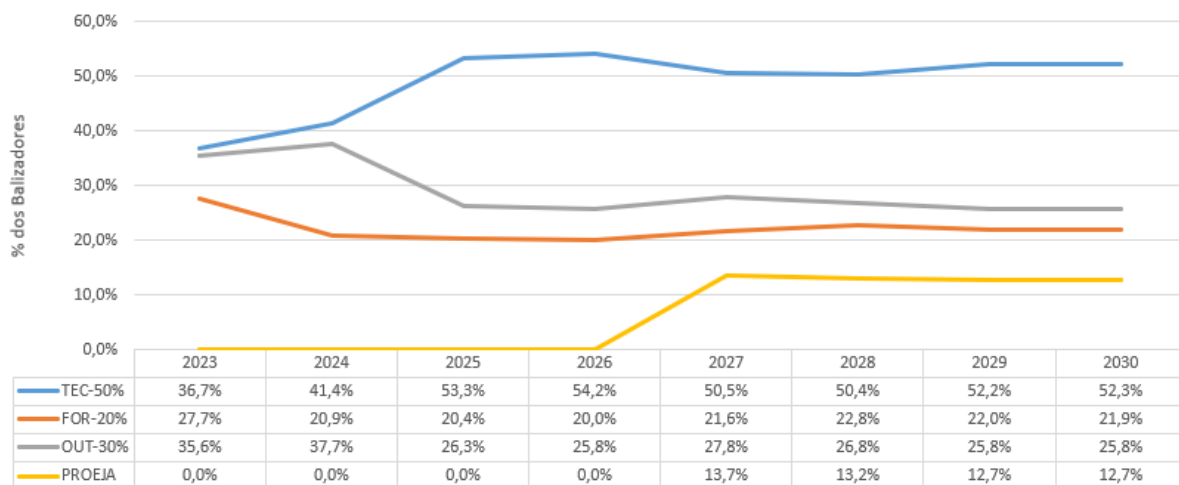
3.1.31 Campus São João da Boa Vista

Quadro 38 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus São João da Boa Vista*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	8	anual	0	0	40	40	40	40	40	40
					Ves	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	0	0	0	0	0	0
			Projeja-TEC-INT	EaD/ofertante	Not					0	0	0	0	300	300	300	300
TEC ELETRÔNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	80	40	40	40	40
TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	0	0	0	0
TEC ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
LIC FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO	Complementação Pedagógica	LIC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	0	40	40	40
CST PROCESSOS GERENCIAIS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MECATRÔNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	nova	8	anual	0	0	0	0	40	40	40	40
TEC (não constante da lista – ver nome na coluna AL)	Técnico Concomitante/S ubsequente em Energias Renováveis	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	0	0	40	40	40
BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
CST SISTEMAS PARA INTERNET	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					80	40	40	40	40	40	40	40
TEC MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	Informática na Educação	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	0	0	0	0
ESPEC HUMANIDADES	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					40	40	0	40	40	0	40	40
ESPEC INFORMÁTICA	(vazio)	ESPEC	n.a.	EaD/ofertante	Var	FOR-20%	regime	3	bianual	120	0	120	120	0	120	120	0
TEC MULTIMÍDIA	Técnico em Multimídias Didáticos	TEC	CON/SUB	EaD/ofertante	Var	TEC-50%	regime	3	anual	300	300	0	300	300	300	300	300
			SUB	EaD/ofertante	Var	TEC-50%	especial	3	anual	0	0	450	0	0	0	0	0
LIC CIÊNCIAS DA NATUREZA - HABILITAÇÃO EM QUÍMICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
LIC CIÊNCIAS DA NATUREZA - HABILITAÇÃO EM FÍSICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
Total Geral										940	780	1010	940	1040	1200	1240	1120

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 33 - Evolução dos balizadores do *Campus São João da Boa Vista*



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

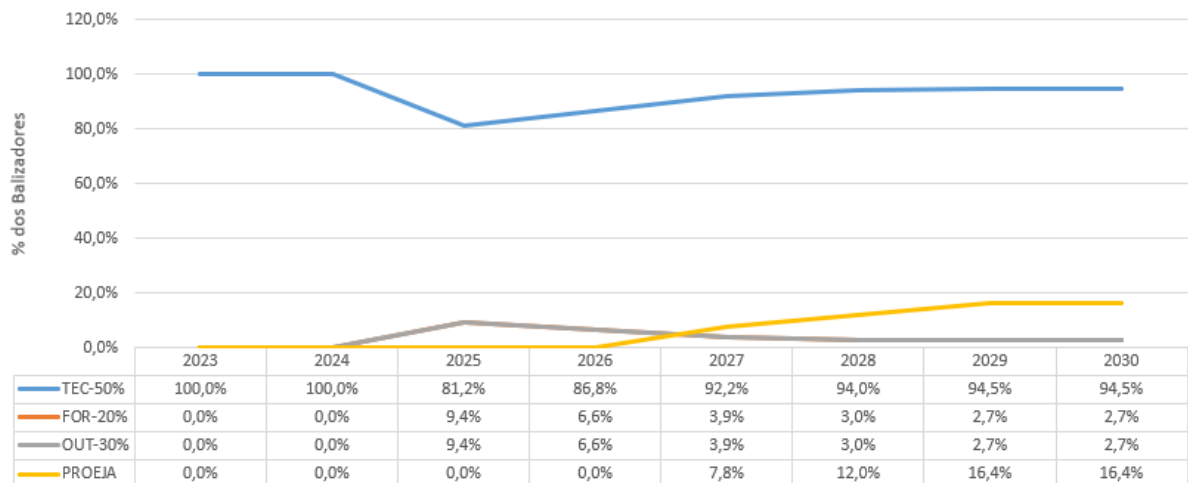
3.1.32 Campus São José do Rio Preto

Quadro 39 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus* São José do Rio Preto

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	36	36	36	36	36	36
			CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPECIALIZAÇÃO	ESPEC Internet das Coisas - IoT	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	60	60	60	60	60	60
	ESPEC Informática para Educação	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	30	30	30	30	30	30
TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	36	36	36	36	36	36
			CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC (não constante da lista – ver nome na coluna AL)	TEC ARTES VISUAIS	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40	40
	TEC EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40	40
TEC PRODUÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	0	36	36	36	36	36
TEC BIOTECNOLOGIA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	0	0	36	36	36	36
TEC ENFERMAGEM	(vazio)	TEC	Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					0	0	0	0	36	36	36	36
Total Geral										80	80	242	278	430	430	430	430

Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

Figura 34 - Evolução dos balizadores do *Campus* São José do Rio Preto
São José do Rio Preto



Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

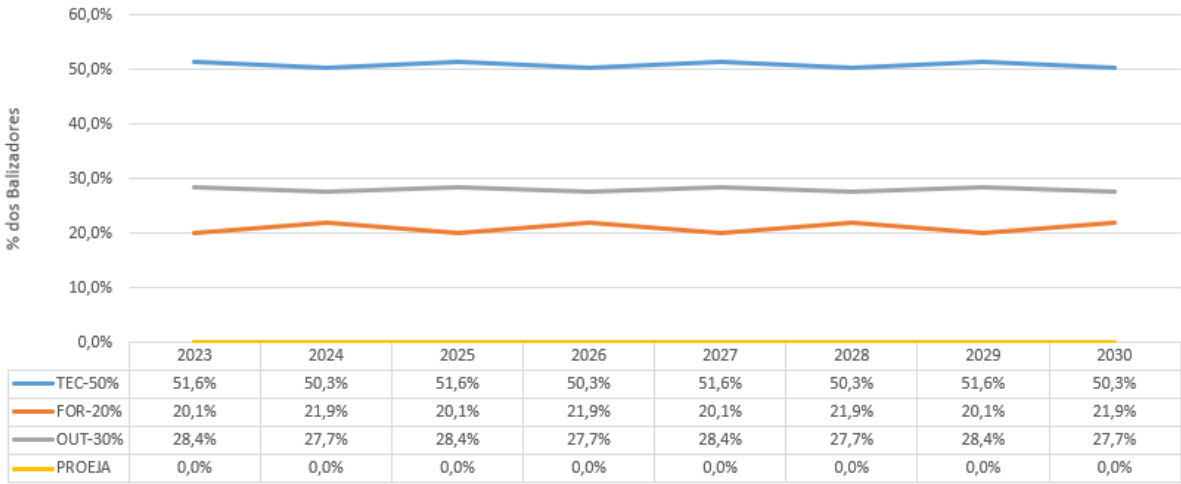
3.1.33 Campus São José dos Campos

Quadro 40 - Plano de oferta de vagas de ingresso do Campus São José dos Campos

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
LIC QUÍMICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MECÂNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
			CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
			CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
TEC ELETROTÉCNICA	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
BACH ENGENHARIA MECÂNICA	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	extinção	10	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC MATEMÁTICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC Educação Básica	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Ves	FOR-20%	implantação	4	bianual	0	40	0	40	0	40	0	40
Total Geral										480	520	480	520	480	520	480	520

Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

Figura 35 - Evolução dos balizadores do Campus São José dos Campos
São José dos Campos



Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

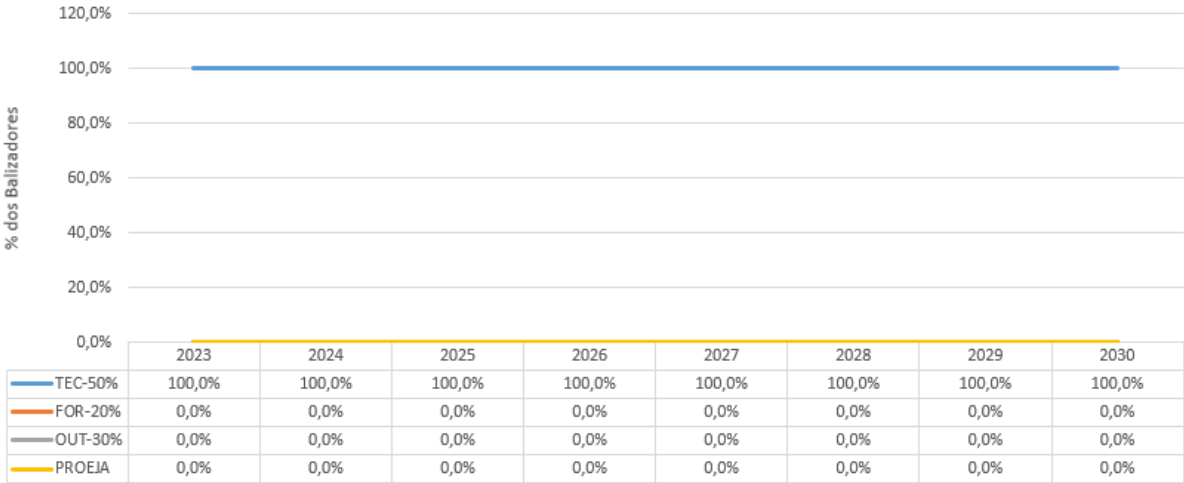
3.1.34 Campus São Miguel Paulista

Quadro 41 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus Avançado São Miguel Paulista*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TÉCNICO	TEC Produção de Design Gráfico	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	nova	8	anual	0	0	40	40	40	40	40	40
TEC PRODUÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
Total Geral										80	80	120	120	120	120	120	120

Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

Figura 36 - Evolução dos balizadores do *Campus Avançado São Miguel Paulista*



Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

3.1.35 Campus São Paulo

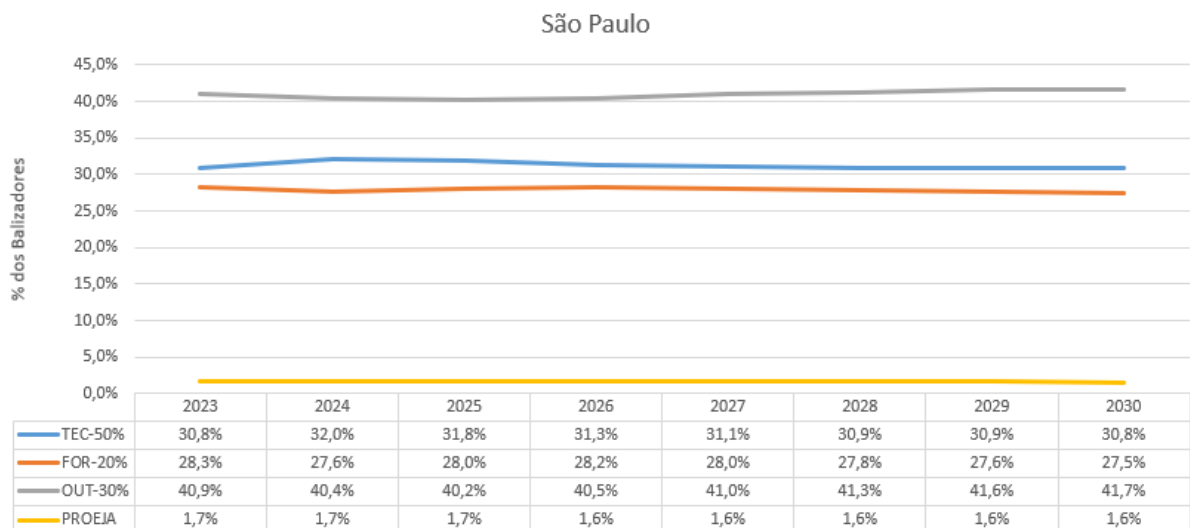
Quadro 42 - Plano de oferta de vagas de ingresso do Campus São Paulo

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
TEC ELETRÔNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Mat	OUT-30%	regime	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
					Not					80	80	80	80	80	80	80	80
ESPEC EIXO CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	Controle e Automação	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					20	20	20	20	20	20	20	20
TEC TELECOMUNICAÇÕES	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
			CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	0	0	0	0	0
LIC QUÍMICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA ELÉTRICA	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MECÂNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
			CON/SUB	Presencial	Ves		implantação	3	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
	matutino		INT	Presencial	Mat		regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
	vespertino		INT	Presencial	Ves		regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPECIALIZAÇÃO	Gestão de Serviços Turísticos	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	20	20	20	20	20	20	20
TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
TEC ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	TEC	Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC ELETROTÉCNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
			CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
LIC FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO	(vazio)	LIC	n.a.	EaD/ofertante	Var	FOR-20%	regime	3	anual	50	50	50	50	50	50	50	50
								1	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
BACH ENGENHARIA MECÂNICA	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	extinção	10	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC MATEMÁTICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	80	40	40	40	40	40	40	40
	reformulação por força de lei	LIC	n.a.	Presencial	Mat					0	40	40	40	40	40	40	40
LIC LETRAS	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
									semestral	0	0	0	0	0	0	0	0
	OFERTA TURNO NOTURNO A PARTIR DE 2023_2	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
		TEC	INT	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TECNICO	Curso Técnico em Desenvolvimento Comunitário	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					0	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Ves	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
CST GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC QUALIDADE	(vazio)	TEC	Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					0	0	0	0	0	0	0	0
TEC EDIFICAÇÕES	separação - turnos - vespertino	TEC	CON/SUB	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	80	80	80	80	80
							extinção	4	semestral	0	0	0	0	0	0	0	0
	separação - turnos - noturno	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
CST AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
CST SISTEMAS ELÉTRICOS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ARQUITETURA E URBANISMO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA CIVIL	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA ELETRÔNICA	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
LIC GEOGRAFIA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Var	FOR-20%	regime	8	semestral	80	80	80	80	80	80	80	80
ESPEC FORMAÇÃO DE PROFESSORES - ENFASE ENSINO SUPERIOR	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	3	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE EJA	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Var	FOR-20%	regime	4	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC AEROPORTOS - PROJETO E CONSTRUÇÃO	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
MES-PRO ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	(vazio)	MES-PRO	n.a.	Presencial	Ves	FOR-20%	regime	4	anual	20	20	20	20	20	20	20	20
MES-ACAD ENGENHARIA MECÂNICA	(vazio)	MES-ACAD	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	4	anual	20	20	20	20	20	20	20	20
MES-PRO MATEMÁTICA - PROFMAT	(vazio)	MES-PRO	n.a.	Presencial	Int	FOR-20%	regime	4	anual	20	20	20	20	20	20	20	20
LIC FÍSICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Var	FOR-20%	regime	8	semestral	80	160	160	160	160	160	160	160
	reformulação por força de lei	LIC	n.a.	Presencial	Var	FOR-20%	regime	10	semestral	0	0	0	0	0	0	0	0
ESPEC EIXO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	Especialização em Ensino de Filosofia	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					20	20	20	20	20	20	0	0
	Especialização em Geografia	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	30	30	30	30	30	30	30
CST GESTÃO DE TURISMO	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Mat	OUT-30%	regime	6	semestral	0	0	0	0	0	0	0	0
					Not					80	80	80	80	80	80	80	80
	Inclusão período mat. anual	CST	n.a.	Presencial	Mat		regime	6	semestral	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC RESTAURANTE E BAR	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Mat	TEC-50%	implantação	3	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Bach Sistema da Inf matutino - implantação	BACH	n.a.	Presencial	Mat	OUT-30%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
MES-ACAD (não constante da lista - ver nome na coluna AL)	Mestrado acadêmico em Arquitetura e Urbanismo	MES-ACAD	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	20	20	20	20
		MES-ACAD	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	0	0	0	0
DOC-PRO (não constante da lista - ver nome na coluna AL)	DOC-ACAD ENGENHARIA MECÂNICA	DOC-PRO	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	0	20	20	20
MES-PRO (não constante da lista - ver nome na coluna AL)	Mestrado profissional em Informática	MES-PRO	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	20	20	20	20	20
Total Geral										2070	2240	2240	2260	2280	2300	2280	2280

Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

Figura 37 - Evolução dos balizadores do *Campus* São Paulo



Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

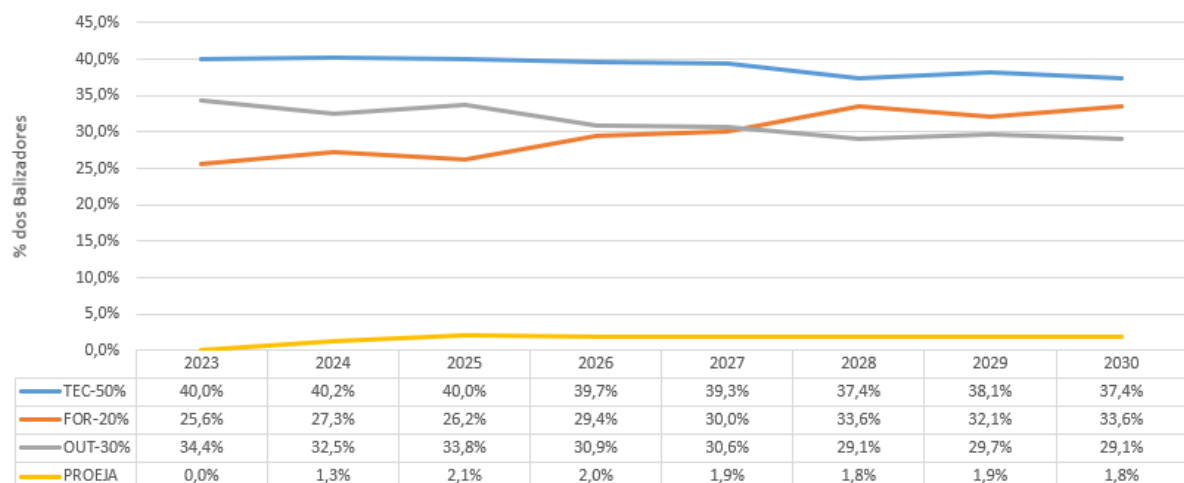
3.1.36 Campus São Roque

Quadro 43 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus São Roque*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
			CON	Presencial	Ves	TEC-50%	nova	3	anual	0	0	40	40	40	40	40	40
TEC ALIMENTOS	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
CST GESTÃO AMBIENTAL	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Mat	OUT-30%	extinção	5	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	5	anual	0	40	40	40	40	40	40	40
CST VITICULTURA E ENOLOGIA	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Mat	OUT-30%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	extinção	8	bianual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	8	bianual	40	0	40	0	40	0	40	0
					Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC ENSINO DE CIÊNCIAS	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					30	30	0	30	30	0	30	30
TEC MEIO AMBIENTE	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	6	anual	40	80	80	80	80	80	80	80
ESPEC EIXO GESTÃO E NEGÓCIOS	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	30	0	30	0	30	0
LIC PEDAGOGIA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					0	0	40	40	40	40	40	40
ESPEC TEMAS TRANSVERSAIS	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	30	0	30	0	30
FIC EIXO GESTÃO E NEGÓCIOS	(vazio)	FIC	Proeja-FIC-CON	Presencial	Not					0	40	40	40	40	40	40	40
Total Geral										310	390	510	500	540	470	540	500

Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

Figura 38 - Evolução dos balizadores do *Campus São Roque*



Fonte: PDI 2024-2029 vigente.

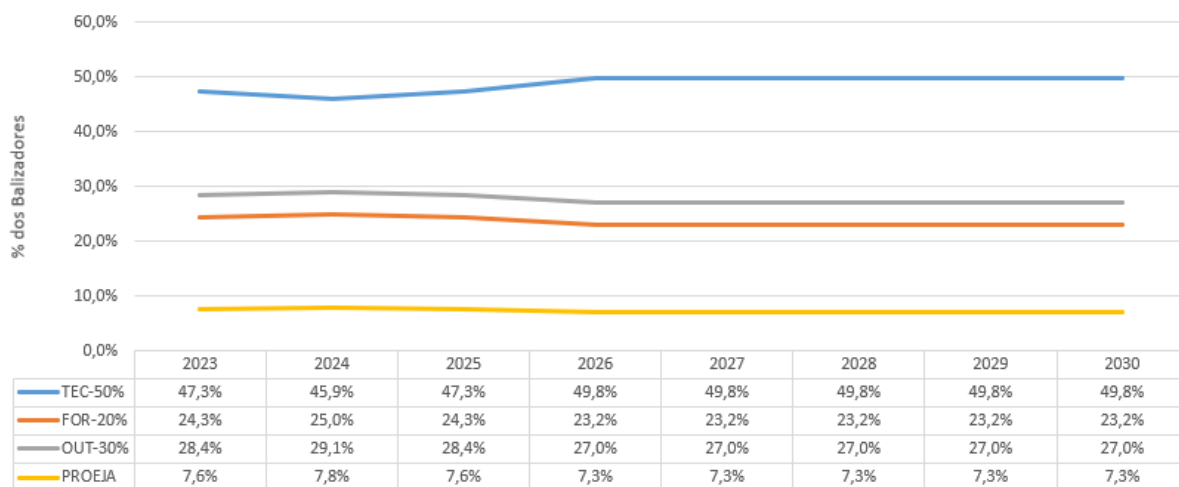
3.1.37 Campus Sertãozinho

Quadro 44 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus Sertãozinho*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC ELETRÔNICA	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	0	40	40	40	40	40	40
LIC QUÍMICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	nova	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
							extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
BACH ENGENHARIA ELÉTRICA	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MECÂNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	nova	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
					Ves		nova	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
			Proeja-TEC-INT	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	nova	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
					Ves		nova	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
							extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
TEC QUÍMICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Mat	TEC-50%	nova	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
					Ves		nova	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
							extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
TEC ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC CERVEJARIA	(vazio)	TEC	SUB	Presencial	Not					40	0	40	40	40	40	40	40
TEC ELETROTÉCNICA	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MARKETING	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
LIC LETRAS – PORTUGUÊS E INGLÊS	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	nova	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
							extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
LIC FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Int	FOR-20%	nova	3	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
							extinção	3	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
MES-PRO Ensino	(vazio)	MES-PRO	n.a.	Presencial	Int	FOR-20%	nova	4	anual	24	24	24	24	24	24	24	24
							extinção	4	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
CST GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA MECÂNICA	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
Total Geral										624	544	624	624	624	624	624	624

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 39 - Evolução dos balizadores do *Campus Sertãozinho*
Sertãozinho



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

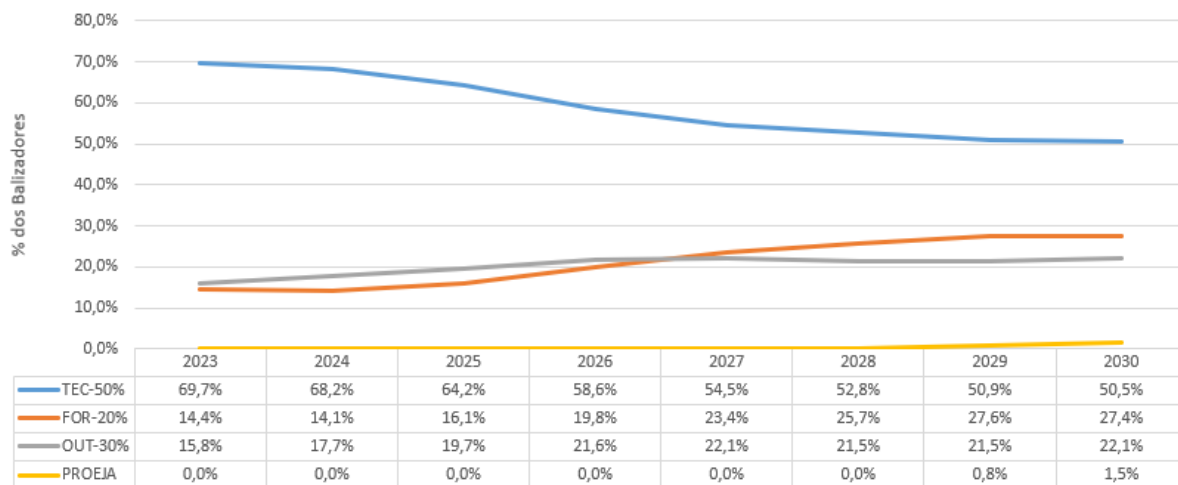
3.1.38 Campus Sorocaba

Quadro 45 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus Sorocaba*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC ELETROELETRÔNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
					Mat		extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
			CON/SUB	Presencial	Not					40	40	0	0	0	0	0	0
ESPEC EIXO CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	Indústria 4.0	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					20	20	20	20	20	20	20	20
TEC MECÂNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	0	0	40	40	40	40	40	40
							implantação	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
TEC ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
							extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
			CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	80	80	80	80	80
LIC LETRAS – PORTUGUÊS E INGLÊS	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Ves	FOR-20%	regime	8	anual	0	0	40	0	0	0	0	0
								10	anual	0	0	0	40	40	40	40	40
							implantação	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
								10	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
CST GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MECATRÔNICA	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					40	40	80	80	80	80	80	80
ESPEC Educação Básica	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	nova	3	anual	0	0	0	20	20	20	20	20
ESPEC EIXO GESTÃO E NEGÓCIOS	Desenvolvimento de Pessoas	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					20	20	20	20	20	20	20	20
LIC PEDAGOGIA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	0	40	40	40	40	40	40	40
							extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
							implantação	8	anual	0	0	0	0	0	0	0	0
CST ENERGIAS RENOVÁVEIS	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					0	0	40	40	40	40	40	40
FIC ÁREA ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	FIC	Proeja-FIC-CON	Presencial	Not					0	0	0	0	0	0	40	40
Total Geral										320	360	480	500	500	500	540	540

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 40 - Evolução dos balizadores do *Campus Sorocaba*
Sorocaba



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

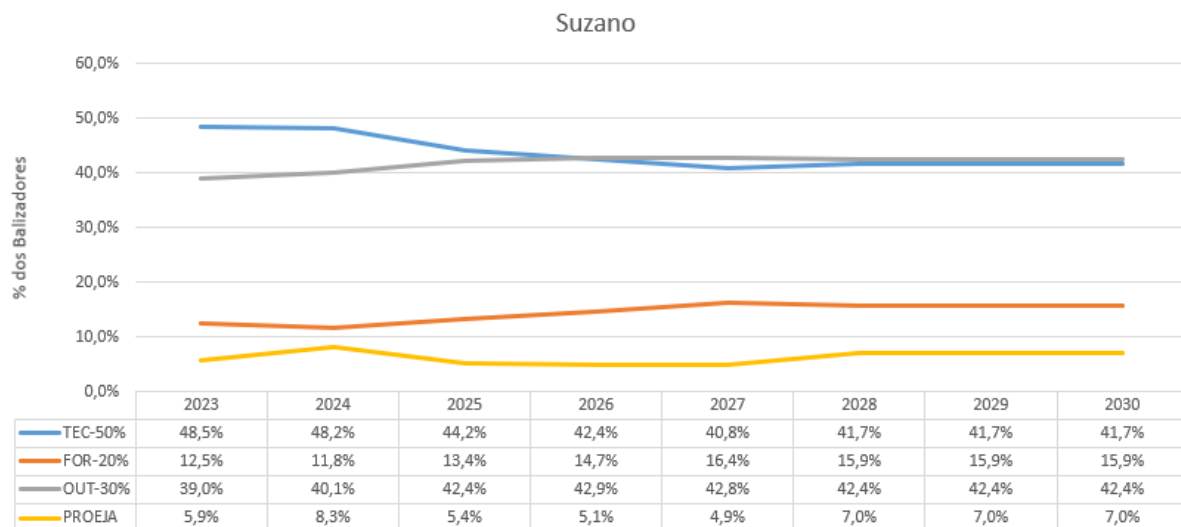
3.1.39 Campus Suzano

Quadro 46 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus Suzano*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
LIC QUÍMICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
ESPECIALIZAÇÃO	Especialização em Inteligência de Negócios	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	60	30	30	30	30
TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
			CON/SUB	Presencial	Not					80	80	80	0	0	0	0	0
TEC QUÍMICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	TEC	Proeja-TEC-INT	Presencial	Not	TEC-50%	regime	3	semestral	40	40	0	40	40	0	40	40
			CON/SUB	Presencial	Ves					80	80	80	80	80	80	80	80
TEC MECATRÔNICA	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	80	80	80	80	80
BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Not					0	40	40	40	40	40	40	40
BACH EM QUÍMICA INDUSTRIAL	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
CST LOGÍSTICA	(vazio)	CST	n.a.	Presencial	Not					40	0	0	0	0	0	0	0
ESPEC LOGÍSTICA E OPERAÇÕES	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					60	60	60	0	0	0	0	0
MES-PRO ADMINISTRAÇÃO	(vazio)	MES-PRO	n.a.	Presencial	Ves	OUT-30%	nova	4	anual	0	0	0	0	20	20	20	20
ESPEC FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	30	30	30	30	30	30
ESPEC ROBÓTICA EDUCACIONAL	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Mat	FOR-20%	nova	3	anual	0	0	0	0	40	40	40	40
Total Geral										500	500	490	530	560	520	560	560

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 41 - Evolução dos balizadores do *Campus Suzano*



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

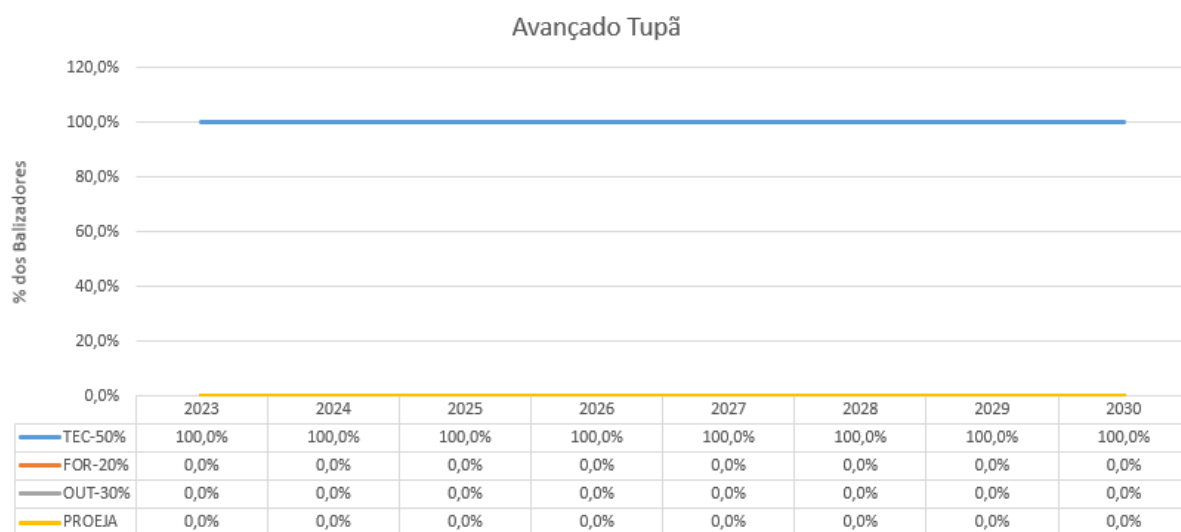
3.1.40 *Campus Tupã*

Quadro 47 - Plano de oferta de vagas de ingresso do *Campus Avançado Tupã*

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC ELETRÔNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	80	80	80	80	80	80	80	80
TEC ELETROTÉCNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
			CON/SUB	Presencial	Not						40	40	0	40	40	0	40
Total Geral										160	160	120	160	160	120	160	160

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 42 - Evolução dos balizadores do *Campus Avançado Tupã*



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

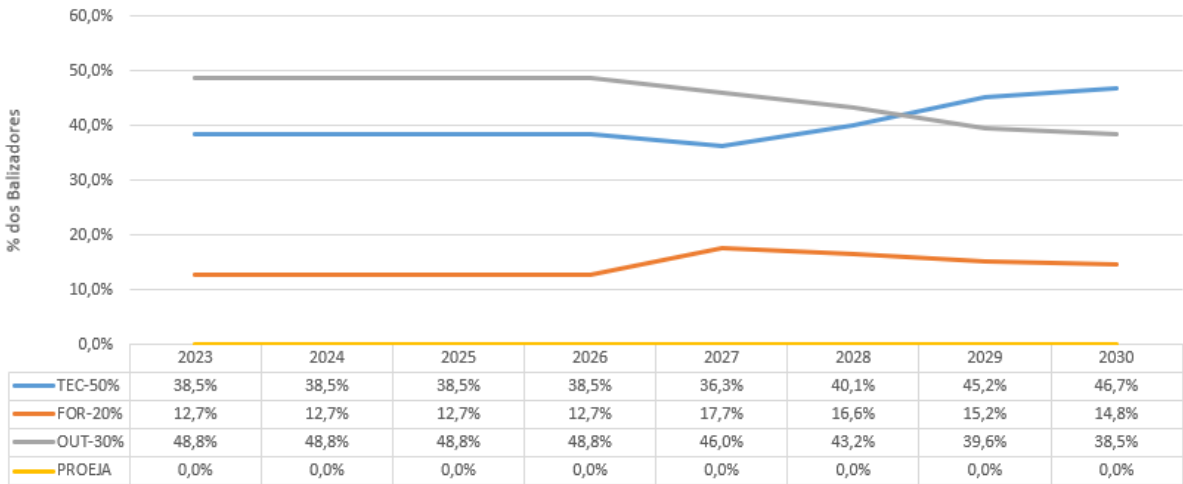
3.1.41 Campus Votuporanga

Quadro 48 - Plano de oferta de vagas de ingresso do Campus Votuporanga

Curso	NOME DO CURSO em caso de constar na lista de opções ou OBSERVAÇÕES	Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (semestres)	Periodicidade do Ingresso	Valores							
										Ving-2023	Ving-2024	Ving-2025	Ving-2026	Ving-2027	Ving-2028	Ving-2029	Ving-2030
TEC INFORMÁTICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC ELETRÔNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	0	0	0	0	0	0	40	40
BACH ENGENHARIA ELÉTRICA	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MECÂNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	0	0	0	0	0	0	40	40
			CON/SUB	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	(vazio)	TEC	CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	0	0	40	40	40
TEC MECATRÔNICA	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	0	0
TEC EDIFICAÇÕES	(vazio)	TEC	INT	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
			CON/SUB	Presencial	Not					0	0	0	0	0	40	40	40
BACH ENGENHARIA CIVIL	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC FÍSICA	(vazio)	LIC	n.a.	Presencial	Not					40	40	40	40	40	40	40	40
BACH SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	(vazio)	BACH	n.a.	Presencial	Mat	OUT-30%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC HUMANIDADES	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40	40
ESPEC ÁREA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					20	20	20	20	20	20	20	20
ESPEC INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO	(vazio)	ESPEC	n.a.	Presencial	Not					0	0	0	0	40	40	40	40
Total Geral										340	340	340	340	420	500	540	540

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

Figura 43 - Evolução dos balizadores do Campus Votuporanga



Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

3.2 Plano de oferta por cursos

Quadro 49 - Plano de ofertas do IFSP por cursos

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
BACHARELADOS	40	40	80	80	80	80	80	80
Bacharelado em Química Industrial	0	0	40	40	40	40	40	40
Capivari	0	0	40	40	40	40	40	40
Bacharelado em Engenharia Aeronáutica	40	40	40	40	40	40	40	40
São Carlos	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA ELÉTRICA	240	240	240	240	240	240	240	240
(vazio)	240	240	240	240	240	240	240	240
Campinas	40	40	40	40	40	40	40	40
Sertãozinho	40	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
Piracicaba	40	40	40	40	40	40	40	40
Presidente Epitácio	40	40	40	40	40	40	40	40
Votuporanga	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA MECÂNICA	280	280	280	280	280	280	280	280
(vazio)	280	280	280	280	280	280	280	280
Araraquara	40	40	40	40	40	40	40	40
Sertãozinho	40	40	40	40	40	40	40	40
Itaquaquecetuba	40	40	40	40	40	40	40	40
São José dos Campos	40	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
Piracicaba	40	40	40	40	40	40	40	40
Itapetininga	40	40	40	40	40	40	40	40
CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	800	840	840	800	800	800	800	800
(vazio)	800	840	840	800	800	800	800	800
Araraquara	40	40	40	40	40	40	40	40
Campinas	80	80	80	80	80	80	80	80
Capivari	40	40	40	40	40	40	40	40
Salto	0	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	80	80	80	80	80	80	80	80
São Carlos	40	40	40	40	40	40	40	40
Boituva	40	40	40	40	40	40	40	40
Campos do Jordão	80	80	80	80	80	80	80	80
Caraguatatuba	40	40	40	40	40	40	40	40
Catanduva	40	40	40	40	40	40	40	40
Cubatão	40	40	40	40	40	40	40	40
Guarulhos	40	40	40	40	40	40	40	40
Pirituba	40	40	40	40	40	40	40	40
Jacareí	40	40	40	0	0	0	0	0
Barretos	40	40	40	40	40	40	40	40
Bragança Paulista	80	80	80	80	80	80	80	80

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Hortolândia	40	40	40	40	40	40	40	40
CST GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	80	80	80	80	80	80	80	80
(vazio)	80	80	80	80	80	80	80	80
Sertãozinho	40	40	40	40	40	40	40	40
Sorocaba	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPECIALIZAÇÃO	80	200	380	410	450	450	420	450
(vazio)	0	0	0	0	0	0	0	0
Campinas	0	0	0	0	0	0	0	0
Espec Internet das Coisas - IoT	0	0	60	60	60	60	60	60
São José do Rio Preto	0	0	60	60	60	60	60	60
Espec Informática para Educação	0	0	30	30	30	30	30	30
São José do Rio Preto	0	0	30	30	30	30	30	30
Gestão de Serviços Turísticos	0	20	20	20	20	20	20	20
São Paulo	0	20	20	20	20	20	20	20
Espec Educação: Cultura, Ciência e Sociedade	30	60	60	60	60	60	60	60
São Carlos	30	60	60	60	60	60	60	60
Transição Energética	0	0	0	0	40	40	40	40
Campinas	0	0	0	0	40	40	40	40
Gestão Financeira e de Negócios	0	0	30	0	30	30	0	30
Caraguatatuba	0	0	30	0	30	30	0	30
Especialização em Engenharia Elétrica	0	30	30	30	30	30	30	30
Cubatão	0	30	30	30	30	30	30	30
Espec em Informática Aplicada	0	0	20	20	20	20	20	20
Guarulhos	0	0	20	20	20	20	20	20
Especialização em Produção Sucroenergética	30	30	30	30	30	30	30	30
Matão	30	30	30	30	30	30	30	30
Espec em Educação em Direitos Humanos	20	20	20	20	20	20	20	20
Piracicaba	20	20	20	20	20	20	20	20
Especialização em Inteligência de Negócios	0	0	0	60	30	30	30	30
Suzano	0	0	0	60	30	30	30	30
Educação Escolar sob uma perspectiva dialógica e emancipatória	0	40	80	80	80	80	80	80
Barretos	0	40	80	80	80	80	80	80
ESPEC EIXO CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	40	40	40	40	40	40	40	40
Controle e Automação	20	20	20	20	20	20	20	20
São Paulo	20	20	20	20	20	20	20	20
Indústria 4.0	20	20	20	20	20	20	20	20
Sorocaba	20	20	20	20	20	20	20	20
ESPEC EIXO INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0	0	0	25	25	25	25	25
Sistemas de Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina	0	0	0	25	25	25	25	25

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Boituva	0	0	0	25	25	25	25	25
ESPECIALIZAÇÃO ENSINO	80	80	100	160	190	160	160	190
(vazio)	0	0	0	0	0	0	0	0
Campinas	0	0	0	0	0	0	0	0
Pós em Educação em Ciências e Matemática	50	50	50	50	50	50	50	50
Capivari	50	50	50	50	50	50	50	50
Pós em AEE modalidade EaD	0	0	50	50	50	50	50	50
Capivari	0	0	50	50	50	50	50	50
Especialização em Educação em Matemática	0	30	0	0	30	0	0	30
Salto	0	30	0	0	30	0	0	30
Pós-Graduação em Formação Docente: Educação para inserção social	30	0	0	0	0	0	0	0
Campinas	30	0	0	0	0	0	0	0
Pós-Graduação em Formação Docente: Tecnologias da Informação e Comunicação aplicado ao ensino de ciências	0	0	0	0	0	0	0	0
Campinas	0	0	0	0	0	0	0	0
Educação Inclusiva na Cultura Digital	0	0	0	60	60	60	60	60
Matão	0	0	0	60	60	60	60	60
FIC ÁREA AGROECOLOGIA	0	0	0	0	0	0	0	0
(vazio)	0	0	0	0	0	0	0	0
Campinas	0	0	0	0	0	0	0	0
LIC FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO	90	90	90	90	90	130	130	130
(vazio)	90	90	90	90	90	90	90	90
Sertãozinho	40	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	50	50	50	50	50	50	50	50
Complementação Pedagógica	0	0	0	0	0	40	40	40
São João da Boa Vista	0	0	0	0	0	40	40	40
LIC LETRAS – PORTUGUÊS E INGLÊS	120	120	160	120	160	160	160	160
(vazio)	120	120	160	120	160	160	160	160
Sertãozinho	40	40	40	40	40	40	40	40
Sorocaba	0	0	40	40	40	40	40	40
Pirituba	40	40	40	40	40	40	40	40
Presidente Epitácio	40	40	40	0	0	0	0	0
Bauru	0	0	0	0	40	40	40	40
LIC QUÍMICA	400	400	360	400	320	360	320	360
(vazio)	400	400	360	400	320	360	320	360
Campinas	40	40	40	40	40	40	40	40
Sertãozinho	40	40	40	40	40	40	40	40
Capivari	40	40	0	40	0	40	0	40
São José dos Campos	40	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Catanduva	40	40	40	40	40	40	40	40
Matão	80	80	80	80	40	40	40	40
Suzano	40	40	40	40	40	40	40	40
Barretos	40	40	40	40	40	40	40	40
MES-PRO Ensino	24	24	39	39	39	39	39	39
(vazio)	24	24	24	24	24	24	24	24
Sertãozinho	24	24	24	24	24	24	24	24
Mestrado Profissional em Ensino	0	0	15	15	15	15	15	15
São Carlos	0	0	15	15	15	15	15	15
TEC ADMINISTRAÇÃO	1250	1280	1280	1300	1470	1390	1470	1470
(vazio)	1250	1280	1280	1300	1470	1390	1470	1470
Sertãozinho	40	40	40	40	40	40	40	40
Sorocaba	120	120	120	120	120	120	120	120
Capivari	0	40	40	40	40	40	40	40
São Roque	40	40	80	80	80	80	80	80
Salto	160	160	160	160	160	160	160	160
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
Birigui	120	120	120	120	120	120	120	120
Boituva	160	160	120	140	100	100	100	100
Caraguatatuba	130	120	120	120	130	130	130	130
Pirituba	120	120	120	120	120	120	120	120
Presidente Epitácio	0	0	0	0	40	40	40	40
São João da Boa Vista	40	40	40	40	40	40	40	40
Suzano	120	120	80	120	120	80	120	120
Jacareí	120	120	160	80	160	120	160	160
Avançado Jundiaí	40	40	40	80	120	120	120	120
Registro	0	0	0	0	40	40	40	40
TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	920	880	916	836	796	836	836	836
(vazio)	920	880	916	836	796	836	836	836
Sertãozinho	40	40	40	40	40	40	40	40
São José do Rio Preto	40	40	76	76	76	76	76	76
São José dos Campos	120	120	120	120	120	120	120	120
Salto	80	80	80	80	80	80	80	80
São Paulo	80	80	80	80	80	80	80	80
Birigui	80	80	80	80	80	80	80	80
Boituva	120	80	80	80	80	80	80	80
Cubatão	80	80	80	80	80	80	80	80
Guarulhos	80	80	80	80	80	80	80	80
São João da Boa Vista	40	40	40	40	0	0	0	0
Suzano	120	120	120	40	40	40	40	40
Votuporanga	0	0	0	0	0	40	40	40
Hortolândia	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC CERVEJARIA	40	0	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	0	40	40	40	40	40	40

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Sertãozinho	40	0	40	40	40	40	40	40
TEC ELETROELETRÔNICA	225	225	185	185	185	185	185	185
(vazio)	225	225	185	185	185	185	185	185
Campinas	80	80	80	80	80	80	80	80
Sorocaba	80	80	40	40	40	40	40	40
Bragança Paulista	40	40	40	40	40	40	40	40
Hortolândia	25	25	25	25	25	25	25	25
TEC ELETRÔNICA	240	200	240	280	240	240	280	280
(vazio)	240	200	240	280	240	240	280	280
Campinas	40	40	40	40	40	40	40	40
Sertãozinho	40	0	40	40	40	40	40	40
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
São João da Boa Vista	40	40	40	80	40	40	40	40
Avançado Tupã	80	80	80	80	80	80	80	80
Votuporanga	0	0	0	0	0	0	40	40
TEC ELETROTÉCNICA	320	280	240	280	280	240	280	280
(vazio)	320	280	240	280	280	240	280	280
Sertãozinho	40	40	40	40	40	40	40	40
São José dos Campos	80	80	80	80	80	80	80	80
São Paulo	80	80	80	80	80	80	80	80
Presidente Epitácio	40	0	0	0	0	0	0	0
Avançado Tupã	80	80	40	80	80	40	80	80
TEC INFORMÁTICA	960	1000	1036	956	1216	1216	1216	1216
(vazio)	960	1000	1036	956	1216	1216	1216	1216
Araraquara	80	80	80	80	80	80	80	80
Campinas	120	120	120	80	40	40	40	40
Capivari	0	0	0	0	0	0	0	0
São José do Rio Preto	40	40	76	76	76	76	76	76
Salto	40	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	0	0	0	0	0	0	0	0
Birigui	40	40	40	40	0	0	0	0
Boituva	0	0	0	0	40	40	40	40
Campos do Jordão	40	40	40	40	40	40	40	40
Caraguatatuba	40	40	40	40	40	40	40	40
Cubatão	80	80	80	80	80	80	80	80
Guarulhos	40	40	40	40	40	40	40	40
Piracicaba	40	40	40	40	40	40	40	40
Presidente Epitácio	40	40	40	40	40	40	40	40
São João da Boa Vista	40	40	40	40	340	340	340	340
Votuporanga	40	40	40	40	40	40	40	40
Jacaré	40	40	40	40	40	40	40	40
Barretos	40	40	40	40	40	40	40	40
Itapetininga	120	120	120	40	40	40	40	40
Bragança Paulista	40	40	40	40	40	40	40	40

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Hortolândia	40	40	40	40	40	40	40	40
Bauru	0	40	40	80	80	80	80	80
TEC MARKETING	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
Sertãozinho	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MECÂNICA	800	800	880	920	880	880	920	920
(vazio)	800	800	880	920	880	880	920	920
Araraquara	40	40	40	40	40	40	40	40
Sertãozinho	80	80	80	80	80	80	80	80
Sorocaba	0	0	40	40	40	40	40	40
Itaquaquetuba	160	160	160	200	200	200	200	200
São José dos Campos	120	120	120	120	120	120	120	120
Avaré	40	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	120	120	120	120	120	120	120	120
Catanduva	0	0	40	40	40	40	40	40
Piracicaba	80	80	80	80	80	80	80	80
Votuporanga	40	40	40	40	40	40	80	80
Itapetininga	40	40	40	40	0	0	0	0
Bragança Paulista	40	40	40	40	40	40	40	40
Hortolândia	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC QUÍMICA	280	320	320	320	320	320	320	320
(vazio)	240	280	280	280	280	280	280	280
Sertãozinho	40	40	40	40	40	40	40	40
Capivari	80	120	120	120	120	120	120	120
Catanduva	40	40	40	40	40	40	40	40
Matão	40	40	40	40	40	40	40	40
Suzano	40	40	40	40	40	40	40	40
Técnico em Açúcar e Alcool	40	40	40	40	40	40	40	40
Matão	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC TELECOMUNICAÇÕES	80	80	80	80	40	40	40	40
(vazio)	80	80	80	80	40	40	40	40
Campinas	40	40	40	40	0	0	0	0
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	0	0	0	0	0	0	0	0
(vazio)	0	0	0	0	0	0	0	0
(vazio)	0	0	0	0	0	0	0	0
CST PROCESSOS QUÍMICOS	40	40	0	0	0	0	0	0
(vazio)	40	40	0	0	0	0	0	0
Capivari	40	40	0	0	0	0	0	0
ESPEC TIC APLICADA À EDUCAÇÃO	60	60	60	60	60	60	60	60
(vazio)	0	0	0	0	0	0	0	0
Capivari	0	0	0	0	0	0	0	0
Pós Educação e Tecnologias Digitais	60	60	60	60	60	60	60	60
Capivari	60	60	60	60	60	60	60	60

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
TEC RECURSOS HUMANOS	0	50	50	50	150	150	150	150
(vazio)	0	50	50	50	150	150	150	150
Capivari	0	50	50	50	50	50	50	50
Boituva	0	0	0	0	100	100	100	100
ESPEC ENSINO DE LÍNGUA INGLESA	0	30	30	30	30	30	30	30
(vazio)	0	30	30	30	30	30	30	30
Capivari	0	30	30	30	30	30	30	30
CST PROCESSOS GERENCIAIS	210	210	250	250	250	250	250	250
(vazio)	210	210	250	250	250	250	250	250
Capivari	50	50	50	50	50	50	50	50
São Carlos	40	40	40	40	40	40	40	40
Boituva	0	0	40	40	40	40	40	40
Caraguatatuba	40	40	40	40	40	40	40	40
Presidente Epitácio	40	40	40	40	40	40	40	40
São João da Boa Vista	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC ALIMENTOS	200	200	200	200	240	240	240	240
(vazio)	200	200	200	200	240	240	240	240
Capivari	40	40	40	40	40	40	40	40
São Roque	40	40	40	40	40	40	40	40
Matão	40	40	40	40	40	40	40	40
Presidente Prudente	0	0	0	0	40	40	40	40
Barretos	80	80	80	80	80	80	80	80
TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	280	360	360	400	480	520	480	520
(vazio)	280	360	360	400	480	520	480	520
Campinas	0	0	0	40	80	80	80	80
Capivari	40	40	40	40	40	40	40	40
Salto	80	120	120	120	120	120	120	120
Avançado São Miguel Paulista	40	40	40	40	40	40	40	40
São Carlos	40	40	40	40	40	40	40	40
Birigui	0	0	0	0	40	40	40	40
Caraguatatuba	80	80	80	80	80	80	80	80
Cubatão	0	40	40	40	40	40	40	40
Guarulhos	0	0	0	0	0	0	0	0
Jacareí	0	0	0	0	0	40	0	40
ESPEC DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	0	25	50	50	50	50	50	50
(vazio)	0	25	0	0	0	0	0	0
Itapetininga	0	25	0	0	0	0	0	0
Pós em Desenvolvimento de SW em EaD	0	0	50	50	50	50	50	50
Capivari	0	0	50	50	50	50	50	50
LIC MATEMÁTICA	600	600	560	600	600	600	600	600
(vazio)	600	600	560	600	600	600	600	600
Araraquara	40	40	40	40	40	40	40	40
Itaquaquecetuba	40	40	40	40	40	40	40	40

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
São José dos Campos	40	40	40	40	40	40	40	40
Salto	40	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	80	80	80	80	80	80	80	80
Birigui	40	40	40	40	40	40	40	40
Campos do Jordão	40	40	40	40	40	40	40	40
Caraguatatuba	40	40	40	40	40	40	40	40
Cubatão	40	40	40	40	40	40	40	40
Guarulhos	80	80	40	80	80	80	80	80
Itapetininga	40	40	40	40	40	40	40	40
Bragança Paulista	40	40	40	40	40	40	40	40
Hortolândia	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC LETRAS	200	200	200	240	240	240	240	240
(vazio)	200	200	200	240	240	240	240	240
Itaquaquecetuba	40	40	40	40	40	40	40	40
Salto	40	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	80	80	80	80	80	80	80	80
Cubatão	40	40	40	40	40	40	40	40
Presidente Epitácio	0	0	0	40	40	40	40	40
TEC MECATRÔNICA	600	640	680	800	880	880	840	840
(vazio)	600	640	680	800	880	880	840	840
Araraquara	80	80	80	80	80	80	80	80
Sorocaba	40	40	80	80	80	80	80	80
Itaquaquecetuba	0	40	40	40	40	40	40	40
Avaré	40	40	40	40	40	40	40	40
Salto	40	40	40	40	40	40	40	40
Catanduva	40	40	40	40	40	40	40	40
Guarulhos	40	40	40	40	40	40	40	40
Presidente Epitácio	40	40	40	40	40	40	40	40
São João da Boa Vista	0	0	0	0	40	40	40	40
Suzano	0	0	0	80	80	80	80	80
Votuporanga	40	40	40	40	40	40	0	0
Itapetininga	0	0	0	0	40	40	40	40
Bragança Paulista	160	160	160	160	160	160	160	160
Registro	80	80	80	80	80	80	80	80
Bauru	0	0	0	40	40	40	40	40
TEC DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	80	130	180	180	220	220	220	220
(vazio)	80	130	180	180	220	220	220	220
Itaquaquecetuba	0	0	0	0	40	40	40	40
São Paulo	80	80	80	80	80	80	80	80
Guarulhos	0	50	100	100	100	100	100	100
TÉCNICOS	0	40	80	80	240	280	280	280
Tec Artes Visuais	0	0	0	0	40	40	40	40
São José do Rio Preto	0	0	0	0	40	40	40	40
Tec Equipamentos Biomédicos	0	0	0	0	40	40	40	40

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
São José do Rio Preto	0	0	0	0	40	40	40	40
Tec Produção de Design Gráfico	0	0	40	40	40	40	40	40
Avançado São Miguel Paulista	0	0	40	40	40	40	40	40
Técnico Concomitante/Subsequente em Energias Renováveis	0	0	0	0	0	40	40	40
São João da Boa Vista	0	0	0	0	0	40	40	40
Técnico em Manutenção de Máquinas Industriais	0	0	0	0	40	40	40	40
Itapetininga	0	0	0	0	40	40	40	40
Técnico em Desenvolvimento Comunitário	0	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	0	40	40	40	40	40	40	40
Tecnologia em Pilotagem Profissional de Aeronaves	0	0	0	0	40	40	40	40
Bauru	0	0	0	0	40	40	40	40
TEC PRODUÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO	40	40	40	76	76	76	76	76
(vazio)	40	40	40	76	76	76	76	76
São José do Rio Preto	0	0	0	36	36	36	36	36
Avançado São Miguel Paulista	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC BIOTECNOLOGIA	0	0	0	0	36	36	36	36
(vazio)	0	0	0	0	36	36	36	36
São José do Rio Preto	0	0	0	0	36	36	36	36
TEC ENFERMAGEM	0	0	0	0	36	36	36	36
(vazio)	0	0	0	0	36	36	36	36
São José do Rio Preto	0	0	0	0	36	36	36	36
BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	400	400	400	440	440	440	440	440
(vazio)	400	400	400	440	440	440	440	440
São José dos Campos	40	40	40	40	40	40	40	40
Salto	40	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
Birigui	0	0	0	40	40	40	40	40
Catanduva	40	40	40	40	40	40	40	40
Cubatão	40	40	40	40	40	40	40	40
Guarulhos	40	40	40	40	40	40	40	40
São João da Boa Vista	40	40	40	40	40	40	40	40
Suzano	40	40	40	40	40	40	40	40
Bragança Paulista	40	40	40	40	40	40	40	40
Hortolândia	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC Educação Básica	30	120	110	180	170	180	170	180
(vazio)	30	120	110	180	170	180	170	180
Campinas	0	80	80	80	80	80	80	80
Sorocaba	0	0	0	20	20	20	20	20
São José dos Campos	0	40	0	40	0	40	0	40
Pirituba	0	0	0	40	40	40	40	40
Hortolândia	30	0	30	0	30	0	30	0

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
BACH ADMINISTRAÇÃO	120	160	160	200	200	200	200	200
(vazio)	120	160	160	200	200	200	200	200
São Roque	40	40	40	40	40	40	40	40
São Carlos	40	40	40	40	40	40	40	40
Pirituba	0	0	0	40	40	40	40	40
Suzano	0	40	40	40	40	40	40	40
Jacareí	40	40	40	40	40	40	40	40
CST GESTÃO AMBIENTAL	0	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	0	40	40	40	40	40	40	40
São Roque	0	40	40	40	40	40	40	40
CST VITICULTURA E ENOLOGIA	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
São Roque	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	200	160	200	160	240	200	240	200
(vazio)	200	160	200	160	240	200	240	200
São Roque	80	40	80	40	80	40	80	40
Avaré	40	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
Presidente Prudente	0	0	0	0	40	40	40	40
Barretos	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC ENSINO DE CIÊNCIAS	100	70	70	100	100	70	100	100
(vazio)	100	70	70	100	100	70	100	100
São Roque	30	30	0	30	30	0	30	30
Birigui	30	0	30	30	30	30	30	30
Itapetininga	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MEIO AMBIENTE	80	120	120	120	120	120	120	120
(vazio)	80	120	120	120	120	120	120	120
São Roque	40	80	80	80	80	80	80	80
Caraguatatuba	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC EIXO GESTÃO E NEGÓCIOS	20	20	50	20	50	20	50	20
(vazio)	0	0	30	0	30	0	30	0
São Roque	0	0	30	0	30	0	30	0
Desenvolvimento de Pessoas	20	20	20	20	20	20	20	20
Sorocaba	20	20	20	20	20	20	20	20
LIC PEDAGOGIA	240	280	320	320	320	320	320	320
(vazio)	240	280	320	320	320	320	320	320
Sorocaba	0	40	40	40	40	40	40	40
São Roque	0	0	40	40	40	40	40	40
Boituva	40	40	40	40	40	40	40	40
Campos do Jordão	40	40	40	40	40	40	40	40
Presidente Epitácio	40	40	40	40	40	40	40	40
Jacareí	80	80	80	80	80	80	80	80
Registro	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC TEMAS TRANSVERSAIS	0	0	30	30	0	60	0	30

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
(vazio)	0	0	30	30	0	60	0	30
São Roque	0	0	0	30	0	30	0	30
Salto	0	0	30	0	0	30	0	0
FIC EIXO GESTÃO E NEGÓCIOS	0	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	0	40	40	40	40	40	40	40
São Roque	0	40	40	40	40	40	40	40
TEC AGROINDÚSTRIA	40	80	80	160	160	160	160	160
(vazio)	40	80	80	160	160	160	160	160
Avaré	40	40	40	40	40	40	40	40
Presidente Prudente	0	40	40	120	120	120	120	120
TEC Lazer	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
Avaré	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC EVENTOS	120	120	80	80	80	80	80	80
(vazio)	120	120	80	80	80	80	80	80
Avaré	40	40	0	0	0	0	0	0
Campos do Jordão	40	40	40	40	40	40	40	40
Cubatão	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC LETRAS – PORTUGUÊS E ESPANHOL	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
Avaré	40	40	40	40	40	40	40	40
CST GESTÃO EM AGRONEGÓCIO	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
Avaré	40	40	40	40	40	40	40	40
CST GASTRONOMIA	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
Avaré	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA DE BIODISSISTEMAS	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
Avaré	40	40	40	40	40	40	40	40
FIC – FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	30	30	30	30	30	30	30	30
Projeção FIC Auxiliar em Hospedagem	30	30	30	30	30	30	30	30
Avaré	30	30	30	30	30	30	30	30
TEC AGROECOLOGIA	0	0	0	40	40	40	40	40
(vazio)	0	0	0	40	40	40	40	40
Avaré	0	0	0	40	40	40	40	40
CST GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
Salto	0	0	0	0	0	0	0	0
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	120	120	120	155	155	155	155	155
(vazio)	120	120	120	155	155	155	155	155
Salto	40	40	40	40	40	40	40	40
Presidente Epitácio	40	40	40	40	40	40	40	40

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
São João da Boa Vista	40	40	40	40	40	40	40	40
Jacareí	0	0	0	35	35	35	35	35
ESPEC EDUCAÇÃO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	60	0	0	30	0	0	30	0
(vazio)	60	0	0	30	0	0	30	0
Salto	30	0	0	30	0	0	30	0
São Carlos	30	0	0	0	0	0	0	0
TEC QUALIDADE	80	80	120	120	160	240	200	240
(vazio)	80	80	120	120	160	240	200	240
Araraquara	0	0	40	40	40	40	40	40
São Paulo	0	0	0	0	0	0	0	0
São Carlos	80	80	80	80	80	80	80	80
Piracicaba	0	0	0	0	0	40	40	40
Jacareí	0	0	0	0	40	40	0	40
Avançado Jundiaí	0	0	0	0	0	40	40	40
TEC EDIFICAÇÕES	560	560	640	600	640	680	680	680
(vazio)	560	560	640	600	640	680	680	680
São Paulo	160	160	160	160	160	160	160	160
Campos do Jordão	80	80	80	80	80	80	80	80
Caraguatatuba	40	40	40	40	40	40	40	40
Avançado Ilha Solteira	40	40	40	40	40	40	40	40
Presidente Prudente	0	0	0	0	40	40	40	40
Presidente Epitácio	40	40	80	80	80	80	80	80
Votuporanga	40	40	40	40	40	80	80	80
Itapetininga	80	80	120	80	80	80	80	80
Registro	80	80	80	80	80	80	80	80
CST AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	110	110	110	110	110	110	110	110
(vazio)	110	110	110	110	110	110	110	110
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
Cubatão	40	40	40	40	40	40	40	40
Guarulhos	0	0	0	0	0	0	0	0
Piracicaba	30	30	30	30	30	30	30	30
CST SISTEMAS ELÉTRICOS	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ARQUITETURA E URBANISMO	40	40	75	75	75	75	75	75
(vazio)	40	40	75	75	75	75	75	75
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
Jacareí	0	0	35	35	35	35	35	35
BACH ENGENHARIA CIVIL	120	120	120	120	120	120	120	120
(vazio)	120	120	120	120	120	120	120	120
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
Caraguatatuba	40	40	40	40	40	40	40	40
Votuporanga	40	40	40	40	40	40	40	40

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
BACH ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	160	120	160	160	200	200	200	200
(vazio)	160	120	160	160	200	200	200	200
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
Boituva	40	40	40	40	40	40	40	40
Pirituba	40	40	40	40	40	40	40	40
Avançado Jundiaí	0	0	0	0	40	40	40	40
Registro	40	0	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA ELETRÔNICA	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC GEOGRAFIA	80	80	80	80	80	80	80	80
(vazio)	80	80	80	80	80	80	80	80
São Paulo	80	80	80	80	80	80	80	80
ESPEC FORMAÇÃO DE PROFESSORES - ENFASE ENSINO SUPERIOR	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC AEROPORTOS - PROJETO E CONSTRUÇÃO	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	115	115	90	90	65	65	65	65
(vazio)	115	115	90	90	65	65	65	65
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
Boituva	25	25	0	0	0	0	0	0
Bragança Paulista	50	50	50	50	25	25	25	25
MES-PRO ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	20	20	20	20	20	20	20	20
(vazio)	20	20	20	20	20	20	20	20
São Paulo	20	20	20	20	20	20	20	20
MES-ACAD ENGENHARIA MECÂNICA	20	20	20	20	20	20	20	20
(vazio)	20	20	20	20	20	20	20	20
São Paulo	20	20	20	20	20	20	20	20
MES-PRO MATEMÁTICA - PROFMAT	20	20	20	20	20	20	20	20
(vazio)	20	20	20	20	20	20	20	20
São Paulo	20	20	20	20	20	20	20	20
LIC FÍSICA	320	400	400	400	400	400	400	400
(vazio)	320	400	400	400	400	400	400	400
São Paulo	80	160	160	160	160	160	160	160

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Birigui	40	40	40	40	40	40	40	40
Caraguatatuba	40	40	40	40	40	40	40	40
Piracicaba	40	40	40	40	40	40	40	40
Votuporanga	40	40	40	40	40	40	40	40
Itapetininga	40	40	40	40	40	40	40	40
Registro	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC EIXO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	20	50	50	150	190	190	170	170
Especialização em Ensino de Filosofia	20	20	20	20	20	20	0	0
São Paulo	20	20	20	20	20	20	0	0
Especialização em Geografia	0	30	30	30	30	30	30	30
São Paulo	0	30	30	30	30	30	30	30
Gestão Escolar e Organização do Trabalho Pedagógico	0	0	0	100	100	100	100	100
Boituva	0	0	0	100	100	100	100	100
Jogos e Gamificação na Educação	0	0	0	0	40	40	40	40
Boituva	0	0	0	0	40	40	40	40
CST GESTÃO DE TURISMO	200	200	200	200	200	200	200	200
(vazio)	200	200	200	200	200	200	200	200
São Paulo	120	120	120	120	120	120	120	120
Campos do Jordão	40	40	40	40	40	40	40	40
Barretos	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL	80	160	200	200	240	240	240	240
(vazio)	80	160	200	200	240	240	240	240
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
Boituva	0	40	40	40	40	40	40	40
Guarulhos	0	40	80	80	120	120	120	120
Presidente Epitácio	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC RESTAURANTE E BAR	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	80	80	80	80	80	80	80	80
(vazio)	80	80	80	80	80	80	80	80
São Paulo	40	40	40	40	40	40	40	40
Votuporanga	40	40	40	40	40	40	40	40
MES-ACAD	0	0	0	0	20	20	20	20
Arquitetura e Urbanismo	0	0	0	0	20	20	20	20
São Paulo	0	0	0	0	20	20	20	20
DOC-PRO	0	0	0	0	0	20	20	20
Doc-Acad Engenharia Mecânica	0	0	0	0	0	20	20	20
São Paulo	0	0	0	0	0	20	20	20
MES-PRO	0	0	0	20	40	55	55	55
(vazio)	0	0	0	0	0	0	0	0
Bragança Paulista	0	0	0	0	0	0	0	0
Mestrado profissional em Informática	0	0	0	20	20	20	20	20

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
São Paulo	0	0	0	20	20	20	20	20
Mestrado Profissional na área de Educação	0	0	0	0	20	20	20	20
Guarulhos	0	0	0	0	20	20	20	20
A ser definido	0	0	0	0	0	15	15	15
Matão	0	0	0	0	0	15	15	15
BACH ENGENHARIA DE SOFTWARE	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
São Carlos	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA INTERNET E DISPOSITIVOS MÓVEIS	70	70	70	70	70	70	70	70
(vazio)	70	70	70	70	70	70	70	70
São Carlos	30	30	30	30	30	30	30	30
São João da Boa Vista	0	0	0	0	0	0	0	0
Barretos	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MANUTENÇÃO DE AERONAVES EM CÉLULA	160	160	160	160	160	160	160	160
(vazio)	80	80	80	80	80	80	80	80
São Carlos	80	80	80	80	80	80	80	80
Tec Manutenção de Aeronáutica em Grupo Moto Propulsor	80	80	80	80	80	80	80	80
São Carlos	80	80	80	80	80	80	80	80
TEC MANUTENÇÃO DE AERONAVES EM AVIÔNICOS	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
São Carlos	40	40	40	40	40	40	40	40
CST SISTEMAS PARA INTERNET	160	120	160	160	160	160	160	160
(vazio)	160	120	160	160	160	160	160	160
Araraquara	40	40	40	40	40	40	40	40
Birigui	40	40	40	40	40	40	40	40
São João da Boa Vista	80	40	40	40	40	40	40	40
Itapetininga	0	0	40	40	40	40	40	40
ESPEC ENSINO INTERDISCIPLINAR E PRÁTICAS DOCENTES	25	30	30	70	70	70	70	70
(vazio)	25	30	30	70	70	70	70	70
Araraquara	25	30	30	30	30	30	30	30
Avançado Jundiaí	0	0	0	40	40	40	40	40
TEC COMÉRCIO	160	160	160	120	40	40	40	40
(vazio)	160	160	160	120	40	40	40	40
Birigui	40	40	40	40	40	40	40	40
Presidente Epitácio	40	40	40	40	0	0	0	0
Avançado Jundiaí	80	80	80	40	0	0	0	0
CST MECATRÔNICA INDUSTRIAL	40	40	40	0	0	0	0	0
(vazio)	40	40	40	0	0	0	0	0
Birigui	40	40	40	0	0	0	0	0
BACH ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	120	120	120	120	120	120	120	120

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
(vazio)	120	120	120	120	120	120	120	120
Birigui	40	40	40	40	40	40	40	40
Guarulhos	40	40	40	40	40	40	40	40
Piracicaba	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC REDES DE COMPUTADORES	120	120	120	120	80	80	80	80
(vazio)	120	120	120	120	80	80	80	80
Boituva	40	40	40	40	0	0	0	0
Catanduva	40	40	40	40	40	40	40	40
Pirituba	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC SECRETARIA ESCOLAR	0	100	100	100	100	100	100	100
(vazio)	0	100	100	100	100	100	100	100
Boituva	0	100	100	100	100	100	100	100
ESPEC CIÊNCIA DE DADOS	30	30	30	0	0	0	0	0
(vazio)	30	30	30	0	0	0	0	0
Campinas	30	30	30	0	0	0	0	0
TEC MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	60	80	80	80	120	120	120	120
(vazio)	20	40	40	40	120	120	120	120
Campinas	0	0	0	0	40	40	40	40
São João da Boa Vista	0	0	0	0	0	0	0	0
Itapetininga	0	0	0	0	40	40	40	40
Hortolândia	20	40	40	40	40	40	40	40
Informática na Educação	40	40	40	40	0	0	0	0
São João da Boa Vista	40	40	40	40	0	0	0	0
ESPEC MICROELETRÔNICA E SISTEMAS EMBARCADOS	30	30	30	30	30	30	30	30
(vazio)	30	30	30	30	30	30	30	30
Campinas	30	30	30	30	30	30	30	30
TEC HOSPEDAGEM	80	80	80	80	80	80	80	80
(vazio)	80	80	80	80	80	80	80	80
Campos do Jordão	40	40	40	40	40	40	40	40
Barretos	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC GESTÃO EMPRESARIAL	0	0	0	0	30	30	30	30
(vazio)	0	0	0	0	30	30	30	30
Caraguatatuba	0	0	0	0	0	0	0	0
Registro	0	0	0	0	30	30	30	30
TEC AQUICULTURA	0	0	0	0	0	0	0	0
(vazio)	0	0	0	0	0	0	0	0
Caraguatatuba	0	0	0	0	0	0	0	0
TEC FABRICAÇÃO MECÂNICA	120	120	80	80	80	80	80	80
(vazio)	120	120	80	80	80	80	80	80
Catanduva	80	80	40	40	40	40	40	40
Hortolândia	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC INTERNETE DAS COISAS - IOT	0	25	25	0	25	25	0	25
(vazio)	0	25	25	0	25	25	0	25

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Catanduva	0	25	25	0	25	25	0	25
ESPEC SABERES E PRÁTICAS PARA A DOCÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL I	0	0	0	0	0	0	0	0
(vazio)	0	0	0	0	0	0	0	0
Catanduva	0	0	0	0	0	0	0	0
BACH TURISMO	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
Cubatão	40	40	40	40	40	40	40	40
FIC ÁREA INFORMÁTICA	80	40	40	0	0	0	0	0
(vazio)	80	40	40	0	0	0	0	0
Cubatão	40	0	0	0	0	0	0	0
Presidente Epitácio	40	40	40	0	0	0	0	0
TEC DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
Avançado Ilha Solteira	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	0	0	150	150	0	150	150	0
(vazio)	0	0	150	150	0	150	150	0
Avançado Ilha Solteira	0	0	150	150	0	150	150	0
TEC SEGURANÇA DO TRABALHO	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
Matão	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA DE ALIMENTOS	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
Matão	40	40	40	40	40	40	40	40
BACH ENGENHARIA QUÍMICA	40	40	40	40	40	40	40	40
Bach Engenharia de energias renováveis	40	40	40	40	40	40	40	40
Matão	40	40	40	40	40	40	40	40
TEC MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
Piracicaba	40	40	40	40	40	40	40	40
CST GESTÃO PÚBLICA	40	40	40	0	0	0	0	0
(vazio)	40	40	40	0	0	0	0	0
Pirituba	40	40	40	0	0	0	0	0
ESPEC GESTÃO DE PROJETOS	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
Pirituba	40	40	40	40	40	40	40	40
ESPEC HUMANIDADES	80	80	40	80	120	80	120	120
(vazio)	80	80	40	80	120	80	120	120
Pirituba	40	40	40	40	40	40	40	40
São João da Boa Vista	40	40	0	40	40	0	40	40
Votuporanga	0	0	0	0	40	40	40	40
TEC LOGÍSTICA	320	320	320	320	120	160	160	120
(vazio)	320	320	320	320	120	160	160	120
Pirituba	80	80	80	40	40	40	40	40

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Jacareí	40	40	40	80	0	40	40	0
Avançado Jundiá	80	80	80	80	40	40	40	40
Registro	120	120	120	120	40	40	40	40
TEC EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	0	0	0	40	40	40	40	40
(vazio)	0	0	0	40	40	40	40	40
Pirituba	0	0	0	40	40	40	40	40
CST ALIMENTOS	0	0	0	0	40	40	40	40
(vazio)	0	0	0	0	40	40	40	40
Presidente Prudente	0	0	0	0	40	40	40	40
TEC DESIGN DE INTERIORES	120	120	120	80	80	80	80	80
(vazio)	120	120	120	80	80	80	80	80
Presidente Epitácio	40	40	40	40	40	40	40	40
Jacareí	80	80	80	40	40	40	40	40
ESPEC INFORMÁTICA	120	0	120	120	0	130	130	0
(vazio)	120	0	120	120	0	130	130	0
São João da Boa Vista	120	0	120	120	0	120	120	0
Jacareí	0	0	0	0	0	10	10	0
TEC MULTIMÍDIA	300	300	450	300	300	300	300	300
Técnico em Multimeios Didáticos	300	300	450	300	300	300	300	300
São João da Boa Vista	300	300	450	300	300	300	300	300
LIC CIÊNCIAS DA NATUREZA - HABILITAÇÃO EM QUÍMICA	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
São João da Boa Vista	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC CIÊNCIAS DA NATUREZA - HABILITAÇÃO EM FÍSICA	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
São João da Boa Vista	40	40	40	40	40	40	40	40
CST ENERGIAS RENOVÁVEIS	0	0	40	40	40	40	40	40
(vazio)	0	0	40	40	40	40	40	40
Sorocaba	0	0	40	40	40	40	40	40
FIC ÁREA ADMINISTRAÇÃO	0	0	0	0	0	0	40	40
(vazio)	0	0	0	0	0	0	40	40
Sorocaba	0	0	0	0	0	0	40	40
BACH EM QUÍMICA INDUSTRIAL	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
Suzano	40	40	40	40	40	40	40	40
CST LOGÍSTICA	40	0	0	0	0	0	0	0
(vazio)	40	0	0	0	0	0	0	0
Suzano	40	0	0	0	0	0	0	0
ESPEC LOGÍSTICA E OPERAÇÕES	60	60	60	0	0	0	0	0
(vazio)	60	60	60	0	0	0	0	0
Suzano	60	60	60	0	0	0	0	0
MES-PRO ADMINISTRAÇÃO	0	0	0	0	30	20	30	20

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
(vazio)	0	0	0	0	30	20	30	20
Suzano	0	0	0	0	20	20	20	20
Jacareí	0	0	0	0	10	0	10	0
ESPEC FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	0	0	30	30	30	30	30	30
(vazio)	0	0	30	30	30	30	30	30
Suzano	0	0	30	30	30	30	30	30
ESPEC ROBÓTICA EDUCACIONAL	0	0	0	0	40	40	40	40
(vazio)	0	0	0	0	40	40	40	40
Suzano	0	0	0	0	40	40	40	40
ESPEC ÁREA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	20	20	20	20	20	20	20	20
(vazio)	20	20	20	20	20	20	20	20
Votuporanga	20	20	20	20	20	20	20	20
ESPEC INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO	0	0	0	0	65	65	65	65
(vazio)	0	0	0	0	65	65	65	65
Votuporanga	0	0	0	0	40	40	40	40
Bragança Paulista	0	0	0	0	25	25	25	25
CST Design de Interiores	40	40	0	0	0	0	0	0
(vazio)	40	40	0	0	0	0	0	0
Jacareí	40	40	0	0	0	0	0	0
TEC AGROPECUÁRIA	80	80	80	80	80	80	80	80
(vazio)	80	80	80	80	80	80	80	80
Barretos	80	80	80	80	80	80	80	80
BACH AGRONOMIA	40	40	40	40	40	40	40	40
(vazio)	40	40	40	40	40	40	40	40
Barretos	40	40	40	40	40	40	40	40
LIC PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES	40	40	40	0	0	0	0	0
(vazio)	40	40	40	0	0	0	0	0
Itapetininga	40	40	40	0	0	0	0	0
TEC ELETROMECCÂNICA	80	80	80	80	40	40	40	40
(vazio)	80	80	80	80	40	40	40	40
Itapetininga	80	80	80	80	40	40	40	40
ESPEC EDUCAÇÃO EM MATEMÁTICA	25	50	50	50	50	50	50	50
(vazio)	25	50	50	50	50	50	50	50
Bragança Paulista	25	50	50	50	50	50	50	50
FIC EIXO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	0	0	0	0	0	40	40	40
(vazio)	0	0	0	0	0	40	40	40
Bragança Paulista	0	0	0	0	0	40	40	40
ESPEC ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA	30	0	30	0	30	0	30	0
(vazio)	30	0	30	0	30	0	30	0
Hortolândia	30	0	30	0	30	0	30	0
FIC ÁREA MECÂNICA	50	50	50	50	50	50	50	50

ANOS	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
(vazio)	50	50	50	50	50	50	50	50
Hortolândia	50	50	50	50	50	50	50	50
FIC ÁREA ELETROELETRÔNICA	25	25	25	25	25	25	25	25
(vazio)	25	25	25	25	25	25	25	25
Hortolândia	25	25	25	25	25	25	25	25
FIC ÁREA FABRICAÇÃO MECÂNICA	0	25	25	25	25	25	25	25
(vazio)	0	25	25	25	25	25	25	25
Hortolândia	0	25	25	25	25	25	25	25
Total Geral	17089	17794	19056	19347	20184	20639	20784	20569

Fonte: 1ª Revisão do PDI 2024-2029.

4 ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

4.1 Diretoria de comunicação (DiCom)

No contexto do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), a área de comunicação assume um papel fundamental, com base no preceito da comunicação pública, cujo foco reside no cidadão e que se orienta por princípios democráticos para contribuir com a missão institucional. Essa abordagem atende à necessidade de uma comunicação integrada, planejada e autônoma, mediada pelo relacionamento estreito com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Nesse contexto, profissionais da área direcionam suas prioridades para aprovar e implementar a política de comunicação institucional, alicerçada em princípios que norteiam as ações nas áreas de comunicação, audiovisual e multimeios. O objetivo central é consolidar as mídias e produtos de comunicação, melhorar o desempenho da Diretoria de Comunicação (DiCom) e fortalecer a comunicação interna do IFSP.

A DiCom se apoia na gestão estratégica de suas competências. A competência principal dessa direção é administrar as estratégias, políticas e atividades de Comunicação Social em todo o âmbito do instituto. Isso envolve discutir e coordenar a implementação da Política de Comunicação do IFSP e garantir o cumprimento de suas diretrizes por parte dos servidores da instituição. Além disso, o setor oferece suporte e orientação para o desenvolvimento de projetos e eventos vinculados à Reitoria, garantindo sua divulgação efetiva. A elaboração e produção de materiais gráficos institucionais, bem como a direção de projetos audiovisuais no contexto institucional, também se encontram dentro de suas responsabilidades.

A estrutura da DiCom centraliza a criação e gestão de ferramentas, canais e conteúdos referentes à comunicação institucional do IFSP. Na Reitoria, ela reúne profissionais especializados em jornalismo, relações públicas, design (programação visual), audiovisual e revisão textual. Nas unidades do IFSP, como nem sempre há profissionais de comunicação, a tarefa de Assessoria de Comunicação é frequentemente atribuída ao Coordenador de Desenvolvimento Institucional (CDI), um servidor designado pela direção do *campus* para liderar essa função. De maneira geral, o comunicador é responsável por gerenciar informações divulgadas no site do *campus*, manter contato com a imprensa local, coordenar cerimoniais, divulgar campanhas de captação de novos alunos e, quando possível, registrar eventos audiovisuais.

As atribuições da DiCom são desdobradas em diversas áreas. A comunicação interna é direcionada para fomentar a circulação de informações de qualidade, estimular o comprometimento dos públicos internos com os objetivos da instituição, consolidar sua cultura organizacional e cultivar um ambiente de trabalho produtivo e saudável. A assessoria de imprensa, por sua vez, engloba a gestão das relações entre o IFSP e os meios de comunicação externos, incluindo a elaboração e a distribuição de diretrizes, a redação de textos jornalísticos e o acompanhamento de eventos midiáticos.

A coordenação de cerimônias formais e celebrações públicas da Reitoria também faz parte das responsabilidades da DiCom. Ela é responsável pela orientação da execução dos eventos, abrangendo protocolos e precedentes. A Diretoria de Comunicação desempenha um papel vital entre o IFSP e a sociedade, garantindo uma comunicação eficaz, transparente e alinhada aos princípios da comunicação pública para todas as ações e iniciativas institucionais. Através de suas competências, a Diretoria visa fortalecer a identidade institucional, promover

a cultura organizacional, estimular a participação da comunidade acadêmica e estabelecer parcerias com diversos públicos, tanto internos quanto externos.

Em suma, a Diretoria de Comunicação do IFSP desempenha um papel vital na promoção da comunicação pública e eficaz, zelando pela integridade da marca e da imagem da instituição. Através de suas competências, a DiCom busca estabelecer uma comunicação atuante, transparente e dialógica, fortalecendo sua identidade e contribuindo para sua missão educacional, científica e cultural.

Quadro 50 - Mapa estratégico da DiCom

Objetivo estratégico	Ações de contribuição	Indicadores	Detalhamento
Aprimorar a comunicação interna e com a sociedade	Monitorar índice de satisfação dos públicos estratégicos com a comunicação institucional	$ISPICI = \frac{RPOSc}{RESPc} \times 100$	a. A variável RPOSc é a quantidade de respostas positivas - que inclui "Ótimo", "Bom" e "Razoável" - no item sobre o nível de satisfação com a comunicação institucional na autoavaliação anual do IFSP realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) no ano-base; b. A variável RESPc é a quantidade total de respostas ao item sobre o nível de satisfação com a comunicação institucional na autoavaliação anual do IFSP no ano-base com exceção das respostas "Não se aplica" e "Desconheço". Obs.: Índice medido pela Comissão Própria de Avaliação
	Construir a Política de Comunicação do IFSP	(Etapas concluídas / Número total de etapas) x 100	Etapas: - Nomeação do Grupo de Trabalho de constituição da Política de Comunicação - Realização das reuniões do Grupo de Trabalho - Elaboração/Revisão/Diagramação e Publicação para Consulta Pública da Minuta da Política de Comunicação - Análise/Revisão e Execução das alterações necessárias no texto da Política de Comunicação a partir dos dados obtidos na Consulta pública - Submissão da Política de Comunicação ao Conselho Superior - Análise/Revisão e Execução das alterações necessárias no texto da Política de Comunicação a partir dos dados obtidos no Conselho Superior - Nova submissão da Política de Comunicação ao Conselho Superior do arquivo revisado - Publicação da Política de Comunicação
	Implantar a Política de Comunicação do IFSP	(Etapas concluídas / Número total de etapas) x 100	Etapas: - Nomeação da Comissão de Comunicação do Plano - Apresentação da Política de Comunicação aos campi - Execução das ações previstas no Plano de Implementação da Política de Comunicação Obs: acesse a minuta da política de comunicação
	Aprimorar os canais e produtos de comunicação entre os <i>campi</i>	realizado = 100% em andamento = 50%	Ações: - Sistematizar os processos de produção dos produtos de comunicação; - Promover atividades de comunicação e integração entre os <i>campi</i> ;

Objetivo estratégico	Ações de contribuição	Indicadores	Detalhamento
		não iniciado = 0	- Implementar reuniões periódicas institucionais entre <i>campi</i> , de modo a compartilhar dificuldades em comum e juntos para buscar soluções
	Desenvolver a Comunicação interna do IFSP	realizado = 100% em andamento = 50% não iniciado = 0	Ações: - Gerir o uso da marca IFSP nos serviços e produtos de comunicação - Divulgar os veículos de comunicação e os seus produtos junto a comunidade acadêmica - Apoiar e fomentar eventos de integração e informação para servidores em parceria com os setores correspondentes
	Fortalecer o uso da marca IFSP nos serviços e produtos de comunicação voltados para públicos internos e externos do IFSP	realizado = 100% em andamento = 50% não iniciado = 0	Ações: - Criar Grupo de Trabalho multi-campi com servidores que atuem com a elaboração de arte, publicações e material audiovisual que levem a marca do IFSP - Realizar reuniões mensais com esse Grupo de trabalho para identificar problemas enfrentados por esses servidores e propor soluções que possam ser compartilhadas - Elaborar Manual de "Boas práticas", material orientativo que deverá ser disponibilizado à comunidade
	Promover o relacionamento com a imprensa e construção de agenda positiva	(inserções positivas /total de inserções) x 100	Indicador: Menções do IFSP em matérias na imprensa de modo geral
	Promover campanhas sistêmicas de ingresso de estudantes e servidores	realizado = 100% em andamento = 50% não iniciado = 0	Ações: - Planejar antecipadamente as campanhas conjuntamente com o setor responsável pelos processos seletivos - Realizar estudos de melhorias das campanhas dos processos de ingresso - Diversificar os meios de comunicação para fortalecer o processo de ingresso
	Avaliar, aprimorar e monitorar a acessibilidade dos canais, produtos de comunicação e eventos	realizado = 100% em andamento = 50% não iniciado = 0	Ações: - Levantar junto a comunidade de pessoas com necessidades específicas e com o NAPNE as formas de acesso mais eficientes aos canais de comunicação - Implantar melhorias sugeridas a partir do levantamento - Normatizar formas de acessibilidade aos eventos oficiais e conteúdos de comunicação
Melhorar a imagem do IFSP junto aos seus	Ações de divulgação do IFSP	realizado = 100%	Ações: - Elaboração de materiais informativos impressos para públicos estratégicos

Objetivo estratégico	Ações de contribuição	Indicadores	Detalhamento
públicos estratégicos		em andamento = 50% não iniciado = 0	- Produção de materiais promocionais para eventos, com foco no fortalecimento da marca. - Elaboração de Vídeo Institucional / atualização - Elaboração de vídeos sobre os cursos oferecidos - Criação do novo site institucional - Criação do Portal do Servidor (intranet) - Análise e revisão do projeto piloto de Rádio Web - Monitorar o alcance e a relevância (índice de satisfação) da Newsletter "IFSP Comunica" - Implantar melhorias na interação dos perfis oficiais de redes sociais on-line

Fonte: DiCom.

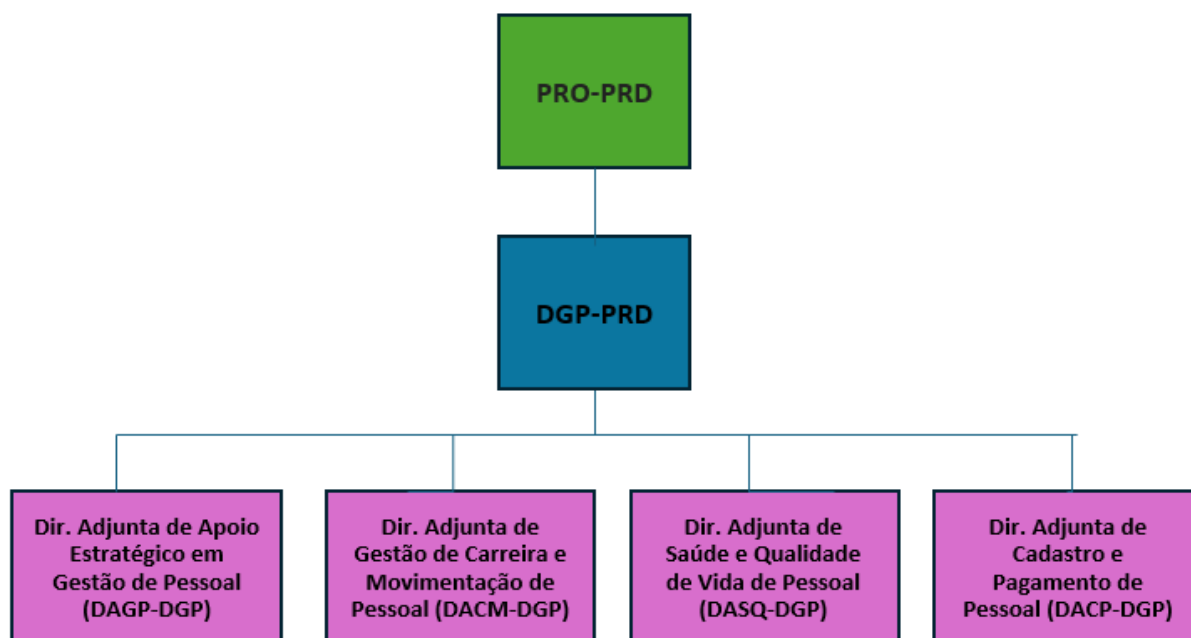
5 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

5.1 Gestão de pessoas no IFSP

A Gestão de Pessoas é uma peça central na estratégia do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) para o período de 2024 a 2029. Ela desempenha um papel fundamental na condução das atividades de planejamento, organização, supervisão, execução e avaliação da política de gestão de pessoas, que abrange diversos processos cruciais para a eficiência e excelência institucional. No IFSP, essas ações são geridas pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP-PRD), vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRO-PRD).

Conforme organograma abaixo, a DGP-PRD está organizada em quatro diretorias, sendo responsável por toda a política de pessoal, desde a definição das formas de ingresso e seleção de servidores, admissão, cadastro, pagamento, ações de qualidade de vida e atenção à saúde, desenvolvimento das carreiras, progressões funcionais, capacitação, qualificação, dispositivos de movimentação, bem como a legislação de pessoal.

Figura 44 - Organograma da Diretoria de Gestão de Pessoas



Fonte: IFSP, abril de 2025.

5.1.1 Processos-chave da política de gestão de pessoas

5.1.1.1 Seleção e admissão de pessoal

A seleção e admissão de pessoal são alicerces da política de gestão de pessoas. Elas são conduzidas considerando as necessidades específicas de cada setor, levando em conta não apenas as demandas presentes, mas também as futuras. A admissão é realizada de acordo com as legislações pertinentes, considerando os requisitos das carreiras e as competências individuais dos candidatos.

O processo de seleção e admissão de servidores efetivo no IFSP, obedece, primeiramente, ao modelo de dimensionamento de cargos definido pelo Ministério da Educação (MEC). A Portaria MEC nº 713, de 08 de setembro de 2021 define a tipologia de cada

campus e estipula o total de cargos efetivos de docentes e técnicos-administrativos que podem vir a ser distribuídos para cada unidade.

A última atualização da Portaria MEC nº 713/2021 ocorreu em por meio da Portaria MEC nº 34, de 17 de janeiro de 2025. Em janeiro de 2025, o IFSP contava oficialmente com 41 *campi* distribuídos por todo o estado de São Paulo, novas unidades estão em fase de implantação e ainda não constam no referido documento. O painel [Situação do Dimensionamento dos Cargos Efetivos do IFSP](#), permite uma visualização gráfica desta distribuição no órgão.

No período de 2019 a 2023, ocorreu a primeira etapa do projeto de [Dimensionamento da Força de Trabalho no IFSP](#), permitindo que as unidades com quantitativos acima do modelo estipulado pelo MEC possam realizar a adequação aos números, considerando ainda o planejamento em médio e longo prazo.

Como forma de auxiliar o processo de dimensionamento, de forma prévia à admissão de pessoal efetivo é priorizada a movimentação interna por meio de processos de remoção. Todos os pedidos de nomeação antecedem essa análise, com o objetivo de garantir uma alocação mais eficiente dos servidores já disponíveis e de forma a contribuir para a distribuição dos cargos.

As remoções podem ocorrer, sem contrapartida de cargos, tendo por objetivo equalizar o total de servidores de determinada unidade, ou por meio de permutas, quando há troca de servidores entre unidades, conforme o melhor atendimento das necessidades institucionais e dos próprios servidores.

Quando há possibilidade de remoção, a unidade demandante receberá um servidor interessado na remoção, e o *campus* de origem desse servidor passa a ser considerado para o provimento. No entanto, a remoção só se concretiza após a entrada em exercício do novo servidor na unidade de origem do interessado em remoção.

A admissão de pessoal efetivo pode ocorrer em razão de nomeação de candidato aprovado em concurso vigente, aproveitamento de fila, redistribuição ou abertura de novo concurso público. Ademais, há processos de admissão de pessoas com contratação temporária, pautadas na Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, baseados em Processo Seletivo Simplificado (PSS).

5.1.1.2 Vagas para candidatos com deficiência e autodeclarados negros

De acordo com a Legislação vigente, reservamos, no mínimo, 5% das vagas para candidatos com deficiência, e 20% para candidatos autodeclarados negros. Essa política de gestão de pessoas reflete nosso compromisso com a eficiência, a transparência e a valorização de nossos servidores, que são essenciais para o sucesso e o alcance das metas do IFSP, no período de 2024 a 2029.

5.1.1.3 Contratação de estagiários

O IFSP figura como unidade concedente de estágio, podendo receber estagiários de nível superior e na educação profissional e tecnológica de nível médio. A contratação de estagiários tendo o IFSP como unidade concedente está regulamentada pela Portaria Normativa nº 88/2023 – RET/IFSP, de 6 de abril de 2023. Na qualidade de unidade concedente o IFSP possui 3 (três) tipos de estágios:

- I. Não obrigatório, com a concessão de bolsa-estágio e de auxílio transporte, independente da instituição de ensino;

- II. Obrigatório, sem a concessão de bolsa-estágio e de auxílio transporte, sendo o IFSP a própria instituição de ensino; e
- III. Obrigatório, sem a concessão de bolsa-estágio e de auxílio transporte, sendo outra a instituição de ensino.

Enquanto política de gestão de pessoas, a contratação de estagiários traz para os setores de gestão de pessoas das unidades do IFSP a responsabilidade de atualizar o quantitativo e cadastro de estagiários no Sigepe (para os casos de estágio não obrigatório) para fins de controle e auditoria dos percentuais legais, e atualizar a cadastrar o quantitativo de estagiários no SUAP, para os casos de obrigatório com origem de outras instituições de ensino, para fins de publicação, controle e auditoria dos limites legais de supervisão.

5.1.1.4 Administração de pessoal, transparência, cadastro e pagamento

Todos os processos relacionados à administração de pessoal, cadastro e pagamento seguem as normas, legislações e diretrizes vigentes, observando a necessidade constante de melhoria de procedimentos para garantir eficiência e transparência, além da conformidade com as regras estabelecidas. Nesse sentido, desde fevereiro de 2021, o IFSP utiliza o sistema [SIPPAGweb](#), que é uma excelente ferramenta de gestão de pessoal no sentido de otimização de cadastros e lançamentos, além de fortalecer a transparência dos atos de pessoal da gestão do IFSP. O referido sistema possibilita a emissão de declarações funcionais assim como permite o acesso as portarias de pessoal emitidas.

5.1.1.5 Benefícios, pensão e aposentadoria e composição do quadro de pessoal

Os benefícios, a pensão e a aposentadoria concedidas são regidas pela legislação, normas e diretrizes vigentes. Em setembro de 2023, o IFSP iniciou o programa de preparação para a aposentadoria, visando ao bem-estar das pessoas servidoras ao longo de sua carreira e após a aposentadoria.

Conforme dados da folha de dezembro de 2024, o IFSP possui 4.509 servidores ativos permanentes efetivos, dos quais:

Tabela 76 - Quadro de pessoal por idade

Idade	Total	Porcentagem
Até 29 anos	59	1%
30 a 39 anos	1257	28%
40 a 49 anos	1913	42%
50 a 59 anos	861	19%
60 a 69 anos	370	8%
70 ou mais	49	1%
TOTAL	4509	

Fonte: SIAPE- folha de dezembro/2024.

5.1.1.6 Base legal

Considerando que o IFSP é um órgão integrante do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), nos termos do Decreto nº 67.326, de 3 de outubro de 1970, todas as diretrizes seguem as normatizações advindas do órgão central SIPEC, atualmente, no

Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e do órgão setorial, Ministério da Educação (MEC).

5.2 Perfil do corpo docente

Respeitados os dispositivos legais de força maior, o corpo docente do IFSP é oriundo de concurso público de provas e títulos, realizado no IFSP ou por outro IF, nos casos de redistribuição ou de aproveitamento filial de candidatos. Em todos esses casos, o perfil do docente é definido pela unidade que solicitou a vaga, com base nos requisitos mínimos exigidos para atuação nos cursos ofertados pelo *campus*.

5.2.1 Composição

Tabela 77 - Evolução no quadro permanente de docentes por classe/ano*

ANO	D1	D2	D3	D4	Titular	Visitante
2019	383	144	1304	745	39	0
2020	214	93	1447	809	51	0
2021	136	84	1516	820	55	0
2022	58	41	1621	806	80	4
2023	52	27	1558	839	115	4

*Considerando a competência de dezembro de cada ano, exceto 2023 (considerando a competência de 2023).

Tabela 78 - Evolução no quadro permanente de docentes por titulação*

ANO	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	TOTAL
2019	42	5	214	1244	1102	2607
2020	32	0	186	1197	1187	2602
2021	23	2	157	1166	1242	2590
2022	21	1	139	1116	1301	2578
2023	17	0	121	1063	1359	2560

*Considerando a competência de dezembro de cada ano, exceto 2023 (considerando a competência de 2023).
Relação não considera servidores em usufruto de afastamento sem remuneração e ativos em outros órgãos.

Tabela 79 - Evolução no quadro permanente de docentes por regime de trabalho

ANO	20 Horas	40 Horas	Dedicação Exclusiva	TOTAL
2019	14	57	2544	2615
2020	13	52	2549	2614
2021	12	50	2549	2611
2022	14	55	2541	2610

ANO	20 Horas	40 Horas	Dedicação Exclusiva	TOTAL
2023	12	46	2537	2595

*Considerando a competência de dezembro de cada ano, exceto 2023 (considerando a competência de 2023).

5.2.2 Plano de carreira

O plano de carreira dos Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PEBTT) é regulamentado pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que estabelece diretrizes específicas para a carreira docente nas instituições federais de ensino. Essa legislação define os critérios para o desenvolvimento na carreira, considerando o tempo de serviço, a avaliação de desempenho, a titulação acadêmica e a participação em programas de formação continuada.

Com a publicação da Medida Provisória (MPV) nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, a carreira docente federal passou por mudanças significativas. A medida alterou diversos dispositivos da Lei nº 12.772/2012, atualizando a estrutura da carreira e outros aspectos relacionados ao desenvolvimento profissional dos docentes.

Uma das principais alterações foi a reestruturação da carreira do PEBTT, que passou a ser composta por quatro classes (A, B, C e Titular), em vez das cinco anteriormente existentes. A promoção da Classe A para a Classe B passou a exigir 36 meses de efetivo exercício, além de aprovação em avaliação de desempenho. Já as promoções para as demais classes ocorrem após 24 meses de efetivo exercício no último nível da classe anterior, também condicionadas à aprovação em avaliação de desempenho. Para a promoção à Classe Titular, além desses requisitos, exige-se título de doutor e aprovação em memorial ou defesa de tese inédita. As progressões funcionais permanecem condicionadas a um interstício de 24 meses de efetivo exercício, para o avanço em cada nível.

Considerando as alterações impostas pela Lei nº 15.141, de 02 de junho de 2025, a carreira dos docentes do IFSP seguiu a seguinte correlação:

Quadro 51 - Carreira PEBTT após publicação da Lei nº 15.141/2025

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		
CARREIRA	CLASSE	NÍVEL	NÍVEL	CLASSE	CARREIRA
Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008	Titular	1	1	Titular	Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008
	D IV	4	4	C	
		3	3		
		2	2		
		1	1		
	D III	4	4	B	
		3	3		
		2	2		
		1	1		
	D II	2	1	A	
		1			
	D I	2			

5.2.3. Contratação de professores

a) Contratação de professores efetivos

O ingresso de professores efetivos ocorre por meio de Concurso Público de Provas e Títulos, que engloba provas escritas, de desempenho didático pedagógico e de títulos. Esse processo rigoroso avalia o conhecimento, a habilidade de ensino e a formação acadêmica dos candidatos.

O processo de definição das áreas e dos perfis docentes tem início nas Diretorias-Gerais de cada *campus*, responsáveis por indicar o perfil desejado para a área de atuação demandada. Após a consolidação dessas demandas pela Diretoria de Gestão de Pessoas, são realizados os processos para que ocorra a admissão docente que pode ocorrer em razão de nomeações de concursos vigentes, aproveitamento de concursos de outros órgãos, redistribuições ou abertura de novos concursos públicos.

Havendo necessidade de adequar a demanda frente a disponibilidade de códigos de vagas para provimento é papel da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional aplicar critérios de distribuição dos códigos para as unidades que atendem os indicadores e balizadores legais.

b) Contratação de professor substituto

Para professores substitutos, a contratação segue a Lei nº 8.745/1993 e suas alterações. Essa modalidade é utilizada em casos excepcionais e temporários, de forma que a quantidade de profissionais não poderá ultrapassar 20% do total de docentes efetivos e ocorre em situações de afastamentos, licenças, vacâncias e para substituição de docentes que estão nomeados como Reitor(a), Pró-Reitor(a) ou Diretor(a)-Geral de *campus*. A seleção ocorre por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS), que inclui prova de desempenho didático pedagógico.

c) Contratação de professor visitante e professor visitante estrangeiro

A contratação de professor visitante e visitante estrangeiro, ocorre por especial interesse da administração, visando apoiar a execução de programas de pós-graduação *stricto sensu*, de forma a contribuir para o aprimoramento de programas de ensino, pesquisa e extensão, para programas de capacitação docente, intercâmbio científico e tecnológico e são realizados por tempo determinado por meio de edital.

A autorização para essa contratação é expressa na Lei nº 8.745/1993, e se torna possível mediante saldo de banco de professor equivalente substituto, a ser solicitado junto ao MEC a liberação de vagas para contratação. As vagas uma vez autorizadas e liberadas pelo MEC passam a ser consideradas no banco de professor equivalente substituto compondo esse montante até o limite de 20% permitidos por lei para todas as situações de substitutos previstas na legislação.

A Portaria Normativa nº 31/2021 – RET/IFSP, de 22 de dezembro de 2021 regulamenta a contratação de professores visitantes no âmbito do IFSP.

5.2.4 Cronograma e plano de expansão do corpo docente

Cada unidade/*campi* possui uma tipologia e modelo de dimensionamento que indica o total de docentes que possui direito para pleno funcionamento, conforme definido na

Portaria MEC nº 713/2021. A última atualização da Portaria MEC nº 713/2021, ocorreu em por meio da Portaria MEC nº 34, de 17 de janeiro de 2025 e em janeiro de 2025, o IFSP contava oficialmente com 41 *campi* distribuídos por todo o estado de São Paulo.

Além do modelo mencionado para expansão do corpo docente é necessário observar o Banco de Professor Equivalente (BPEq), criado através do Decreto nº 7312, de 22 de setembro de 2010, atualizado pela Portaria Conjunta MGI/MEC nº 28, de 28 de julho de 2023. O BPEq é instrumento de gestão de pessoal que atua como uma limitação orçamentária e de gestão de pessoal. Ele tem como objetivo principal organizar e controlar a alocação de docentes e determina quantos professores, em termos de equivalência, a instituição pode manter em exercício.

Para dimensionar o quadro de docentes utilizando o BPEq, calcula-se o número total de professores vezes um fator de equivalência, considerando o regime de trabalho:

- cargos docentes vagos: fator 1,56;
- regime de dedicação exclusiva (RDE): fator 1,56;
- regime de 40 horas: fator 1;
- regime de 20 horas: fator 0,65.

Para que o IFSP atinja ao quantitativo definido pelo modelo da Portaria MEC nº 713/2021 de docentes em suas unidades, é necessário o recebimento de novos de códigos de vagas para a nomeação, assim como é preciso uma ampliação do atual BPEq, que apresenta um déficit, conforme dados a seguir:

Tabela 80 - Composição do Quadro de Pessoal Docente frente ao BPEq

DOCENTES				Ocupação IFSP	BPEq Efetivo autorizado	Banco IFSP
20 Horas	40 Horas	RDE	Códigos vagos	$20\text{hs} \times 0,65 + 40\text{hs} \times 1 + (\text{DE} + \text{Vagos}) \times 1,56 =$	Valor estipulado pela Portaria MGI/MEC nº 28/2024	(BPEq Efetivo Autorizado – Ocupação IFSP)
12	41	2595	54	4.181,24	4.168,84	-12,40

Fonte: Siape em 10/04/2025.

Tabela 81 - Necessidade de atualização de BPEq para atendimento das demandas institucionais

Total de docentes conforme modelo Portaria MEC nº 713/2021	Total de cargos docentes ocupados e vagos do IFSP em 10/04/2025	Códigos a receber para atingir modelo	Códigos convertido em equivalência	Somatória para ampliação necessária	Total BPEq Efetivo necessário
2910	2702	208	$208 \times 1,56 = 324,48$	$324,48 + 12,40^* = 336,88$	$4168,84 + 336,88 =$ 4.505,72

Fonte: Projeção calculada com base na Portaria MEC nº 713/2021 atualizada pela Portaria MEC nº 34, de 17 de janeiro de 2025. *Quanto ao valor 12,40 trata-se de BPEq negativo apurado em 10/04/25.

5.3 Perfil do corpo técnico-administrativo

5.3.1 Composição

Tabela 82 - Evolução no quadro permanente de técnicos-administrativos por titulação*

ANO	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	TOTAL
2019	390	914	325	47	1676
2020	349	957	349	66	1721
2021	302	1004	394	79	1779
2022	263	1014	426	93	1796
2023	212	1029	460	110	1811

*Considerando a competência de dezembro de cada ano, exceto 2023 (considerando a competência de 2023). Relação não considera servidores em usufruto de afastamento sem remuneração, ativos em outros órgãos e com formação de nível médio ou ensino fundamental ou, ainda, em usufruto de afastamento sem remuneração.

Tabela 83 - Evolução no quadro permanente de técnicos-administrativos por regime de trabalho*

ANO	20 Horas	25 Horas	30 Horas	40 Horas	TOTAL
2019	4	6	4	1854	1868
2020	8	6	11	1878	1903
2021	8	6	7	1909	1930
2022	10	7	8	1917	1942
2023	9	7	6	1901	1924

*Considerando a competência de dezembro de cada ano, exceto 2023 (considerando a competência de 2023).

5.3.2 Plano de carreira

A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, instituiu o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) nas instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Essa legislação definiu a estrutura da carreira, organizando os cargos em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E), conforme a escolaridade exigida e a complexidade das atribuições. Também estabeleceu os critérios para ingresso e desenvolvimento na carreira, regulamentando a progressão por capacitação profissional e por mérito, as diretrizes para avaliação de desempenho, a concessão do Incentivo à Qualificação, destinado a valorizar a formação acadêmica superior à exigida para o cargo; além da estrutura da tabela de vencimentos, composta por vencimento básico e adicionais previstos em lei.

Com a publicação da Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, o PCCTAE passou por importantes atualizações, em vigor desde 1º de janeiro de 2025. Antes da medida, o desenvolvimento na carreira ocorria por dois mecanismos: progressão por capacitação, limitada a até quatro classes, e progressão por mérito, com avanço em até 16 níveis dentro de cada classe, respeitando um interstício mínimo de 18 meses entre uma progressão e outra.

A nova regulamentação alterou esses critérios. A progressão por mérito passa a ocorrer com interstício reduzido para 12 meses, distribuída agora em 19 padrões de vencimento e condicionada à avaliação de desempenho. A progressão por capacitação foi substituída por uma nova regra chamada aceleração da progressão por capacitação, que permite, a cada cinco anos, a antecipação de um padrão de vencimento. Essa antecipação está condicionada à comprovação de participação em ações de capacitação compatíveis com o cargo, incentivando a formação continuada do servidor.

Além disso, a MPV define que passam a integrar formalmente o PCCTAE os seguintes cargos:

- Técnico em Educação (nível de classificação D): com atribuições voltadas ao apoio técnico, administrativo e logístico nas atividades das instituições federais de ensino;
- Analista em Educação (nível de classificação E): com atribuições técnicas, administrativas e logísticas associadas à execução das competências institucionais.

O Incentivo à Qualificação continua sendo concedido como um percentual sobre o vencimento básico, conforme o nível de escolaridade do servidor. No entanto, sua abrangência foi ampliada: agora contempla qualquer titulação superior à exigida para o cargo, independentemente da área de formação.

Tabela 84 - Correlação de cargos nível A, B, C, D e de médicos depois da MP nº 1.286/2024

Situação até 31/12/24					Situação a partir de 01/01/25
Nível de Classificação A, B, C, D, E ou cargos de médicos					Nível de Classificação A, B, C, D, E ou cargos de médicos
Classes de Capacitação	I	II	III	IV	Padrão
PADRÃO DE VENCIMENTO	1				1
	2	1			2
	3	2	1		3
	4	3	2	1	4
	5	4	3	2	5
	6	5	4	3	6
	7	6	5	4	7
	8	7	6	5	8
	9	8	7	6	9
	10	9	8	7	10
	11	10	9	8	11
	12	11	10	9	12
	13	12	11	10	13
	14	13	12	11	14
	15	14	13	12	15
	16	15	14	13	16
		16	15	14	17
			16	15	18
				16	19

Fonte: Adaptação de anexos da MP nº 1286/2024.

Considerando as alterações estabelecidas pela Medida Provisória nº 1.286/2024, a partir de 1º de janeiro de 2025, a carreira dos técnicos-administrativos do IFSP passou por adequações. Foram realizadas correlações para todos os ocupantes de cargos, conforme os anexos da referida medida provisória. Os anexos estão disponíveis no site institucional, no menu: [Planejamento e Desenvolvimento Institucional > Gestão de Pessoas > Carreira > Tabelas de Vencimentos > PCCTAE](#).

5.3.3 Contratação de técnicos-administrativos

Os Técnicos-Administrativos em Educação (TAE) ingressam por Concurso Público de prova objetiva, abrangendo conhecimentos específicos e gerais, além de avaliação de legislação e língua portuguesa. Os requisitos variam de acordo com os níveis de classificação estabelecidos para os cargos pela Lei nº 11.091/2005 e suas alterações.

O processo de definição dos cargos técnicos-administrativos é feito pelas diretorias-gerais nos *campi* e pelos pró-reitores na Reitoria, que têm a função de indicar o cargo técnico administrativo necessário para sua unidade. Após a consolidação das demandas na Diretoria de Gestão de Pessoas, ocorrem os processos para a admissão, via nomeação de concursos vigentes, aproveitamento de filas, redistribuição ou abertura de novos concursos públicos.

Havendo necessidade de adequar a demanda frente a disponibilidade de códigos de vagas para provimento, é papel da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional definir e aplicar os critérios de distribuição dos códigos para as unidades conforme seu modelo de unidade.

5.3.4 Cronograma e plano de expansão do corpo técnico-administrativo

Cada unidade/*campi* possui uma tipologia e modelo de dimensionamento que indica o total de técnicos-administrativos que possui direito para pleno funcionamento, conforme definido na Portaria MEC nº 713/2021. A última atualização da Portaria MEC nº 713/2021, ocorreu em por meio da Portaria MEC nº 34, de 17 de janeiro de 2025, e em janeiro de 2025, o IFSP contava oficialmente com 41 *campi* distribuídos por todo o estado de São Paulo.

Considerando as tipologias e os modelos de dimensionamento aplicáveis aos servidores técnico-administrativos, o IFSP necessita de um incremento de códigos de vaga para alcançar o quantitativo ideal, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 85 - Total de códigos de vagas de técnico-administrativos por nível, conforme o quantitativo previsto para o IFSP no modelo da Portaria MEC nº 713/2021

TOTAIS DE CARGOS TAE QUE O IFSP POSSUI DIREITO – EM 28/04/25			
	CARGOS TAE NÍVEL		
	C	D	E
Total de cargos conforme modelo da Portaria MEC nº 713/2021 considerando última atualização pela Portaria MEC nº 34, de 17/01/2025	340	1007	760
Total de cargos TAE ocupados e vagos no IFSP excluídos cargos vagos vedados que serão recolhidos pelo MEC - Dados do SIAPE em 28/04/2025	294	950	692
Total de cargos faltantes para atingir o modelo proposto pela Portaria MEC nº 713/2021	46	57	68

Fonte: Projeção calculada com base na Portaria MEC nº 713/2021 atualizada pela Portaria MEC nº 34, de 17 de janeiro de 2025.

Observação: Além dos cargos listados na tabela, o IFSP conta com um servidor de nível A e seis servidores de nível B em seu quadro funcional, cargos atualmente extintos. Cargos extintos ou vedados não são repostos e devem ser recolhidos pelo MEC após ocorrer a vacância de seus ocupantes.

5.4 Políticas de pessoal

5.4.1 Política de desenvolvimento de pessoas do IFSP

A capacitação e qualificação dos servidores, aliados com os fatores de qualidade de vida e atenção à saúde do servidor, são fundamentais para o desenvolvimento de competências alinhadas com as necessidades institucionais e organizacionais. Isso visa assegurar a força de trabalho necessária para atingir os objetivos e metas estabelecidos no planejamento estratégico.

A política de desenvolvimento de pessoal do IFSP é instituída pela Portaria Normativa RET IFSP nº 12, de 07 de julho de 2021, que estabelece toda a política de capacitação, programa de qualificação, plano de desenvolvimento de pessoas e diretrizes para acesso às oportunidades de formação, capacitação e qualificação no âmbito do IFSP.

A referida Portaria Normativa define o regramento para toda a capacitação interna e externa; licenças para capacitação; licenças para qualificação, relacionadas a cursos de pós-graduação *stricto sensu* e pós-doutorado; assim como são estipulados os impedimentos para acesso à política.

Os objetivos principais da implantação e manutenção dessa política no IFSP estão relacionados com a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, através do desenvolvimento permanente e pontual do quadro de servidores, de forma a incentivar seu avanço profissional e desenvolvimento de pessoal.

O IFSP possui editais periódicos para incentivo a qualificação dos servidores, dos quais destacam-se os seguintes:

- I. Editais de afastamento remunerado para qualificação;
- II. Editais de incentivo educacional, que podem chegar a subsidiar até 100% das taxas de mensalidade de cursos de graduação e pós-graduação aos nossos servidores.

5.4.2 Política de promoção à saúde e qualidade de vida no trabalho

O IFSP instituiu, por meio da Portaria nº 4.389, de 21 de dezembro de 2020, a Política de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (PSQVIDA-IFSP). Tal documento configura um preceito institucional de gestão organizacional expresso em conceitos, fundamentos e princípios que têm como objetivo nortear a prática de promoção à saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho para os servidores e colaboradores, além de promover o bem-estar dentro da Instituição e incentivar o autodesenvolvimento fora do ambiente de trabalho, considerando os diversos aspectos que compõem a integralidade do ser humano.

Atualmente o IFSP possui diversos projetos voltados à melhoria da qualidade de vida do servidor, e todos fazem parte de um programa maior chamado de **IFSP Pensando em você**, e destes podemos destacar:

- I) **Projeto Amplifica**: Projeto que envolve capacitação e qualidade de vida, transmitido semanalmente pelo [Canal do YouTube](#) do IFSP;

II) **Projeto Calendário da Saúde:** O Projeto Calendário da Saúde, também conhecido como Campanha de Cores é elaborado anualmente, com campanhas mensais. Temos como objetivo alertar servidores, seus familiares e comunidade em geral sobre a existência de determinadas doenças, suas gravidades e prevalências, e ainda informar sobre os principais sinais e sintomas, formas de prevenção e reforçar sobre a necessidade de se buscar orientação médica precoce para o diagnóstico e tratamento, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida de todos;

III) **Projeto IFSP Move+IF:** Promovido pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRO-PRD), o Projeto “MOVE+IF” é composto por ações integradas e monitoradas que, a partir do uso de bicicleta em regime de comodato pelos servidores do IFSP, pretende promover uma melhoria contínua na qualidade de vida dos docentes e técnicos-administrativos da instituição;

IV) **Parcerias com administradoras de Planos de Saúde:** Parceria realizada para que administradoras de benefícios possam disponibilizar Planos de Assistência à Saúde aos servidores. Esses planos podem ser contratados por servidores ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas do IFSP. Atualmente possuímos oito operadoras conveniadas: Qualicorp Administradora de Benefícios S.A, Benevix Administradora de Benefícios, Elo Administradora de Benefícios Ltda, Servix Administradora de Benefícios Sociedade Simples, Allcare Administradora de Serviços em Saúde Ltda, Extramed Administração e Serviços Ltda, GEAP Autogestão em Saúde e Assefaz;

V) **Parceria com o Sesc:** Parceria entre o IFSP e o Serviço Social do Comércio (Sesc), permitindo aos servidores ativos e seus dependentes o direito à inscrição na categoria Matrícula de Interesse Social (MIS). A inscrição MIS tem validade de um ano e dá direito aos serviços e atividades promovidos nas unidades do Sesc São Paulo, observadas as condições de disponibilidade de vagas efetivas das unidades;

VI) **Editais de Chamada Pública:** Editais de fluxo contínuo que buscam estabelecer parcerias entre o IFSP e estabelecimentos nas mais diversas áreas para oferecimento de descontos aos servidores ativos e inativos, bem como seus dependentes;

VII) **WELLHUB:** concessão de 1.624 acessos à plataforma digital integrada de qualidade de vida no trabalho e bem-estar, visando incentivar a participação em práticas relacionadas aos cuidados com a saúde e qualidade de vida dos servidores;

VIII) **Preparação para aposentadoria:** o projeto é uma proposta de intervenção voltada para todos os servidores em exercício no IFSP, tendo como objetivo principal promover ações que contribuam com a reflexão e a preparação do servidor para uma aposentadoria mais consciente, ativa e com qualidade de vida.

Além das iniciativas promovidas pela reitoria, ocorre o lançamento anual, por meio da Comissão de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (CSQVT), de Edital para a seleção e validação de projetos de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para os *campi* e Reitoria, podendo ser projetos locais ou sistêmicos.

Os projetos encaminhados devem ter caráter de intervenção, ou seja, serem desenvolvidos a partir da identificação de uma necessidade do público-alvo, e assumir a intenção de contribuir, seja para melhorar ou sanar uma problemática diagnosticada. No ano de 2023 os projetos selecionados puderam contar com um recurso financeiro de até R\$ 2.000,00 por *campus*.

5.4.3 Política interna de gestão e solução de conflitos administrativos no IFSP

A Política Interna de Gestão e Solução de Conflitos Administrativos no âmbito do IFSP é uma iniciativa baseada nos modernos modelos de gestão pública, inspirada nos princípios constitucionais da Administração Pública, em especial no Princípio da Eficiência, e ainda no Princípio Jurídico da Proteção pelo Estado da Solução pela Autocomposição de Conflitos e no Princípio do Interesse Público. [A referida política está disponível.](#)

5.4.4 Políticas de mobilidade de pessoal

Os instrumentos que regulamentam a “mobilidade” de servidores, seja no âmbito interno (entre as unidades do IFSP) ou externo (envolvendo outras instituições), estão pautadas em regramentos gerais emitidos pelo Órgão Central SIPEC, regulamentando cada modalidade prevista na Legislação, buscando que os processos sejam instruídos de forma padronizada, impessoal, eficiente e com legalidade.

Considerando as especificidades do IFSP, como sua estrutura multicampi, demandas operacionais e realidades institucionais, são estabelecidas regras complementares que atendem a essas necessidades particulares, garantindo a aplicação adequada, eficiente e coerente das diretrizes gerais.

Abaixo segue um panorama sobre os principais processos de mobilidade de pessoal. Os normativos que regulamentam esses processos podem ser [consultados](#).

a) Colaboração técnica

A Colaboração técnica é a modalidade prevista nas Leis nº 11.091/2005 e nº 12.772/2012, para servidores técnico-administrativos e docentes, respectivamente, possibilitando que o IFSP atue como Órgão cessionário ou cedente. Trata-se de condição que permite que um servidor desenvolva suas atividades laborais em outra Instituição Federal de Ensino ou no Ministério da Educação, vinculado a algum projeto ou convênio específico, com duração determinada não podendo exceder 4 (quatro) anos.

No âmbito do IFSP está regulamentada pela Portaria Normativa RET IFSP nº 17, de 27 de agosto de 2021.

b) Redistribuição

A redistribuição se trata da movimentação de servidores entre órgãos, desde que observada a existência de mesma carreira em ambos. Não são permitidas redistribuições de docentes de carreiras distintas, por exemplo: redistribuição por permuta entre um docente do ensino básico, técnico e tecnológico e um docente do magistério superior. Assim como não é autorizada a redistribuição entre técnicos-administrativos do PCCTAE de níveis diferentes, por exemplo: assistente de administração (nível D) por um pedagogo (nível E).

O IFSP instituiu o **Cadastro de Interesse de Redistribuição (CIRE)**, através da Portaria Normativa nº 26/2021 – RET/IFSP, de 3 de dezembro de 2021, que definiu as normas e procedimentos para as solicitações e processos de redistribuição no seu âmbito, ficando transparente todas as inscrições e processos solicitados.

c) Remoção interna de servidores

A remoção ocorre entre as unidades do IFSP e é regulamentada através da Portaria Normativa nº 114/2024 – IFSP, de 16 de dezembro de 2024, que define regras do **Cadastro de Interesse em Remoção (CAIRE) do IFSP**.

Nessa regulamentação são definidos os critérios de classificação e inscrição dos interessados, que podem indicar até 5 unidades de interesse. O cadastro é feito pelo próprio servidor através de módulo específico no SUAP e as inscrições publicadas mensalmente no site do IFSP. As remoções são a primeira opção de recomposição de quadro de pessoal, tão logo uma unidade (*campus* ou reitoria) solicitem provimento de efetivo.

d) **Movimentação para composição da força de trabalho**

A composição de força de trabalho é uma matéria definida em ato do Ministério da Economia, e desde então o IFSP promoveu um edital de inscrições de interessados em compor a força de trabalho junto ao IFSP. Existem regras de proporcionalidade aplicadas pelo próprio Ministério que regulam as quantidades a serem autorizadas para movimentação, e desta forma o IFSP somente pode movimentar algum servidor de outro órgão para compor sua força de trabalho no IFSP se já tiver cedido outro para composição em outros órgãos, funcionamento praticamente como uma permuta entre diferentes órgãos dentro do executivo federal.

No âmbito do IFSP esta movimentação está regulamentada por meio da Portaria Normativa nº 104/2024 - IFSP, de 7 de maio de 2024.

e) **Exercícios provisórios, cessão e requisição de servidores**

Estes dispositivos são regulamentados por legislação específica, não cabendo ao IFSP legislar sobre suas políticas internamente.

5.5 Objetivos estratégicos da área e ações institucionais

Quadro 52 - Mapa Estratégico da Área

#	Objetivo Estratégico	Promover melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os servidores	
	Objetivo Específico	Ações Institucionais	Responsável
1	1.1 Promover a Qualidade de vida no Trabalho dos servidores	Programa de qualidade de vida e promoção à saúde do servidor	PRD
		Programa de combate ao assédio moral e sexual	PRD / GAB
		Programa de respeito às questões de gênero e das relações étnico-raciais	PRD
		Programa de melhoria do clima organizacional	PRD
	1.2 Propiciar a satisfação no trabalho	Projeto integração dos servidores intra e inter unidades	PRD
		Projeto centro de referência em formação de servidores	PRD
	1.3 Fomentar o desenvolvimento de pessoal do IFSP	Projeto centro de referência em formação de servidores	PRD
		Programa de Incentivo Educacional à qualificação	
	1.4 Aprimorar as rotinas de gestão de pessoas proporcionando celeridade nos serviços prestados aos servidores	Projeto manuais para padronização (manual do cidadão e manuais para a execução de serviços)	PRD

#	Objetivo Estratégico	Adequar a utilização dos recursos às ofertas dos cursos atuais e futuros	
	Objetivo Específico	Ações Institucionais	Responsável
2	Adequar a força de trabalho às demandas educacionais e administrativas	Projeto de readequação da força de trabalho	PRD

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, 2025.

6 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO

6.1 Organização

6.1.1 Instâncias de decisão

São órgãos da administração do IFSP:

I. Órgãos Superiores:

A. Conselho Superior

1. Órgão de Controle: Unidade de Auditoria Interna

B. Colégio de Dirigentes

II. Órgãos Colegiados:

A. Conselho de Ensino

B. Conselho de Pesquisa e Inovação e Pós-Graduação

C. Conselho de Extensão

D. Conselho de Inovação Tecnológica

E. Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos (CGIRC)

1. Comitê de Governança Digital (CGD)

III. Órgãos Executivos:

A. Reitoria

1. Gabinete

2. Diretorias Sistêmicas

3. Procuradoria Jurídica Federal

B. Órgãos de Apoio

1. Comissão Central Permanente de Assistência Estudantil (Copae)

2. Comitê Permanente de Acompanhamento de Egressos (Copaeg)

3. Comitê Gestor do Núcleo Incubador (CGNI)

4. Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP)

5. Comissão de Ética no Uso de Animais (Ceua)

6. Comissão de Estudos para viabilizar o ingresso de refugiados e imigrantes nos cursos do IFSP (Ceim)

7. Comitê de Alimentação e Nutrição Estudantil (Coane)

8. Comissão Própria de Avaliação (CPA)

9. Comissão de Ética (Coet)

10. Comissão Permanente de Acolhimento (Copea)

11. Comitê Permanente de Prevenção e Enfrentamento da Violência Envolvendo Estudantes (Copeve)

12. Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)

13. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

14. Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (NUGS)

15. Comitê Permanente de Monitoramento e Acompanhamento do PDI (CPMA)

16. Comitê de Acompanhamento das Atividades com Apoio das Fundações

17. Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

18. Comissão de Estudos de Atividades Docentes (Cead)

19. Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos de Técnicos-Administrativos em Educação (Cis)
20. Comissão 30h
21. Comissão Permanente de Dados Abertos (CPDA)
22. Comissão de Análise, Tratamento e Proteção de Dados Pessoais (CGPD)
23. Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (Copad)
24. Comitê Gestor Permanente do Repositório Institucional
25. Unidade de Gestão de Riscos
26. Unidade de Controle Interno
27. Unidade de Gestão da Integridade
28. Autoridade de Monitoramento da LAI
29. Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais
30. Gestor de Segurança da Informação
31. Procurador Educacional Institucional

C. Pró-Reitorias

D. Ouvidoria

IV. **Órgãos Descentralizados:**

A. *Campi*, para fins de legislação educacional, são considerados sedes:

1. Órgão Superior do *Campus*: Conselho de *Campus*
2. Órgão Executivo: Diretoria-Geral

B. *Campi* Avançados

C. Pólos de Educação à Distância

D. Pólos de Inovação

E. Núcleos Avançados

F. Centros de Referência

6.1.2 Instrumentos normativos

A Administração do IFSP, sob a coordenação, supervisão e controle da Reitoria, far-se-á pela articulação entre esta, os *campi* e demais órgãos de apoio do Instituto.

O IFSP rege-se pela Lei nº 11.892/2008, pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos:

- Estatuto: regulamento ou conjunto de regras de organização e funcionamento de uma coletividade, instituição, órgão, estabelecimento, empresa pública ou privada;
- Regimento Geral: regulamento ou conjunto de regras que detalha a organização e o funcionamento da instituição, onde são definidas as competências das unidades e as atribuições dos cargos da instituição;
- Regimento dos *campi*: regulamento ou conjunto de regras que detalha a organização e o funcionamento dos *campi*, onde são definidas as competências dos setores e as atribuições dos cargos dos *campi*;
- Atos Administrativos do IFSP: toda manifestação de vontade do IFSP que, na sua qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.

Os Atos Administrativos do IFSP obedecerão à forma de:

- Resolução;

- Resolução Normativa;
- Parecer;
- Portaria Normativa;
- Portaria de Pessoal;
- Instrução Normativa;
- Comunicado.

Onde:

- A Resolução é o instrumento emitido pela autoridade competente (Reitor, Pró-Reitores ou Diretores-Gerais) para dispor de matérias administrativas e de pessoal, decorrentes de decisões de um conselho e cujo objeto não seja criar uma norma.
- A Resolução Normativa é um instrumento emitido pela autoridade competente (Reitor, Pró-Reitores ou Diretores-Gerais) para disciplinar matérias legais de sua competência, decorrentes de decisões de um conselho.
- O Parecer é o instrumento expedido pelos órgãos colegiados, Reitor, Pró-Reitores ou Diretores-Gerais, sobre matéria de sua competência.
- A Portaria Normativa é instrumento pelo qual o Reitor, Pró-Reitores e os Diretores-Gerais dos *campi*, mediante delegação de competência, em razão de suas respectivas atribuições, dispõem sobre a gestão acadêmica e administrativa.
- A Portaria de Pessoal é instrumento pelo qual o Reitor, Pró-Reitores, diretoria de gestão de pessoal e diretores-gerais dos *campi*, mediante delegação de competência, em razão de suas respectivas atribuições, determinam diretrizes gerais e específicas com a expressa identificação de agentes públicos, estando estes nominalmente identificados.
- A Instrução Normativa é instrumento expedido pelos Pró-Reitores, Chefe de Gabinete, Diretorias Sistêmicas da Reitoria ou pelos Diretores-Gerais e tem como finalidade regulamentar ou implantar o estabelecido em resoluções, portarias ou normas externas não podendo transpor, inovar ou modificar seu texto.
- O Comunicado é o instrumento pelo qual a Administração avisa ou informa oficialmente as comunidades interna ou externa acerca de fatos ou decisões relevantes.

6.2 Gestão

6.2.1 Política de gestão⁹

6.2.1.1. Disposições gerais

A presente Política de Gestão estabelece os fundamentos, princípios e diretrizes que orientam a atuação administrativa, acadêmica e estratégica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Alinha-se ao compromisso institucional com a entrega de valor público, ao fortalecimento da governança e à promoção de uma cultura

⁹ O texto do item 6.2.1 foi elaborado com o apoio de IA generativa (ChatGPT Model 5), para estruturação e escrita formal da Política de Gestão.

organizacional pautada na transparência, na participação, na inovação, na responsabilidade social e na democracia.

6.2.1.2 Fundamentos

Esta política fundamenta-se em:

- Princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Constituição Federal, Art. 37);
- Princípios constitucionais da educação: gestão democrática do ensino público (Constituição Federal, Art. 206);
- Compromisso com o planejamento estratégico institucional e com o ciclo de gestão orientado por resultados;
- Necessidade de articulação entre os níveis estratégico, tático e operacional da gestão institucional;
- Responsabilidade pela geração de valor público por meio da educação profissional, científica e tecnológica de excelência;
- Compromisso com a aprendizagem institucional, melhoria contínua e sustentabilidade institucional;
- Valorização dos profissionais da educação, em todos os níveis e funções, como condição essencial para a efetividade da missão institucional;
- Promoção de ambientes de trabalho saudáveis, com respeito à dignidade humana e combate a todas as formas de assédio e discriminação.

6.2.1.3 Princípios

São princípios que orientam a gestão institucional:

1. **Planejamento orientado por diagnóstico:** toda ação institucional deve estar alicerçada em análises diagnósticas estruturadas, que considerem o ambiente interno e externo, os processos de geração de valor público, as partes interessadas e os resultados históricos.
2. **Alinhamento estratégico:** as ações, projetos e processos devem estar coerentemente vinculados aos objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), assegurando coesão e foco organizacional.
3. **Integração sistêmica:** a gestão deve promover a articulação entre unidades, níveis hierárquicos e áreas de atuação, respeitando a autonomia relativa dos *campi* e a identidade institucional.
4. **Transparência e *accountability*:** os processos decisórios, os resultados obtidos e os riscos assumidos devem ser comunicados de forma objetiva, tempestiva e acessível, promovendo o controle social e a legitimidade institucional.
5. **Participação e corresponsabilidade:** a comunidade acadêmica e as partes interessadas devem ser envolvidas na formulação, implementação e avaliação das ações institucionais.
6. **Gestão orientada por resultados e evidências:** o desempenho institucional deve ser monitorado com base em indicadores validados, metas objetivas e instrumentos de avaliação que permitam retroalimentação dos processos (de negócio ou de trabalho).
7. **Gestão de riscos e aprendizagem organizacional:** as decisões devem considerar as incertezas envolvidas, de forma a prevenir perdas, aproveitar oportunidades e fomentar uma cultura de melhoria contínua.

8. **Sustentabilidade institucional:** os recursos públicos devem ser geridos com eficiência, eficácia e efetividade, promovendo o equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social.
9. **Combate ao assédio institucional:** em todas as suas formas e fortalecimento de práticas de convivência respeitosa e ética.

6.2.1.4 Diretrizes

Para a efetividade desta política, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

1. **Realizar análise diagnóstica institucional periódica**, com base em ferramentas estruturadas, como análise de Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (SWOT) e análise de fatores Político, Econômico, Social, Tecnológico, Ambiental e Legal (PESTAL), para subsidiar o planejamento e a revisão de estratégias.
2. **Elaborar o planejamento estratégico institucional**, com definição objetiva de missão, visão, valores, objetivos estratégicos e indicadores de desempenho, organizados nas perspectivas estratégicas do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF): Estudante e Sociedade, Sustentabilidade Financeira, Aprendizagem e Crescimento, e Processos Internos.
3. **Definir metas e indicadores institucionais**, assegurando que estejam relacionados aos objetivos estratégicos, acompanhados de linhas de base, critérios de qualidade e responsabilidade institucional.
4. **Implementar planos anuais de gestão**, desdobrando os objetivos estratégicos em metas e ações táticas e operacionais, com definição de responsáveis, cronogramas, recursos e instrumentos de monitoramento.
5. **Promover o monitoramento sistemático das ações**, por meio de reuniões de acompanhamento, análise de desempenho e disponibilização pública de extratos de execução.
6. **Elaborar relatórios anuais de resultados**, em modelo de relato integrado, que consolidem o desempenho institucional e subsidiem a prestação de contas à sociedade.
7. **Integrar a gestão de riscos ao planejamento institucional**, com identificação, análise, tratamento e monitoramento dos principais riscos que possam impactar os objetivos institucionais.
8. **Fomentar a cultura de avaliação institucional**, utilizando os resultados de auditorias, autoavaliações e indicadores externos para retroalimentar os ciclos de planejamento e gestão.
9. **Assegurar a formação continuada de gestores/as e servidores/as**, com foco no desenvolvimento de competências para a gestão estratégica, análise de dados, gestão de processos e inovação.
10. **Garantir a articulação entre os processos decisórios dos campi e da Reitoria**, promovendo coerência, escuta ativa, equidade e respeito às especificidades territoriais e funcionais.
11. **Instituir e fortalecer mecanismos de prevenção, acolhimento e combate ao assédio institucional.**

6.2.1.5 Disposições finais

Esta Política de Gestão constitui a referência normativa para o desenvolvimento dos instrumentos institucionais de planejamento, execução, monitoramento e avaliação a serem

publicados. Sua implementação visa assegurar a coerência entre as práticas institucionais e os objetivos estratégicos, promovendo um modelo de gestão institucional orientado por resultados, responsabilidade social e excelência na prestação de serviços educacionais.

Esta Política de Gestão deve ser revista, pelo menos, a cada ciclo de revisão e elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP.

6.2.2 Ambiental, Social e Governança (ESG)

O IFSP tem a preocupação de adequar-se ao conceito ESG, sigla que em inglês significa *Environmental, Social and Governance*, e, em português, Ambiental, Social e Governança (ASG).

O termo ESG foi cunhado, em 2004, em uma publicação do Banco Mundial, em parceria com o Pacto Global das Nações Unidas (ONU) e com instituições financeiras de nove países, chamada *Who Cares Wins* (ganha quem se importa). Mas o termo só ganhou notoriedade anos depois de sua criação (Alves, 2023).

Isso se notabiliza por ações desenvolvidas que buscam atender não só às crescentes demandas ambientais, mas também à inclusão social e à governança no setor público.

Ambiental:

No aspecto ambiental, a instituição tem promovido diversas ações. Em dezembro de 2021, foi editado o Ofício Circular nº 1/2021 — DETQ-PRX/PRO-EXT/RET/IFSP que prevê regras a serem adotadas por todos os *campi*. A primeira ação foi a de instalar comissões locais integradas por alunos e por servidores, permitindo, a partir de tal ato, uma mudança cultural com o objetivo de inserir a instituição às dimensões da sustentabilidade (Meio Ambiente, Sociedade e Economia).

Também como parte das ações de aprimoramento da sustentabilidade, o IFSP aderiu a redes que promovem ações de sustentabilidade.

No ano de 2022, o IFSP aderiu ao *UI GreenMetrics World University Rankings*. Trata-se de iniciativa da *Universitas Indonesia (UI)*, introduzida no ano de 2010, que visa medir esforços de sustentabilidade nos *campi* e foi lançada como uma pesquisa on-line para apresentar políticas e programas de universidades ao redor do mundo.

Enquanto na edição de 2010 participaram noventa e cinco universidades de 35 países, em 2022, foram mil e cinquenta universidades em 85 países.

O ranking é baseado em um amplo painel conceitual sobre meio ambiente, economia e equidade. As categorias e os indicadores do ranking têm a intenção de ser relevantes, para isso foram desenhados indicadores e pesos o mais livre possível de vieses.

Os objetivos do *UI GreenMetrics* são:

- contribuir para discussões acadêmicas sobre sustentabilidade na educação e adequação ambiental dos *campi*;
- promover o direcionamento para mudanças sociais sobre metas de sustentabilidade;
- ser um instrumento de autoavaliação de sustentabilidade dos *campi* de instituições de educação superior ao redor do globo;
- informar governos, agências ambientais internacionais e locais, bem como a sociedade sobre programas ambientais dos *campi*.

Em março de 2022, ocorreu a adesão à rede *Sustainable Development Solutions Network (SDSN)*, que se trata de um programa da Organização das Nações Unidas (ONU), lançado em 2012, o qual tem por missão promover abordagens integradas para implementar

os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do Acordo de Paris para as Mudanças Climáticas, por meio da educação, pesquisa, análise de políticas e cooperação global. Em 2023, o SDSN, conta com mais de 1.800 membros em 53 redes em 146 países.

Em setembro de 2022, o IFSP assinou o Protocolo de Intenções nº 1240913/2022/CONVÊNIOS — SEI/Unifesp, para a formação e a participação da Rede SustentAção — SP.

No regimento da Rede SustentAção — SP, está descrito que se trata de uma rede colaborativa de participação voluntária, com a finalidade de conjugar esforços para aperfeiçoar práticas de sustentabilidade entre os órgãos e as entidades públicas, bem como organizações não governamentais envolvidas. Objetiva ainda a implementação de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental, viabilidade econômica e observância das diretrizes de gestão e sustentabilidade vigentes para cada poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário) e para as organizações não governamentais.

Outras ações relacionadas ao compromisso com a questão ambiental, tais como: programas relacionados à sustentabilidade e infraestrutura das unidades do IFSP, estão detalhadas ao longo deste documento.

Social:

Na criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica pela Lei nº 11.892/2008, o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é previsto no Art. 6º, que rege as finalidades de atendimento às demandas sociais locais e regionais em que os *campi* estão inseridos.

Nesse sentido, o IFSP mantém ações e núcleos de caráter permanente visando não só a maior integração com a sociedade, mas também com os arranjos culturais e produtivos locais. Nesse sentido, o IFSP registrou no ano de 2022, 81.744 matrículas em cursos regulares e cursos de formação inicial e continuada (FIC), contando com 37 *campi* implantados e quatro *campi* em processo de implantação, atingindo 39 municípios do estado de São Paulo.

O IFSP mantém a política de ações afirmativas, que propõe reforçar o cumprimento da função social da instituição. Ações afirmativas são compreendidas como aquelas de caráter temporário, com o objetivo de corrigir distorções históricas ou atuais, as quais geram cenários de segregação e de discriminação institucionalizadas de determinados grupos, seja por critérios de etnia, gênero, sexualidade, deficiência, entre outros grupos.

Como forma de garantir o atendimento das ações afirmativas, existem na instituição núcleos atuando de forma articulada e permanente, os principais são: o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e o Núcleo de Estudos Sobre Gênero e Sexualidade (NUGS).

Governança:

O IFSP tem o compromisso de manter boas práticas de governança, integridade e transparência, buscando constantemente aprimorar os mecanismos de governança e transparência para a sociedade, tendo como princípio basilar a boa gestão ao aplicar os recursos públicos.

Para isso, foram estabelecidas estruturas que permitem tomadas de decisões e ações, fazendo com que a governança permeie todos os níveis institucionais. A seguir, serão tratadas as principais instâncias de governança da instituição e suas competências.

Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos (Cgirc), foi criado pela Portaria 936/2018, atualizada pelas Portarias 1.998/2023 e 6.581/2024, e trata-se de

instância colegiada de caráter deliberativo, prevista no Art. 23 da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016. Ele tem como objetivo adotar medidas visando à sistematização de práticas relacionadas à governança, à integridade, à gestão de riscos e aos controles internos do IFSP. Em sua composição, constam os membros da alta gestão da instituição, sendo a estrutura do CGIRC regida pelo Art. 5º do anexo da portaria 6581/2024, tendo ainda como apoio:

A Unidade de Auditoria Interna (UADIN), prestará apoio ao funcionamento do CGIRC/IFSP, oferecendo avaliações e assessoramento à instituição para aprimorar os controles internos, conforme estabelecido no item III do Art. 2º; no Art. 7º; na letra “b”, item V, do Art. 11; e no §1º do Art. 23, todos da Instrução Normativa MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, vedado o exercício de atividades próprias e típicas de gestão, inclusive assessoria jurídica, que possam comprometer a sua independência de atuação.

A Unidade de Gestão dos Riscos (UGR), instituída pela Portaria IFSP 239/2023, prestará apoio ao funcionamento do CGIRC/IFSP como assessoria especial de gestão de riscos.

A Unidade de Gestão da Integridade (UGI), instituída pela Portaria IFSP 3725/2018 prestará apoio ao funcionamento do CGIRC/IFSP como assessoria especial de integridade e governança.

A Unidade de Controle Interno da Gestão (UCI), instituída pela Portaria IFSP 6590/2024 prestará apoio ao funcionamento do CGIRC/IFSP como assessoria especial de controle interno.

Comitê de Governança Digital (CGD), foi instituído pela Portaria 2534/2020 e alterada pela Portaria 6519/2024, para implementar parâmetros e diretrizes nas ações de Tecnologia da Informação e Comunicação a fim de assegurar o cumprimento do propósito e das políticas institucionais do IFSP.

É uma instância deliberativa, de caráter permanente, vinculado ao Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos (CGIRC), que determina as prioridades dos investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) às estratégias de TIC e delibera sobre assuntos relacionados à Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação do IFSP em prol da melhoria dos resultados institucionais em benefício da sociedade.

Transparência ativa, o IFSP busca constantemente aperfeiçoar os mecanismos de transparência ativa e prestação de contas para a sociedade, exemplos disso são: ter alcançado o primeiro lugar no painel da Lei de Acesso à Informação da CGU no ano de 2022, e a criação do painel orçamentário, em que qualquer cidadão pode verificar como está sendo aplicado o orçamento da instituição.

Outra ação importante, no sentido de apoiar a alta administração no processo de tomada de decisões, foi a criação do **Núcleo de Inteligência e Sustentabilidade** pela Portaria nº 5235/2023, que tem como um de seus objetivos e competências contribuir para a interação entre a comunidade acadêmica do IFSP e a sociedade.

Figura 45 - ESG no IFSP



Fonte: Elaborado pela DDI-PRD.

6.2.3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Segundo a Nações Unidas - Escritório no Brasil (s.d.), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil.

O IFSP, por meio de seus objetivos estratégicos definidos no item 1.6 busca atender em maior medida os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

Quadro 53 - Objetivos Estratégicos e ODS

OE1	Consolidar a formação integral e inclusiva dos estudantes, garantindo acesso, permanência e êxito em todos os níveis de ensino	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 5 IGUALDADE DE GÊNERO 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
OE2	Promover formação de excelência, inovadora e alinhada às transformações sociais, científicas e do mercado, integrando ensino, pesquisa e extensão	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

OE3	Ampliar a relevância e o impacto socioeconômico, cultural e ambiental do IFSP nos Arranjos Produtivos, Culturais e Sociais locais e regionais	    
OE4	Fortalecer a transparência e os canais de diálogo com a sociedade e os órgãos de controle	 
OE5	Otimizar a gestão orçamentária e financeira, garantindo a eficiência na alocação e utilização dos recursos públicos	
OE6	Diversificar e ampliar a captação de recursos externos (doações, emendas, agências de fomento, parcerias, termos de acordo de cooperação técnica com e sem contrapartida financeira)	
OE7	Modernizar os processos administrativos, visando à eficiência e à digitalização	
OE8	Reforçar as práticas de governança, controle interno e gestão de riscos para assegurar a conformidade e a integridade	
OE9	Aprimorar a gestão e manutenção da infraestrutura física e tecnológica, garantindo ambientes adequados e acessíveis	  
OE10	Promover a valorização, qualificação e qualidade de vida dos servidores	  
OE11	Fomentar uma cultura de inovação, adaptabilidade e uso de tecnologias emergentes	 

Fonte: elaborado pela DDI-PRD

6.3 Ações de participação, transparência e divulgação das informações

6.3.1 Relacionamento com a sociedade

O Instituto Federal de São Paulo (IFSP) se relaciona com seus usuários por meio de instâncias da gestão administrativa e acadêmica, bem como por meio do Conselho Superior (CONSUP), dos Conselhos de *Campus* (CONCAM), dos Conselhos de Ensino, de Pesquisa e Pós-Graduação, e de Extensão, entre outras instâncias colegiadas permanentes e transitórias.

As instâncias colegiadas apresentam composição representativa dos membros da comunidade acadêmica, ou seja, docentes, discentes e técnicos-administrativos em educação. Alguns deles apresentam representantes da comunidade externa, como organizações da sociedade civil, instituições privadas e outros órgãos e instituições públicas.

O IFSP também utiliza seus portais institucionais, bem como seus perfis em redes sociais, como importantes instrumentos de relacionamento com seus usuários internos e externos. É por meio dos portais, prioritariamente, que a grande maioria das informações e dos dados institucionais são disponibilizados em transparência ativa.

A Instituição tem como canal principal de relacionamento com seus usuários a Ouvidoria-Geral, instância de participação e controle social hierarquicamente vinculada à autoridade máxima da Instituição, cuja natureza é de um pós-serviço. Além de se constituir como um dos pilares da governança e integridade institucional, a Ouvidoria-Geral do IFSP se caracteriza como unidade setorial do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal ([SisOuv](#)) e é também integrante da Rede Nacional de Ouvidorias ([RenOuv](#)). Também é essa a instância responsável pela gestão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do IFSP, canal de transparência passiva.

O canal prioritário para registro de protocolos de ouvidoria e acesso à informação é a Plataforma [Fala.BR](#), acessível todos os dias do ano, 24 horas por dia.

Todos os dados pessoais coletados nessa plataforma são informações de acesso restrito conforme legislação vigente, garantindo a segurança dos usuários, principalmente de denunciantes de boa-fé, que contam ainda com uma política contrarretaliação legalmente estabelecida.

No âmbito da Ouvidoria-Geral são recebidas e tratadas manifestações do tipo reclamação, denúncia, solicitação de providências administrativas, elogios, solicitações de simplificação de serviços, sugestões e pedidos de acesso à informação. A plataforma permite também o registro de denúncias anônimas, consideradas comunicações de irregularidade, tipologia a ser utilizada apenas em casos específicos em que a parte denunciante não tem vínculo com os fatos ou não deseja receber informações sobre a apuração.

A Ouvidoria-Geral presta atendimento presencial em sala própria na Reitoria do IFSP, com ambiente com requisitos mínimos de acessibilidade e fácil localização. As informações sobre o funcionamento da unidade e sobre seus canais de comunicação para eventual esclarecimento de dúvidas ou agendamento de reunião com a equipe podem ser feitos pela [OUVIDORIA](#) ou pelo [SIC](#). Ainda que o SIC-IFSP esteja vinculado à Ouvidoria-Geral, considerando suas particularidades, há canais de comunicação distintos.

A disponibilidade de informações sobre a existência da Ouvidoria-Geral tem sido ampliada gradativamente, considerando a dimensão da força de trabalho da unidade.

6.3.2 Transparência ativa institucional

O IFSP cumpre atualmente todos os requisitos de transparência ativa exigidos pela legislação em vigor, que são monitorados pela Controladoria-Geral da União (CGU) por meio

do Sistema de Transparência Ativa (GTA). Os dados podem ser verificados no painel de transparência ativa, disponibilizado junto do painel [Acesso à Informação da CGU](#).

No mesmo endereço, é possível acompanhar a atividade de transparência passiva do SIC-IFSP, a partir dos dados referentes ao tratamento de pedidos de acesso à informação. Em ambos os casos, para visualizar os dados é necessário aplicar filtros de seleção no menu vertical esquerdo da página.

Além disso, o IFSP tem ampliado continuamente a disponibilidade de dados em transparência ativa, por meio de seu [Portal de Dados Abertos](#), em acordo com o previsto em seu [Plano de Dados Abertos \(PDA\)](#). O PDA é atualizado a cada dois anos, garantindo que novos conjuntos de dados sejam acrescentados ou descontinuados, conforme levantamento da disponibilidade institucional e do interesse da comunidade.

O IFSP também ampliou e facilitou o acesso às informações sobre a execução orçamentária institucional por meio do [Painel Orçamentário do IFSP](#), projeto executado pela Pró-Reitoria de Administração.

Cumpram também destacar a possibilidade de acompanhamento diário dos dados referentes à atuação da Ouvidoria-Geral por meio do [Painel “Resolveu?”](#) da CGU. Para acessar os dados do IFSP, basta aplicar filtros na barra vertical esquerda das páginas. Também é possível verificar dados de outros órgãos e instituições do Poder Executivo Federal por meio dos painéis. O painel é uma importante ferramenta que viabiliza a transparência e o controle social dos serviços prestados pelas ouvidorias do Poder Executivo federal.

6.3.3 Serviços institucionais e o papel dos usuários de serviços públicos

Atualmente, os serviços institucionais para público externo estão organizados na [Carta de Serviços ao Usuário \(CSU\)](#), em cumprimento ao disposto no Art. 11 do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. Por público externo, entende-se o conjunto de usuários de serviços públicos que ainda não mantém um vínculo direto com o IFSP.

Além da CSU-IFSP, a Ouvidoria-Geral em conjunto com outras instâncias responsáveis pela gestão de serviços para público interno, pretende realizar o mapeamento desses serviços para sua divulgação no Catálogo de Serviços Acadêmicos (CSA) e no Catálogo de Serviços para Agentes Públicos (CSAP). Pretende-se que as atividades de mapeamento possam ser iniciadas e concluídas na vigência do PDI.

No que concerne à satisfação do usuário, ao adotar a CSU como canal de acesso a serviços, bem como outros sistemas governamentais, em sua maioria esses já possuem integração com a tecnologia avaliativa da satisfação com serviços públicos digitais do governo federal. Dessa forma, é possível coletar dados sobre a satisfação com esses serviços sempre que um atendimento é finalizado e o usuário se dispõe a preencher a avaliação.

Além dessas ferramentas, o IFSP, como instituição ofertante de cursos da Educação Superior, também se submete à autoavaliação institucional, que compõe a tríade avaliativa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A avaliação da educação superior é uma importante ferramenta para a garantia da qualidade dos serviços educacionais prestados, buscando aprimorar constantemente a instituição e ampliar a satisfação de seus usuários finalísticos.

A avaliação institucional é um processo que deve ser articulado com todos os demais processos de gestão estratégica e de construção do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP, garantindo a identificação de pontos institucionais fortes; de suas fraquezas a serem trabalhadas; da melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados; da integridade no cumprimento aos requisitos regulatórios; do ampliação do engajamento e da confiança da

comunidade acadêmica; a promoção da transparência e da prestação de contas à sociedade, bem como o fomento à cultura do planejamento estratégico.

Sob essa perspectiva, a autoavaliação institucional envolve um processo permanente de análise reflexiva e sistemática de diversos aspectos institucionais, que se voltam sempre à construção da excelência na prestação de serviços públicos educacionais, objetivando ampliar a satisfação do usuário quanto ao grau de resolatividade de suas demandas.

6.4 Auditoria interna

A Auditoria Interna (UADIN) compõe o sistema de Gestão de Riscos e de verificação dos Controles Internos do IFSP atuando na terceira linha de defesa. Avaliando, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhoria à alta gestão.

Com foco em seu objetivo essencial, que é agregar valor à gestão, as ações planejadas para a UADIN estão sempre alinhadas às diretrizes presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Nesse sentido, anualmente a UADIN elabora o seu Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), normatizado pela Instrução Normativa nº 5, de 27 de agosto de 2014, definindo os trabalhos prioritários a serem realizados no próximo ano, com especial atenção às Diretrizes de Governança, integridade, gestão de riscos e controles internos propostos no PDI.

A curto e médio prazo, compreendendo o período de 2024 a 2028, a UADIN planeja realizar uma série de auditorias sucessivas sobre temas relacionados à temática da Evasão Escolar. Por se tratar de um tema complexo e multifatorial, não seria produtivo nem efetivo abordá-lo em sua totalidade. Esse projeto já foi iniciado em 2023 com a realização da Auditoria do Programa de Auxílio Permanência (PAP). Pretende-se ao final desse ciclo de auditorias proporcionar contribuições efetivas para a diminuição dos índices de evasão escolar no IFSP.

Quanto à estrutura normativa e fortalecimento do setor de auditoria interna, no ano de 2022, a UADIN concluiu o Manual da Unidade de Auditoria Interna, aprovado no CONSUP pela Resolução nº 139/2022, de 06 de dezembro de 2022 e o Estatuto da UADIN, aprovado no CONSUP pela Resolução nº 16/2022, de 06 de dezembro de 2022.

Ter instituído esses documentos fortalece a atuação da UADIN, estabelecendo seu posicionamento na estrutura organizacional, competências, objetivos, finalidades e princípios norteadores de suas ações.

Dando seguimento a esse processo de fortalecimento para o próximo quinquênio estão previstas mais ações estruturais, tais como a instituição do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), em conformidade com a Instrução Normativa nº 3, de 09 de junho de 2017, bem como a efetiva aplicação da Sistemática de Quantificação e Registro dos Resultados e Benefícios da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo federal, de acordo com a Instrução Normativa nº 10, de 28 de abril de 2020, e a Portaria nº 1.976, de 20 de agosto de 2021.

A UADIN pretende manter o alinhamento dos PAINT anuais com os objetivos e metas do PDI, sem perder de vista o seu planejamento de curto a médio prazo para o próximo quinquênio, com o intuito de gerar valor e colaborar efetivamente com a melhoria da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, bem como fortalecer a gestão.

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

Para o desenvolvimento do PDI 2024/2029, a Pró-Reitoria de Administração desenvolveu o conteúdo em que estão delineadas algumas diretrizes fundamentais relacionadas à infraestrutura, definições orçamentárias e gestão de compras e contratações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), que comporão o tópico de Infraestrutura e Instalações Acadêmicas, também o tópico de Demonstrativo de Capacidade Financeira. Além disso, são abordados os desafios institucionais de forma ampla, delineando objetivos específicos para cada área mencionada.

Também são detalhadas as ações a serem tomadas, bem como as metodologias utilizadas para a apuração de indicadores, os quais servirão como parâmetros essenciais para a avaliação e prospecção das atividades realizadas pela Pró-Reitoria de Administração (PRA) com o propósito de orientar e subsidiar a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aprimorando a gestão administrativa e garantindo maior efetividade das ações do IFSP nos próximos anos.

7.1 Objetivo

Considerando o papel estratégico da Pró-Reitoria de Administração (PRA) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), as seguintes diretrizes foram propostas para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024/2029, com foco nas áreas de contratações, orçamento e infraestrutura:

7.1.1 Avaliação da efetividade das ações institucionais

- a. Realizou-se uma análise criteriosa das ações institucionais sob responsabilidade da PRA, incluindo processos de licitação, execução orçamentária, gestão de contratos e manutenção da infraestrutura.
- b. Foram identificados pontos fortes, oportunidades de melhoria e eventuais desafios enfrentados nas áreas mencionadas.

7.1.2 Proposição de ações para o PDI 2024/2029

- a. Com base nas avaliações realizadas, foram propostas a manutenção, alteração ou inclusão de ações institucionais relacionadas a licitações, orçamento e infraestrutura para o próximo ciclo do PDI.
- b. Considerou-se a adequação das ações às necessidades identificadas, bem como a viabilidade de implementação dentro dos recursos disponíveis.

7.1.3 Definição das áreas responsáveis e articulação

- a. Foram definidas as áreas responsáveis pela implementação das ações propostas, incluindo a PRA, diretorias sistêmicas e unidades acadêmicas, conforme necessário.
- b. Promoveu-se a articulação entre as diferentes áreas envolvidas para garantir a integração e alinhamento das ações propostas com as estratégias institucionais.

7.1.4 Indicação de metas alinhadas com o PDI e Planos de Desenvolvimento de Unidades (PDU)

- a. Estabeleceram-se metas específicas a serem atingidas a partir das ações institucionais propostas no âmbito da PRA, alinhadas com as metas globais do

PDI 2024/2029.

- b. Integraram-se as metas da PRA com os planos de desenvolvimento de cada unidade do IFSP, garantindo sinergia e coesão nas iniciativas em toda a instituição.

7.2. Unidades do IFSP implantadas e em implantação

Atualmente, o IFSP possui uma ampla rede composta por 41 unidades acadêmicas, uma Reitoria e um polo de inovação distribuídos por todo o estado de São Paulo. Dentro dessa estrutura, destacam-se os 37 *campi* plenos, localizados em cidades estratégicas como Araraquara, Avaré, Barretos, Bauru, Birigui, Boituva, Bragança Paulista, Campinas, Campos do Jordão, Capivari, Caraguatatuba, Catanduva, Cubatão, Guarulhos, Hortolândia, Itapetininga, Itaquaquecetuba, Jacareí, Matão, Miracatu, Piracicaba, Pirituba, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Registro, Rio Claro, Salto, São Carlos, São João da Boa Vista, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Paulo, São Roque, Sertãozinho, Sorocaba, Suzano e Votuporanga. Especificamente os *campi* Bauru, Miracatu, Presidente Prudente e Rio Claro ainda se encontram em fase de implantação das unidades, estando os demais *campi* em pleno funcionamento.

Adicionalmente, o instituto possui quatro *campi* avançados localizados nas cidades de Ilha Solteira, Jundiaí, São Miguel Paulista e Tupã e um polo de inovação localizado na cidade de Matão.

Em 2024, por meio do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), que prevê a implantação de mais 12 unidades até 2026, o IFSP se prepara para expandir sua presença em novas regiões. Os novos *campi* serão construídos em municípios que não possuem Institutos Federais ou que têm baixa cobertura de educação profissional. Entre as cidades contempladas estão: São Paulo (Jardim Ângela e Cidade Tiradentes), Osasco, Santos, Diadema, Ribeirão Preto, Sumaré, Franco da Rocha, Cotia, Carapicuíba, São Vicente e Mauá.

As portarias de funcionamento das 41 unidades e polo de inovação implantados ou em implantação podem ser consultadas em <https://ifsp.edu.br/component/content/article/85-assuntos/desenvolvimento-institucional/4100-expansao>.

7.3 Gerenciamento da infraestrutura física das unidades

Uma das principais prioridades para os próximos cinco anos é o gerenciamento eficiente dos recursos orçamentários, assegurando a manutenção da infraestrutura física e tecnológica para o Plano de Oferta de Cursos e Vagas, bem como para todos os processos de apoio ou finalísticos associados, estando sempre disponível e atualizada, destacando-se os seguintes pontos:

- a. **Avaliação da Infraestrutura Existente**
- b. **Priorização de Investimentos**
- c. **Acessibilidade**
- d. **Sustentabilidade**
- e. **Monitoramento e Atualização**

A partir dos pontos em destaque, a seguir, passamos a relatar a situação atual apresentada pelo IFSP:

1. **Avaliação da Infraestrutura Existente (espaços físicos):** Um levantamento detalhado da infraestrutura física e tecnológica atual foi realizado por um Grupo de Trabalho para identificar áreas de melhoria em cada *campus*. Esse levantamento, efetuado bianualmente, incluiu a definição dos requisitos de

espaço físico e uma lista detalhada dos laboratórios necessários para cada unidade, além de identificar o número de postos de trabalho associados. Esse processo estratégico prioriza de forma eficaz as demandas específicas de cada unidade, garantindo a alocação adequada de recursos e otimizando o ambiente para o desenvolvimento acadêmico, científico e administrativo.

2. **Priorização de Investimentos:** Com base nas necessidades identificadas, são estabelecidas prioridades para investimentos em infraestrutura, considerando tanto a expansão quanto a manutenção dos espaços físicos e das instalações acadêmicas. Essas prioridades são constantemente debatidas entre os gestores do IFSP ao longo dos exercícios orçamentários. Além do orçamento destinado na LOA, o IFSP buscará junto à Setec/MEC disponibilidade orçamentária e financeira para este plano diretor de infraestrutura. Ressaltamos que a execução do plano dependerá da programação e liberação orçamentária e financeira do país, além de emendas parlamentares.
3. **Acessibilidade:** Há um compromisso em garantir que todas as instalações sejam acessíveis para todos os membros da comunidade acadêmica, incluindo pessoas com deficiência, através de adaptações e melhorias na infraestrutura física. Para novas edificações, já estão previstas as adaptações necessárias no projeto inicial. Com relação às construções já finalizadas e não contempladas com acessibilidade, indicamos aos *campi* que apresentem respectivos planos de ação para implantação das adequações e adaptações necessárias.
4. **Sustentabilidade:** Atualmente o IFSP conta com seu Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) finalizado e aguardando sua aprovação pelo Conselho Superior do IFSP.

Não obstante, existe um trabalho no IFSP voltado a construir normas e procedimentos internos relacionados às questões de responsabilidade socioambiental, tais como:

- a. Elaborar, implementar e monitorar o Plano de Gerenciamento dos Resíduos (PGR) local baseado na RDC nº 222, de 28 de março de 2018;
- b. Escalar dez posições no *UI GreenMetric World University Rankings*;
- c. Financiar anualmente, no mínimo, dez projetos de extensão vinculados ao Programa Sustentabilidade IFSP;
- d. Discutir e propor pelo menos duas ações ou campanhas internas de conscientização relacionadas à temática da sustentabilidade por ano;
- e. Organizar, anualmente, um evento sobre sustentabilidade;
- f. Fomentar um edital específico, anualmente, em parceria com as outras pró-reitorias.

Com relação ao plano de ação de gestão responsável dos resíduos (coleta seletiva), este encontra-se implantado no IFSP, e conta com a participação da Reitoria e de vários *campi* do IFSP. Também contamos com uma expressiva expansão dos parques de geração fotovoltaica de energia, que seguem avançando principalmente com a participação de nossas unidades em editais de eficiência energética, que também contemplam a implantação de materiais e equipamentos de consumo mais efetivo de energia (substituição de lâmpadas fluorescentes e de vapor metálico, por lâmpadas de LED, substituição de aparelhos de ar-condicionado convencionais por modelos de tecnologia Inverter, que são mais eficientes e geram menor consumo). Os novos projetos de engenharia já contam com sistemas de

captação e reaproveitamento de águas pluviais, e os processos de aquisição do IFSP buscam, sempre que possível, contemplar a aquisição de materiais de consumo e equipamentos *eco-friendly*, com vistas a viabilizar o uso mais eficiente, o reaproveitamento ou reuso e o descarte de forma adequada, favorecendo assim o trabalho de logística reversa desses itens.

5. **Monitoramento e Atualização:** Continuar realizando o monitoramento contínuo da infraestrutura física e tecnológica, com revisões semestrais, de forma a garantir que estas estejam em conformidade com as necessidades da instituição, que evoluem e se inovam de forma extremamente dinâmica, acompanhando as melhores tendências e soluções para as áreas de gestão e engenharia.

7.4 Avaliação da infraestrutura existente

A infraestrutura das escolas da rede federal de ensino no Brasil é regulada por diversos instrumentos legais que visam garantir a qualidade das instalações e assegurar um ambiente adequado para a educação. Esses instrumentos incluem leis, decretos, resoluções e normas técnicas. Aqui estão alguns dos principais:

7.4.1 Leis federais

- a. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996:**
 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo a infraestrutura das instituições de ensino. Define os parâmetros para a construção, manutenção e gestão das instalações escolares.
- b. **Lei nº 12.378/2010:**
 - Regulamenta o exercício da arquitetura e urbanismo e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). Embora não trate exclusivamente da infraestrutura escolar, estabelece normas para a construção e projeto de edificações, incluindo escolas.

7.4.2 Decretos

- a. **Decreto nº 5.622/2005:**
 - Regulamenta o ensino a distância no Brasil, incluindo requisitos de infraestrutura para as instituições que oferecem essa modalidade de ensino.

7.4.3 Normas técnicas

- a. **Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas):**
 - **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, que estabelece critérios e parâmetros técnicos para a construção de instalações acessíveis em escolas.
 - **NBR 15575:** Norma de desempenho de edificações habitacionais, que pode ser aplicada para garantir a qualidade das construções escolares.
 - **NBR 5410:** Instalações elétricas de baixa tensão, aplicável às instalações elétricas em escolas para garantir a segurança e funcionalidade.

7.4.4 Resoluções e Portarias

- a. **Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE):**
 - **Resolução CNE/CEB nº 2/2001:** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, incluindo requisitos de infraestrutura para acessibilidade.

- **Resolução CNE/CP nº 1/2012:** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, que podem incluir requisitos de infraestrutura para promover a sustentabilidade nas escolas.
- b. **Portarias do Ministério da Educação (MEC):**
- **Portaria MEC nº 1.224/2013:** Estabelece diretrizes para a acessibilidade nas instituições de ensino superior, aplicável também a escolas da rede federal.
 - **Portaria MEC nº 1.007/2017:** Dispõe sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), incluindo orientações sobre a infraestrutura escolar.

7.4.5 Programas e Iniciativas

- a. **Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni):**
- Visa ampliar o acesso e melhorar a infraestrutura das universidades federais, incluindo a construção e modernização de instalações.
- b. **Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo):**
- Implementa tecnologias nas escolas públicas, exigindo infraestrutura adequada para a instalação e uso de equipamentos tecnológicos.

7.4.6 Especificações para Segurança e Acessibilidade

- a. **Normas de Segurança contra Incêndio:**
- Cada estado tem suas próprias regulamentações sobre segurança contra incêndio, que devem ser seguidas pelas instituições de ensino.
- b. **Normas de Vigilância Sanitária:**
- Regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre condições de higiene e segurança nas escolas.

Esses instrumentos legais são essenciais para garantir que as escolas da rede federal de ensino no Brasil disponham de uma infraestrutura adequada, segura e acessível, proporcionando um ambiente propício para o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos.

No IFSP, os dados atinentes à infraestrutura são coletados com a participação da direção-geral de cada *campus*, juntamente com a Pró-Reitoria de Administração e a Diretoria de Infraestrutura e Expansão, em atendimento aos requisitos legais e normativos. Esse levantamento tem como objetivo criar um modelo de referência de espaço físico, fornecendo a base para estabelecer prioridades de infraestrutura para o IFSP.

A tabela, a seguir, retrata a situação atual dos *campi* do IFSP, num cenário relativo às salas de aula e bibliotecas disponíveis nos nossos *campi*.

Tabela 86 - Salas de Aula e Bibliotecas dos *campi* do IFSP

<i>Campus</i>	Parâmetro	Sala de Aula	Biblioteca	Quantidade de alunos	Sala de Aula M ² /Aluno	Biblioteca M ² /Aluno
Padrão	Quant. Existente	14	1			
	Área Total	840	500	1200	0,70	0,42
Araraquara	Quant. Existente	14	1			
	Área Total Existente	792,57	412,69	1156	0,69	0,36
Avaré	Quant. Existente	16	1	1408		

<i>Campus</i>	Parâmetro	Sala de Aula	Biblioteca	Quantidade de alunos	Sala de Aula M²/Aluno	Biblioteca M²/Aluno
	Área Total Existente	979,60	509,27	1706	1,28	5,1
Barretos	Quant. Existente	28	2			
	Área Total Existente	1555,98	156,9	1528	0,88	0,09
Bauru	Quant. Existente	0	0			
	Área Total Existente	0	0			
Birigui	Quant. Existente	30	1			
	Área Total Existente	1746,4	126	1590	1,09	0,08
Boituva	Quant. Existente	7	1			
	Área Total Existente	382,1	122,4	1244	0,31	0,10
Bragança Paulista	Quant. Existente	8	1	1424	0,42	0,30
	Área Total Existente	592,36	430,25	1585	0,37	0,27
Campinas	Quant. Existente	11	1			
	Área Total Existente	721,71	131,22	1013	0,71	0,13
Campos do Jordão	Quant. Existente	5	1			
	Área Total Existente	291,5	102	1231	0,24	0,08
Capivari	Quant. Existente	16	0			
	Área Total Existente	918,4	0	1230	0,75	0,00
Caraguatatuba	Quant. Existente	13	1			
	Área Total Existente	417,6	350	900	0,46	0,39
Catanduva	Quant. Existente	13	1			
	Área Total Existente	754	450	1166	1,45	0,20
Cubatão	Quant. Existente	19	1			
	Área Total Existente	996,12	112,06	1933	0,52	0,38
Guarulhos	Quant. Existente	14	1			
	Área Total Existente	1000	267	1921	0,52	0,14
Hortolândia	Quant. Existente	13	1			
	Área Total Existente	686,6	68,5	1750	0,42	0,04
Ilha Solteira	Quant. Existente	8	1			
	Área Total Existente	521,00	146,00	240	2,17	0,60
Itapetininga	Quant. Existente	8	1			
	Área Total Existente	532	250	1531	0,35	0,16
Itaquaquecetuba	Quant. Existente	13	1			

<i>Campus</i>	Parâmetro	Sala de Aula	Biblioteca	Quantidade de alunos	Sala de Aula M²/Aluno	Biblioteca M²/Aluno
	Área Total Existente	746,20	112	993	0,75	0,11
Jacareí	Quant. Existente	15	1			
	Área Total Existente	833,34	119,74	1483	0,56	0,07
Jundiaí	Quant. Existente	9	1			
	Área Total Existente	516,6	114,8	301	1,72	0,38
Matão	Quant. Existente	17	1			
	Área Total Existente	976,65	227	1276	1,16	0,18
Piracicaba	Quant. Existente	12	1			
	Área Total Existente	762,16	117,11	1621	0,47	0,07
Pirituba	Quant. Existente	15	1			
	Área Total Existente	1529,7	116,77	1363	1,12	0,09
Presidente Epitácio	Quant. Existente	17	1			
	Área Total Existente	1235,5	153,55	1110	0,80	0,10
Presidente Prudente	Quant. Existente	4	1			
	Área Total Existente	196	46			
Registro	Quant. Existente	19	1			
	Área Total Existente	1142,80	165,20	842	1,36	0,20
Rio Claro	Quant. Existente	3	1			
	Área Total Existente	135,8	16,695			
Salto	Quant. Existente	13	1			
	Área Total Existente	819,16	130,20	1742	0,47	0,07
São Carlos	Quant. Existente	14	1			
	Área Total Existente	1260	90	1601	0,79	0,06
São João da Boa Vista	Quant. Existente	6	1			
	Área Total Existente	344,6	94,26	1683	0,20	0,06
São José do Rio Preto	Quant. Existente	10	1	100		
	Área Total Existente	487,204	368,42	489	1,00	0,10
São José dos Campos	Quant. Existente	12	1	1800	0,98	0,58
	Área Total Existente	676,8	142,5	1797	0,38	0,08
São Miguel Paulista	Quant. Existente	11	1			
	Área Total Existente	557,6208	49,2082	362	1,54	0,14
São Paulo	Quant. Existente	61	1			

<i>Campus</i>	Parâmetro	Sala de Aula	Biblioteca	Quantidade de alunos	Sala de Aula M²/Aluno	Biblioteca M²/Aluno
	Área Total Existente	3172	988,87	8426	0,38	0,06
São Roque	Quant. Existente	10	1			
	Área Total Existente	521,6	200	1374	0,38	0,15
Sertãozinho	Quant. Existente	21	1			
	Área Total Existente	1204	310	2014	0,60	0,15
Sorocaba	Quant. Existente	13	2			
	Área Total Existente	700	60	1467	0,48	0,04
Suzano	Quant. Existente	13	1			
	Área Total Existente	789	269	2157	0,37	0,13
Tupã	Quant. Existente	18	1			
	Área Total Existente	1109,49	69	366	3,03	0,19
Votuporanga	Quant. Existente	15	1			
	Área Total Existente	899,42	302,8	1448	0,54	0,21

Fonte: IFSP 2024.

A tabela 81 retrata a situação atual dos *campi* do IFSP em relação às áreas de convivência, cantinas, cozinhas, refeitórios e restaurantes estudantis.

Tabela 87 - Áreas de Convivência, Cantinas, Cozinhas, Refeitórios e Restaurantes Estudantis dos *campi* do IFSP

<i>Campus</i>	Área de Convivência	Cantina	Cozinha	Refeitório	Restaurante
Araraquara	2	1	-	-	-
Avaré	1	1	1	1	-
Barretos	2	2	-	1	1
Bauru	-	-	-	-	-
Birigui	1	1	1	1	1
Boituva	1	1	1	-	-
Bragança Paulista	1	1	1	1	1
Campinas	1	1	1	1	-
Campos do Jordão	2	1	-	-	-
Capivari	-	-	-	-	-
Caraguatatuba	1	1	1	-	-
Catanduva	1	1	2	-	1
Cubatão	-	1	1	1	-
Guarulhos	1	1	1	1	-
Hortolândia	1	1	1	1	1
Ilha Solteira	1	-	-	-	1

<i>Campus</i>	Área de Convivência	Cantina	Cozinha	Refeitório	Restaurante
Itapetininga	1	1	2	-	-
Itaquaquecetuba	1	1	-	-	-
Jacareí	1	1	1	-	-
Jundiaí	1	-	-	-	-
Matão	-	1	-	-	-
Piracicaba	1	1	1	-	-
Pirituba	1	1	1	-	1
Presidente Epitácio	1	1	1	1	-
Presidente Prudente	-	-	-	-	-
Registro	1	1	0	2	1
Rio Claro	-	-	-	-	-
Salto	1	1	1	-	-
São Carlos	1	1	1	-	-
São João da Boa Vista	1	1	1	-	-
São José do Rio Preto	1	1	1	1	-
São José dos Campos	2	1	1	-	-
São Miguel Paulista	2	-	1	-	-
São Paulo	1	1	1	-	-
São Roque	1	1	1	1	-
Sertãozinho	2	1	2	1	-
Sorocaba	1	-	1	-	-
Suzano	1	1	1	-	1
Tupã	1	-	2	1	-
Votuporanga	1	1	4	-	-

Fonte: IFSP 2024

No Brasil, no tocante à alimentação escolar, há um cabedal de institutos garantidores e regulamentadores, tais como:

1. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), inciso VIII, art. 4º, que postula que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
2. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, Art. 4, que estabelece que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;
3. A Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006, que institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional;
4. A Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos estudantes da Educação Básica; e

5. O Decreto nº 11.821, de 12 de dezembro de 2023, que dispõe sobre os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação saudável no ambiente escolar.

No âmbito dos Institutos Federais, a grande maioria dos *campi* compõe o recurso destinado à alimentação por meio de três fontes orçamentárias distintas: os recursos financeiros próprios do *campus*, a verba proveniente da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Brasil, 2010) e o PNAE como complemento (dada a característica complementar do programa).

No IFSP, as principais ações orçamentárias para a alimentação são provenientes do PNAES, ação 20RL, PNAE e uma pequena porcentagem de emendas parlamentares. Em uma avaliação dos cardápios realizada no ano de 2019, utilizando-se de uma ferramenta disponibilizada pelo FNDE (IQ Cosan), indicou-se que 80% dos cardápios do IFSP necessitavam de melhorias ou estavam inadequados. Essa mesma avaliação indicou a necessidade de melhoria da estrutura física dos serviços de alimentação e nutrição do IFSP.

Diante deste cenário, foi estabelecido como meta a disponibilização de espaços adequados para o consumo, preparo e/ou armazenamento de refeições aos discentes em todos os *campi* do IFSP.

Baseadas nas necessidades individuais de cada *campus*, a Diretoria de Infraestrutura e Expansão (DIE-PRA), juntamente com a Diretoria Sistêmica de Assuntos Estudantis (DAEST), deverá desenvolver um plano de ação em parceria com a direção de cada unidade educacional, para que nos próximos cinco anos sejam implantados refeitórios em todos os *campi* do IFSP, permitindo assim que todas as unidades disponham de espaço adequado para o armazenamento, preparo e consumo de refeições pelos discentes.

7.5 Bibliotecas institucionais

As bibliotecas oferecem atendimento diário a toda a comunidade acadêmica e à sociedade em geral, fornecendo acesso ao acervo bibliográfico físico e digital, bem como acesso informatizado. Elas estão distribuídas em 37 *campi*, a saber: Araraquara, Avaré, Barretos, Birigui, Boituva, Bragança Paulista, Campinas, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Catanduva, Cubatão, Guarulhos, Hortolândia, Ilha Solteira, Itapetininga, Itaquaquecetuba, Jacareí, Matão, Piracicaba, Pirituba, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Registro, Rio Claro, Salto, São Carlos, São João da Boa Vista, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Miguel Paulista, São Paulo, São Roque, Sertãozinho, Sorocaba, Suzano, Tupã e Votuporanga.

Todas as bibliotecas são automatizadas, integradas e geridas a partir da utilização do software Pergamum, o qual permite que a comunidade do IFSP consulte o acervo disponível, bem como possibilita a realização de renovações, reservas e solicitações de serviços às bibliotecas por meio de acesso on-line.

O acervo das bibliotecas é composto por materiais como: livros, folhetos, catálogos, artigos, apostilas, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, livros digitais, teses, softwares, manuais, dvd, capítulos de livros, mapas, cd-rom, cd, obras de referência, relatórios, anais de eventos, legislações, normas, documentos, fotografias, materiais audiovisuais, equipamentos eletrônicos, tablets e periódicos, distribuídos nas unidades de informação, conforme quadro em destaque.

Tabela 88 - Acervo Geral das bibliotecas do IFSP

Unidade de Informação	Títulos	Exemplares	Exemplares adicionais
1 - Araraquara			
Total / Araraquara:	1293	4751	0
2 - Avaré			
Total / Avaré:	4106	13810	0
3 - Barretos			
Total / Barretos:	844	3361	43
4 - Birigui			
Total / Birigui:	1504	3458	6
5 - Boituva			
Total / Boituva:	2000	7310	118
6 - Bragança Paulista			
Total / Bragança Paulista:	1531	3666	2
7 - Caraguatatuba			
Total / Caraguatatuba:	1895	5252	372
8 - Catanduva			
Total / Catanduva	3036	9165	7
11 - Itapetininga			
Total / Itapetininga:	2354	5550	6
12 - Matão			
Total / Matão:	1299	5331	0
13 - Piracicaba			
Total / Piracicaba:	550	1366	19
14 - Presidente Epitácio			
Total / Presidente Epitácio:	1376	5769	0
15 - Registro			
Total / Registro:	2083	5645	0
16 - Salto			
Total / Salto:	1247	4013	16
17 - São Carlos			
Total / São Carlos:	1426	4855	148
18 - São João Boa Vista			
Total / São João Boa Vista:	1668	6491	264
19 - São Roque			
Total / São Roque:	6056	11730	0
20 - Sertãozinho			
Total / Sertãozinho:	1406	4446	16
21 - Suzano			
Total / Suzano:	2304	5909	103
22 - Votuporanga			
Total / Votuporanga:	2352	8066	57

Unidade de Informação	Títulos	Exemplares	Exemplares adicionais
23 - Campinas			
Total / Campinas:	1047	2145	18
24 - Capivari			
Total / Capivari:	2857	5549	292
25 - Cubatão			
Total / Cubatão:	3795	9609	4
26 - Jacareí			
Total / Jacareí:	2367	7171	3
27 - São José dos Campos			
Total / São José dos Campos:	1312	5327	118
28 - São Paulo			
Total / São Paulo:	6537	16157	473
30 - Jundiaí			
Total / Jundiaí:	3518	5593	60
31 - Sorocaba			
Total / Sorocaba:	1465	4235	0
32 - Campos do Jordão			
Total / Campos do Jordão:	1840	7159	56
37 - Ilha Solteira			
Total / Ilha Solteira:	1058	2249	47
38 - Tupã			
Total / Tupã:	1494	3049	10
39 - Pirituba			
Total / Pirituba:	2212	6767	0
40 - Itaquaquecetuba			
Total / Itaquaquecetuba:	2074	6737	55
52 - São José do Rio Preto			
Total / São José do Rio Preto:	667	1452	0
Total geral:	72573	203143	2313

Fonte: Relatório 18 - Estatística de acervos/ exemplares por área auxiliar do Pergamum (2023), até 24 de outubro de 2023.

Conforme previsto no capítulo III do Regulamento de Uso das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), aprovado pela Portaria nº 1.279, de 20 de abril de 2016, Art. 6º, os serviços oferecidos pelas bibliotecas são:

- Consulta local ao acervo;
- Empréstimo domiciliar;
- Levantamento bibliográfico;
- Acesso às bases de dados das diversas áreas do conhecimento, por meio do Portal de Periódicos da Capes;
- Acesso à coleção de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas

(ABNT) e da Associação Mercosul de Normalização (AMN);

- Orientação para normalização bibliográfica, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e outras normas que venham a ser solicitadas por áreas específicas;
- Elaboração de ficha catalográfica;
- Acesso aos computadores e Internet.

O espaço físico para estudos em grupos e individuais das bibliotecas, bem como os horários de funcionamento, tem sido adaptado conforme as necessidades dos *campi*.

Em relação às formas de atualização e expansão do acervo, ao identificar sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, seja para o ensino básico, técnico, superior ou pós-graduação, as bibliotecas do IFSP precisam disponibilizar em seus acervos as bibliografias básicas e complementares previstas nos projetos pedagógicos de cada um desses cursos, atendendo assim às exigências previstas nos instrumentos do Ministério da Educação.

7.6 Quadras poliesportivas

Ao longo do último quinquênio, a demanda de 25 unidades de quadras poliesportivas foi totalmente atendida, com a construção e implementação de todas as quadras necessárias, proporcionando assim um ambiente mais adequado para a prática de esportes e atividades físicas. Reconhecendo a importância da prática esportiva para o bem-estar e desenvolvimento integral dos estudantes, o plano contempla a construção, reforma ou adequação de quadras poliesportivas em todos os *campi*, garantindo assim espaços adequados para a realização de atividades esportivas e recreativas. Isso inclui a instalação de equipamentos esportivos adequados, bem como a implementação de medidas para garantir a acessibilidade e segurança desses espaços. O objetivo é promover um ambiente propício à prática esportiva e ao desenvolvimento físico e social dos estudantes e da comunidade acadêmica como um todo.

7.7 Regularização edilícia

Reconhecendo a importância da conformidade legal e normativa das edificações, este plano inclui ações específicas para regularizar todas as instalações edilícias, garantindo que estejam em conformidade com as regulamentações governamentais e normas de segurança vigentes. Isso envolve a revisão e atualização de licenças e alvarás, bem como a realização de obras e adaptações necessárias para atender aos padrões estabelecidos. O objetivo é assegurar um ambiente seguro e legalmente regularizado para toda a comunidade acadêmica. Documentos como Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e Habite-se (regularização da área construída) visam normalizar e garantir elevado nível de proteção do imóvel e da população que dele faz uso. O quadro a seguir reflete a situação atual dos *campi* do IFSP e baliza as ações de regularização a serem implementadas nos próximos cinco anos. As unidades com Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) em dia também possuem o Habite-se regularizado.

Tabela 89 - Situação da Regularidade Edilícia dos *campi* do IFSP

CAMPUS	PROJETO DE INCÊNDIOS - *PT	AVCB
ARARAQUARA	tem projeto aprovado, mas devido a modificações de leiaute, necessita-se revisar o Projeto de Incêndios	não há
AVARÉ	Aprovado	Vigente até 04/12/2026
BARRETOS - Sede	aprovado com ressalvas	não há
BARRETOS - Restaurante e Bancos de Alimentos.	prédio em processo de devolução à prefeitura	sem condições de informar
BARRETOS - Unid. Agrícola	aprovado com ressalvas.	Vigente – 18/11/2025
BIRIGUI	desatualizado.	não há
BOITUVA	o projeto arquitetônico está desatualizado e o de incêndio - PT foi aprovado no *CB, mas como o <i>campus</i> foi ampliado o projeto precisa passar por nova readequação	não há
BRAGANÇA	aprovado com ressalvas	Vigente – 22/11/22 Vencido
CAMPINAS - IFSP	Aprovado	Vigente - 11/05/2026
CAMPOS DO JORDÃO I	não há	não há
CAMPOS DO JORDÃO II	não há	não há
CAPIVARI	aprovado com ressalvas	Vigente – 07/06/23 Vencido
CARAGUATATUBA	não há	não há
CATANDUVA	aprovado com ressalvas	Vigente – 27/06/26
CUBATÃO	aprovado com ressalvas	vigente
GUARULHOS	Projeto técnico-PT aprovado em 2009. Desatualizado. Precisa-se atualizar projeto arquitetônico e readequar o PT de incêndio.	não há
HORTOLÂNDIA	Aprovado	Vigente – 17/07/22 Vencido
ILHA SOLTEIRA	aprovado com ressalvas	não há
ITAPETININGA	Inexistente ou desatualizado	não há
ITAQUAQUECETUBA	<i>Campus</i> em fase de ampliação, será necessário readequar projeto de incêndio – 2023	Vigente 16/03/21 vencido

CAMPUS	PROJETO DE INCÊNDIOS - *PT	AVCB
JACAREÍ	Desatualizado, após a II fase de ampliação, necessita-se revisar o Projeto de Incêndios.	Vigente 27/08/2022 vencido
JUNDIAÍ	não há	não há
MATÃO	Projeto desatualizado. É necessário elaborar um novo projeto que inclua o Bloco Docente, o Almoxarifado Químico e a Quadra Poliesportiva	Não há
PIRACICABA	aprovado com ressalvas	vigente até 2021
PIRITUBA	aprovado com ressalvas, porém, está desatualizado.	vigente
PRES. EPITÁCIO	em fase de integração do projeto de incêndio referente ao Bloco A, B e C (Ginásio) com o do Bloco D e E.	Possui AVCB do Bloco A, B e C com validade até 14/07/2025. Estão sendo elaborados os projetos para regularização dos Blocos D e E para análise do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo para incorporação ao AVCB já emitido.
PRES. PRUDENTE	não há	não há
REGISTRO	desatualizado	vencido em fase de renovação
SALTO	aprovado com ressalvas	Não informado
SÃO CARLOS	Aprovado	Vigente
SÃO JOÃO da B. VISTA	o projeto arquitetônico está desatualizado e o de incêndio - PT foi aprovado no *CB, mas como o <i>campus</i> foi ampliado o projeto está sendo reavaliado para passar por nova aprovação.	Vencido.
SÃO J. DOS CAMPOS	Projeto técnico-PT aprovado em 2009. Desatualizado. Precisa-se atualizar projeto arquitetônico e readequar o PT de incêndio.	não há
SÃO J. DO RIO PRETO	aprovado com ressalvas	Vigente – 02/07/21 Vencido
SÃO MIGUEL PAULISTA	não há	desatualizado
SÃO PAULO	Os projetos arq. e de incêndio estão desatualizados	não há
SÃO ROQUE	desatualizado	não há
SERTÃOZINHO	aprovado com ressalvas	Vigente – 11/09/22 Vencido
SOROCABA	não há	não há
SUZANO	Aprovado	Vigente até 31/03/2025

CAMPUS	PROJETO DE INCÊNDIOS - *PT	AVCB
TUPÃ	Aprovado. Será executado pela prefeitura de Tupã mediante acordo de cooperação técnica	Vigente - 30/10/17 desatualizado, porém a prefeitura já concluiu a licitação para atualização e em breve o serviço será iniciado.
VOTUPORANGA	aprovado com ressalvas	Vigente

Fonte: PDI 2024-2029.

*CB - Corpo de Bombeiros

*PT - Projeto Técnico (projeto de incêndio)

*AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros

7.7.1 Plano de ação para regularização edilícia dos *campi* do IFSP

Objetivos

7.7.1.1 Regularizar os Projetos de Incêndio.

7.7.1.2 Obter e manter os AVCBs (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) vigentes.

7.7.1.3 Assegurar a conformidade com as normas de segurança e acessibilidade.

Ações e Atualizações

7.7.1.4 Revisão e Atualização dos Projetos de Incêndio:

- Responsável: Engenheiro de Segurança, Arquiteto.
- Prazo: seis meses para a revisão inicial, com atualizações trimestrais.
- Ações:
 - Contratar equipe de engenharia especializada.
 - Realizar levantamento das necessidades de cada *campus*.
 - Revisar e atualizar os projetos conforme as modificações de layout e ampliações.
 - Submeter projetos revisados ao Corpo de Bombeiros para aprovação.

7.7.1.5 Obtenção de AVCBs

- Responsável: Coordenador de Infraestrutura.
- Prazo: 1 ano para obtenção dos AVCBs, com verificações semestrais.
- Ações:
 - Após a aprovação dos projetos de incêndio, solicitar vistoria do Corpo de Bombeiros.
 - Implementar adequações indicadas pelos bombeiros.
 - Obter os AVCBs e agendar renovações conforme prazos estabelecidos.

7.7.1.6 Manutenção e Monitoramento Contínuo

- Responsável: Gerente de Manutenção.
- Prazo: Continuado.
- Ações:
 - Estabelecer um cronograma de manutenção preventiva das instalações de segurança.
 - Monitorar a validade dos AVCBs e projetos de incêndio.
 - Atualizar registros e documentações regularmente.
 - Implementar um sistema de auditoria interna semestral.

7.7.2 Cronograma de Ações

Tabela 90 - Cronograma de ação para a regularização edilícia dos *campi* do IFSP

<i>Campus</i>	Ação Imediata	Prazo para Revisão do Projeto de Incêndio	Prazo para Obtenção do AVCB	Atualização Periódica
ARARAQUARA	Revisar Projeto	3 meses	6 meses	Trimestral
AVARÉ	Manutenção e monitoramento	3 meses	-	Trimestral
BARRETOS - Sede	Implementar Adequações	2 meses	4 meses	Semestral
BARRETOS - Rest. Bcos de Alimts.	Implementar Adequações	2 meses	4 meses	Semestral
BARRETOS - Unid. Agrícola	Implementar Adequações	2 meses	4 meses	Semestral
BIRIGUI	Revisar Projeto	3 meses	6 meses	Trimestral
BOITUVA	Readequar Projeto	4 meses	8 meses	Trimestral
BRAGANÇA PAULISTA	Implementar Adequações	2 meses	4 meses	Semestral
CAMPINAS	Implementar Adequações	2 meses	4 meses	Semestral
CAMPOS DO JORDÃO I	Criar Projeto	4 meses	8 meses	Trimestral
CAMPOS DO JORDÃO II	Criar Projeto	4 meses	8 meses	Trimestral
CAPIVARI	Implementar Adequações	2 meses	4 meses	Semestral
CARAGUATATUBA	Criar Projeto	4 meses	8 meses	Trimestral
CATANDUVA	Monitoramento	-	-	Trimestral
CUBATÃO	Monitoramento	-	-	Trimestral
GUARULHOS	Readequar Projeto	4 meses	8 meses	Trimestral
HORTOLÂNDIA	Implementar Adequações	2 meses	4 meses	Semestral
ILHA SOLTEIRA	Implementar Adequações	2 meses	4 meses	Semestral
ITAPETININGA	Criar/Revisar Projeto	4 meses	8 meses	Trimestral
ITAQUAQUECETUBA	Readequar Projeto	4 meses	8 meses	Trimestral
JACAREÍ	Implementar Adequações	2 meses	4 meses	Semestral

<i>Campus</i>	<i>Ação Imediata</i>	<i>Prazo para Revisão do Projeto de Incêndio</i>	<i>Prazo para Obtenção do AVCB</i>	<i>Atualização Periódica</i>
JUNDIAÍ	Criar Projeto	4 meses	8 meses	Trimestral
MATÃO	Implementar Adequações	2 meses	4 meses	Semestral
PIRACICABA	Implementar Adequações	2 meses	4 meses	Semestral
PIRITUBA	Atualizar Projeto	3 meses	6 meses	Trimestral
PRESIDENTE EPITÁCIO	Integrar Projetos	4 meses	8 meses	Trimestral
PRESIDENTE PRUDENTE	Criar Projeto	4 meses	8 meses	Trimestral
REGISTRO	Atualizar Projeto	3 meses	6 meses	Trimestral
SALTO	Implementar Adequações	2 meses	4 meses	Semestral
SÃO CARLOS	Implementar Adequações	2 meses	4 meses	Semestral
SÃO JOÃO da BOA VISTA	Reavaliar Projeto	4 meses	8 meses	Trimestral
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Readequar Projeto	4 meses	8 meses	Trimestral
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Implementar Adequações	2 meses	4 meses	Semestral
SÃO MIGUEL PAULISTA	Criar Projeto	4 meses	8 meses	Trimestral
SÃO PAULO	Atualizar/Criar Projetos	4 meses	8 meses	Trimestral
SÃO ROQUE	Atualizar Projeto	3 meses	6 meses	Trimestral
SERTÃOZINHO	Implementar Adequações	2 meses	4 meses	Semestral
SOROCABA	Criar Projeto	4 meses	8 meses	Trimestral
SUZANO	Monitoramento	7 meses	-	Semestral
TUPÃ	Implementar Adequações	2 meses	4 meses	Semestral
VOTUPORANGA	Monitoramento	-	-	Trimestral

Fonte: PDI 2024-2029.

7.7.3 Monitoramento e revisão

7.7.3.1 Relatórios Trimestrais:

- Preparar relatórios trimestrais para acompanhar o progresso das

revisões dos projetos de incêndio e a obtenção dos AVCBs.

- Identificar e resolver quaisquer obstáculos encontrados durante a implementação.

7.7.3.2 Reuniões Semestrais:

- Realizar reuniões semestrais com todas as partes envolvidas (engenheiros, arquitetos, coordenadores de infraestrutura) para discutir o progresso, revisar prazos e ajustar planos conforme necessário.

7.7.3.3 Auditorias Anuais:

- Conduzir auditorias anuais para garantir que todas as atualizações e manutenções necessárias estão sendo realizadas conforme o plano.
- Ajustar o plano de ação com base nas conclusões das auditorias.

7.7.3.4 Comunicação e Transparência:

- Manter todas as partes interessadas informadas sobre o progresso e quaisquer mudanças no plano através de relatórios e reuniões regulares.
- Garantir que os alunos, funcionários e a comunidade estejam cientes das medidas de segurança em vigor.

Esse plano de ação visa assegurar que todos os *campi* do IFSP estejam em conformidade com as normas de segurança e possuam as certificações necessárias para um ambiente seguro e adequado ao ensino.

7.8 Priorização de investimentos

7.8.1 Diretrizes para ampliação e adequação da infraestrutura física

O IFSP, com base nas suas características, finalidades e objetivos previstos na lei de criação dos Institutos Federais, propõe diretrizes para ampliação e adequação de sua infraestrutura física. Essas diretrizes são estabelecidas com base em diversos documentos de referência, entre eles:

- Lei nº 10.861/2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) e estabelece, entre outros, os requisitos de infraestrutura física para a oferta de cursos de graduação;
- Decreto nº 5.773/2006, que estabelece em seu Art. 16, item VII, a infraestrutura física para as instalações acadêmicas;
- Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida.

Dessa forma, o IFSP apresenta a seguir algumas diretrizes gerais para ampliação e adequação da infraestrutura física e especifica as diretrizes para os espaços físicos e a acessibilidade:

- Adequar-se às normas municipais referentes à taxa de ocupação do terreno, áreas de circulação e o plano diretor municipal;
- Enquadrar-se nos indicadores estabelecidos nos instrumentos de avaliação institucional e de curso, de modo a viabilizar, entre outras necessidades, a infraestrutura necessária às pessoas com dificuldade de locomoção, audição e/ou visão;

- Apresentar correlação pedagógica entre as instalações dos laboratórios, seus equipamentos e os cursos e programas previstos, bem como os recursos de informática disponibilizados, para atender ao avanço das tecnologias existentes;
- Atender a toda a comunidade e, em especial, priorizar o atendimento imediato e diferenciado das pessoas com necessidade educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização com segurança e autonomia total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações e serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, inclusive serviço de tradutor e intérprete de Libras;
- Priorizar as obras de acordo com os critérios estabelecidos no Plano Diretor de Infraestrutura.

7.8.2 Diretrizes para organização de ambientes dos *campi*

Conforme levantamento realizado pela Pró-Reitoria de Administração (PRA), o IFSP estabeleceu uma relação de ambientes que são referência para a implantação da infraestrutura física de cada um de seus *campi*, baseada nos padrões de referência de espaços pedagógicos e apoio educacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (Disponível no Link: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/par/manuais-par/VolumellIProjetosEd.EscolaresEnsinoFundamental.pdf>).

Baseado nas necessidades individuais de cada *campus*, também foram realizados estudos referentes às salas de aula, restaurantes, cantinas/refeitórios, espaços de convivência, laboratórios e demais espaços pedagógicos e de apoio educacional.

7.8.2.1 Salas de aula

O cálculo dos parâmetros adotados para salas de aula foi:

Quadro 54 - Dimensionamento mínimo dos ambientes para salas de aula

Requisitos	Dimensões
Área mínima exigida	Aprox. 1,30 m ² por aluno ocupante da sala
Área recomendada	Aprox. 1,50 m ² por aluno ocupante da sala
Dimensões específicas	Pé-direito entre 2,70m ² e 3,00 m ²

Fonte: PDI 2024-2029.

Assim, a meta para os próximos cinco anos é que todos os *campi* do IFSP se enquadrem no parâmetro mínimo estabelecido de 1,30 m²/aluno.

7.8.2.2 Bibliotecas – parâmetros

Já com relação às bibliotecas, foi realizado o seguinte cálculo dos parâmetros:

Quadro 55 - Dimensionamento mínimo dos ambientes para biblioteca e salas de leitura.

Requisitos	Dimensões
------------	-----------

Área mínima exigida	Aprox. 1,30 m² por aluno ocupante da sala
Área recomendada	Aprox. 1,50 m² por aluno ocupante da sala
Dimensões específicas	Pé-direito entre 2,70m² e 3,00 m²

Fonte: PDI 2024-2029.

Atualmente o IFSP conta com a atuação de um GT – Grupo de Trabalho, envolvendo as Pró-Reitorias de Administração e Ensino, com o propósito de avaliar e viabilizar projetos de implantação de áreas para tal fim.

7.8.2.3 Acessibilidade

A Constituição Federal de 1988 garante o direito a igualdade para todos os cidadãos brasileiros, sem discriminação. É fato notório que uma grande parcela da população enfrenta algum tipo de dificuldade (obstáculo, barreira) para obter informações, deslocar-se e ter acesso aos serviços públicos. Entre esses cidadãos, de acordo com o Censo 2022, 5,1 milhões de pessoas com deficiência estavam na força de trabalho, e 12 milhões estavam fora da força de trabalho no Brasil. A taxa de participação da força de trabalho entre as pessoas sem deficiência foi de 66,4% em 2022. Entre as pessoas com deficiência, por sua vez, esse número cai para 29,2%.

Diante desse panorama, o IFSP, por meio da Diretoria de Infraestrutura e Expansão, tem licitado projetos de novas edificações e de adaptação dos espaços físicos e reformas das edificações existentes, buscando de forma incansável promover a acessibilidade no âmbito da Instituição.

O IFSP atua nas quatro frentes básicas de acessibilidade que compõem a acessibilidade espacial: orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso. Entre as atividades relacionadas a fim de promover a acessibilidade, está a exigência de que os projetos sejam produzidos conforme a ABNT NBR 9050:2004 em todas as licitações de obras e serviços de engenharia. Ressalta-se também, dentro da concepção do projeto arquitetônico, que se procura embutir o conceito de Desenho Universal, o qual visa à criação de ambientes, espaços e objetos que minimizem as dificuldades de realização de atividades e melhorem a eficiência dos meios e mecanismos disponibilizados às pessoas com necessidades específicas. Assim, o foco é não precisar de projetos especiais e/ou de adaptação para as pessoas com necessidades não usuais.

7.8.3 Sustentabilidade

As leis e as normas referentes à sustentabilidade no serviço público federal no Brasil são diversas e abrangem aspectos como compras e contratações sustentáveis, eficiência energética, gestão de resíduos e a promoção do desenvolvimento sustentável. Destacamos abaixo as principais:

7.8.3.1 Leis

- a. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima — PNMC):**
 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e prevê medidas para a mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.
- b. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos**

— PNRS):

- Estabelece princípios, objetivos e instrumentos para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.
- c. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos):**
 - Alterada pela Lei nº 12.349, de 2010, para incluir a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como um dos objetivos das licitações.
- d. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos):**
 - Revoga a Lei nº 8.666/1993, a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei nº 12.462/2011), incluindo disposições sobre sustentabilidade nas contratações públicas.

7.8.3.2 Decretos

- a. **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012:**
 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, estabelecendo critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal.
- b. **Decreto nº 9.863, de 27 de junho de 2019:**
 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel e sobre o Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional da Energia.
- c. **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019:**
 - Regulamenta o pregão na forma eletrônica para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pela administração pública federal, incluindo aspectos de sustentabilidade.
- d. **Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022:**
 - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

7.8.3.3 Instruções Normativas

- a. **Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010:**
 - Estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na administração pública federal.
- b. **Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012:**
 - Detalha critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas.
- c. **Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022:**
 - Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

7.8.3.4 Portarias e Resoluções

- a. **Resolução Conama nº 1, de 1986:**
 - Estabelece a necessidade de elaboração de Estudo de Impacto

Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (Rima) para a instalação de atividades que possam causar significativa degradação ambiental.

7.8.3.5 Programas e Iniciativas

a. Programa de Gestão de Energia na Administração Pública (Proged):

- Iniciativa que visa promover a eficiência energética nas instalações públicas federais.

b. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P):

- Programa do Ministério do Meio Ambiente que visa a inserir princípios de sustentabilidade nas atividades administrativas e operacionais do governo.

7.8.3.6 Outras Normas e Referências

a. Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas):

- Diversas normas técnicas relacionadas à sustentabilidade, como a ABNT NBR ISO 14001, que trata do sistema de gestão ambiental.

b. Normas do TCU (Tribunal de Contas da União):

- Diretrizes e orientações para a implementação de práticas sustentáveis na administração pública.

Essas leis, decretos, instruções normativas e programas formam o arcabouço legal e normativo que orienta a incorporação de práticas sustentáveis no serviço público federal, promovendo a eficiência no uso de recursos e a minimização dos impactos ambientais.

Atualmente o IFSP conta com um Plano de Logística Sustentável (PLS), em fase de revisão, que posteriormente deve seguir para aprovação do Conselho Superior do IFSP — CONSUP. Esse Plano possui metas estabelecidas em 7 eixos temáticos. Os eixos são compostos de ações e metas que buscam tornar a instituição mais sustentável e alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

A seguir, destacamos os eixos temáticos e suas metas estabelecidas para o período 2024-2029.

7.8.4 Plano de ações e metas por eixo temático (PLS) IFSP

a. Eixo Temático Resíduos

- Reduzir a compra de copos plásticos em 40% no Instituto Federal de São Paulo.
- Reduzir 15% ao ano a compra de papel para impressão.
- Implementar a coleta seletiva nas 42 unidades do IFSP.

b. Eixo Temático Energia

- Reduzir 15% ao ano o consumo de energia.
- Investir em energias renováveis.
- Reduzir o desperdício e o consumo de energia nos *campi*.
- Investir em pesquisas que visem a economia de energia.

c. Eixo Temático Água e Esgoto

- Implantar o reuso da água das torneiras nas privadas dos banheiros.
- Implantar a coleta de água de chuva para uso nos banheiros e lavagem

da área comum dos *campi*.

- Investir em sistemas de tratamento dos resíduos de laboratórios que serão direcionados ao esgoto.
- d. Eixo Temático Coleta Seletiva
- Implantar a coleta seletiva em todos os *campi* do IFSP, buscando meios para implantá-la em pelo menos 35% dos *campi* no primeiro ano do PLS.
 - Definir meios e métodos a fim de destinar o material patrimoniado para uma destinação sustentável.
- e. Eixo Temático qualidade de vida e saúde no ambiente de trabalho
- Promover melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os servidores.
 - Promover melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os estudantes.
 - Promover melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os contratados e terceirizados.
 - Investir em programas de qualidade de vida e tentar reduzir o número de afastamentos por saúde.
 - Mensurar o grau de satisfação da comunidade interna.
 - Mensurar a satisfação da comunidade com as ações institucionais fomentadas pelas pró-reitorias.
 - Medir a participação dos servidores em eventos de integração.
- f. Eixo Temático Compras e contratações sustentáveis
- Incorporar critérios de sustentabilidade nas compras e contratações institucionais.
 - Reduzir o impacto ambiental das compras, buscando promover a eficiência e incentivar a produção e consumo responsável.
 - Seguir o guia nacional de contratações sustentáveis.
- g. Eixo Temático Deslocamento de pessoal
- Aprimorar o deslocamento sustentável entre os *campi*.
 - Reduzir a reserva de carros com apenas um servidor, quando da participação de diversos servidores em um mesmo evento, buscando assim o uso de veículos coletivos.
 - Estimular o uso de combustível renovável.
 - Estímulo a pesquisas em veículos movidos à energia limpa.

Cada *campus* do IFSP tem uma comissão local de sustentabilidade que será responsável por acompanhar as etapas previstas neste documento, e, em parceria com a Direção Geral, buscar meios para implementar e/ou promover oficinas de integração que visam ao fiel cumprimento de cada meta estabelecida. No sítio da sustentabilidade da Reitoria, será disponibilizado um painel com os números que cada *campus* e Pró-Reitoria conseguiram atingir anualmente e eventual correção de rumo será definida pela comissão central do plano de logística sustentável.

7.8.5 Eficiência energética e reaproveitamento de águas pluviais

Também se encontra implantado e em processo de ampliação, o Projeto de Eficiência Energética, como por exemplo os estacionamentos cobertos com placas fotovoltaicas, e também o Projeto de Reuso de água, conforme quadros a seguir:

7.8.5.1 Eficiência energética

Tabela 91 - Capacidade instalada de produção de energia fotovoltaica dos *campi* do IFSP

Fase	Campus	Potência (kWp)
1	BRT	30
1	ARQ	30
1	MTO	30
1	CTD	30
1	SRT	30
1	VTP	30
1	BRI	30
1	PEP	30
2	SRQ	30
2	SLT	30
2	CMP	30
2	PRC	30
2	CPV	30
2	BTV	30
2	AVR	39
2	MTO	30
2	SBJ	30
2	BRT	60
2	ITP	60
2	RGT	60
2	CBT	30
2	SZN	60
2	ITQ	60
2	GRU	30
2	BRA	60
2	JCR	60
2	CAR	90

Fonte: PDI 2024-2029.

7.8.5.2 Reuso de água

O IFSP vem adotando em suas obras e projetos de engenharia modelos de sistemas de reaproveitamento de águas pluviais. Essa solução permite às unidades, além de reduzir suas despesas com abastecimento de água, reduzir o desperdício de água potável em serviços e atividades para as quais pode ser utilizada a água captada e armazenada por meio deste sistema.

Em seus projetos a Diretoria de Infraestrutura e Expansão busca implementar esse sistema em construções como Ginásios, Restaurantes Estudantis, Salas de Aula, Auditórios, Bibliotecas, Quadras Cobertas e Laboratórios. Em tempos de escassez de recursos hídricos e adoção contínua de práticas sustentáveis, essa tem sido uma solução bastante efetiva para contribuir na economia de recursos orçamentários, e tem sido uma importante diretriz institucional que permite a conscientização para o uso consciente dos recursos naturais, objetivando garantir o futuro das nossas futuras gerações.

Sistemas de Reaproveitamento de Águas Pluviais

Tabela 92 - Capacidade de reaproveitamento de águas de chuva dos *campi* do IFSP

<i>Campi</i>	Capacidade (m ³)
AVR	25
CAR	0
CMP	24
HTO	8
ITQ	65
MTO	Não informado
SBV	8
SLT	15
SPO	Não informado
SZN	Não há aproveitamento

Fonte: IFSP 2024.

A realização do monitoramento das informações referentes ao impacto dos sistemas de geração de energia limpa e de reuso de águas pluviais será definido no Plano de Logística Sustentável do IFSP.

O acompanhamento das informações referentes a cada um dos eixos temáticos se dará por meio do Painel de Sustentabilidade, que contará com os números que cada *campus* e Pró-Reitoria conseguiram atingir anualmente, provendo também subsídios informacionais para eventual correção de rumo para que sejam atingidas as metas definidas.

8 DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

O IFSP na sua condição de Autarquia Federal, faz parte da administração pública indireta e está vinculado diretamente à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC).

Dentro do contexto de administração pública indireta, o IFSP recebe orçamento da União para executar os programas e as ações, que estão presentes no Plano Plurianual (PPA), direcionados para educação profissional e tecnológica.

Os créditos orçamentários, destinados anualmente ao IFSP, obedecem rigorosamente ao ciclo orçamentário, que é composto basicamente de três leis, todas originárias do Poder Executivo: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Tradicionalmente, os projetos dessas leis são os que mais recebem emendas de deputados e senadores.

PPA é o planejamento orçamentário do governo. Define as estratégias, diretrizes e metas da administração para um período de quatro anos. O PPA deve ser aprovado ao final do primeiro ano de mandato do presidente e vale até o fim do primeiro ano de mandato do seu sucessor. O PPA é revisado, monitorado e aperfeiçoado anualmente.

LDO é a que define as metas e as prioridades do governo para o ano seguinte. O projeto é enviado ao Congresso pelo Presidente da República até o dia 15 de abril de cada ano. Se não for aprovado até 17 de julho, o Congresso fica impedido de entrar em recesso. Estabelece as regras que deverão ser observadas na formulação do projeto de Lei Orçamentária Anual, que será votado no segundo semestre.

LOA é a que autoriza o Poder Executivo a gastar os recursos arrecadados para manter a administração, pagar os credores e fazer investimentos. O projeto precisa ser enviado ao Congresso pelo Presidente da República até 31 de agosto de cada ano e precisa ser aprovado até o fim do ano, caso contrário irá limitar a execução orçamentária no ano seguinte. A lei direciona os gastos e as despesas do governo, indicando qual será o orçamento público disponível para o próximo ano.

Além das receitas próprias, o IFSP pode receber mais orçamento por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) e Emendas Parlamentares.

TED é um instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a vinculação das dotações orçamentárias a objetivos de governo viabilizados pelos programas e ações governamentais.

Emenda Parlamentar é um instrumento que o Congresso Nacional pode utilizar na fase de apreciação legislativa para influir no processo de elaboração do orçamento anual. Tais emendas podem acrescentar, suprimir ou modificar determinados projetos da LOA enviado ao Poder Executivo. Por meio dessas emendas, os deputados e os senadores podem opinar ou influir na alocação de recursos públicos em função de compromissos políticos que assumiram durante seu mandato, tanto junto aos estados e municípios quanto às entidades do Governo Federal.

Na LOA, a programação de despesas está dividida em Grupos de Natureza de Despesa (GND). Esse é um agregador de elemento de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminado a seguir:

Quadro 56 - Identificação dos Grupos de Natureza de Despesa (GND)

CÓDIGO	GRUPOS DE NATUREZA DA DESPESA
1	Pessoal e Encargos Sociais
2	Juros e Encargos da Dívida
3	Outras Despesas Correntes
4	Investimentos
5	Inversões financeiras
6	Amortização da Dívida

Fonte: PDI 2024-2029.

No âmbito da Administração Orçamentária do IFSP, são utilizados de forma mais recorrente os seguintes códigos:

1) Pessoal e Encargos Sociais: de acordo com a Secretaria de Orçamento Federal, conforme dispõe o Manual Técnico de Orçamento de 2024 – 3ª Versão (<https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2024>), são as despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do Art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000.

2) Outras Despesas Correntes Despesas: despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica “Despesas Correntes” não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

3) Investimentos: São as despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Importante também destacar como ação estratégica do IFSP a criação do Fundo Patrimonial, autorizada pelo Conselho Superior por meio da Resolução Normativa nº 23, de 14 de novembro de 2023. Conforme a Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, os fundos patrimoniais são definidos no inciso IV do Art. 2º:

IV - fundo patrimonial: conjunto de ativos de natureza privada instituído, gerido e administrado pela organização gestora de fundo patrimonial com o intuito de constituir fonte de recursos de longo prazo, a partir da preservação do principal e da aplicação de seus rendimentos.

O fundo não substitui a dotação orçamentária regular, conforme parágrafo 1º, inciso IV da referida Lei. Porém, constitui uma fonte alternativa, formada a partir de doações

diversas, e visa ser sustentável, uma vez que o principal é sempre preservado. Dessa forma, no longo prazo, o Fundo Patrimonial do IFSP poderá contribuir com recursos adicionais para fomento às ações institucionais, notadamente o apoio aos projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

8.1 Critérios e diretrizes para distribuição orçamentária

O Orçamento Público é o instrumento de gestão de maior relevância e provavelmente o mais antigo da administração pública. É um instrumento que os governos usam para organizar os seus recursos financeiros. Partindo da intenção inicial de controle, o orçamento público tem evoluído e vem incorporando novas instrumentalidades. No Brasil, o orçamento reveste-se de diversas formalidades legais. Sua existência está prevista constitucionalmente, materializada anualmente numa lei específica que “estima a receita e fixa despesa” para um determinado exercício. Por causa dessa característica, as despesas só poderão ser realizadas se forem previstas ou incorporadas ao orçamento. Adicionalmente ao ditame constitucional, é importante observar o citado no Art. 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964: “Art. 2º. A Lei de Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica, financeira e programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade”.

Nos dias de hoje, podemos reconhecer o orçamento público como um instrumento que apresenta múltiplas funções. A mais clássica delas é a função controle político, que teve início nos primórdios dos Estados Nacionais. Além da clássica função de controle político, o orçamento apresenta outras funções mais contemporâneas, do ponto de vista administrativo, gerencial, contábil e financeiro. No Brasil, a função incorporada mais recentemente foi a função de planejamento, que está ligada à técnica de Orçamento por Programas. De acordo com essa ideia, o orçamento deve espelhar as políticas públicas, propiciando sua análise pela finalidade dos gastos.

Os governos costumam participar de muitas formas na economia dos países. A condução da política monetária, a administração das empresas estatais, a regulamentação dos mercados privados e, sobretudo, a sua atividade orçamentária funcionam como meios dessa participação e influenciam o curso da economia. Ao tomar parte na condução das atividades econômicas, o governo executa as funções econômicas que o Estado precisa exercer. Nesse sentido, a partir de estudos, as funções econômicas ou, como ficaram conhecidas, as funções do orçamento, dividem-se em três tipos: alocativa, distributiva e estabilizadora.

8.2 Técnicas orçamentárias

O surgimento do orçamento público está intimamente ligado à ideia de controle. Prova disso é que o orçamento se originou pela necessidade de regular a discricionariedade dos governantes na destinação dos recursos públicos.

Para apresentarmos um resumo esquemático do tema, serão mostradas a seguir algumas das técnicas ou práticas orçamentárias mais difundidas:

- Orçamento Tradicional: processo orçamentário em que é explicitado apenas o objeto de gasto. Apresenta valores para as despesas com pessoal, material, serviços etc., sem relacionar os gastos a nenhuma finalidade (programa ou ação). Também é conhecido como orçamento clássico.

- Orçamento de Desempenho: processo orçamentário que apresenta duas dimensões:
 - objeto de gasto;

- programa de trabalho, contendo as ações desenvolvidas.

Ele enfatiza o desempenho organizacional e é também conhecido como orçamento funcional.

- Orçamento – Programa: orçamento que expressa, financeira e fisicamente, os programas de trabalho de governo, possibilitando:

- a integração do planejamento com o orçamento;
- a quantificação de objetivos e a fixação de metas;
- as relações insumo-produto;
- as alternativas programáticas;
- o acompanhamento físico-financeiro;
- a avaliação de resultados;
- a gerência por objetivos.

- Orçamento Participativo: processo orçamentário que contempla a população no processo decisório, por meio de lideranças ou audiências públicas; existência de uma coparticipação do Executivo e Legislativo na elaboração dos orçamentos; transparência dos critérios e das informações que nortearão a tomada de decisões; necessidade de uma maior discricionariedade do governo na alocação dos gastos, a fim de que possa atender aos anseios da sociedade; requer alto grau de mobilização social; e deve haver disposição do poder público em descentralizar e repartir o poder.

- Orçamento Base-Zero: processo orçamentário que se apoia na necessidade de justificativa de todos os programas cada vez que se inicia um novo ciclo orçamentário. Analisa, revê e avalia todas as despesas propostas e não apenas as das solicitações que ultrapassam o nível de gasto já existente.

- Orçamento Incremental (ou Inercial): orçamento elaborado por meio de ajustes marginais nos seus itens de receita e despesa. Repetição do orçamento anterior acrescido da variação de preços ocorrida no período.

- Orçamento com Teto Fixo: critério de alocação de recursos por meio do estabelecimento de um quantitativo financeiro fixo (teto), obtido mediante a aplicação de um percentual único sobre as despesas realizadas em determinado período. Esse percentual único serve de base para que os órgãos/unidades elaborem suas propostas orçamentárias parciais.

Muito embora se possa reconhecer uma trajetória de avanços em matéria de orçamento público, não é comum verificarmos uma ruptura completa entre o modelo tradicional e o atual no processo de elaboração dos orçamentos. De forma oposta, a evolução mais comum é a modificação paulatina de uma determinada técnica por outra. Assim, pode haver alguns casos do convívio de mais de um modelo na elaboração do orçamento, seja em momentos de transição política, ou mesmo pelas características legais que envolvam sua concepção. Para efeitos didáticos, é possível relacionar algumas dessas técnicas ou práticas que são marcantes na evolução orçamentária.

Apesar da diversidade de técnicas orçamentárias, cada Órgão desenvolve sua própria sistemática e diretrizes para a elaboração de sua peça orçamentária às suas Unidades Gestoras, em conformidade com as particularidades internas e planejamentos autônomos de seus gestores. No âmbito do IFSP, considera-se, concomitantemente, as seguintes diretrizes:

- I. Matriz Conif.
- II. Contratos em Andamento, Contínuos e de necessidade primária.
- III. Aquisições de equipamentos, materiais de consumo (necessários para a manutenção das atividades do Órgão).

IV. Obras, reformas, ampliações e projetos em andamento e novos.

Conforme já mencionado, o IFSP possui autonomia para gerir seu orçamento, no entanto, a definição dos valores que serão disponibilizados por meio da LOA, dependem das articulações e valores disponibilizados para o Ministério da Educação (MEC). O MEC, por sua vez, dentro de sua programação e de políticas de prioridades, orienta a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) a coordenar a distribuição do orçamento entre as Secretarias, dentre as quais, uma delas é a Setec.

A divisão do orçamento do MEC destinado às operações da Rede Federal dos Institutos tem sido deliberada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), junto à Setec. A ferramenta utilizada como critério para definir os valores é conhecida como “Matriz Conif”.

A Matriz Conif é um modelo matemático que usa como critério variáveis como, por exemplo, o número de alunos matriculados, quantidade de cursos oferecidos, carga horária, situação socioeconômica da região instalada (IDH) e dos alunos, peso geral do curso. Esses critérios servem para as ponderações que serão utilizadas na divisão do valor que será destinado de orçamento para cada Instituto Federal do Brasil.

A Matriz Conif exerce, portanto, o maior peso para o processo de planejamento da distribuição inicial, realizada pelo MEC-Brasília, usando, como entrada, o valor estipulado pela Setec à Rede Federal, aplicando-se as ponderações que geram a proporcionalidade aplicável e, a partir dela, apresenta-se o valor e percentual de participação que cada Instituto Federal terá direito na LOA do próximo exercício.

Os valores e os percentuais obtidos da Matriz Conif contemplam apenas as Despesas Discricionárias, aquelas cujo Órgão tem certa autonomia para redirecionar e executar. Assim, essas despesas estão vinculadas às Ações Orçamentárias do PROGRAMA, cuja classificação é 5112, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA QUE TRANSFORMA. As principais ações contidas nesse programa são:

- Assistência ao Estudante.
- Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.
- Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.
- Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Em relação às despesas obrigatórias, referentes aos gastos com folha de pagamento, essas não estão contempladas pela Matriz Conif. Essas despesas são estimadas pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação — SPO/MEC. O Instituto Federal de São Paulo é responsável pela execução das despesas e, periodicamente, por indicar a necessidade de uma nova estimativa para eventual ajuste no cálculo. Isso significa que qualquer aumento na despesa de pessoal depende de autorização do Ministério do Planejamento e aprovação do MEC.

8.3 A divisão do orçamento no âmbito do IFSP

Como a Matriz Conif não considera outros critérios, como a estrutura e outras particularidades de cada Órgão, ou seja, os diversos fatores que implicam diferentes custos na manutenção das atividades de um *campus* localizado em uma determinada região, a Reitoria optou por adotar (parcialmente) o modelo Conif para dividir o orçamento internamente.

Isso significa que, para o período 2024-2028, após aplicados os critérios da Matriz

Conif, o IFSP também considerará as prioridades de cada *campus*, ofertando assim, maior equidade entre as diferenças das unidades da rede.

O método considera, para as despesas descentralizáveis aos *campi*, como técnica de deliberação e distribuição, as seguintes diretrizes:

A) Mediante solicitação justificada e apresentada pelo *campus*:

- Existência de Licitação homologada.
- Existência de Contrato continuado.
- Necessidade emergencial de execução.
- Necessidade de Reforço para contemplar os itens anteriores.
- Termos de Execução Descentralizada (individualizada).
- Emendas Parlamentares (Individuais, com finalidades específicas).

B) O método considera também as despesas compartilhadas (por contratos) com ou por meio da exclusiva administração orçamentária e financeira da Reitoria, como técnica de deliberação e distribuição, as seguintes diretrizes:

- Distribuição para execução de Contratos Continuados.
- Termos de Execução Descentralizada (não individualizada).
- Emendas Parlamentares (de Bancadas ou dos Estados).
- Publicações no diário oficial.
- Manutenção de veículos.
- Combustível.
- Pedágios.
- Seguro de alunos.
- Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão: Editais das Pró-Reitorias.
- Biblioteca Virtual.
- Data Center.
- Compra de Passagens Aéreas.
- Obras, Reformas e Projetos em Andamento.
- Licença de software.
- Outras não especificadas (analisadas, no caso concreto, quanto a necessidade, emergência e prioridade de cada *campus*).

O Colégio de Dirigentes (COLDIR), como instância superior, cumpre uma função basilar e estratégica na Estrutura de Governança do IFSP. Dessa forma, sua atuação é essencial para a promoção da transparência e de consenso nas deliberações sobre a forma a qual se dará a definição do orçamento das unidades. O quadro abaixo resume os três pilares que nutrem o processo decisório para a distribuição orçamentária entre os *campi* para o PDI 2024-2028:

Quadro 57 - Pilares do processo decisório de distribuição orçamentária do IFSP

	Prioridade	Participação garantida	Reforços	TED ou Emendas (INDIVIDUAIS)	TED ou Emendas (COLETIVAS)
Matriz CONIF	1	50% por <i>campus</i>			
Contratos em andamento	2		Até 20% Por demanda/mês		
Obras e Reformas em andamento	3		Até 20% Por demanda/mês		
Aquisições de Equipamentos, materiais de consumo	4		Até 10% Por demanda/mês		
Orçam. Próprio		100%			
Contratos, Obras e Reformas Novas ou em Andamento				100%	Conforme prioridade de cada <i>campus</i>
Necessidades emergenciais de execução			Conforme prioridade de cada <i>campus</i> , descontada do limite a Ele destinado	100%	Conforme prioridade de cada <i>campus</i> , descontada do limite a Ele destinado
Repasses		100%		100%	100%

Fonte: PDI 2024-2029.

8.4 Processo de monitoramento, controle e revisão orçamentária do PDI

Entre os aspectos fundamentais do planejamento estratégico, tem-se a confecção do plano de monitoramento de riscos e perspectivas de alternativas de solução. Assim, no que tange aos aspectos orçamentários e financeiros, o planejamento estratégico e sua execução Tática e Operacional devem estar alinhados, além de compreender o conjunto de perspectivas e cenários que envolvam as variáveis que possam contribuir ou interferir no desenho das projeções e nas execuções.

Essa percepção é contínua, passível de monitoramento e resolutive, pois deve propiciar meios de alternativas de solução, quando, por exemplo, as projeções e estimativas, eventualmente, sejam impactadas pelas perspectivas econômicas, dificultando a sua execução, em conformidade ao que fora planejado inicialmente.

Nesse sentido, o modelo da Matriz SWOT permite observar de modo sistematizado, como e onde serão aplicados os recursos orçamentários, levando-se em conta, no caso concreto, as diretrizes e as prioridades institucionais que serão consideradas no processo

decisório de implementação e execução das atividades-fim do Órgão, sem, no entanto, se distanciar da importância e relevância das atividades de apoio-meio, por intermédio da exposição das dimensões: forças, oportunidades, fraquezas e ameaças.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ricardo Ribeiro. **ESG: O presente e o futuro das empresas**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 24 jul. 2023.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015. DOI: 10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: 14 out. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 5410:2004**. Instalações elétricas de baixa tensão. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:2004**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15575:2013**. Edificações habitacionais — Desempenho. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ISO 14001:2015**. Sistemas de gestão ambiental — Requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 222, de 28 de março de 2018**. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 07/2018, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105102-rces007-18&Itemid=30192. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: https://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=745. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 mar. 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação**. Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/>. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Painel de Acesso à Informação – LAI**. Disponível em: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Painel Resolveu? – Ouvidorias do Poder Executivo Federal**. Disponível em: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu>. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Portaria nº 1.976, de 20 de agosto de 2021**. Institui a sistemática de quantificação e registro dos benefícios decorrentes das ações executadas pela CGU. Disponível em: https://wiki.cgu.gov.br/index.php/Portaria_n%C2%BA_1.976,_de_20_de_agosto_de_2021. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Rede Nacional de Ouvidorias**. Disponível em: <https://www.gov.br/ouvidorias/pt-br/ouvidorias/rede-de-ouvidorias>. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Instrução Normativa nº 3, de 9 de junho de 2017**. Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/pgmq/arquivos/in-sfc-03-2017-referencial-tecnico.pdf>. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Instrução Normativa nº 10, de 28 de abril de 2020**. Aprova a Sistemática de Quantificação e Registro dos Resultados e Benefícios da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/45198>. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal – SisOuv**. Disponível em: <https://www.gov.br/ouvidorias/pt-br/ouvidorias/sisouv>. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.863, de 27 de junho de 2019**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel e sobre o Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional da Energia. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9863.htm. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019**. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10024.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022.** Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10936.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.821, de 12 de dezembro de 2023.** Dispõe sobre os princípios, os objetivos, os eixos estratégicos e as diretrizes que orientam as ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11821.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025.** Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-19-de-maio-de-2025-630398639>. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-

2006/2006/decreto/d5840.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.840%2C%20DE%2013,4%20de%20julho%20de%201994%2C. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.** Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016.** Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/529213/publicacao/15802037>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.** Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc85.htm. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 04 jun. 2025.

BRASIL. Governo Federal. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).** Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-de-sao-paulo>. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-01-de-19-de-janeiro-de-2010>. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012>. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022. Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-98-de-26-de-dezembro-de-2022>. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.395, de 31 de outubro de 1985.** Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7395.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.398, de 04 de novembro de 1985.** Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8745cons.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.** Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 23 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 10 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010. Altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12349.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12378.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12462.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estrutura da carreira docente no âmbito das instituições federais de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.** Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019.** Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais; altera as Leis nºs 9.249 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 12.114 de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13800.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.** Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 03 de julho de 2024.** Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.141, de 2 de junho de 2025.** Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2025/lei-15141-2-junho-2025-797540-publicacaooriginal-175543-pl.html>. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024.** Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, altera as regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreira, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9885943&ts=1758921090380&disposition=inline>. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Economia. **Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.** Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/legislacao/processo-de-contratacao-de-solucoes-de-tic-regido-pela-lei-ndeg-14-133-de-2021>. Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC, de 15 de julho de 2015.** Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. Disponível em: <https://ctur.ufrrj.br/wp-content/uploads/2021/02/Nota-Informativa-no-138-2015.pdf>. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha – Observatório de Dados e Informações.** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 34, de 17 de janeiro de 2025.** Altera tipologia dos Campi Avançados de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs e autoriza o funcionamento do *Campus* Pedra Branca do Amapari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-34-de-17-de-janeiro-de-2025-607723920>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 713, de 8 de setembro de 2021.** Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Colégio Pedro II, define parâmetros e normas para a sua expansão e dispõe sobre a criação e implementação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-713-de-8-de-setembro-de-2021-343837861>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Disponível em: [https://sisu.mec.gov.br/static/pdf/PORTARIA%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2018,%20DE%2011%20DE%20OUTUBRO%20DE%202012%20\(Alterada%20pela%20Portaria%20n%C2%BA%202.027-2023\).pdf](https://sisu.mec.gov.br/static/pdf/PORTARIA%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2018,%20DE%2011%20DE%20OUTUBRO%20DE%202012%20(Alterada%20pela%20Portaria%20n%C2%BA%202.027-2023).pdf). Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ministério da Educação. **Portaria Conjunta MGI/MEC nº 28, de 28 de julho de 2023**. Amplia o Banco de Professor-Equivalente do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, constituído pelo Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010, e o Banco de Professor-Equivalente do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - Cefet/RJ, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Cefet/MG e do Colégio Pedro II, de que dispõe o Decreto nº 8.260, de 29 de maio de 2014. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-mgi/mec-n-28-de-28-de-julho-de-2023-499584990>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Secretaria de Governo Digital. **Portaria nº 852, de 28 de março de 2023**. Dispõe sobre o Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sgd/mgi-n-852-de-28-de-marco-de-2023-473750908>. Acesso em 19 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Manual Técnico de Orçamento de 2024**. 8. ed. Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2024>. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014**. Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas-revogadas/instrucao-normativa-no-5-de-27-de-junho-de-2014-revogada-pela-in-no-73-de-2020>. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Portaria MEC nº 1.007, de 9 de outubro de 2017**. Altera a Portaria MEC nº 168, de 07 de março de 2013, que dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Disponível em: <http://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1467/portaria-mec-n-1.007>. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Portaria MEC nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013.** Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 dez. 2013. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_25737723_PORTARIA_N_1_224_DE_18_DE_DEZEMBRO_DE_2013.aspx. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004.** Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018.** Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2419/portaria-mec-n-315>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 840, de 24 de agosto de 2018.** Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38406804/do1-2018-08-27-portaria-normativa-n-840-de-24-de-agosto-de-2018-38406450. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 18 de janeiro de 1999.** Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo - CEFET/SP, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1999/decreto-49212-18-janeiro-1999-596925-publicacaooriginal-120055-pe.html>. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024.** Institui a Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027 e a Infraestrutura Nacional de Dados, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/09/2024&jornal=515&pagina=13&totalArquivos=135>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 12.603, de 28 de agosto de 2025.** Institui a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica – PNEPT, regulamenta o art. 4º da Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023, e institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica – SINAEP. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12603.htm. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 67.326, de 3 de outubro de 1970**. Dispõe sobre o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipéc). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d67326.htm. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010**. Dispõe sobre o banco de professor-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7312.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Presidência da República; Casa Civil. **Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil**, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster [et al.]. - 3 ed., rev., atual. e ampl. Brasília: Presidência da República, 2018.

BRASIL. Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional. **Instrução Normativa nº 5, de 30 de agosto de 2021**. Dispõe sobre os requisitos mínimos de segurança da informação para utilização de soluções de computação em nuvem pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-5-de-30-de-agosto-de-2021-341649684>. Acesso em 19 jul. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP012012.pdf>. Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Resolução MEC/FNDE nº 6, de 08 de maio de 2020.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **iESGo – Governança, Sustentabilidade e Inovação.** Disponível em: <https://iesgo.tcu.gov.br/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

ClAVATTA, Maira. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio *et al.* (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Veronica Toste; VENTURINI, Anna. **Ação Afirmativa: História, Conceito e Debates.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus, AM: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, 2012. Disponível em: <https://www.unirio.br/hackathon/proreitoriadeextensaoecultura/curricularizacao-da-extensao/documentos-normativos/PoliticaNacionaldeExtensaoUniversitaria2012ebook.pdf>. Acesso em: 3 out. 2025.

FORPROEXT. Fórum de Pró-Reitores de Extensão ou Cargos Equivalentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **XIII Forproext – Contribuições.** Brasília: CONIF, 2015. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/886/XIII_Forproext_-_Contribuicoes_2015.pdf. Acesso em: 23 maio 2025.

FREIRE, Maximina Maria; LEFFA. Vilson. J. A auto-heteroecoformação tecnológica. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (org.). **Linguística Aplicada na Modernidade Recente: festschrift para Antonieta.** 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013. p. 59-78.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022: Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 23 maio 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43463-censo-2022-brasil-tem-14-4-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 3 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Amplifica.** Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLnkQm4Mo5F5liVfmt0KE4j287NaBPf8R8>. Acesso em: 25 set. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Carreira**. Disponível em: <https://ifsp.edu.br/component/content/article/105-assuntos/gestao-de-pessoas/1087-carreira>. Acesso em: 25 set. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Coordenadoria de Planejamento e Apoio à Governança (CPAG). **Diagnóstico Institucional IFSP**. 2025. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1TjwBvWqK-18HMP8qdWsEfxRTBk8l1UtB/view>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Comunicado nº 1/2022 – PRO-PRD/RET/IFSP, de 15 de julho de 2022**. 1ª Formação das Comissões Locais para Construção do PDI 2024-2028. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prd/PDI/COMUNICADO_N_1_2022_-_PRO-PRD_RET_IFSP_3.pdf. Acesso em: 19 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Comunicado nº 2/2023 – PDI2024-2028/PRO-PRD/RET/IFSP, de 24 de janeiro de 2023**. Correção do cronograma de visitas do Anexo I, do comunicado nº 1/2023 - PDI2024-2028/PRO-PRD/RET/IFSP. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prd/PDI/COMUNICADO_N_2_2023_-_PDI-2024-2028PRO-PRDRETIFSP_N_22023_-_PDI2024-2028PRO-PRD-RET-IFSP.pdf. Acesso em: 19 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Comunicado nº 2/2022 – DDI-PRD/PRO-PRD/RET/IFSP, de 12 de abril de 2022**. Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional para o quadriênio 2024/2028. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1R72b4hnEo0J_QhPf7zHmF8AOSgnHOx_C/view. Acesso em: 19 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Consulta Pública – Diretoria de Comunicação**. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prd/PDI/Objetivos_Estratgicos_da_Dicom_IFSP_consulta_publica.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Consulta Pública – Política de Ações Afirmativas**. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prd/PDI/Politica_de_aes_afirmativas_-_verso_para_consulta_publica.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Consulta Pública – Política de Extensão**. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prd/PDI/PDI_2024-2028_PRX_-_consulta_publica.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Consulta Pública – Política de Gestão de Pessoas**. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prd/PDI/PDI_DGP_2024_2028_consulta_publica.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Consulta Pública – Política de Inovação.** Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prd/PDI/PDI_INOVA_2024-2028_-_consulta_pblica.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Consulta Pública – Política de Pesquisa e Pós-Graduação.** Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prd/PDI/PDI_2024-2028_PRP_-_para_consulta_pblica.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Consulta Pública – Pró-Reitoria de Administração.** Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prd/PDI/PDI_2024-2028_PRA_-_consulta_pblica.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Consulta Pública – Projeto Político Pedagógico Institucional.** Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prd/PDI/Verso_Final_PRE__PDI_2024-2028_-_consulta_pblica.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Institucional.** Disponível em: <https://ifsp.edu.br/institucional>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Instrução Normativa nº 02/2022, de 22 de junho de 2022.** Estabelece orientações sobre a modalidade de educação a distância para a pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* no IFSP. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1S9HK9oa_W-FTZPWV0GylPFwlmu93Cx6h/view. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Instrução Normativa nº 01/2023, de 23 de outubro de 2023.** Estabelece orientações sobre os trâmites da pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* com a Diretoria de Pós-Graduação no IFSP. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ZH4z4kmOEZa5B7KuPSwzjcbfG-j_MA_t/view. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Ofício nº 1/2025 – PDI2024-2028/PRO-PRD/RET/IFSP, de 8 de julho de 2025.** Orientações sobre oferta de cursos com fomento externo. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Com1bjz_y7LEPDlqXl3Mw65vkhWWms_R/view. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Ouvidoria-Geral do IFSP.** Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/ouvidoria>. Acesso em: 6 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Painel Situação do Dimensionamento dos Cargos Efetivos do IFSP.** Disponível em:

<https://lookerstudio.google.com/reporting/f145242d-1daa-4f53-9478-4d03b2461d4e/page/pAHhD?s=oMqggNT7tT8>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Painel Orçamentário do IFSP.** Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/125-assuntos/administracao/administracao-botao/1720-painel-orcamentario>. Acesso em: 6 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Plano de Dados Abertos – IFSP.** Disponível em: <https://ifsp.edu.br/dados-abertos>. Acesso em: 6 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Disponível em: <https://ifsp.edu.br/component/content/article/91-assuntos/desenvolvimento-institucional/desenv-institucional/176-pdi>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Política de Comunicação.** Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/2-uncategorised/2808-politica-de-comunicacao#:~:text=%C2%A0a%20minuta%20da%20Pol%C3%ADtica%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20do%20IFSP>. Acesso em: 25 set. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portal de Dados Abertos do IFSP.** Disponível em: <https://dados.ifsp.edu.br/>. Acesso em: 6 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 1.175/2024 – IFSP, de 22 de fevereiro de 2024.** Aprova a Cadeia de Valor Integrada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1diIZsxHP94uccXsjKdwL1J1uW64imDyz/view>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 6.065/2022 – IFSP, de 7 de outubro de 2022.** Altera em parte a Portaria nº 5571 de 26 de setembro de 2022 que designa servidores para compor a Comissão Central de Elaboração do PDI 2024/2028 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/qcGWrsfJ078RUv6>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 4.296, de 14 de dezembro de 2020.** Aprova a atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicação - PoSIC no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/164C4AwvY1zw4XwAa8DO5s5B8wL2QOrNL/edit>. Acesso em: 19 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 2.218/2023 – IFSP, de 26 de maio de 2023.** Aprova Indicadores do Plano de Desenvolvimento

Institucional (PDI) 2019-2023 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. Disponível em: https://itq.ifsp.edu.br/images/DRG/Portaria_2023_2218.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 3.981/IFSP, de 25 de julho de 2024.** Aprova o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFSP. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1MYfA9ZRxgXga25aMMlxylaj3lIElci44/view>. Acesso em: 19 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 5.571/2022 – IFSP, de 26 de setembro de 2022.** Designa servidores para compor a Comissão Central de Elaboração do PDI 2024/2028 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/kXnJJU83C3dVs4t>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 4.389, de 21 de dezembro de 2020.** Dispõe a Política de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo IFSP. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prd/DGP/Portarias/Politica_de_Promoo__Saude_e_Qualidade_de_Vida_no_Trabalho_do_IFSPfinal.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 1.591, de 14 de abril de 2025.** Designa os/as seguintes representantes responsáveis das áreas para apoiar a Comissão de Revisão do PDI 2024-2029, designada pela portaria no 6.496/2024, na execução dos trabalhos para a 1ª revisão do PDI 2024-2029 no âmbito da sua respectiva área. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1H-m-1kINyhlrXu8tOAJaybBhh_2K12fQ/view. Acesso em: 25 ago. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 2.612, de 28 de abril de 2025.** Designa servidores para a Comissão Permanente de Monitoramento e Acompanhamento do PDI 2024/2029 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1sbfntXcu3IRUtUI7F8OtHku2Pnkwn63/view>. Acesso em: 25 ago. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 2.613, de 28 de abril de 2025.** Designa servidores para a Comissão de Revisão do PDI 2024/2029 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1W3fjxjzNpsNdYMzaVWZic9O4zcoonzl-/view>. Acesso em: 25 ago. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 1.493, de 14 de maio de 2018.** Designar a Comissão para Elaboração da Proposta de Política de Inovação para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo-IFSP. Disponível em:

https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Portarias/Maio/MAI_PORT_1493_Comisso-para-Elaborao-da-Proposta-de-Poltica-de-Inovao-para-o-IFSP.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 1.989, de 29 de maio de 2017**. Institui a Comissão para organização do documento que regulamenta a “Política de Ações Afirmativas” do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFSP. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/Rzn8rR3AbQKzvJ5>. Acesso em: 27 ago. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 554, de 22 de fevereiro de 2018**. Institui a nova Comissão para organização do documento que regulamenta a “Política de Ações Afirmativas” do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Portarias/Fevereiro/FEV_PORT_554_Poltica-de-Aes-Afirmativas_PRX_GAB.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 3.490, de 30 de setembro de 2020**. Retifica a Portaria nº 3.443, de 28 de setembro de 2020 que designa a Comissão para Elaboração da Proposta de Política de Inovação para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/xx4tM3Q8YQPSUvu#pdfviewer>. Acesso em: 25 set. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 3.815, de 27 de novembro de 2018**. Revoga Portarias nº 1718 de 05 de maio de 2017 e nº 2392 de 05 de julho de 2017, e estabelece as condições e as diretrizes para criação, certificação, manutenção e acompanhamento das atividades dos grupos de pesquisa no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/m2otJXZv5tOiZCt>. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria Normativa nº 23/2021 - RET/IFSP, de 11 de novembro de 2021**. Aprova a revisão da Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – PGTIC, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP, e revoga a Portaria IFSP nº 2612, de 21 de julho de 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/164C4AwvY1zw4XwAa8DO5s5B8wL2QOrNL/edit>. Acesso em: 19 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria Normativa nº 34/2022 – RET/IFSP, de 12 de janeiro de 2022**. Aprova o novo Regulamento do Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIFSP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, e Revoga a Portaria 3.904, de 04 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/WZwqqJkEuay53PA>. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria Normativa nº 35/2022 – RET/IFSP, de 12 de janeiro de 2022**. Aprova o novo Regulamento do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (PIVICT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, e Revoga a Portaria 3.903, de

04 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/kem3orSyWrjNGah>. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria Normativa RET IFSP nº 12, de 7 de julho de 2021**. Aprova Política de Desenvolvimento de Pessoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1vvXFCCL7DFgQ8DBfC9aUQ5gvBeTJW7nw/view>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria Normativa RET IFSP nº 17, de 27 de agosto de 2021**. Define normas e procedimentos para Colaboração Técnica de servidor no âmbito do IFSP. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/dgp/colaboracao/Portaria-Normativa-17-27-08-2021.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria Normativa nº 26/2021 – RET/IFSP, de 3 de dezembro de 2021**. Define normas e procedimentos para Redistribuições no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1koDdmw3HGqAv_vyfv-MOW9emaYeq2Yj5/view. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria Normativa nº 104/2024 - IFSP, de 7 de maio de 2024**. Dispõe de regras para os agentes públicos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com interesse em compor força de trabalho do quadro efetivo de servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/dgp/movimentacao/Portaria-Normativa-104-2024.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria Normativa RET IFSP nº 10/2021, de 1 de julho de 2021**. Dispõe sobre a criação do Programa de Professor(a) Sênior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1BCYqrQFn3efFN7k1i2BTcj0PkIryBSkU/view>. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria Normativa nº 31/2021 – RET/IFSP, de 22 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre a normatização dos procedimentos para a contratação de Professor Visitante e de Professor Visitante Estrangeiro, nos termos da Lei 8.745/1993, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/HBSPiCDsqSIQAsm>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria Normativa nº 124/2025 - IFSP, de 6 de maio de 2025**. Estabelece a estratégia de adoção e uso de serviços e plataformas em nuvem pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

de São Paulo (IFSP). Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/2025/05-maio/PORT_NORMATIVA_RET_124_Aprova_Estratgia_para_Servios_em_Nuvem_PRD.pdf. Acesso em: 19 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria Normativa nº 114/2024 - IFSP, de 16 de dezembro de 2024**. Estabelece os procedimentos do Cadastro de Interesse em Remoção (Caire) no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP. Revoga a Portaria Normativa RET/IFSP nº 58, de 6 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/dgp/remocao/Portaria-Normativa-IFSP-114-2024.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria Normativa RET IFSP nº 7, de 2021, de 23 de junho de 2021**. Estabelece procedimentos para o programa Pesquisador Colaborador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/YXZU4T1km81LKTL>. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria Normativa RET IFSP nº 6, de 23 de junho de 2021**. Implementa a Política Interna de Gestão e Solução de Conflitos Administrativos no âmbito do IFSP e cria o Núcleo Permanente de Gestão e Solução de Conflitos Administrativos no âmbito do IFSP — NUSCA. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1AHMK6sJ7S1NSM5bGBtrimRMbEOsUfnff/view>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria Normativa nº 88/2023 – RET/IFSP, de 6 de abril de 2023**. Regulamenta a contratação de estagiários no IFSP. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1LZJHbQ4fJgujK4gJWDUvSNFBSCCVlxF5/view>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria Normativa nº 27/2021 – RET/IFSP, de 17 de dezembro de 2021**. Regulamenta, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, os procedimentos para indicação do número de docentes por componente curricular na estrutura curricular. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/19jkoygwDtaeMsinDlwFjWzDyy9asgVm_/view. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Promoção à Saúde e Qualidade de Vida do Servidor**. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/105-assuntos/gestao-de-pessoas/2352-promocao-a-saude-e-qualidade-de-vida-do-servidor>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Relatório de Elaboração do PDI 2024/2028**. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/prd/PDI/Relatrio_de_elaborao_do_PDI_2024_-_revisado.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Relatório Financeiro - Tecnologia da Informação.** Disponível em: <https://lookerstudio.google.com/reporting/14728ef6-be25-4881-b77a-343232862d25/page/SgNmC>. Acesso em: 19 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução nº 92/2021, de 06 de abril de 2021.** Aprova a Política de Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/bdI4tSgxxQbhyNq#pdfviewer>. Acesso em: 25 set. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução nº 81/2018, de 2 de outubro de 2018.** Aprova as diretrizes para as atividades de pesquisa e o regulamento para os projetos com financiamento interno ou externo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/DPp01SGzQpaQjzl>. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução nº 41, de 6 de maio de 2014.** Aprova o Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para servidores do IFSP. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/uYgyhlFJJbwMTPx>. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução nº 159, de 2 de dezembro de 2014.** Aprova o Regulamento do Exame de Qualificação da Pós-graduação *Stricto Sensu*. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/19UHR_ZiRyZ_pWTX1lIFDcN3n-AjsD0zr/view. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução nº 38/2018, de 08 de maio de 2018.** Dispõe sobre o estágio de pós-doutoramento nos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1WrNC0o5i3cisBY3D-lk9s9mZfKplKuzw/view>. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução nº 67/2019, de 03 de setembro de 2019.** Estabelece normas para a mobilidade docente entre unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo para atuação na pós-graduação *Stricto Sensu*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1uSI8nLrMA4q44CH15awLsqMIZB1t7jWf/view>. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução nº 41/2017, de 06 de junho de 2017.** Referenda a Resolução nº 32/2017, de 02 de maio de 2017. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/MrjCp80hfYxUPJx>. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução IFSP nº 65/2017, de 01 de agosto de 2017.** Dispõe sobre exercício da docência voluntária nos

curso e programas de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/4zspB1Q3KzN3JPH>. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução nº 139/2022, de 06 de dezembro de 2022**. Aprova o Manual da Unidade de Auditoria Interna – UADIN. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/UADIN/Resol_139_2022_Aprova_Manual_da_UADIN.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução Normativa nº 16/2022, de 06 de dezembro de 2022**. Aprova o Estatuto da UADIN. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/UADIN/ESTATUTO_DA_UADIN_RESOLUO_NORMATIVA_16_DE_2022.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução Normativa IFSP nº 46/2020, de 6 de outubro de 2020**. Altera a Resolução nº 158/2014, Regulamento da Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1EAIva77UpF8S9Y_uWp9E0lBlqw79PEuT/view. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução Normativa IFSP nº 04/2021, de 5 de outubro de 2021**. Aprova o Regulamento da Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFSP. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1hRmsiRb6MobU0e7ac5MD07pYQLzZ1-CH/view>. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução Normativa IFS nº 21/2023, de 22 de agosto de 2023**. Dispõe sobre o Regulamento do Programa Institucional de Auxílio à Participação Discente em Eventos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/2erxO2sF0FcZMi4>. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução Normativa IFSP nº 45/2024, de 10 de dezembro de 2024**. Institui a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/64oAgne4PkL5Eb3>. Acesso em: 25 set. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)**. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/sic>. Acesso em: 6 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **SIPPAGweb:** Sistema Integrado de Pessoal e Pagamento. Disponível em: <https://sippag-web.ifsp.edu.br/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 1.279, de 20 de abril de 2016.** Regulamento de Uso das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: https://www.arq.ifsp.edu.br/phocadownload/bib/documentos/Portaria_1279.pdf. Acesso em: 9 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução Normativa IFSP nº 23/2023, de 14 de novembro de 2023.** Aprova a criação do Fundo Patrimonial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/Yq6zJFD0RSoAu0O?dir=/&editing=false&openfile=true>. Acesso em: 3 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Ensino e Políticas Estudantis, Normas e Legislação, Currículos de Referência.** 2021. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/index.php/component/content/article/42-assuntos/ensino/157-normas-e-legislacao>. Acesso em: 01 set. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 1.254, de 27 de março de 2013.** Aprovar o Regulamento do Programa de Bolsas de Ensino para alunos do IFSP. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/S1kttuOzElR7UyA?dir=/&editing=false&openfile=true>. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução nº 41/2015, de 02 de junho de 2015.** Altera a Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2015/Resol_41.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução nº 42/2015, de 02 de junho de 2015.** Altera a normatização dos auxílios da Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2015/Resol_42.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução nº 138/2015, de 08 de dezembro de 2015.** Aprova a Política de Formação Continuada de Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2015/Resol_138_Aprova--Politica-de-Formao-Continuada-de-Professores.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 4.032, de 14 de dezembro de 2018.** Cria o Centro de Referência em Educação a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Portarias/Dezembro/DEZ_PORT_4032_Cria-Centro-de-Referencia-em--Educao--Distncia-do-IFSP_EAD_PRE_GAB.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução nº 02/2017, de 07 de março de 2017.** Referenda a Resolução n.º 01/2017, de 21 de fevereiro de 2017, sobre a concessão de bolsas para programas de educação a distância no âmbito do IFSP. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/x5zoDSb7pppTmfJ>. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução nº 42/2016, de 05 de julho de 2016.** Aprova regulamentação dos polos de Educação a Distância do IFSP. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2016/Resoluo_42_2016_aprova-regulamentao-dos-polos-de-eadii.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução nº 107/2016, de 04 de outubro de 2016.** Aprova reformulação do regulamento da Comissão Própria de Avaliação do IFSP – CPA-IFSP. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2016/Resoluo_107_2016_aprova-reformulao-do-regulamento-da-cpa-ifsp-min.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução nº 37/2018, de 08 de maio de 2018.** Aprova a construção de currículos de referência para o IFSP. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/SIUlhuGxCjhUuPw>. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria Normativa nº 91/2023 - RET/IFSP, de 29 de maio de 2023.** Aprova o Regimento Geral da Reitoria e dos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/2023/DDI/PORT_NORMATIVA_RET_091_Aprova_Regimento_Geral_do_IFSP_Reitoria_e_Campus_Revoga_PORT_NORM_33-2021_43_59_73_e_78-2022_79_80_e_87-2023.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução Normativa IFSP n.º 18/2023, de 06 de junho de 2023.** Estabelece a Política Institucional de Alimentação e Nutrição Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (PIANE-IFSP). Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/sPfdGASlisOIb7j?dir=/&editing=false&openfile=true>. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Resolução Normativa IFSP nº 26/2024, de 9 de abril de 2024.** Institui a Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência envolvendo estudantes no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Disponível em:

<https://drive.ifsp.edu.br/s/X338gs932zsd4f2?dir=/&editing=false&openfile=true>. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2020-2024**. Versão 3. Florianópolis: IFSC, 2020. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/d/documentos-norteadores/pdi_ifsc_2020_2024_v3. Acesso em: 09 mar. 2025.

INSTITUTO PARADIGMA. Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. **Instituto Paradigma**, 3 jul. 2023. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda/>. Acesso em: 3 out. 2025.

ISAAC, Pedro Henrique; BERMÚDEZ, Luis Afonso; DESSEN, Marina Campos; AFFIUNE, Anne Augusta. Extensão Tecnológica uma Possibilidade Viável com Relevantes Impactos Sócio-Econômicos. **Participação**, n. 22, p. 60-67, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/25634>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MADDALENA, Celigracia *et al.* **Guia Orientativo: Uso das TICs, Mídias e Linguagens nos processos educativos**. São Paulo: EDIFSP, 2020. Disponível em: <https://editora.ifsp.edu.br/edifsp/catalog/book/32>. Acesso em: 01 set. 2025.

MAGALHÃES, Christiane Paiva. **Avaliação da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Instituto Federal de Educação de São Paulo**. 2022. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6138/tde-27062023-175028/publico/PaivaCP_MTR_R.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

NAÇÕES UNIDAS – ESCRITÓRIO NO BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 22 ago. 2025.

NESBIT, John; BELFER, Karen; VARGO, John. A Convergent Participation Model for Evaluation of Learning Objects. **Canadian Journal of Learning and Technology**, v. 28, n. 3, p. 105-120, Fall 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 01 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Manual de Oslo: proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica**. Disponível em: http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.